



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Educação

Ticiane Duarte da Silva

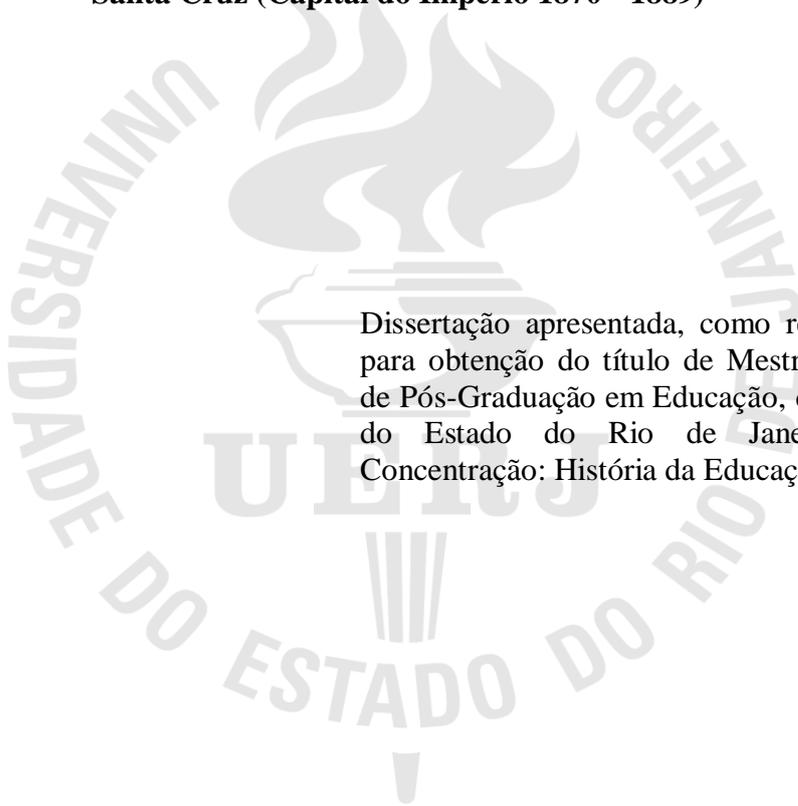
**Civilizar o Sertão, livrá-lo da ignorância pela instrução: a escolarização no
curato de Santa Cruz (Capital do Império 1870 - 1889)**

Rio de Janeiro

2020

Ticiane Duarte da Silva

Civilizar o Sertão, livrá-lo da ignorância pela instrução: a escolarização no curato de Santa Cruz (Capital do Império 1870 - 1889)



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História da Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Aline de Moraes Limeira

Rio de Janeiro

2020

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

S586 Silva, Ticiane Duarte da.
Civilizar o Sertão, livrá-lo da ignorância pela instrução: a escolarização no curato de Santa Cruz (Capital do Império 1870 - 1889) / Ticiane Duarte da Silva. – 2020.
242 f.

Orientadora: Aline de Moraes Limeira.
Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Educação.

1. Educação – Santa Cruz (Rio de Janeiro, RJ) – Segundo reinado, 1840-1889 – Teses. 2. Escolas - Descentralização – Teses. 3. Ensino primário – Teses.
I. Limeira, Aline de Moraes. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es

CDU 37(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Ticiane Duarte da Silva

Assinatura

05/11/2020

Data

Ticiane Duarte da Silva

Civilizar o Sertão, livrá-lo da ignorância pela instrução: a escolarização no curato de Santa Cruz (Capital do Império 1870 - 1889)

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História da Educação.

Aprovada em 26 de junho de 2020.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Aline de Moraes Limeira (Orientadora)
Faculdade de Educação – UERJ

Prof.^a Fabiane Popinigis – Titular
Faculdade de História – UFRRJ

Prof.^a Dr.^a Sônia de Oliveira Câmara Rangel – Titular
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

Prof.^a Dr.^a Angélica Borges – Suplente
Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - FEBF

Prof. Dr. José Gonçalves Gondra – Suplente
Faculdade de Educação – UERJ

Rio de Janeiro
2020

AGRADECIMENTOS

Bem-aventurado é aquele que reconhece os seus limites e sabe valorizar a mão amiga. Atravessar esse mar chamado mestrado não foi fácil. Houve momentos que pensei que iria sucumbir a tempestade e que melhor seria pular do barco, mas Deus me auxiliou e colocou pessoas abençoadas em minha vida para que eu pudesse conseguir passar pelo mar bravio e chegar viva a outra margem. A essas pessoas e instituições que fizeram parte desse processo eu deixo minha gratidão.

A Deus, pelo socorro nas horas de angústia e bálsamo nas horas tranquilas. A Ele toda honra e glória.

Ao meu pai Antonio Maria, pelo suporte, força e coragem para que eu pudesse seguir em frente e não desistir.

A minha orientadora Aline de Moraes, pela oportunidade e confiança que depositou no tema da pesquisa e no meu trabalho.

Aos meus chefes Major Brigadeiro José A. Monteiro e Prof.^a Christiane Ribeiro, pelo incentivo e compreensão, fundamentais para que eu pudesse conciliar as demandas da atividade laboral com as do mestrado.

A todos os meus colegas de trabalho, em especial o núcleo da Coordenação do Curso de Medicina por torcerem, incentivarem e me apoiarem.

As minhas amigas e irmãs do coração pelas orações, por me animarem e entenderem minhas ausências.

A Kátia Lopes e Viviane Calazans colegas de pesquisa, pelo companheirismo, a troca de experiências e a oportunidade de dialogar sobre a vida e o processo de escrita e pesquisa.

Aos componentes do Núcleo de Pesquisa em História da Educação (NEPHE), pelo acolhimento, oportunidade de aprender com a fala e as experiências de cada integrante.

Aos funcionários do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Subgerência de Documentação Escrita, pelo respeito, ajuda com a documentação e os encaixes de horário.

A Universidade Federal Fluminense, pela ter concedido licença para conclusão da escrita da dissertação.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PROPED/UERJ), pela oportunidade e por proporcionar experiências que me ajudaram a reforçar as minhas convicções.

Aos professores, Angélica Borges, José Gondra, Fabiane Popinigis e Sônia Câmara por terem aceitado o convite para participar da banca.

RESUMO

SILVA, Ticiane Duarte. 2020. 242f. *Civilizar o Sertão, livrá-lo da ignorância pela instrução: a escolarização no curato de Santa Cruz (Capital do Império 1870 - 1889)*. 2020. 242 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

No Segundo Reinado (1840-1889), a instrução escolar foi um meio para formar cidadãos civilizados, ordeiros e economicamente produtivos que contribuíssem para o fortalecimento e crescimento do Estado. A escola primária desempenhou o papel de dissipar valores morais e religiosos e difundir o conhecimento elementar de leitura, escrita e matemática. Embora a escola fosse relevante para o processo civilizador estatal na Capital Imperial a expansão da escolarização foi hierarquizada e desigual entre as freguesias rurais e as centrais resultando em quantidades distintas de escolas públicas e privadas. O objetivo desse trabalho é analisar o desenvolvimento do processo de expansão da escolarização no curato de Santa Cruz entre 1870 a 1889. Para isso, discutiremos o projeto civilizador e moralizador para o sertão da Corte, as estratégias empregadas pela iniciativa pública e privada para a difusão da instrução e analisaremos a estrutura sociopolítica e urbana de Santa Cruz. Foram mobilizados como fontes os periódicos, Relatórios do Ministro dos Negócios do Império (1860-1889) e os da Instrução Pública da Câmara Municipal da Corte e Correspondências da Casa Imperial. No contexto, foi importante observar que Santa Cruz recebeu investimentos para o desenvolvimento da atividade pecuária e industrial, o que provocou um rápido crescimento populacional repercutindo no transporte, na urbanização e na instrução primária formal. Defendemos que o processo de escolarização de Santa Cruz foi construído a partir da ação integrada entre sujeitos de caráter público e privado em uma relação de dependência e convergência de interesses. Nesse processo as escolas privadas foram preponderantes para a expansão escolar. A pesquisa foi fundamentada na interpretação de Norbert Elias sobre a formação do Estado e do processo civilizador e com aporte metodológico da História Regional.

Palavras-chave: Instrução Primária. Escolarização. Sertão da Corte. Santa Cruz.

ABSTRACT

SILVA, Ticiane Duarte. 2020. 242f. *Civilize the Backlands, deliver them from ignorance through instruction: schooling in the curate of Santa Cruz (Capital of the Empire 1870-1889)*. 2020. 242 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

In the Second Reign (1840-1889), the school education it was a means for to form civilized, orderly and economically productive citizens who could contribute to the strengthening and growth of the State. The primary school played the role of dissipate moral and religious values and disseminate the elementary knowledge of reading, writing and Mathematics. Despite the fact that the school was relevant to the state civilizing process in the Imperial Capital, the expansion of the schooling was hierarchical and unequal between rural parishes and the central ones resulting in the distinct public and private schools among them. This paper focuses on analyzing the development of the schooling expansion process in curate of Santa Cruz, between 1870 - 1889. For this, we will discuss the civilizing and moralizing project for the backlands of Court, the strategies used by public and private initiatives for the dissemination of instruction and we will analyze the socio-political and urban structure in Santa Cruz. Periodicals, the Reports of the Minister of Business of the Empire (1860-1889) and those of the Public Instruction of the City Council of the Court and as well as the Correspondence of the Imperial House were mobilized as sources. In the context, it was important to note that Santa Cruz received investments for the development of livestock et industrial activity, which caused a rapid population growth, affecting transport, urbanization and formal primary education. We argue that the Santa Cruz schooling process was built from the integrated action between public and private subjects in a relationship of dependence and convergence of interests. In this process, private schools were preponderant for school expansion. The research was based on the interpretation of Norbert Elias on the formation of the State and the civilizing process and with methodological support of Regional History.

Keywords: Primary Education. Schooling. Backlands of Court. Santa Cruz.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração do “Sertão Carioca”	24
Figura 2 - Mapa da divisão entre as freguesias do Município da Corte	31
Figura 3 - A expansão da urbanização na Corte (1873).....	43
Figura 4 - A cidade da insalubridade e das epidemias.....	46
Figura 5 - Escolas “públicas” da Câmara Municipal e do Ministério da Marinha e Guerra....	72
Figura 6 - Escolas “públicas” subvencionadas	73
Figura 7 - Localização das escolas públicas nas freguesias da Corte	79
Figura 8 - Escola privada de primeiras letras na freguesia da Glória	90
Figura 9 - Distribuição das escolas secundárias privadas no Município da Corte (1871)	111
Figura 10 - Região de Santa Cruz (1873).....	115
Figura 11 - A “Santa Cruz”	118
Figura 12 - Vista do povoado de Santa Cruz (18??).....	120
Figura 13 - Casa antiga de Santa Cruz.....	125
Figura 14 - Povoado de Santa Cruz (1848)	137
Figura 15 - Arraial da Boa Vista.....	138
Figura 16 - Vila operária do Matadouro de Santa Cruz.....	139
Figura 17 - Localização do Matadouro Público	143
Figura 18 - Estação do Matadouro.....	144
Figura 19 - Localização da Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz.....	188
Figura 20 - Planta da Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz.....	189
Figura 21 - Edifícios escolares	190
Figura 22 - Esboço da casa da Escola Mixta de Santa Cruz (1884).....	199
Figura 23 - Anúncio de donativo para a Escola de Santa Isabel	210

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Distribuição dos habitantes da Corte Imperial (1872)	33
Gráfico 2 - Despesas com Educação e cultura no Império	67
Gráfico 3 - Quantitativo das escolas públicas na Corte Imperial	822
Gráfico 4 - Distribuição de estabelecimentos comerciais (1870).....	145
Gráfico 5 - Distribuição de estabelecimentos comerciais (1880).....	145
Gráfico 6 - Distribuição comercial (1886)	146
Gráfico 7 - Distribuição dos estabelecimentos comerciais (1889)	147
Gráfico 8 - Taxa de matrícula da Escola Subvencionada em Sepetiba.....	176
Gráfico 9 - Idade dos alunos da Escola Subvencionada em Sepetiba (1883)	176

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Aspectos socioeconômicos de Inhaúma e Jacarepaguá (1883).....	41
Quadro 2 - Distribuição de Escolas e Matrícula pelas freguesias até abril de 1872	85
Quadro 3 - Frequência do ano de 1882 das Escolas Mixtas de Campo Grande e Guaratiba.....	103
Quadro 4 - Distribuição de ofícios entre os escravizados de Santa Cruz.....	133
Quadro 5 - Registro de Batismo e Óbito (1870 - 1890).....	135
Quadro 6 - Comparativo de matrículas da Escola Pública do Sexo Masculino do Curato de Santa Cruz (1851-1877).....	153
Quadro 7 - Lista de alunos da escola pública de meninos (1868 e 1877)	1599
Quadro 8 - Dados de matrícula e frequência da Escola Mixta de Santa Cruz.....	202
Quadro 9 - Matrícula e frequência da Escola de Santa Isabel (1888 e 1889)	215

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 TERRAS SERTANEJAS: A DIVERSIDADE DO ESPAÇO RURAL NA CORTE IMPERIAL.....	24
1.1 Estudo regional sobre as freguesias rurais.....	30
1.2 A política higienista da Corte e seu reflexo sobre o sertão.....	44
1.3 A expansão da linha férrea e do bonde.....	48
2 INSTRUIR PARA CIVILIZAR O SERTÃO.....	52
2.1 A escolarização: um projeto político civilizador e moralizador.....	53
2.2 A difusão da instrução nas freguesias rurais.....	766
3 A GRANDE SANTA CRUZ: A HISTÓRIA DO CURATO NAS TERRAS DO IMPERADOR.....	114
3.1 A organização do Curato na Fazenda de Santa Cruz.....	124
3.2 A composição socioeconômica de Santa Cruz nos últimos anos do século XIX..	129
4 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A EXPANSÃO ESCOLAR EM SANTA CRUZ.....	149
4.1 As escolas públicas primárias de Santa Cruz.....	150
4.2 A escola subvencionada em Sepetiba.....	173
4.3 O mecenas da educação: as escolas primárias mantidas pelo Imperador.....	178
4.4 As escolas “mixtas” da municipalidade.....	198
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
REFERÊNCIAS.....	223
ANEXO A – Despesas do Estado imperial 1865-1889.....	240
ANEXO B - Número de escolas nas freguesias rurais no ano de 1883.....	241
ANEXO C - Escolas primárias em Santa Cruz.....	242

INTRODUÇÃO

Discursos de celebração à liberdade ecoaram na Imperial Fazenda de Santa Cruz na tarde do dia 30 de julho de 1886. A Câmara Municipal promoveu uma solenidade em comemoração à abertura da *Escola de Santa Isabel* no palacete da administração do Matadouro Público, onde esteve presente o Imperador D. Pedro II, a Princesa Isabel, o Conde d'Eu e alguns camarários¹ e moradores da localidade. A escola primária era custeada pela municipalidade e tinha como objetivo oferecer ensino de primeiras letras aos meninos e meninas de 7 a 14 anos, filhos dos operários do Matadouro Público.

No Relatório de fundação da escola, de autoria do camarário Antonio José da Silva Rabello, e no discurso, “Solemidade de abertura da escola de Santa Isabel, no edifício do matadouro em Santa Cruz”, proferido por Manoel Luiz de Moura, ambos publicados no dia 11 de agosto de 1886 no *Jornal do Commercio*, foi ressaltada a importância das escolas municipais levarem “luzes” para inúmeras crianças desassistidas que “sofriam” pela ausência de escolas gratuitas próximas as suas residências. A cerimônia ao atrelar a imagem da Família Imperial a dos políticos da Câmara serviu de propaganda política pró-abolição e pró-modernização; no dia anterior, 29 de julho, data do aniversário da princesa Isabel, esta entregou 60 cartas de alforrias a escravizados comprados pela Câmara Municipal provenientes de donativos do *Livro de Ouro*² da instituição. Para estes camarários, liberdade e instrução eram peças de uma engrenagem que levaria o Estado ao desenvolvimento. Nas palavras de Manoel Luiz de Moura, as alforrias concedidas aos escravizados e a abertura da *Escola de Santa Isabel* foram atos de libertação; o primeiro, dos “grilhões que [...] arrouxeavam os braços” dos escravizados e o segundo, “educar crianças é libertar-las de um captiveiro quicá mais pesado e funesto - o captiveiro da ignorância” (JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed00222(1), p.04). Os dois atos de libertação eram entendidos como fundamentais e urgentes para elevar o Império ao expoente da civilização e do progresso.

O breve relato sobre a inauguração da *Escola de Santa Isabel* é um convite ao leitor a imergir em uma narrativa que busca discutir questões relacionadas à difusão da instrução escolar em limites territoriais específicos da Corte Imperial. Introduzimos nossa reflexão com a descrição da fundação dessa escola, pois suscita questionamentos pertinentes sobre o

¹ Camarário é o termo usado para identificar os deputados da Câmara Municipal da Corte Imperial. Equivale a vereador.

² O *Livro de Ouro* foi criado pelo presidente da Câmara Municipal, Ferreira Nobre, em 1884. Neste registrava-se o nome e as quantias doadas para um fundo pecuniário cujo objetivo era a conceder alforrias aos escravizados (O PAIZ, 1885, ed. 00209(1), p.1).

processo de escolarização na Corte e nos faz questionar sobre o papel da instituição escolar para a sociedade brasileira da segunda metade do século XIX.

De acordo com José Murilo de Carvalho (2010), no século XIX se constituiu um consenso entre deputados, ministros de Estado, camarários, elite intelectual, profissionais da educação, do Imperador e da Sociedade Civil³ de que a instrução seria um dos meios para a construção do Estado centralizado, organizado e próspero e para a formação de uma sociedade civilizada.

Não obstante, os mesmos sujeitos denunciavam nos seus discursos e relatórios oficiais ao poder público os problemas relacionados à instrução, tais quais: número insuficiente de escolas, más condições dos estabelecimentos, má formação de professores, número alto de crianças não matriculadas e etc. Tal situação também levou a população pobre⁴ das freguesias rurais e urbanas da Capital Imperial a se manifestarem através de abaixo assinados reivindicando a abertura de escolas, subvenções de professores e melhorias na infraestrutura das casas alugadas como estabelecimentos de ensino primário (GONDRA; SCHUELER, 2008; LIMEIRA, 2010).

Um dos instrumentos analisados para compreensão do processo estudado são as leis. Estas são instrumentos jurídicos de regulação da vida em sociedade que, teoricamente, legitimam e limitam os atos empreendidos por aqueles que recebem poder das instituições estatais para realizar ações em nome do Estado (LARROUSE, 2009). Para fins de nossa pesquisa o foco estará nas leis relacionadas à instrução pública.

Luciano Mendes de Faria Junior Filho (2000) ao discorrer em seu estudo sobre a instrução elementar no século XIX analisou algumas leis relacionadas à educação para entender o contexto político e cultural desse processo de construção do Estado brasileiro a partir da instrução primária. As leis sobre a instrução pública servem como fonte para identificar quais foram as questões tratadas como prioridades pelos dirigentes do Estado, os parâmetros de liberdade atribuídos à sociedade, os princípios ideológicos que norteiam a elite política, dentre outros aspectos.

³ Esclarecemos que quando nos referimos à “sociedade” com letras minúsculas estamos apontando para a estrutura social coletiva formada por indivíduos, instituições que produzem práticas culturais, econômicas e organizadas dentro de modelos políticos. A Sociedade Civil é um ajuntamento de instituições e associações privadas.

⁴ Enquadram-se como pobres os indivíduos destituídos do monopólio de propriedade fundiária e escravizados (MATTOS, 1994, p.109-129).

A primeira lei do Estado Imperial, a Constituição de 1824, no artigo 179 discorre sobre os direitos civis e políticos dos “cidadãos”⁵, dentre tais direitos é citado no Parágrafo 32 que a instrução primária seria “gratuita a todos os cidadãos” (BRASIL, 1824). A partir desta menção outras leis foram elaboradas a fim de regular e organizar o ensino público. Dentre elas a lei de 15 de outubro de 1827, “primeira e única lei geral sobre a instrução primária no Brasil durante o período imperial” de vigência nacional (FARIA FILHO, 2000, p.137). O Ato Adicional Constitucional de 12 de agosto de 1834 descentralizou o ensino: nas Províncias a responsabilidade pelo primário e secundário era da Assembleia Legislativa e na Corte cabia ao Ministério dos Negócios do Império, este órgão também ficou responsável pelo ensino superior em todo o Estado (BRASIL, 1834). Na Corte, dois decretos expedidos por ministros dos Negócios do Império regulamentaram e reformaram a instrução pública local: o Decreto n.1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, chamado de “Reforma Couto Ferraz” e o Decreto n.7.247, de 19 de abril de 1879, conhecido por “Reforma Leôncio de Carvalho”.

As leis e decretos são específicos em determinar quem tinha o direito à instrução: somente pessoas livres, vacinadas e sem moléstias. O caráter segregador e hierarquizador dos ordenamentos jurídicos estava visível nas normas e determinações ao definir quem poderia ser instruído, as idades para o ensino obrigatório, as localidades, o tipo de saber a ser ensinado, quem tinha o direito de instruir, quem licenciava as escolas e outros aspectos de regulação da escolarização (CARVALHO, 2010; FARIA FILHO, 2015; MARTINEZ, 1997).

O ano de 1870 marca o início da queda do Império e, até 1889, foi um período de intenso embate político por questões que influenciaram o processo de construção da ordem. Alguns pontos intensamente debatidos foram o fim da mão de obra escravizada, a substituição pelo trabalho qualificado, a migração, o processo de modernização econômica do Estado a partir da industrialização e a reforma eleitoral (CARVALHO, 2010).

Estudos historiográficos sobre o Segundo Reinado apontam que o projeto de instrução pública esteve atrelado a questões de ordem econômica, política e social e teve uma função estratégica no processo de construção do Estado e nas relações entre as camadas da sociedade (CARVALHO, 2010; MATTOS, 1994). Nas últimas décadas do século XIX, o debate sobre instrução escolar ficou mais intenso, sobretudo porque esta fora apontada como a solução para os problemas de ordem econômica (a produção e o trabalho) e social (a

⁵ Na sociedade Imperial o que definia quem era cidadão era a condição de livre, logo os escravizados estavam excluídos. Dentre os “cidadãos ativos”, havia aqueles com direito de participar do processo político como votante e candidato a cargo eletivo e os “cidadãos inativos”, os que ficavam a margem, como as mulheres livres e homens de baixa renda. A Constituição de 1824 estabeleceu a renda anual como critério fundamental para definir quem tinha participação nas eleições (MATTOS, 1994, p. 109). Em 1881, os analfabetos também foram excluídos do processo.

criminalidade e a vadiagem). “Na perspectiva dos homens ilustrados da época, aprendizagem das primeiras letras e de ofícios manuais era a combinação ideal para realização da utopia de um império fundado sob os paradigmas de ordem e civilização” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 107). A formação de “cidadãos-trabalhadores” era de caráter emergencial, mas para isso, era necessário expandir o acesso a saberes elementares sobre a língua nacional, a aritmética e conhecer a prática de algum ofício (MACHADO, 2004).

Paralelamente ao saber ler, escrever e contar, as escolas deveriam ensinar princípios que moralizassem a sociedade a partir dos parâmetros culturais e religiosos defendidos pelo Estado. Ao mesmo tempo em que promovia a cultura letrada também reforçava critérios excludentes, pois os escravizados não podiam oficialmente participar das “luzes” do saber e à camada pobre e livre, em sua maioria, ficava limitada ao ensino primário ou de ofício.

De acordo com Lúcio Kreutz (2010, p.73), a escola ocupou função central no projeto de construção da identidade nacional, sendo o “espaço de incentivo e exclusão de processos identitários étnicos”. Em suma, para Kreutz (2010), em um país formado por diferentes grupos étnicos com costumes heterogêneos espalhados pelas camadas sociais era fundamental consolidar uma cultura uniforme que atendesse aos interesses da classe dirigente do Estado e assegurasse a unidade territorial e política.

Dentro dos limites administrativos do Município da Corte existia uma diversidade ampla de culturas, hábitos, de modos de se relacionar com o meio físico e social e uma dicotomia que diferenciava espaços, os quais eram classificados com rurais e urbanos. A Corte Imperial estava organizada administrativamente em freguesias, as quais eram classificadas como “urbana” ou “de dentro” e “rural” ou “de fora” ou “sertão”. Até o ano de 1889, a Corte estava dividida em 12 freguesias urbanas e oito freguesias rurais. Estudos⁶ relacionados à temática da escolarização na Capital Imperial apontam que o projeto de instrução pública no século XIX se expandiu de forma heterogênea entre as freguesias com tipologias variadas: ensino formal e informal, instituições públicas, subvencionadas e privadas, “mixtas”⁷ e para um único sexo (feminina ou masculina), de formação elementar ou profissional.

⁶ Citamos com referência para esta pesquisa o estudo de MARTINEZ (1997), RIZZINI e SCHUELER (2017) e LIMEIRA (2010; 2011).

⁷ O termo “mixta” aparece ao longo de todos os documentos mobilizados como fonte. Este foi empregado para identificar as escolas que ofereciam ensino para meninos e meninas. Ao longo do estudo, ao mencionarmos tais instituições manteremos a grafia empregada na época.

Dentre as freguesias rurais havia o curato de Santa Cruz⁸, localizado a 72 km do centro da Corte Imperial, possuía uma grande taxa de analfabetos e tinha uma estrutura populacional complexa composta por escravizados, lavradores livres, pequenos e médios comerciantes, propriedades de terra, negociantes, operários da indústria de carne, pescadores, profissionais de oficinas, donas de casas e funcionários do Estado, da municipalidade e da Imperial Fazenda. Sua circunscrição territorial estava dentro das terras da Imperial Fazenda de Santa Cruz, administrativamente pertencia ao termo da Corte, ou seja, a zona rural do município. Santa Cruz era uma região sob a administração da municipalidade ao mesmo tempo em que era propriedade privada da Família Imperial, o que influenciou e empregou traços de singularidade e sua organização. Esse dado serve de indicativo para pensar que o processo de escolarização local pode ter tido outra configuração, por causa da tessitura das relações políticas e sociais que foram construídas nesse lugar.

A configuração sociopolítica da região serviu de motivação para eleger o curato de Santa Cruz como o recorte geográfico e para analisar o nosso objeto de estudo que é o processo de escolarização local. O recorte temporal vai do ano de 1870 a 1889. A justificativa é que a partir das décadas finais do Império em Santa Cruz houve o aumento no número de escolas e a localidade passou por transformações socioeconômicas importantes. Esse também foi um período de discussão e transição de projetos educacionais, com a substituição da Reforma de Couto Ferraz (1854) pela de Leôncio de Carvalho (1879), que reforçou a função do Estado frente à instrução pública e a participação da Sociedade Civil via ensino privado e/ou subvencionado.

A pergunta que buscamos responder é: se a instrução serviu ao propósito do projeto civilizador e moralizador do Estado Imperial como o processo de escolarização foi construído em Santa Cruz entre as décadas de 1870 a 1889? Logo, buscamos investigar⁹ aspectos do referido processo, como: abertura de escolas, estatísticas, público (“mixtas”, femininas, masculinas, alunos e alunas livres, escravos, trabalhadores, adultos), localização, estatuto (público, privado, subvencionado), níveis (ensino primário e secundário), elementares ou de

⁸ No processo de institucionalização de unidade administrativa local o povoado de Santa Cruz foi elevado a curato contendo uma estrutura administrativa de freguesia. Por estar localizada fora de décima urbana era considerada como uma freguesia rural. Entendemos que em Santa Cruz devido a sua estrutura populacional, organizacional, institucional e administrativa não há distinção prática entre os termos freguesia/curato. Desta feita, usamos ambos para identificar Santa Cruz, assim como consta nas fontes consultadas.

⁹ Investigar é um dos termos utilizados por Carlos Ginzburg para conceitua a prática historiografia. Junto a este termo, o autor usa as palavras “sinais, indícios, sintoma”, pois segundo Ginzburg, a prática da pesquisa histórica se compara a do médico e do detetive. Essa três áreas praticam a arte da investigação em busca respectivamente de vestígios, sintomas e evidências que os ajude a construir o entendimento sobre seus objeto de análise (GINZBURG, 1989).

ofícios, formais ou informais. Interessa-nos verificar possíveis demandas populacionais por escolas e como essas demandas foram atendidas, recebidas ou ignoradas, como foi a atuação do Estado e como a escolarização desse local esteve vinculado ao projeto do Estado Imperial de promover a instrução.

A partir dessas questões, construímos uma análise que visou primeiro entender o que foi o sertão da Corte para assim contemplar as nuances do projeto civilizador do Estado para a Capital do Império e seu desenvolvimento nas freguesias rurais, para em um segundo momento trazer Santa Cruz como local central da análise. Com isso, nosso objetivo central é entender como se deu o processo de expansão escolar no curato de Santa Cruz a partir da ação de dirigentes da elite política e burocrática do Estado Imperial, das instituições e de indivíduos da Sociedade Civil. A nossa hipótese é que esses sujeitos atuaram como forças interdependentes de forma que contribuíram para a difusão da escolarização nessa região.

Uma das preocupações concernentes ao ofício do historiador é quanto à escolha da modalidade metodologia a ser aplicada. A escolha do método é de suma importância, pois irá nortear o modo de operar as fontes, os recortes e os conceitos. Nossa preocupação era escolher um método que nos possibilitasse dialogar com outros campos e áreas do saber, e analisar os múltiplos pontos que contribuíram para a formação do processo de escolarização. Nessa busca encontramos a explicação de José Costa D'Assunção Barros sobre a interatividade dos campos historiográficos.

Não existe propriamente um trabalho historiográfico ou alguma pesquisa já realizada que possa simplesmente se situar no interior da História Cultural, da História Oral ou da História Local. Qualquer objeto historiográfico de estudo clama na verdade por certa conexão de campos históricos: determinado trabalho pode produzir o seu sentido em uma determinada conexão entre a História Cultural, a História Local, e a História Oral, e um outro trabalho, voltado para uma outra temática e acessado por uma outra abordagem, pode se constituir na conexão entre a História Econômica, a História Serial e a História de Gênero, ou a estes campos históricos acrescentar também o diálogo com a História Política, e assim por diante. Os objetos historiográficos, é o que sustentamos, não se fazem presentes no interior dos campos históricos, mas entre eles, na conexão entre eles, sob a ação privilegiada destes campos ou desta conexão de campos (BARROS, 2009, p.2-3).

Nossos questionamentos sobre os processos analisados, as fontes colhidas e os estudos historiográficos lidos nos impeliram a construir uma história social da educação em Santa Cruz. Não pretendemos ficar amarrados a uma visão de história global, totalizante ou de síntese, mas problematizar as etapas construtivas de uma experiência local que esteve vinculada a um processo mais amplo promovido por sujeitos em ações individuais e coletivas e em uma localidade e um tempo histórico específico.

O estudo sobre o “local” tem se mostrado um campo rico de análise devido à “multiplicidade das alterações culturais”, aponta Barros (2009, p.3). A modalidade de História Local/Regional é um campo que se desenvolveu a partir dos anos 1950, na França¹⁰ e que produziu um diálogo interdisciplinar com os campos da Geografia e Sociologia e trabalha com “micro-localidades” buscando entender processos pertinentes ao local (BARROS, 2005).

Quando um historiador se propõe a trabalhar dentro do âmbito da História Regional, ele mostra-se interessado em estudar diretamente uma região específica [...] ou as relações sociais que se estabelecem dentro deste espaço. [...] A História Regional (ou Local) corresponde a um domínio ou a uma abordagem historiográfica que foi se constituindo em torno da ideia de construir um espaço de observação sobre o qual se torna possível perceber determinadas articulações e homogeneidades sociais (e a recorrência de determinadas contradições sociais, obviamente), e por fim examiná-lo de algum modo como um sistema (BARROS, 2009, p.8-9).

Segundo Marcos Lobato Martins (2008), no século XIX e XX a abordagem da História Regional no Brasil estava centrada em uma análise “corográfica”¹¹, que se assemelhava as “crônicas colônias”. Nesta reduzia-se as escalas de análise, pois o foco estava no espaço e não no tempo e com isso focava-se na descrição geográfica da região e dos eventos históricos, destacando os feitos da elite local¹². Na década de 1930 a 1950, um dos nomes da História Regional foi de Sergio Buarque de Holanda com o livro *Monções* (1945) e *Caminhos de Fronteiras* (1957), em ambos se buscou retratar o comportamento dos homens do sertão e o processo de ocupação e formação desse espaço (MARTINS, 2008, p.12). Na década de 1980, um dos nomes que sobressaiu nesse campo foi o da professora Maria Yedda Linhares que abrindo um leque de possibilidades da História Regional com a História Agrária e do Abastecimento¹³, e de Ciro Flamarion e Francisco Carlos Teixeira da Silva¹⁴ que em seus estudos integraram princípios da História Agrária com a Regional (MARTINS, 2008, p.16).

¹⁰ Os primórdios da História Local remete a Escola dos Annales com Fernando Bruedel(1945) como o livro *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo de Felipe II*, e Lucian Febvre(1922) em *A Terra e a evolução humana*.

¹¹ Escrita do lugar.

¹² Martins(2008, p.4) destaca alguns exemplos de Corógrafos que estudaram localidades do nordeste e do centro-sul brasileiro: Gonçalo de Athayde Pereira que escreveu sobre os municípios de Lençóis e São João do Paraguassu, ambos na Bahia e José Franklin da Silva Massena que descreveu a região mineradora das Minas Gerais em 1896.

¹³ Dentre suas obras, destacamos o livro *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530 - 1918)*. Maria Yedda Linhares (1979) analisa a dinâmica da produção e comercialização dos gêneros alimentícios, dando ênfase ao processo de abastecimento na Corte Imperial. Neste também é abordado o comércio da carne e do gado na Fazenda de Santa Cruz.

¹⁴ A tese, *Morfologia da Escassez: crise de subsistência e política econômica no Brasil Colonial (Salvador e Rio de Janeiro, 1680-1790)*, Francisco Carlos Teixeira da Silva (1990) faz uma análise do sistema agrário observando a crise de fome e escassez de gêneros alimentícios nas duas regiões e seu impacto sobre a ordem colonial e funcionamento da economia escravista.

Atualmente, há os estudos de José D’Assunção Barros que discute questões metodológicas da História Regional e Local¹⁵.

Na História Regional a delimitação espacial da região é estabelecida pelo pesquisador. Os limites podem ou não estar associados a delimitações geográficas e administrativas pré-definidas. No interior de uma região pode haver espaços homogêneos ou sobrepostos, os quais têm sua própria dinâmica interna, regras e totalidade. A região se apresenta como um sistema que estará vinculado a outras localidades similares (BARROS, 2009, p. 10). Dessa forma, segundo a definição de Barros (2009), a História Regional analisa a região/sistema e também sua interação com as outras.

A partir da abordagem da História Regional definimos com região central de análise o curato de Santa Cruz, por está vinculado ao espaço rural da Corte, estruturado a partir de elementos singulares relacionados a questões administrativas, culturais, geográficas, econômicas e sociais e cujo processo local de escolarização esteve articulado como o projeto nacional de instrução pública.

Trabalhamos com uma análise interdisciplinar dialogando com o estudo sociológico de Norbert Elias (1993;1994) sobre a formação do processo civilizador do Estado e sua interação com a sociedade numa relação entre o público e o privado, com a análise geográfica de Nelson Nóbrega Fernandes (2011) e urbanística de Fania Fridman (1999) e Mauricio de Almeida Abreu (2006) para pensar a estruturação física, organizacional da freguesia rural e pesquisas do campo da História da Educação e História Geral, visando entender a singularidade do processo local e sua relação com projeto nacional.

A fonte é a principal ferramenta para a elaboração da narrativa histórica. Através dela analisamos e interpretamos os eventos do passado, sempre com um olhar crítico e questionador. A historiografia tem ampliado seu leque quanto aos tipos de fontes, transformando o significado de objetos ordinários em documentos de relevância histórica. Mesmo com esse progresso acerca das fontes, a ausência pode constituir-se um “balde de água fria” nas expectativas do pesquisador e torna-se muito pior quando se sabe que a fonte existe, mas não é possível acessá-la. No caso dessa pesquisa, esperávamos consultar a documentos sob a guarda do Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, entretanto, o mesmo encontra-se fechado e sem prazo para ser reaberto, a intenção era analisar as correspondências do Imperador, a fim de saber mais a respeito das escolas que funcionaram na Imperial Fazenda. Outra documentação que não pudemos ter acesso foi a do Fundo da *Fazenda*

¹⁵ De José D’ Assunção Barros destacamos os artigos: *História, Região e Espacialidades* (2005), *História, Espaço e Tempo* (2006), e *O Lugar da História Local* (2009).

Nacional de Santa Cruz guardada no Arquivo Nacional, parte dos documentos encontram-se interditadas devido ao risco de contaminação.

Mesmo com tais inconvenientes, organizamos um conjunto de fontes diferenciadas. Operamos com fontes oficiais, tais quais: os Relatórios da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte (IGIPSC) anexados nos *Relatórios do Ministro dos Negócios do Império* (1860- 1889) – documentação disponível no site da Universidade de Chicago. Da mesma forma, tomamos com fonte imprensa, o *Almanak Laemmert (1870-1889)* – possui dados sobre a estrutura organizacional das freguesias da Corte e a distribuição dos professores e das escolas públicas e privadas – artigos, abaixo assinados e outras informações publicadas no *Jornal do Commercio*, *Gazeta de Noticias*, *Gazeta Suburbana* e o *Diario do Rio de Janeiro*, dentre outros periódicos¹⁶, todos, consultados através do site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (BN). Foram analisaremos ofícios, despachos e atas das seções da Câmara Municipal, relatórios, mapas de matrícula disponíveis no fundo *Instrução Pública da Câmara Municipal* sob guarda do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Selecionamos também o livro do memorialista Benedicto Freitas, *Santa Cruz: Fazenda Jesuíta, Real, Imperial (1987, vol. III)*, para inquirir relatos históricos obtidos acerca das fontes locais. Consultamos também as Correspondências da Casa Imperial e Real, disponíveis no Arquivo Nacional (AN), que permitiram obter informações sobre as escolas particulares que funcionaram na Imperial Fazenda. No site do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro (IHGB) foram consultadas as *Revistas do IHGB*, as quais contêm artigos e cartas dos superintendentes gerais da Fazenda de Santa Cruz. A revista *Poliantéa de Santa Cruz* (1930), do acervo pessoal do professor e pesquisador local Sinvaldo do Nascimento Souza¹⁷. Consultamos os registros tabelados dos livros paroquiais de batismo e óbito da população de Santa Cruz, coletados no Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro¹⁸, e, por fim, no

¹⁶ Mobilizamos vários periódicos, quatro se destacam pelas seguintes questões: *Jornal do Commercio*: de grande circulação e expressividade na Corte, traz dados sobre as escolas da municipalidade e as publicações das atas da Câmara Municipal, as quais permitiram observar as tensões em torno da instrução em Santa Cruz; *Gazeta de Noticias*: relata sobre as escolas de Santa Cruz e permite acompanhar a movimentação dos professores em suas nomeações e desistências na ocupação de escolas nas freguesias rurais. *Diario do Rio de Janeiro*: publicou uma relação descritiva dos moradores de Santa Cruz durante os anos 1876 e 1877, e apresenta dados que permitem observar a trajetória dos professores e as críticas a instrução pública no período. A *Gazeta Suburbana*: tem informações relevantes para entender as características do subúrbio.

¹⁷ A cópia do exemplar da revista foi cedida gentilmente pelo pesquisador em questão. Atualmente só existem dois exemplares da publicação, um deles se encontra sob a guarda do Núcleo de Orientação e Pesquisa História de Santa Cruz (NOPH) e o outro pertence à Sinvaldo do Nascimento, um dos responsáveis por preservar a memória e a história local de Santa Cruz. Fica aqui nosso registro de agradecimento.

¹⁸ Cedidos generosamente pela Prof.^a Dr.^a Manoela da Silva Pedroza, docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). O trabalho de tabelamento dos registros deve-se ao trabalho dos estagiários do Laboratório de Experimentação em História Social do Departamento de História

Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica de Santa Cruz (NOPH) coletamos registros sobre a *Escola de Santa Isabel*.

A relevância da pesquisa para o campo da História da Educação deve-se a contribuição para aprofundar o debate a cerca da escolarização na região do sertão da Corte em especial sobre Santa Cruz¹⁹. Promovemos um levantamento de artigos publicados em três revistas conceituadas do campo, são elas: *Revista de História da Educação* (RHE), *Revista Brasileira em Educação* (RBHE) e *Caderno de História da Educação* (CHE)²⁰. *A priori*, o objetivo era encontrar artigos que tivessem como tema principal ou transversal a escolarização em Santa Cruz, mas só encontramos um artigo onde a localidade é citada. A partir da primeira pesquisa, foi expandida a busca e passamos a usar as palavras-chave escolarização e instrução pública, limitando o recorte temporal a segunda metade do século XIX e o espacial a Corte Imperial. O resultado obtido foi de 17 artigos para escolarização e 12 artigos para instrução. Após essa busca, procuramos artigos com as palavras-chave nacionalização e civilização, usando os mesmos parâmetros da última busca e encontramos 03 artigos para cada uma das palavras pesquisadas.

Dos artigos selecionados nos periódicos trouxemos para a análise apenas aqueles que identificamos pertinência para a pesquisa desenvolvida. Da *Revista Brasileira de História em Educação* (RBHE), ressaltamos o artigo, “Combates pelo ofício em uma escola moralizada e cívica: a experiência do professor Manoel José Pereira Frazão na Corte Imperial (1870-1880), (SCHUELER, 2005, p.109-138). Este aborda a questão da instrução pública primária na freguesia urbana de Sacramento, Glória e Lagoa e analisa o ensino da moral e cívica e seu uso como mecanismo de fomentação de cidadãos aptos a servirem a sociedade. O artigo nos permite pensar sobre o papel estratégico da escola para a consolidação de um projeto político educacional civilizador e moralizador do Estado.

Outro artigo que destacamos da RBHE é o artigo intitulado “Espaços mistos: o público e o privado na instrução do século XIX” (LIMEIRA 2011, p. 99-129). O artigo problematiza a relação entre o campo da instrução pública e a privada. Duas questões foram responsáveis pela escolha desse artigo; a primeira é a interpretação sobre a questão da subvenção das escolas, que é entendido com um instrumento de associação entre o público e o privado; a segunda discorre sobre a escolarização nas freguesias rurais, na qual são apresentados dados que localizam Santa Cruz nessa problemática.

da Universidade Federal do Rio de Janeiro(UFRJ). Fica o registro de agradecimento pela disponibilização do material.

¹⁹ Ainda há poucos trabalhos no campo da História da Educação que se debruçam a discutir a escolarização em Santa Cruz.

²⁰ Analisamos as edições publicadas on-line: *RBHE* (2001 a 2018, com 48 edições), *RHE* (1997 a 2018, com 55 edições) e *CHE* (2002 a 2018, com 30 edições).

Na *Revista de História da Educação* (RHE) destacamos o trabalho “Entre a cura e o médico: higiene, docência e escolarização no Brasil Imperial (GONDRA, 2007, p.183-204). Neste se discute a problemática da higiene nas escolas e como contribuiu para a formação de um perfil civilizado do indivíduo. Justificamos nosso interesse no artigo, pois tal temática dialoga com as discussões de higienização presentes no processo e urbanização da Imperial Fazenda de Santa Cruz na década de 1870 e 1880 e que conseqüentemente envolveu suas escolas.

O texto “A coeducação dos sexos: apontamentos para a interpretação histórica” (ALMEIDA, 2007, p.61-86), analisa o Congresso de instrução pública em 1883 e sua discussão a respeito do ensino “mixto” nas escolas públicas da Corte Imperial, trazendo questões pertinentes para pensar esse debate.

O *Caderno de História em Educação* (CHE) é o periódico com o menor número de entradas para as palavras-chave procuradas. Destacamos o artigo, “A imprensa pedagógica e a educação de escravos e libertos na Corte Imperial: impasses e ambigüidades da cidadania na revista instrução pública (1872-1889) (SCHUELER, 2005, p.13-25). Nele são analisados os debates publicados na *Revista Pedagógica de Instrução Pública* por grupos de professores interessados em discutir as demandas sócio educacionais referente à instrução pública, ao direito de ensino e a prática cidadã e ao acesso da população escrava e liberta à escola. O texto aborda a escolarização, a cidadania via educação e o acesso de escravos e libertos ao saber escolar. Pensando em Santa Cruz, em sua população composta por grande contingente de ex-escravizados, estabelecemos um diálogo para entender como essa população participou do processo de escolarização.

Além dos periódicos, pesquisamos Teses e Dissertações defendidas a partir do ano 2010 sobre a temática da escolarização na Corte, na segunda metade do século XIX, e que abordassem preferencialmente as freguesias rurais, sendo o Banco de Teses da Capes a ferramenta para o levantamento.

Encontramos duas dissertações onde a escolarização em Santa Cruz é o tema principal da pesquisa e uma tese que possui um capítulo para abordar tal questão. “Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz: uma posposta de educação pelo trabalho do Imperador D. Pedro II (1885-1889) (BEAKLINI, 2013). O objeto é a escola “mixta” de ensino primário e de ofícios mantida pelo Imperador Dom Pedro II na Imperial Fazenda. As questões abordadas são referentes ao período de funcionamento da escola, a cultura material (a arquitetura, os espaços internos e as práticas educativas) e a discussão em torno do ensino profissional e noturno, os quais são interpretados como meios de promover a moralização e garantir desenvolvimento econômico e cultura aos desfavorecidos. “Porque os cativos de ontem

podem ser os operários livres de amanhã”: escolarização e trabalho para os filhos dos operários do matadouro na escola mixta Santa Isabel (1886-1889)” (RAMOS JUNIOR, 2019). Nesta o objeto é a *Escola de Santa Isabel* e ao longo do texto é proposta uma discussão a respeito do ensino de ofícios e se investiga a relação do trabalho e da escolarização entre os filhos dos operários do Matadouro. Na tese “Daí-lhes mestres e daí-lhes oficinas: o acesso de negros livres, libertos e ‘sujeitos de pés descalços’ à cultura letrada no Rio de Janeiro” (LOPES, 2020), o terceiro capítulo é voltado para a discussão em torno das oficinas da *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz*.

Tratando do tema escolarização em outras freguesias destaca-se a tese “O educar-se das classes populares oitocentista no Rio de Janeiro entre escolarização e a experiência” (COSTA, 2012). Nesta, é discutido os conflitos entre os Estado e as classes populares por educação, durante o final do século XIX e início do século XX. A autora entende que a educação nessa época não era colocada como um direito social, assim sendo precisava ser conquistado pelas classes populares. A partir dessa interpretação descreve-se o protagonismo das Associações de trabalhadores ao buscar alternativas para promover o “educar-se”. A pesquisa conduz a reflexão sobre as estratégias e alternativas dos indivíduos das camadas pobres no reivindicar e conquistar seus direitos como cidadãos.

“O comercio da Instrução no século XIX: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas” (LIMEIRA, 2010). Na tese é ampliado o debate contido no artigo de Aline M. Limeira publicado na RBHE. Nele é analisada a subvenção do Estado às escolas particulares com parte de uma estratégia do poder Imperial para impulsionar a participação da Sociedade Civil na instrução e a relação entre esfera pública e privada.

Esses são alguns estudos, dentre a vasta bibliografia do campo da História da Educação que serão tomados como referências. Escolhemos trazer para o estado da arte produções recentes, portanto atualizadas, que trazem para o campo uma contribuição acerca de questões de extrema relevância para a compreensão da dinâmica histórica da estruturação do projeto educacional do Império. Esta pesquisa se insere nesse debate com a intenção de contribuir não apenas para o campo da historiográfica da educação, mas também para o estudo da história local/regional de Santa Cruz.

Tem crescido o número de pesquisas dedicadas à história da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Para fazer o estado da arte dessa temática separamos os autores e trabalhos por categorias. Sobre escravidão: “Os servos de santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)” (ENGEMANN, 2002), nesta dissertação é analisada a formação das terras da fazenda de Santa Cruz e a relação dos jesuítas com seu plantel de escravizados. “Entre laços e nós: contribuição

e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro dos oitocentos” (ENGEMANN, 2006), na tese há um capítulo dedicado ao caso da escravaria de Santa Cruz. Mobilizando os inventários da escravaria da fazenda, as listas de batismo, matrimônio e óbito como fontes buscou-se compreender a dinâmica e relações de poder e sociabilidade construídas dentro dos planteis.

Sobre a categoria administração: “A fazenda de Santa Cruz e a política Real e Imperial em relação ao desenvolvimento brasileiro 1790-1850” (VIANA, 1974), a dissertação descreve o período administrativo dos Jesuítas, a formação do território da fazenda e analisa sua relevância como polo de produção de gêneros alimentos para a Corte Imperial²¹.

Sobre questão agrária: “Capítulos para uma história social da propriedade de terra na América Portuguesa. O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro 1600-1870) (PEDROZA, 2018), a tese traz um levantamento analítico da organização territorial da fazenda do período dos jesuítas ao Império, nele a autora esmiúça as relação de clientelismo, os *lobbys* entre os administradores da fazenda e proprietários de terra em torno do sistema de aforamento. “Uma História Social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro /1930-1968)” (SILVA, 2017), a dissertação trabalha com um período mais tardio, e expõe aspectos sociopolíticos da vida dos indivíduos que participaram do processo de colonização do Núcleo Colonial de Santa Cruz.

Sobre o Matadouro Público; “Dos currais aos açougues: elementos para uma história social do abastecimento de carne verde no Rio de Janeiro Imperial (1850-1889)” (SILVA, T., 2013), na monografia é discutido o processo de transferência do Matadouro Público de São Cristovão para Santa Cruz e o jogo de interesses entre agentes do Estado e negociante de gado e de carne fresca. “Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da Imperial Fazenda de Santa Cruz com a construção do Matadouro Industrial (1870-1890)” (COSTA, 2017), a dissertação aborda o impacto do matadouro na estrutura da propriedade do Imperador.

Nesse levantamento apontamos algumas teses, dissertações e uma monografia, porém, há outros estudos em forma de artigos que têm com recorte geográfico a Imperial Fazenda. Por exemplo, no livro *Santa Cruz: legado dos jesuítas a pérola da Corroa* (AMANTINO; ENGEMANN, 2013), constam artigos com diferentes temporalidades e temáticas, nos quais seus autores mobilizam variadas fontes para enxergar as relações entre indivíduos, as

²¹ Na linha da História Agrária e Regional a dissertação de Sonia Viana, publicada na década de 1970, foi um dos primeiros estudos acadêmico que trouxe uma análise crítica sobre Santa Cruz, o que tornou a pesquisa um referencia para quem deseja estudar sobre o tema.

singularidades e as reproduções de processos construídos no transcorrer de sua história com fazenda jesuíta, real e imperial.

Para concluir o estado da arte sobre Santa Cruz é relevante citar o trabalho do memorialista Benedicto Freitas. O trabalho não tem o rigor de problematizar e interrogar as fontes ou de não empregar juízo de valores. Em suma, orientações que Marc Bloch dá a todos os que se arriscam no ofício de historiador (BLOCH, 2001), mas mesmo assim é um trabalho rico em descrições e detalhes. Benedicto Freitas publicou cinco livros. São três volumes sobre a história da Imperial Fazenda do século XVI ao XX, ou seja, da divisão das terras em sesmarias ao desmembramento da fazenda durante a República. Na escrita da história de longa duração o memorialista cita fontes que hoje não encontramos nos arquivos o que nos dão pistas e geram questionamentos sobre alguns eventos. Os outros dois livros são sobre a história do matadouro: publicado em 1950, o primeiro descreve a construção do estabelecimento e traz apontamentos sobre o comércio da carne; o segundo é de 1977, é uma reedição com acréscimos e mudança de título. Por muitos anos os livros de Benedicto Freitas foram os únicos conhecidos que narraram a história desse lugar.

Assim, a partir de tais operações, esta dissertação está dividida em quatro capítulos.

No **capítulo um**, “Terras sertanejas: a diversidade do espaço rural da Corte Imperial”, discutimos as implicações sobre a categoria sertão e a heterogeneidade do mesmo. Analisamos a multiplicidade cultural, econômica, habitacional e social que fizeram das freguesias rurais espaços de variadas possibilidades. No **capítulo dois**, “Instruir para civilizar o sertão”, analisamos a construção do projeto civilizador estatal a partir da instrução escolar e em seguida buscamos identificar e entender as estratégias empregadas para expandir a escolarização nas freguesias rurais. No **capítulo três**, “A grande Santa Cruz: a história do Curato nas terras do Imperador”, debruçamos sobre a história desta região a fim de entender seu processo de formação como espaço público e privado, ou seja, fazenda da Família Imperial e região administrativa da Câmara Municipal. Analisamos sua estrutura socioeconômica e geográfica com objetivo de mostrar que essa localidade do sertão teve características que as distinguem das demais freguesias rurais e como isso repercutiu sobre seu processo de escolarização. No **capítulo quatro**, “Entre o público e o privado: a expansão escolar em Santa Cruz”, analisamos o processo de expansão da rede escolar de instrução primária formal no curato de Santa Cruz e como o projeto civilizador estatal foi propagado através desses lugares de instrução.

1 TERRAS SERTANEJAS: A DIVERSIDADE DO ESPAÇO RURAL NA CORTE IMPERIAL

Figura 1 - Ilustração do “Sertão Carioca”



Fonte: CORRÊA, p.222 apud DRUMMOND; FRANCO, 2005. p.1056.

De 1931 e 1932, Armando Machado Corrêa publicou na coluna “Sertão Carioca” do *Correio do Amanhã* crônicas e ilustrações que descreviam a história, a geografia, o modo de vida da população e as peculiaridades dos bairros periféricos ao centro da Distrito Federal. O título da coluna e o livro homônimo (1936) aludem à relação de ambiguidade socioeconômica da Capital. A palavra “Sertão” estava vinculada ao atraso enquanto “Carioca” à modernidade da década de 1930 (DRUMMOND; FRANCO, 2005). “Sertão Carioca” chama atenção para a representação simbólica de oposição remanescente do século XIX em torno da noção do espaço urbano e rural.

Antes de entrarmos propriamente na discussão sobre rural e urbano precisamos definir o que estamos conceituando como lugar e espaço. De acordo com Michel de Certeau, com

quem dialogamos (1998, p. 200- 206), “o lugar é a ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência”. Certeau pensa o lugar como uma unidade própria, estática, pontual, que é definido a partir da presença dos indivíduos e das suas relações. É a partir da ocupação do homem que se define os limites do lugar e que são traçados mapas e desenvolvidos percursos. “O espaço é um lugar praticado”, ou seja, está relacionado ao movimento, a transformação (CERTEAU, 1998, p.202). O lugar é o local onde as ações são vivenciadas pelos sujeitos históricos, sendo um efeito de práticas e produto de um tempo, de acordo com Certeau (1998).

Pierre Bourdieu (1997) ao analisar os “efeitos do lugar”, trabalha com uma interpretação próxima a de Certeau. Para aquele, o lugar “é o ponto do espaço físico”, é onde “os agentes individuais, bens e serviços” se situam, enquanto que “o espaço social se retraduz no espaço físico” é onde se manifestam as diferenças estabelecidas pelas relações dos agentes sociais (BOURDIEU,1997, p. 160-161). Neste se manifestam as hierarquizações, as distinções sociais, as relações de poder e se “define o valor das diferentes regiões” (BOURDIEU,1997, p.161).

Respaldados na interpretação de Bourdieu e Certeau, entendemos que as freguesias rurais foram lugares geograficamente delimitados a partir de processo da administração municipal e que possuíam limites, os quais foram retratados em mapas oficiais como meio de definir as áreas de poder territorial das autoridades locais. Cada espaço experimentou múltiplas transformações culturais devido à diversidade de relações entre os indivíduos nelas situados e entre estes com o meio físico, assim, as freguesias rurais foram espaços de práticas sociais distintas.

As características particulares de cada freguesia do sertão e seu modo de reagir e se transformar diante das interferências sobre seu espaço físico e social – como o processo de urbanização – não prejudicaram a manutenção de um sistema interligado de regiões interdependentes no interior da Corte.

O termo sertão está vinculado à representação de localidade considerada distante ou à margem do centro. Segundo Macedo (2007), a segregação através de limites geográficos aparece nas crônicas coloniais portuguesas onde a categoria foi aplicada no sentido de demarcar os espaços afastados e habitados por povos nativos, daqueles do litoral, ocupado pelos colonizadores. Esta distinção de “sociedade do litoral” e do sertão se manteve no século XIX sendo mencionado no *Relatório do Ministro da Justiça*, Paulino José Soares de Souza, em 1841(MATTOS, 1994, p.32). Outra característica atribuída pela elite política do Estado Imperial ao Sertão era identifica-lo com o local de barbárie e da ausência de civilidade

(MATTOS, 1994, p.245). Dessa forma o termo fora usado para simbolizar locais distantes e de baixo desenvolvimento cultural, econômico, moral e urbanístico.

No texto, a palavra sertão será aplicada como sinônimo de freguesia rural²², pois entendemos que ambas as nomenclaturas referem-se ao espaço periférico da Capital Imperial e carregam a noção representativa de oposição ao espaço da cidade / do centro da Corte / da freguesia urbana. Esta, por sua vez, é compreendida como um lugar delimitado o qual passou por melhoramento urbanístico e por um acelerado processo de ocupação desordenada e onde esteve situado o centro político, econômico e cultural do Estado Imperial.

A expressão subúrbio era utilizada para se referir as cercanias e os arredores da cidade. Este aparece recorrentemente na documentação administrativa, em especial, aquelas produzidas pela Câmara Municipal da Corte em alusão as freguesias rurais. Nelson da Nóbrega Fernandes (2001, p.45-58) defende que a categoria subúrbio foi alvo de um “rpto ideológico”, ou seja, uma mudança de atributos e significados. No século XIX, o termo subúrbio não era entendido de forma depreciativa, apenas identificava localidades periféricas, estivessem estas em freguesias rurais ou urbanas.

[...] havia subúrbios ou parte destes que por sua condição histórica e natural era mais ou menos desvalorizados. Copacabana por exemplo [...] visitada por poucos devotos, que em modesta romaria a procuravam em dias de festa [...] Pela situação marginal em relação à vida urbana até os fins do século XIX, Copacabana era na verdade uma espécie de sertão da freguesia da Lagoa (FERNANDES, 2011, p.55).

A Lagoa foi uma freguesia urbana. O fato de Copacabana ser chamada de subúrbio denota que a representação do que era o espaço suburbano é mais amplo do que a delimitação física das freguesias rurais. Maria Theresa Soares (1960) entende que a palavra subúrbio teve um significado “impreciso” devido a sua aplicabilidade. O termo significava “arrabalde ou vizinhança da cidade” e foi empregada no século XIX para identificar locais como: Botafogo, Catumbi, Copacabana, Engenho Velho, Gávea e São Cristovão, todos, localizados em freguesias urbanas em razão das localidades terem uma estrutura geográfica e ocupacional diferente da região central da cidade, aquelas eram marcada pela “descontinuidade de construções e de largueza e de menos gente ocupando mais terras”. Assim, para Soares, essa noção usual aplicada para identificar os espaços era “mais importante e generalizada [do que o significado] da palavra em si” (SOARES, 1960, p.195 apud FERNANDES, 2011, p. 15-16; 36).

²² Encontramos referência o uso da palavra sertão para definir as freguesias rurais, em textos de Pedroza (2009; 2018) em alusão respectivamente a Campo Grande a Santa Cruz e de Lenharo (1993), Santos (2018), Mattos(1994) e Mansur (2019) para freguesias rurais. Fernandes (2011) a usa para caracterizar além desses espaços outras regiões da Corte que possuíam ares bucólicos.

A aplicação do termo levou a rotulação de áreas suburbanas (entre o sertão e a cidade), como a que identificamos na *Gazeta Suburbana*²³ (1883, ed.0001, p.1). Na primeira edição da *Gazeta Suburbana* (1883) os editores, ao discorrerem sobre o crescimento do espaço suburbano, chamaram de subúrbio as freguesias de São Cristovão, Engenho Novo e Velho e Irajá. Ou seja, misturaram alguns locais ditos rurais com o urbano dentro de um mesmo conceito, dando uma interpretação particular. Tais locais além de serem os objetos de produção de conteúdo, foram também os lugares por onde o periódico circulou e também podemos observar que houve valorização de alguns espaços em detrimento de outros, como aparece na reclamação de um leitor:

É o caso que sendo eu residente no Riachuelo, fiquei de todo desapontado quando li na *Gazeta Suburbana*: “Aceitamos em nossas colunas qualquer reclamação de interesse local desde o Engenho Novo até Cascadura, contanto que não envolva matéria injuriosa contra terceiros.
Meus senhores redactores. [...] É verdade que nasci na roça, mas criado na côrte, tenho permanecido urbano e súbdito, por isso não deixarei de lhes perguntar qual a razão pela qual não aceitam em suas columnas as reclamações de interesse local de Riachuelo, de São Francisco Xavier e de São Cristovão? Principalmente Riachuelo?(GAZETA SUBURBANA, 1883, ed.0001, p.2).

Não podemos dizer o porquê da limitação de abrangência do periódico e de locais a serem abordados, até porque esse não é o tema da nossa discussão. Fato é que, o que Fernandes (2011) e Soares (1960) defendem é que na prática, a categoria subúrbio fora aplicada pelos contemporâneos do século XIX de acordo com a capacidade de circulação, de ocupação de elementos urbanos (prédios, ruas, comércio), populacional e a atividade econômica da localidade. Assim, a presença de elementos urbanísticos e a intensidade nas relações entre o espaço físico e a sociedade interferiram na percepção do observador ao identificar a paisagem como urbana ou suburbana.

Essa visão estendida sobre o subúrbio não se aplicou a documentação oficial. Nela, o subúrbio era sinônimo de freguesia rural. Ao analisarmos a documentação da Câmara Municipal da Corte, os registros do *Almanak Laemmert* e os *Relatórios dos Ministros dos Negócios do Império* identificamos que a palavra subúrbio foi empregada para situar as freguesias circunscritas no termo da Corte, ou seja, localizadas fora do região central do

²³ A *Gazeta Suburbana* se afirmava com uma “folha recreativa, noticiosa e de interesse local”, destinada a “damas, cavalheiros, maiores e menores” (1883, ed. 0001.p.2). A primeira edição foi publicada em 15 de dezembro de 1883 e tinha produção quinzenal. Era composta de quatro páginas, onde além dos artigos redigidos pelos “três exquisitões, nobilidades roceiras”, com se identificavam “Lissandro, Mario Estrela e A. Rosa, a folha também recebia carta de leitores e publicava anúncios locais. Foi produzido na localidade de Todos os Santos, na Rua do Hospício, na freguesia do Engenho Novo e impresso na Tipografia da Rua do Ouvidor 141. Seu valor era 100rs. Na Hemeroteca Digital estão disponíveis as edições de 1883, 1884 e 1885, último exemplo de 21 de fevereiro de 1885. Não sabemos por quanto tempo circulou.

município, independente da distância destas para o centro. Para mantermos uma coerência no uso do termo e por estarmos trabalhando em grande parte com documentos produzidos por instituições do poder central e local utilizaremos a conceituação das fontes oficiais.

O motivo pelo qual trouxemos a discussão em torno do significado da categoria subúrbio é porque a sua ampla significação é sintomática de um processo de urbanização nas freguesias, o qual implicou em erigir um local como centro de referência e influência sobre o espaço periférico gerando transformações no processo de educação e instrução e formação de valores morais e hábitos comportamentais.

Norbert Elias (1993, p 16-18) ao discorrer sobre o processo de construção das sociedades absolutistas europeias nos séculos XV a XVII relatou que os padrões de civilidade construídos pela corte francesa serviram de modelo para outras sociedades europeias o que colocou a França numa posição de poder de influencia social e cultural. Esses padrões foram tão forte que se espalharam pelo mundo com um modelo europeu de civilidade.

Com a colocação de Norbert Elias, chamamos a atenção para o fato de que as freguesias urbanas ao ser o centro tornaram-se o padrão a ser copiado. Estas são identificadas como o local de referência daquilo que se enxergava com civilizado, como urbano, conseqüentemente, as localidades que não detivessem esse padrão eram categorizadas como sub urbanas.

Robert Pechman (1991) distinguiu os conceitos de urbano e cidade, segundo este,

Onde existe a cidade não existe necessariamente o urbano; mas onde existe o urbano existe a cidade [...] o urbano não é exatamente um lugar, um espaço, o que é coisa da cidade, o urbano é o espaço da representação, o espaço do abstrato, numa sociedade em que o tempo também é abstração. [...] No século XIX a visão de mundo e de sociedade terá [...] uma cidade como expressão física, e o urbano, com síntese das múltiplas relações tecidas nesse espaço (PECHMAN, 1991, p.126 - 130).

Seguindo a linha de pensamento de Robert Pechman, a cidade é o *locus* de construção da representação do urbano. Associando esta conceituação e a interpretação de Bourdieu (1997) sobre “espaço social”, podemos entender que o urbano é um espaço social representado através da distribuição dos bens, serviços, instituições, pessoas, recursos públicos e privados que possui características próprias inseridas dentro da cidade. Essa chave conceitual também é aplicada para aludir o rural, o qual é um espaço social representado por elementos e relações diferenciadas construída a partir desse lugar fora da cidade. O efeito da distinção entre ambos causa a hierarquização (BOURDIEU, 1997, p.160-161). Assim entendemos que a cidade / centro da Corte Imperial foi o espaço onde se propagou os padrões

representativos de urbanidade e civilidade que se impôs a outras localidades influenciando-as e transformando-as gradativamente.

Augusto Saint-Hilaire em viaje ao Sul de Minas, no início do século XIX, registrou a vivacidade das freguesias rurais da Corte. Saint-Hilaire ficou surpreendido com a estrutura ocupacional da freguesia de Inhaúma e assim a descreveu: “próximo do Rio de Janeiro podemos-nos julgar nos arredores de uma das maiores cidades da Europa” (SANT- HILAIRE, 1938, p.63). A surpresa do naturalista foi uma reação ao imaginário que idealizava a paisagem²⁴ do sertão como o lugar da natureza, da miséria e da violência e da falta de organização.

A representação do urbano estava presente nas freguesias rurais como aparece na descrição do naturalista:

Essa paróquia [Inhaúma], como várias outras nas proximidades do Rio de Janeiro, não é formada por uma povoação propriamente dita, e se compõe de casas esparsas pelo campo. Nas localidades retiradas do interior, pelo contrário, não há paróquia sem povoação, e a razão dessa diferença pode ser, parecer-me, explicada facilmente. Em torno do Rio de Janeiro as terras se dividiram mais que em outra qualquer parte; cada pedaço de terreno passou a ser habitado, e quando o distrito atingia a população suficiente, passava a constituir uma paróquia independente. Mas ninguém ficava assás afastado da Igreja que não pudesse ir lá em pouco tempo, e com as vendas onde se adquirem os produtos mais necessários estão dispersas a beira de todos os caminhos, qualquer proprietário tem sempre uma ao seu alcance, não há por conseguinte razão para que se forme um grupo de casas ao redor da igreja de preferência a em qualquer outra parte (SAINT – HILAIRE, 1938, p.61 apud FERNANDES, 2011, p.54).

A descrição de Saint-Hilaire é relativa à Inhaúma de 1820, o processo de desmembramento de fazendas em pequenas e médias propriedades e o crescimento populacional fez com que as habitações se espalhassem por locais mais distantes da matriz paroquial. A descrição do naturalista é rica em detalhes e contribui para desconstruir a visão pejorativa do sertão e mostrar que era um local em transformação.

Fernandes (2011) ao investigar a formação ideológica do conceito subúrbio, aponta que o estudo do processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro não pode ser apropriado a partir de uma interpretação reducionista tanto histórica quanto teórica. Para este, quando um lugar é estudado é preciso analisar as nuances sociais, econômica, políticas e culturais que a caracterizaram no transcorrer do tempo. Não é adequado atribuir a este objeto uma característica única, determinista que reduz a diversidade a um modelo rígido. Um exemplo de visão reducionista foi a de Noronha Santos que colocou o trem e bonde e a condição financeira da população com elementos definidores de espaços.

²⁴ Segundo Simon Schama, a paisagem é um objeto criado a partir da imaginação do homem ao projetar seu olhar sobre a natureza e a cultura. (SCHAMA, 1996, p. 13-30 apud MACEDO, 2007, p.40).

Basta pensar que sempre funcionaram as associações do tipo: **bonde / Zona Sul** / estilo de vida ‘moderno’; **bonde /Zona Norte** / afirmação de uma classe média tradicionalista; Centro da cidade / aglomeração / convergência; **trem /subúrbio** / pobreza (SANTOS, 1968, p.23 apud FERNANDES, 2011, p.97, grifo meu).

A crítica de Fernandes (2010) ao uso do reducionismo é em relação à limitação imposta pelos modelos dicotômicos pré-definidos. É necessário romper com essa visão e ir além dela, ou seja, analisar a diversidade das freguesias, resgatando as implicações do social sobre o físico a finalidade de enxergar o dinamismo interno que fez desse espaço uma paisagem plural.

Com base nas observações de Nelson Fernandes e dos demais autores citados analisaremos as freguesias rurais da Corte, vendo-as como regiões complexas que se interligavam a fim de entender suas diferenças e semelhanças, seu modo de organização a partir dos critérios econômicos, geográfico, políticos e sociais.

1.1 Estudo regional sobre as freguesias rurais

A Capital Imperial estava situada dentro da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, a qual pertencia a Província do Rio de Janeiro. O artigo primeiro do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834 deu autonomia para as Assembleias Legislativas provinciais administrarem seus territórios. Contudo, determinou que o local onde a Corte e seu município se encontrasse o direito seria do Governo Central através do Ministério dos Negócios do Império (BRASIL, 1843).

De acordo com o *Almanak Laemmert* (1886, p 379), o Município da Corte tinha 101,544 quilômetros quadrados sendo que dois terços desse território eram ocupados por **oito freguesias rurais**: Nossa Senhora da Apresentação de Irajá (fundada em 1644), Nossa Senhora do Loreto de Jacarepaguá (1661), Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande (1673), Nossa Senhora da Ajuda da Ilha do Governador (1710), São Thiago de Inhaúma (1749), São Salvador do Mundo de Guaratiba (1755), São Bom Jesus do Monte da Ilha de Paquetá (1769) e Curato de Santa Cruz (1833); e um terço por **treze urbanas**: Candelária (1634), Santa Rita (1755), São José (1751), São Francisco Xavier do Engenho Velho (1762), Nossa João Batista da Lagoa (1809), Sant’Anna (1814), Sacramento (1826 antiga São Sebastião), Nossa Senhora Conceição da Glória (1834), Santo Antônio (1854), São Cristovão (1856), Espírito Santo (1865), Nossa Senhor da Conceição da Gávea (1873) e Nossa Senhora Conceição do Engenho Novo (1873).

Figura 2 - Mapa da divisão entre as freguesias do Município da Corte



Fonte: LOBO, 1978 (Com alterações gráficas nossas).

A adoção de nomes que remetem a elementos religiosos sinaliza a interferência da religião na organização dos espaços. Segundo Rita de Cássia Silva (2013), o elemento que definia a fundação das freguesias rurais era a Capela central, chamada de Matriz, pois era neste lugar inserido em uma propriedade privada que a freguesia iniciava suas atividades. Cada capela ficava sob a responsabilidade de um pároco ou cura e os fieis também eram chamados de fregueses. A criação de igrejas em áreas despovoadas esteve vinculada ao processo de colonização português do século XVII que visava estimular o povoamento desses lugares (FERREIRA, 2018)²⁵.

A Câmara Municipal era o órgão autônomo de representatividade política local que auxiliava o Ministério dos Negócios do Império na administração do Município da Corte. Sua função era criar leis em forma de Posturas Municipais, fiscalizar as instituições comerciais e zelar pela manutenção da ordem pública (SOUZA, 2011). A municipalidade escolhia os delegados e estes com o auxílio dos subdelegados administravam e fiscalizavam as freguesias. Internamente as freguesias eram subdivididas em quarteirões e eram administradas pelo inspetor de quarteirões (LAEMMERT, 1883, p.27). O curato era uma repartição eclesiástica com a mesma estrutura administrativa de uma freguesia, ou seja, possuía repartições públicas,

²⁵ Fania Fridman (1999) ao estudar o papel da Igreja Católica, através das ordens, irmandades e confraria, no processo de organização ocupacional da Corte Imperial, mostrou que as instituições e os templos religiosos foram importantes para definir espaços de habitação e de poder das classes sociais.

um território definido, era um distrito eleitoral e criminal e uma unidade administrativa e o centro do lugar (local onde estava a igreja matriz) também era chamando de freguesia (LAEMMERT, 1883, p.27; 1886, p.284; p. 406-410).

Durante a segunda metade do século XIX, a Corte experimentou um intenso crescimento demográfico motivado pela entrada de imigrantes estrangeiro e migrantes oriundos de outras partes do Estado, dentre eles ex-escravizados que segundo Oliveira (2010, p.98-102), abandonaram as áreas rurais da província do Rio de Janeiro em busca de oportunidades na Capital financeira do Império e que ao longo de 1870 estava se transformando no centro industrial do Brasil. De acordo com dados expostos por Oliveira (2010. p. 98), a população na Corte “aumentou 72% de 1838 a 1870, passando de 137.078 para 232.291 habitantes, e quase dobrou em menos de duas décadas, elevando 274. 972 para 522.651 habitantes no curto período de 1872 a 1890”.

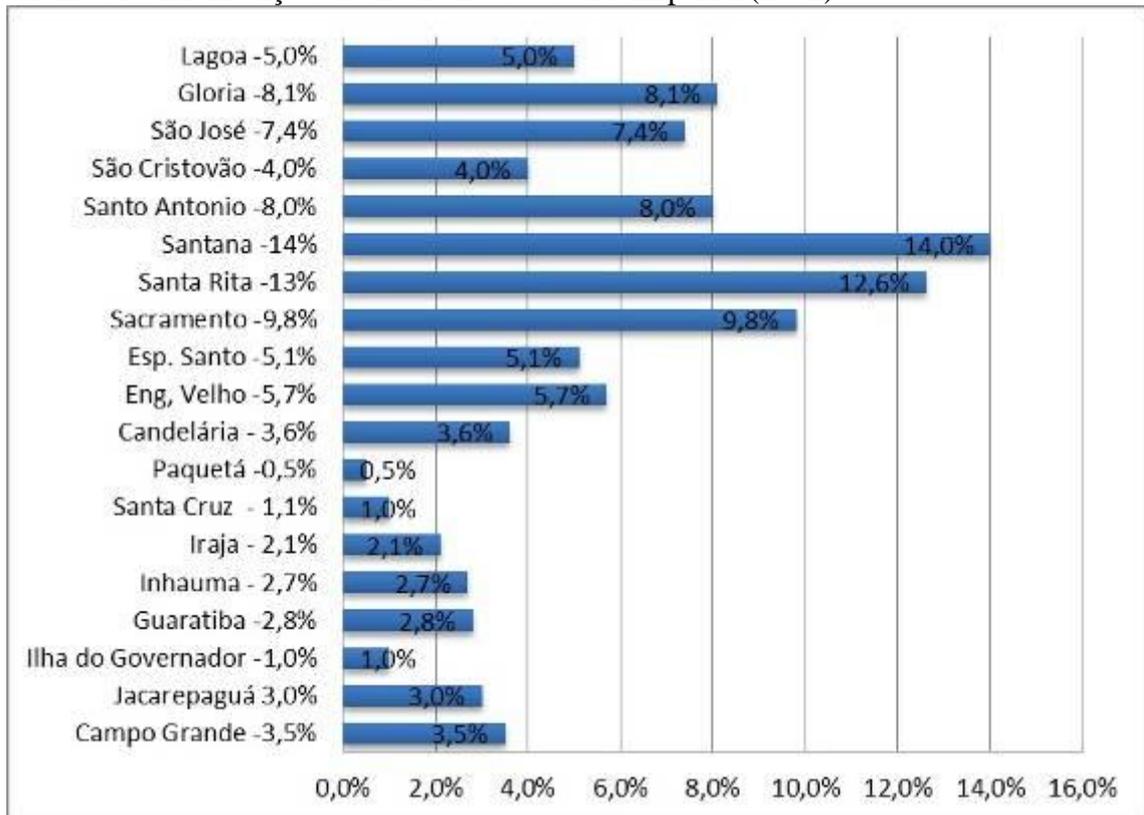
O Censo de 1872 informa que população da Corte se aproximou de 274.982 habitantes²⁶, nessa contagem incluíam homens, mulheres, livres e escravizados, de todas as faixas etárias. Espalhados pelas freguesias rurais havia 46.234 pessoas, representando 16,8% e nas freguesias urbanas havia 228.748, aproximadamente 83,2%²⁷. Levando em consideração a precariedade com que os dados do Censo foram obtidos, sabemos que provavelmente muitos ficaram ausentes dessa contagem, mesmo assim, esta é uma fonte que ajuda a pensar a estrutura social do Império.

Através do gráfico observamos como estava distribuída a população pelas freguesias da Capital Imperial.

²⁶ No Censo de 1872, no quadro que apresenta dos dados contábeis sobre a população geral de escravizados apresenta erros no somatório nas freguesias da Candelária e de Irajá, com isso o quantitativo desses indivíduos é diferente do informado na fonte (48.939). Somando todos dos dados constatamos que o número correto é 48.949 de escravizados no Município Neutro. Esse número também altera o número geral de habitantes de 274.972 para 274.982.

²⁷ Ressaltamos que a fonte apresenta números absolutos. A porcentagem foi calculada a partir desses números pela autora da pesquisa.

Gráfico 1 - Distribuição dos habitantes da Corte Imperial (1872)



Fonte: IBGE. Recenseamento da População do Império, 1872.

Através dos indicativos do gráfico chamamos a atenção para a concentração populacional no centro da Corte e a diferença na distribuição da população entre as freguesias rurais²⁸. Os números apontam que o centro da cidade foi um lugar de concentração de pessoas. Entre as freguesias urbanas, aquelas com maior densidade de habitantes foram Santa Rita (12,6%) e Santana (14%). A primeira foi fundada em 1785, sua principal atividade econômica era a portuária, com o comércio em torno dos trapiches do Porto. Segundo Lúcia Silva (2015, p.271-272), os limites físicos de Santa Rita iam da zona portuária aos mangues, próximos a pedreira de São Diogo. Em razão do seu crescimento populacional foi desmembrada e criada a freguesia de Santana em 1814, a qual ficou com a parte dos mangues. Esta se tornou a mais populosa e se distinguiu pela concentração de 154 cortiços e pela “Pequena África”, reduto da população escravizada e liberta (SILVA, 2015). Com 38.903 habitações, Santana era uma área de moradia de pobres e também de aristocratas e servia de passagem do centro para São Cristovão, onde estava a Quinta da Família Imperial.

Atentando para as freguesias rurais podemos extrair do gráfico que o índice de habitantes foi mais baixo do que as do centro. Todas as rurais tiveram percentagem abaixo de

²⁸ Ressaltamos que o gráfico não traz as freguesias da Gávea e do Engenho Novo, pois ambas foram fundadas em 1873 e sua população estava incluída nas respectivas freguesias da Lagoa e Engenho Velho (SANTOS, 1965).

4%, sendo que a única freguesia urbana abaixo desse índice foi a da Candelária com 3,6%. A população total de 16,6% chegou muito próximo da quantidade da mais populosa do centro, Santana com 14%.

Ao comparar os números de habitantes do Censo com os dados informados pelo *Almanak Laemmert* do ano 1886, percebemos que, ao longo de 16 anos, nas freguesias rurais o crescimento foi mais lento, ou seja, com pequena alteração no quantitativo populacional, por exemplo: Campo Grande em 1872 havia 9.747 pessoas e em 1886 o número era 9.757, a Ilha do Governador, no mesmo período tinha 2.856 e passou para 3.694 e assim foi com os demais lugares²⁹ (LAEMMERT, 1886, p, 391- 410). O aumento ocorreu principalmente entre a população livre com a queda da escravizada, esta uma consequência dos debates, leis e ações de sociedade abolicionista pelo fim da escravidão. Assim, comparando proporcionalmente os dados vê-se que houve alta concentração demográfica no centro da Corte, mas entendemos que isso não significou que a população do sertão foi pequena. Esta apenas cresceu em um ritmo mais lento e formou núcleos habitacionais dispersos em razão da largueza territorial, muito superior em relação às regiões urbanas.

Tomamos o gráfico populacional como referencia e selecionamos as freguesias com maior e menor taxa de população³⁰, Campo Grande e Paquetá, respectivamente. Também elegemos aquelas que se enquadravam com baixo índice populacional com localização mais próxima (Irajá) e mais distante (Guaratiba) da Corte. Discorremos sobre suas características e diversidade.

Campo Grande chama a atenção em razões de ser a maior em taxa populacional entre as rurais, com 9.747 habitantes, ou seja, 3,5% (BRASIL, 1872). A população estava dividida em 3.404 homens e 3.527 mulheres, ao todo 6.931livres, destes 1.571 menores de até 15 anos e 2.816 escravizados, sendo 1.430 homens e 1.380 mulheres (BRASIL, 1872, p.8). Campo Grande tinha “5 léguas de extensão e 4 de latitude” (LAEMMERT, 1886,p. 391)³¹, hoje essa área corresponde aproximadamente 20.083,16 ha³².

²⁹ Não podemos fazer tal afirmação sobre a freguesia de Irajá, pois no *Almanak Laemmert* está é a única freguesia que não apresenta dados sobre a população.

³⁰ Nesse caso deixamos Santa Cruz à parte, pois trataremos especificamente dela no capítulo 3.

³¹ Atualmente o que seria a freguesia de Campo Grande é a composição de duas regiões administrativas: XVII composta por Bangu, Gericinó, Padre Miguel, Senador Camará e Vila Kennedy (6.207,59 ha) e a XVIII formada pelos bairros de Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Santíssimo e Senador Vasconcelos (13.875,57 ha). A soma dessas regiões dá 20.083, 16 ha. Essa área é pouco menor que a freguesia, mas trabalhamos com esse tamanho para nos aproximar do que seria a extensão do lugar no passado (GEORIO).

³² Medida equivalente no Rio de Janeiro e Minas Gerais a 4,84 hectares (alqueire mineiro) (LAROUSSE, 2009, p.30). Um alqueire (ha) estava para uma medida aproximada de 27,225m² (PEDROZA, 2008, p.xxii).

[A freguesia de Campo Grande] limitava-se ao Norte com as freguesias de São João de Merity e Marapicú, província do Rio de Janeiro, e pelo sul com as freguesias da Guaratiba e Jacarepaguá, pelo lado Oeste com o Curato da Imperial Fazenda de Santa Cruz (LAEMMERT, 1886, p.391).

Campo Grande foi ocupada por fazendas e engenhos ao longo do século XIX e nos primeiros anos do século XX. Noronha dos Santos (1965) descreveu a paisagem da freguesia em 1900³³.

O terreno da freguesia é em grande parte montanhoso. Seu clima é saudável, exceto nos lugares pantanosos, sujeitos a febres de mau caráter. Possui regular comércio e algumas lavouras nas fazendas do Barrata, do Monte Alegre, do Juriari e da Paciencia, e pequenas plantações de cana em diversos sítios, próximo dos povoados e lugarejos. (SANTOS, 1965 apud MANSUR, 2009, p. 57).

Manoela Pedroza (2008) analisou a dinâmica da estrutura fundiária na freguesia e a distribuição do patrimônio senhorial entre 1854 e 1889. Seus apontamentos sobre as fazendas do Pedregoso, das Capoeiras, Guandu, Coqueiros, Viegas, do Rio da Prata e do Cabuçu mostram que a estrutura socioeconômica da região esteve profundamente vinculada à atividade agrária e que a população se organizou nos engenhos e fazendas. Segundo Fridman (1999, p. 146), a ocupação passou a ser estimulada em 1853 com a “Feira de Campo Grande”, a qual cobria o trecho de Campinho³⁴ a Realengo percorrendo as margens da Estrada Imperial.

Uma característica singular e de relevância para o progresso urbanístico e o crescimento populacional de Campo Grande foi a instalação do Campo de Marte na localidade de Realengo em 1850. Na área militar foi construída a *Escola de Tiros* e a *Imperial Academia Militar* e em 1898 uma fábrica de cartucho. A organização do espaço levou a abertura de ruas para viabilizar o deslocamento local e resultou na valorização dos terrenos: “Em 1882 e 1884 [...] no Campo de Marte e na Rua Tonelero o valor do foro era superior a 1\$000 e nas ruas Vitória, Conselheiro Junqueira e Pedro Gomes, inferior [...] variavam entre 727 a 900 réis” (FRIDMAN, 1999, p.150). Para Fridman, o estímulo ao processo de ocupação e urbanização dessa localidade foi consequência da presença do aparelho militar do Estado e suas ações de melhoria no lugar e isso refletiu na valorização das moradias.

Diante dos dados e apontamentos, inferimos que o processo de ocupação de Campo Grande e seu crescimento demográfico no século XIX foi sintomático à atividade econômica das fazendas e engenhos e da ação do Estado em instalar um centro militar na região. A

³³ A descrição de Noronha Santos (1965) refere-se ao trecho que atualmente corresponde aos bairros de Realengo a Campo Grande.

³⁴ Campinho está localizado na freguesia de Irajá.

população se situou em espaços nucleares específicos (fazendas, matriz e estrada) que ao mesmo tempo eram distantes entre si.

A freguesia de São Bom Jesus dos Montes da Ilha de Paquetá³⁵ estava localizada no interior da Baía de Guanabara, era um arquipélago formado pelas ilhas de Paquetá (a maior em extensão), Brocoió, Pancarahiba, Braço Forte, Romana, Ferro ou Ambrósio, Redonda, Itaoquinha, e outras menores. A área territorial era de aproximadamente 170,57 ha³⁶, dividido em quatro quarteirões. (LAEMMERT, 1886, p.406). A ilha de Paquetá era a maior em extensão e nela está localizada o cento da freguesia, ali se encontrava a igreja matriz, por consequência abrigou grande parte das 210 casas 182 fogos (domicílio)³⁷ contabilizados no Censo de 1872. Os 0,5% de população distribuiu-se entre 435 homens e 468³⁸ mulheres destes 198 eram crianças e jovens de até 15 anos, totalizando 903 pessoas livres. Havia 506 escravizados (358 homens e 148 mulheres), todos juntos formara uma população de 1.409 fregueses (BRASIL, 1872, p.8 - 10). A maioria de população pobre, mas também havia uma camada aristocrática que habitava os solares e os usava com casas de veraneio. O deslocamento entre a ilha e o centro da Corte ocorria por vapores que circulavam diariamente em horários definidos (LAEMMERT, 1886, p.406).

Paquetá diferente das outras freguesias não apresentou no registro do *Almanak Laemmert* a presença de lavradores o que indica a possível ausência de propriedades agrícolas voltadas para a produção de gêneros alimentícios. Isso também pode ser um indicio que o abastecimento dessa freguesia dependia do comércio com o continente. Através do *Almanak Laemmert* (1872 a 1888) percebemos que a população masculina estava envolvida na atividade comercial (tabernas e armazéns), fabril (operários nas fábricas³⁹ de cal) e artes e ofícios (sapateiros, ferreiros, padeiros). A ausência de áreas agrícola nos leva a crer que a população escravizada exercia atividades domésticas, pesqueira e serviços nas fábricas. Relacionando a quantidade de pessoas, a pequena extensão territorial e os tipos de práticas laborais são indícios que em Paquetá a população estava concentra no núcleo da freguesia. Essa possível concentração de pessoas, de certa maneira, poderia ter favorecido práticas como a da instrução escolar.

³⁵ Paquetá era chamada de “Pérola da Guanabara” (GAZETA SUBURBANA, 1885, ed. 00032, p.2) foi cenário para o Romance “ A moreninha” de Joaquim Manoel de Macedo, publicado em 1844.

³⁶ O dado sobre a extensão de território obtivemos no Portal GeoRio.

³⁷ Fogos é o nome dado a uma unidade habitacional dividida em outras unidades, as quais são ocupadas por indivíduos que não são donos, mas que têm autonomia para produzir no lugar a custa de um pagamento mensal ou anual.

³⁸ Pelos dados oficiais do Censo de 1872, Campo Grande, Paquetá e Santa Cruz, dentre as rurais foram a que apresentaram população feminina livre maior de a masculina na mesma condição (BRASIL, 1872, p.8).

³⁹ Segundo Souza (2015, p.20), o termo fábrica no século XIX era usado para se referir a “organizações maiores que oficinas e maiores que manufaturas”. Na produção era usados maquinários a vapor ou hidráulico.

Irajá foi a primeira freguesia rural fundada no período Colonial. Esta estava localizava no Recôncavo da Guanabara e do seu desmembramento originou-se Inhaúma, Jacarepaguá e Campo Grande. Segundo Ferreira (2018), Irajá foi uma área de confluência de fluxos comerciais e povoamento incipiente ainda na primeira metade do século XVII. Em 1872 a população era de 2,1% distribuída em 2.449 homens livre e 2.022 mulheres, 902 menores e 1.444 escravizados (798 homens e 646 mulheres) (BRASIL, 1872). O uso do trabalho escravo ainda era intenso nos engenhos de açúcar.

Esta freguesia se destacou desde o início como área de intensa circulação de mercadores pelo “Caminho Novo” e por seus portos fluviais, assim “os principais pontos de passagem de saída da Corte passava sucessivamente em Irajá” (FERREIRA, 2018, p. 12). Suas terras davam acesso à freguesia de Pilar e a serra em direção à província de Minas Gerais. A igreja matriz foi um dos polos de concentração demográfica os demais foram as propriedades agrícolas, espalhadas pela região. A produção agrícola da região foi intensa durante o século XIX, como aponta Rita Silva (2013). Com isso, as roças e as fazendas ajudaram a organiza a estrutura ocupacional de Irajá.

A freguesia de Guaratiba era a mais afastada da Corte e geograficamente foi uma das maiores, com área territorial de aproximadamente 15.258,01 ha⁴⁰. Localizada entre a serra e o mar, as terras forma utilizadas para a atividade agrícola e pecuária, possuía uma restinga de 44 km² onde atracavam navios clandestinos e praticava-se atividade pesqueira (FRIDMAN, 1999). O *Almanak Laemmert* (1886, p.393) aponta que devido à produção cafeeira a freguesia sempre fora a “mais rica e florescente” do município, todavia, em 1886, encontrava-se “reduzida ao estado de miséria em razão das sêccas continuas que assolão[avam] e lhe têm consumido os seus cafasaes”. Sua restinga foi por anos porta para o tráfico negreiro, com relatou Alberto Lamego (2007), esta fazia parte das terras da Fazenda de São Joaquim, pertencente a uma poderosa família proprietária de terras, os Breves⁴¹.

Marambaia era a praia de banhos do clã patriarcal ao mesmo tempo em que a portaria de entrada da sua escravaria, cujo isolamento frustrava a fiscalização do tráfico negreiro pelos navios britânicos a serviços de seus interesses coloniais. Marambaia era também uma fazenda cultivada, visto que todos os domínios dos Breves tinham de produzir. Pelas encostas de seu morro subiam cafézais, mandiocais e milharais. O seu fim principal, todavia, era o de receber e aprimorar a

⁴⁰ A informação sobre a extensão do território foi obtido no site da *GeoRio*, esta desconsidera a metragem a região da Restinga da Marambaia. A antiga freguesia hoje e formada pelos três bairros; Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Barra de Guaratiba. A Restinga hoje é área militar da Marinha do Brasil (GEORIO, 2020).

⁴¹ O patriarca da família Breves era o Comendador Joaquim José de Souza Breve, dono de vinte propriedades de terra ao longo da Baía de Sepetiba á Barra Mansa, no interior da província do Rio (FRIDMAN, 1999; MANSUR, 2009).

mão de obra para os latifúndios de serra acima (LAMEGO, 2007 apud MANSUR, 2009, p.18).

A população da freguesia estava dividida em 1.763 escravizados (888 homens e 880 mulheres) e 5.864 livres (2.944 homens e 2.920 mulheres), destes, 1.370 tinham entre 6 e 15 anos. Ao todo eram 7.627 indivíduos, os quais corresponderam a 2,8% da população da Corte (BRASIL, 1872, p.8). A maior parte dos escravizados serviu para atender as demandas de mão de obra agrícola. Quanto à ocupação, havia 1.180 casas habitadas e 16 não e 1.120 fogos. Não podemos definir a quantidade das famílias que ocupavam casa ou fogos, mas com foi uma região de fazendas e lavouras pode indicar uma possível distribuição esparsa da população motivada pela atividade agrícola.

As habitações nas freguesias rurais se distinguiam entre fazendas, chácaras, engenhos, casas de campos, casebres e senzalas, as quais ficavam espalhadas pelo centro onde estava a sede da igreja matriz, pelo interior do território e a margem das estradas. Nesses lugares os indivíduos realizavam trocas comerciais, teciam relações políticas e estabeleciam representações socioculturais tornando os espaços habitados em ambientes profícuos em sociabilidade.

Uma evidência que mostra a diversidade da ocupação do sertão e que interferiu na conformação socioeconômica das freguesias era a proximidade física com a Corte. Segundo Saint - Hilaire, “a cerca de duas léguas do Rio de Janeiro acabam as chácaras e casa de campo, e começam os engenhos de açúcar. São apenas cinco em Inhaúma, e já em Irajá atingem a doze” (SAINT - HILAIRE, 1938, p.61 apud FERNANDES, 2011, p.54). Inhaúma ficava mais próxima da cidade, pois grande parte do seu território fazia limites com a freguesia urbana do Engenho Novo, enquanto Irajá localizada mais ao oeste não tinha áreas limítrofes ao centro da Corte.

No sertão existiam as pequenas casas comerciais de produtos corriqueiros e manufaturas, por exemplo: olaria, marcenaria, oficinas de ferreiro, sapateiro entre os anos de 1870 e 1880 havia fábricas nas freguesias de Inhaúma (cigarro, cola, telhas, fogos artificiais e café moído) Ilha do Governador (aguardente, cal, formicida, inseticida, sulfato de carbonato, tijolo, sabão) e de Paquetá (cal)⁴².

Dentre as freguesias rurais, a Ilha do Governador e Paquetá foram a que apresentaram mais unidades fabris no final do século XIX, segundo consta nos registro do *Almanak Laemmert*. Em Paquetá havia importantes estabelecimentos de cal que exportavam para Corte

⁴² Tais dados foram colidos da Coluna *Freguezias Suburbanas*, publicada no *Almanak Laemmert*. Foi feito uma análise por amostragem referente aos anos citados.

e outros lugares da província do Rio de Janeiro, tais como: Porto das Caixas e Magé. O Almanak Lammert aponta onze fábricas com as principais produtoras, o que dá a entender que havia outras com produção menos significativa; ao todo a freguesia exportava “mais de 8.000 moios [de cal] por anno” (LAEMMERT, 1871, p.336).

Na ilha do Governador em 1870, havia “seis fábrica de cal, sendo que uma não estava em funcionamento e três casas de negócios” (SOUTO, 2015. p.20). Em 1886 havia treze fábricas caieira e dezesseis casas de negócios (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1886, p.390-406) Em 1870, há o registro de 56 homens em atividades de manufatura, artes e ofícios⁴³(LAEMMERT,1870, p.338-339). A indústria caieira e o trabalho de oficinas contribuíram para diversificar a economia local para uma população formada em sua maioria por indivíduos pobres (SOUTO, 2015).

De acordo com a Postura Municipal, no interior da cidade era proibido funcionar “fábrica de destilar aguardentes, as de sabão, azeite, óleos; ou quaisquer outras em que se trabalhe com ingredientes que exalam vapores”, sendo permitidas que fossem “colocadas nos arrabaldes, ou subúrbios”, pois havia o medo da propagação de doenças através do vapor exalado pela indústria (POSTURA MUNICIPAL, 1854, p 18).

Apesar dessa determinação, a indústria têxtil chegou com intensidade na década de 1870. Especialmente na Corte onde estava “o grande mercado de trabalho” (ABREU, 2004, p.55). Com o aumento demográfico crescente no centro urbano as fábricas passaram a ocupar as freguesias urbanas gradativamente⁴⁴. Ao longo dos vinte primeiros anos, o investimento ficou em grande parte nas freguesias centrais mais periféricas. A expansão para outros espaços ocorreu após o período Imperial; A pioneira foi a fábrica Bangu.

A atividade econômica mais significativa das freguesias rurais era a agricultura. O *Almanak Laemmert* ao descrever as práticas econômicas nas freguesias cita a grande quantidade de propriedades agrícolas voltada para o cultivo de açúcar, aguardente e café. A rede de abastecimento de gêneros alimentícios (carne verde⁴⁵, porco, feijão, milho e farinha de

⁴³ A pesca também foi uma atividade de grande relevância econômica na Ilha do Governador. Segundo Judite de Paiva Souto (2015), nos anos de 1870 havia 406 pescadores (94 cativos e 312 livres) o que fizera da pesca a prática laboral mais exercida nesta freguesia.

⁴⁴ As duas primeiras foram instaladas em São Cristovão em 1870, Fábrica Santa Rita e São Lázaro; em 1879 no centro da Corte, Fábrica de Tecido do Rink; em 1880, em Laranjeira na freguesia de Glória, Fábrica Aliança; 1882, no Caju na freg. de São José, Fábrica Bonfim; 1885 em Vila Isabel na freg. do Engenho Velho, Cia F. e T. Confiança Industrial; 1886, no jardim Botânico na freg. da Gávea, Cia F. e T. Carioca; 1886, em São Cristovão, Fábrica São Cristovão; 1889 na Lagoa, Cia F. e T. Corcovado e outra em Bangu na freg. de Campo Grande, Cia Progresso Industrial do Brasil (OLIVERIA, 2010, p. 103).

⁴⁵ Carne verde é o nome dado a carne fresca. Era o produto obtido do abate diário do gado bovino e suíno. Tinha um valor comercial mais elevado que a carne seca ou de sol. Havia artigos específico no Código de Postura Municipal que regulava a produção e a comercialização. A carne verde movimentava uma grande

mandioca) inclui produtos produzidos no sertão e destinados ao abastecimento do mercado interno da Corte e para o mercado externo (GARCIA JÚNIOR, 1991).

A *Gazeta Suburbana* (1884, ed.00027, p.4) cita Inhaúma e Irajá com exemplos de áreas de produção agrícola “abundante”, praticada por famílias portuguesas “regado com o suor do trabalho livre”. Na segunda metade do século XIX, a principal atividade econômica em Irajá era a produção de gêneros alimentícios, nela havia 12 engenhos e algumas áreas de roçado (SILVA, R., 2013, p.18). Durante o século XVIII, a freguesia de Inhaúma atuou como importante centro de abastecimento da Corte, identificada por Lima (2016, p.146) como um “complexo agrário” pertenceu à família Mascarenhas.

A diferença na atividade agrícola desempenhada nas freguesias do sertão esta relacionada ao tipo de produto e ao mercado explorado: o interno ou o externo. Em Guaratiba, além dos Breves, no século XIX, a Irmandade do Santíssimo Sacramento foi dona de grande parte da freguesia, que “contava com engenho de açúcar, criação de bois e cavalos, além da plantação de mandioca, milho e legumes voltada para a exportação (FRIDMAN, 1999, p.175). **Santa Cruz** durante os séculos XVI ao XVII foi um polo pecuário e agrícola de produção e distribuição de alimentos para a Corte e província de Minas Gerais. No século XIX, foi referência no abastecimento de carne fresca para os açougues e talhas da capital. (VIANA, 1975; SILVA, T., 2013). Em Campo Grande havia muitos engenhos e fazendas de plantação de mandioca, cana de açúcar e café (PEDROZA, 2008, p.78). Manoela Pedroza (2008) relata que o investimento nas lavouras cafeeira foi a solução para a crise do canavial, por isso o aumento da produção de café nas propriedades.

Segundo Alcir Lenharo (1993), a integração econômica entre o Centro e o Sul do Império era obtida através das estradas que cortavam as freguesias rurais. Por estas passavam os tropeiros levando no lombo das mulas os produtos das Províncias de Minas Gerais, São Paulo e Goiás em destino ao porto da Corte ou as casas comerciais. Logo, o sertão tinha um papel estratégico, pois pelas vias de terra e fluviais (através de cabotagem) ocorria uma intensa atividade econômica, pois além de ser rota para viajantes era por lá circulava a produção cafeeira, o gado, gêneros alimentícios, os produtos importados da Europa e onde ocorria o contrabando e a cobrança dos tributos⁴⁶.

A Estrada Imperial era uma das mais importantes vias de ligação entre o centro da Corte e as Províncias do Centro Sul, seu trajeto cortava as freguesias de Santa Cruz, Campo

cadeia comercial e produtiva: iniciava com os pecuaristas, passava pelos tropeiros, internista, marchantes (negociantes de gado e carne), funcionários do matadouro e concluía com os açougueiros.

⁴⁶ O “Imposto do Gado” era um dos impostos cobrados dos tropeiros nas estradas. O imposto foi criado por Dom João VI para financiar as aulas Regias na Corte (LENHARO, 1993, p.50).

Grande, Inhaúma, Irajá, Engenho Novo e São Cristovão. À medida que novas estradas iam sendo abertas por dentro das fazendas impulsionava-se o povoamento e a valorização das terras (LENHARO, 1993, p.50). O fluxo de viajantes e de tropeiros transformaram as margens das estradas em locais de práticas comerciais legais e ilegais, segundo Lenharo (1993).

As freguesias rurais ou sertão ou subúrbio apresentaram traços semelhantes, todavia, não foram espaços homogêneos, portanto não podem ser compreendidas de forma generalizada. Existiam vários sertões dentro daquele espaço que se identificava com o sertão da Corte. Como forma de enxergar tais diferenças trazemos características de São Thiago de Inhaúma e Nossa Senhora de Loreto de Jacarepaguá⁴⁷ que indiciam o caráter plural entre esses lugares. Ambas tinham um índice populacional elevado (acima de sete mil habitantes), estavam localizadas em posições distintas ao centro da Corte, o que inferiu na conduta socioeconômica e no processo de urbanização e distribuição das escolas. No quadro abaixo as características estão organizadas para uma melhor observação. Os dados correspondem ao ano de 1883⁴⁸.

Quadro 1 - Aspectos socioeconômicos de Inhaúma e Jacarepaguá (1883)

Freguesia	Inhaúma	Jacarepaguá
Localização	Ao norte da Corte (tinha a sua frente a freg. de Engenho Novo, ao sul a freg. de Irajá, ao oeste a freg. de Jacarepaguá e a leste a Baía da Guanabara.	Ao Oeste da Corte (tinha a frente o Oceano Atlântico, ao sul as freg. de Irajá e Campo Grande, a leste as freg. de Inhaúma, Engenho Novo, Eng. Velho e Gávea).
Quantitativo de Habitantes	7.444 (6.128 livres / 1.316 escravizados)	8.218 (5.627 livres / 2.591 escravizados)
Quantitativo de Escolas	08 de instrução primária (02 públicas / 03 particulares/ 03 subvencionadas). Zero de secundária	07 de instrução primária (05 públicas / 02 particulares). Uma de ensino noturno para adultos (particular e gratuita). Zero secundária
Propriedades fundiárias	16 proprietários. A atividade agrícola era concentrada nas médias e pequenas propriedades, no cultivo de gêneros de alimentícios para o mercado interno.	13 Fazendeiros e 67 lavradores. A atividade econômica esta centrada nas grandes propriedades fundiárias produtoras de café e açúcar e aguardente, voltadas para o mercado externo.
Atividades Comerciais e Industriais	70 “negociantes” e “profissionais” ⁴⁹ . Possuía fábricas de cigarro e de café.	71 “negociantes” e “profissionais”. Não tinha fábricas de cal, vapor e papelão.
Circulação	Cortada pela Estrada de Ferro e pelo Caminho Imperial. Dois grandes meios de circulação de pessoas e mercadorias.	Estava próxima a Estrada Imperial.

Fonte: LAEMMERT(1884, p.390-395); (1885,p.370-372); LIMA(2016,p.22-25) ; FRIDMAN (1999, p.130-144) (Autoria nossa, elaborado a partir das referencias citadas).

⁴⁷ O critério balizador da escolha das freguesias foi o quantitativo escolar, uma vez que essa é a temática da pesquisa.

⁴⁸ Para uma discussão mais intensa sobre o processo formação e organização territorial das freguesias de Inhaúma e Jacarepaguá, consulta FRIDMAN (1999) ; LIMA (2016).

⁴⁹ A fonte lista como negociantes e proprietários, aqueles que exerciam atividades comerciais, fabris e ofícios.

As características apontadas sinalizam semelhanças e diferenças entre os aspectos sócios estruturais e demonstram que a estrutura socioeconômica do sertão foi dinâmica e com laços de interdependência entre regiões complexas as quais apresentaram uma maneira própria de organização dos espaços como resultado das relações de sociabilidade, da capacidade dos indivíduos transitarem entre o centro e o rural, o fluxo populacional, a forma de ocupar a terra e de gerar renda.

Esses elementos expostos no quadro compõe uma estrutura que indiretamente interferiu no modo com a escolarização se estruturou nessas freguesias. Em Inhaúma havia oito escolas e em Jacarepaguá sete⁵⁰. A quantidade era próxima, porém, distinguia-se a maneira com estas foram criadas, o público alvo, a localização dentro da freguesia (no centro ou em lugares afastados) e o caráter público ou privado. O aspecto econômico interferia na maneira de ocupação dos espaços e no quantitativo de habitante, o que indiretamente repercutiu na promoção de instrumentos de cultura, nesse caso, a abertura de escolas.

Le Goff (1998, p.26-29) ao discorre sobre a cidade de Paris observa a tripartição de espaços; o econômico, o político e o universitário. As instituições e prática socioeconômicas e culturais particulares a cada um desses espaços interferiu na organização e na “fisionomia” deles, segundo identificou Le Goff (1998). No caso do Município da Corte, a região central era o núcleo histórico de formação da cidade, nele se concentrou as instituições do poder político central e municipal, as econômicas e as culturais. Foi um espaço ocupado por estratos sociais complexos e compostos por livres, escravizados, emigrantes de variadas nacionalidades, pobres e ricos, os quais interagiam entre si em busca de objetivos específicos. Logo, o processo de ocupação por pessoas e instituições interferiu na organização e “fisionomia” desse espaço.

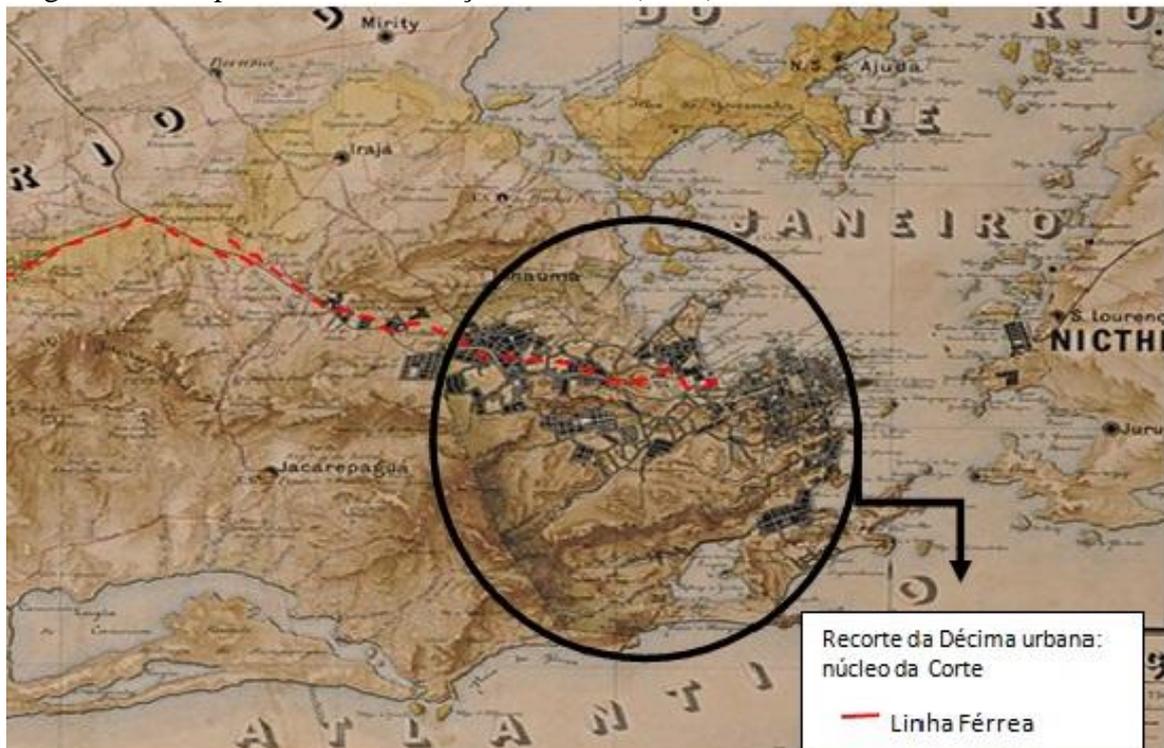
Em 1808 o centro da Corte era reduzido. Situado entre morros (“São Bento, Conceição, Livramento, Providência, Pinto, São Diogo, Saúde e Gamboa”) e mar (“os sacos do Valongo, da Gamboa e dos Alfares, as praias de São Cristovão, das Palmeiras, da

⁵⁰ Pelo quadro percebemos que Jacarepaguá esteve voltada para a agro exportação de alimentos, tinha uma alta concentração de escravizados e devido sua posição geográfica não tinha estradas tão significativas, mas usa posição limítrofe com Inhaúma contribuiria para que usasse o trecho da Estrada Imperial que passava por esta região. Jacarepaguá tinha suas lagoas e saída para o mar que serviram de rota para a circulação de mercadorias. Quanto a Inhaúma, suas pequenas propriedades abasteciam o mercado interno, era mais expansiva na atividade comercial e industrial e tinha uma quantidade maior de pessoas livres. A linha de ferro e a Estrada Imperial passava por ela o que resultara em maior fluxo de circulação de negociantes, viajantes e indivíduos ricos e pobres, livres e escravizados e que provavelmente corroborava para trocas de informações e influencia da capital. Suas características formaram uma paisagem percebida pelos redatores da Gazeta Suburbana composta de traços próximos ao urbano, isso pode ter contribuído para ser a única freguesia rural a ser objeto de artigos e ser uma das áreas de circulação do periódico (GAZETA SUBURBANA, 1883, ed.0001).

Chichorra, Formosa e Prainha”) (HONORATO; MANTUANO, 2016, p, 5). Os limites da cidade iam “do Valongo ao Morro da Conceição, ao Norte, até o Calabouço e o Passeio Público, ao Sul; das Praias do Peixe e dos Mineiros, a Leste, do Campo de Santana e o Morro do Senado ao Oeste” (LOPES, 2012, p.18 apud SOARES, 2007, p.25).

Ao longo do século XIX, as melhorias urbanísticas iniciadas no período joanino e o crescimento populacional empurram o termo da cidade para mais adentro das terras sertanejas e houve a criação de mais freguesias urbanas, restringindo-se a Inhaúma, perímetro limite entre urbano e o rural. Quanto mais se expandia os limites das freguesias urbanas dado ao crescimento populacional mais se encurtava os limites do sertão. Evidentemente, que essa separação era mera formalidade, pois a urbanização se expandia pelo sertão mudando o espaço físico, os hábitos da população e a ampliando a percepção do que era urbano e suburbano.

Figura 3 - A expansão da urbanização na Corte (1873)



Fonte: ARQUIVO NACIONAL, 1873. (Apontamentos gráficos de nossa autoria).

No *Recorte do Mapa do Município Neutro* encontra-se a mancha urbana da Corte representada graficamente por quadradinhos pretos de risco branco para sinalizar a grande concentração de habitações e de logradouros. Na imagem pode-se observar que a linha que representa as ruas se expandia em direção ao sertão acompanhando a linha férrea. Essa expansão era sintomática ao aumento populacional, ao inchaço da cidade e a facilidade de

deslocamento motivado pela modernização do transporte ferroviário. A expansão estimulou a transformação do espaço físico e tornando as fronteiras entre os espaços rurais e urbanos mais fluidos.

1.2 A política higienista da Corte e seu reflexo sobre o sertão

O fato de a cidade ser polo de concentração da cultura, da economia e da política não foi suficiente para inibir a insalubridade, as epidemias, as contendas e a criminalidade. Segundo Sidney Chalhoub (1996), o aumento gradativo da população provocou um inchaço na cidade que repercutiu no crescimento dos cortiços e na propagação de moléstias e epidemias, doenças que se propagavam devido à falta de higiene.

O ideal de tornar a Capital do Império em um lugar sofisticado e ordeiro também englobava a questão da salubridade pública. Em meados do século XIX, os dirigentes do Estado Imperial buscaram por em execução planos de higienização para conter os avanços das epidemias de cólera e febre amarela que assolaram a população os anos de 1840 e 1850 (CHALHOUB, 1996, p.60-62).

De acordo com Gondra (2004), a demanda por mudanças no quadro de insalubridade, insegurança e mortes, contribuiu para consolidar e legitimar o discurso médico no ambiente público. Tais profissionais passaram a ter destaque dentro de instituições do Estado e na construção de um projeto civilizador e ordenador da saúde pública e da cidade.

A intervenção do Estado sobre o espaço público ficou a cargo de três instituições. O conhecimento técnico era responsabilidade da Junta Central de Higiene Pública⁵¹; relevante para criar medidas preventivas contra as epidemias e dar suporte aos fiscais da Câmara Municipal. A fiscalização ficou a cargo da Polícia, enquanto a Câmara Municipal coube criar as novas regras de comportamento público e institucionalizá-las nos Códigos de Posturas Municipais.

Tânia Lima salienta que a transformação da Corte em um lugar limpo e ordenado era fundamental para que se conseguisse consolidar uma “sociedade moderna, comprometida principalmente com o liberalismo europeu” (LIMA, 1996, p.82). A política higienista dependia da intervenção dos dirigentes do Estado coordenando as ações pelo viés científico. A “medicina social” precisava das instituições do Estado Imperial para ter efeito sobre a

⁵¹ A Junta Central de Higiene Pública foi criada pelo Decreto de 14 de setembro de 1850 (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871, p.75).

sociedade, ao mesmo tempo em que dava aos dirigentes do Estado conhecimento científico para estabelecer suas estratégias (MACHADO, 1978 apud MARQUES, 1995, p.56).

Em 1870 a Corte vivenciou a segunda epidemia⁵² de febre amarela, que dizimou muitas vidas. Segundo o inspetor da Junta Central de Higiene Pública em relatório ao ministro dos Negócios do Império, a quantidade de mortes causadas pela insalubridade na cidade fora de 10.214 no ano de 1870. Em 1871 este número aumentou, sendo 1.117 causadas somente pela febre amarela (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871, anexo F, p.89). Em ofício, José Pereira Rego, presidente da Junta Central de Higiene Pública (1873, p.1-2), ressalta que a solução para o problema da saúde pública era investir em obras de saneamento de esgoto, limpeza das ruas e manguezais, especificar os locais para queima e descarte do lixo e construir praças e jardins. Este também cobrou da Câmara Municipal a feitura de Posturas Municipais que determinassem as regras de construção de cortiços e estalagens, a fim de inibir o ajuntamento de pessoas em ambiente insalubres.

Segundo Cunha (2011, p.1), a partir do Código de Posturas de 1854, as regras de higiene e saúde pública ficaram mais duras, com fins de combater práticas que ameaçavam a saúde da população a provocavam a insalubridade na Corte. Dentre as medidas higienistas estava a proibição de circulação de animais de abate no centro, regras para venda de alimentos, regras de higienização para os açougues, dentre outras medidas.

A Câmara Municipal também discutiu a transferência do Matadouro Público para um local mais afastado do centro da Corte. O matadouro de São Cristovão foi construído em agosto de 1853, onde era a antiga Chácara do Curtume, entre a Rua do Imperador e a Rua São Cristovão, sobre um aterro de mangue e estava sempre suscetível a alagamentos. O local era um complexo composto de prédios para as oficinas, a administração, áreas de pastos e de descarte de reses mortas. O lugar ficava afastado do grande centro urbano, porém próximo à residência do Imperador e na porta de entrada da cidade, no sentido de quem vinha pelas estradas de outras províncias ou do sul do Rio de Janeiro. Os gases produzidos pelos descartes dos cadáveres eram tidos como danosos à saúde da população (SILVA, T., 2013). No ano de 1874 circularam entre a Câmara Municipal e o gabinete do ministro dos Negócios do Império, relatórios⁵³ e pareceres dos dirigentes das instituições a respeito da mudança do matadouro para outro local (SILVA, T., 2013). Não à toa o escolhido foi o curato de Santa Cruz que

⁵² A primeira foi registrada na década de 1850.

⁵³ Através dos *Relatórios do Ministro do Império* dos anos de 1870 e 1880 é possível acompanhar em parte as querelas em torno da transferência do matadouro, os debates para definição do lugar de instalação e as problemáticas relacionadas ao longo período de construção do estabelecimento.

dentre outra razões atendeu as determinações de 1854 de instalar tais indústrias sujas no sertão.

Figura 4 - A cidade da insalubridade e das epidemias



Fonte: DOM QUIXOTE, 1896, ed.00069, p.9.

Angelo Agostini, na Revista *Dom Quixote*, edição n.69 de 1896, ressalta o aspecto negativo da cidade. A ilustração era uma crítica às autoridades municipais pelo estado de insalubridade que a Capital Federal se encontrava. Na imagem as duas mulheres bem vestidas representavam Buenos Aires e Montevidéu, duas capitais vizinhas ao Brasil que também passaram por epidemias⁵⁴, mas que se destacavam por aspecto civilizado aos moldes eurocêntricos. A ilustração legitima o discurso médico da salubridade e da civilidade. A cidade que deveria ser um modelo para o país era a imagem estereotipada do sertão; o local ermo, de morte, da sujeira, da desordem e da barbárie.

Uma das medidas de saneamento da cidade estava relacionada à questão habitacional (ABREU, 2006; CHALHOUB, 1996). Os cortiços foram identificados como polos de propagação de doenças. Para as autoridades do Estado e higienistas das Comissões e Juntas Central de Higiene Pública era imperioso mudar o cenário epidêmico e insalubre, com isso sugeriu o inspetor geral de higiene, Benjamin Antonio da Rocha Faria:

É este um dos assumptos que mais de perto devem interessar a atenção dos poderes públicos; no Rio de Janeiro, estamos firmemente convencido, a pessima instalação domiciliar da classe pobre contribue, mais do que nenhum outra causa, para agravar periodicamente o nosso estado sanitário e constringe o coração ver como

⁵⁴ Nos anos de 1870, Buenos Aires teve uma epidemia de Febre Amarela, autoridades sanitárias da Corte foram enviadas para estudar medidas de contenção, uma vez que o Rio de Janeiro também estava passando por uma nova epidemia. O relatório do médico da Junta Central de Higiene Pública da Corte foi anexado ao *Relatório do Ministro dos Negócios do Império* (1871, anexo F).

se acham promiscuamente abarrotadas os miseráveis casebres, denominados cortiços, que em todas as ruas da cidade ostentam graves infracções na hygiene das habitações.

Não acreditamos na efficacia dos resultados que possam offerecer as casas construidas na periphéria urbana para os pobres que, na grande maioria permanecerão no centro por commodidade e interesse próprio; quer nos parece que seria preferível melhorar por todos os meios directos e indirectos as habitações actuais (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1888, anexo E, p.38).

A fala do inspetor geral chama a atenção para a proposta de deslocar os “pobres” da Corte para o sertão através da concessão de casas. No decreto de 9 de dezembro de 1882, o Estado interveio na questão da salubridade das moradias e deu isenção de imposto aduaneiros e ofereceu benefícios as indústria para que seus donos construíssem “casas populares higiênicas, com fossas, dependências de cozinha e de lavanderia, elevadas do solo e com boa aeração”(ABREU, 2004,p.57) O decreto de 8 de fevereiro de 1888, concedeu isenção de impostos em material de construção para as casas populares. Dessa forma, segundo Abreu, o Estado trouxe o setor privado como parceiro na empreitada de melhorar a salubridade e garantir a reprodução da força de trabalho.

As “vilas operárias” começaram a surgir no ano de 1890, no centro e nas freguesias urbanas que ficavam afastadas do núcleo central. Segundo Abreu (2006, p. 57), foram construídas cinco “vilas operárias” no centro e nos demais “bairros operários”, Jardim Botânico, Vila Isabel e Sampaio. Somente em 1902, Francisco Pereira Passos, o prefeito do Distrito Federal, iniciou a reforma urbanística, no qual uma das principais medidas foi a abertura de ruas e a derrubada dos cortiços, dentre eles o mais o “Cabeça de Porco”, impelindo a migração para espaços periféricos da Capital Federal (ABREU, 2006, p.59-67).

Contudo, o único registro que identificamos de vilas operárias ocorreu em **Santa Cruz** (1881) devido o Matadouro e em Campo Grande (1889) por causa da fabrica Bangu. Nos dois casos o deslocamento de operários estava vinculado diretamente às instituições fabris e não por ser um movimento compulsório da população pobre. Era oportuno habita o centro em razão da oferta de emprego. À medida que a indústria e o comércio começaram a se fixar no sertão a migração da classe trabalhadora passou se intensificar. Isso contribuiu para que no século XX houvesse o aumento de moradias populares nessa região (FERNANDES, 2011).

Os estudos sobre urbanização no século XIX apontam que houve a migração de aristocrática para espaços suburbanos, ou seja, para aquelas freguesias urbanas que ainda conservavam ares de rural. Segundo El- Kared (2011, p.29), os problemas de insalubridade pioraram a vida no centro da Corte, como alternativa, “a burguesia carioca, seguindo o exemplo de seus congêneres europeus que aqui residiam, começou a buscar novos espaços nos quais pudessem residir segundo os novos padrões europeus.” Os lugares escolhidos foram

a Tijuca – pela beleza e o ar puro da floresta que servia para prevenir aos “miasmas” – Copacabana, Laranjeiras e Botafogos.

José Pereira Rego, inspetor geral higiene pública, em um relatório ao ministro dos Negócios do Império, enumerou quatorze propostas de saneamento, desta apenas uma se direcionava ao sertão: “Fazer desobstruir os riachos, vallas dos subúrbios da cidade que servem de esgotos desses lugares” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1873, p.1). Isso não quer dizer que neste espaço houve mais salubridade do que na cidade, haja vista a existência de pântanos em Campo Grande com relatou Noronha Santos (1965) e em **Santa Cruz** valas sujas onde corriam as sujeiras do Matadouro a céu aberto e que em dias de chuva inundava a localidade (COSTA, 2017; FREITAS, 1987). Não era por acaso, que as Posturas Municipais (1854) determinavam que o gado ficasse restrito as freguesias rurais, que as fábricas ficassem fora do perímetro urbano e que o lixo fosse queimado em lugares fixos e afastados⁵⁵. Como apontam as fontes analisadas até aqui, o sertão ainda era visto com o espaço social das práticas incivilizadas e imorais, por isso toda sorte de imundices e práticas “suja” deveriam ficar escondidas na periferia do centro civilizado.

Em um período que a Corte era uma das capitais mais insalubres (LOPES, 2012, p.64). Os dirigentes do Estado e a elite política e burocrática desejavam uma cidade limpa, civilizada, organizada e sem trabalho escravo. Para isso, havia um projeto político dos dirigentes do Estado para promover o melhoramento urbano da Capital do Império que transitava entre questão higienistas, urbanísticas, mobilidade e de instrução⁵⁶.

1.3 A expansão da linha férrea e do bonde

A década de 1870 também marcou um período de transformação sócio estrutural nas freguesias rurais, resultado da “expansão acelerada da malha urbana” (ABREU, 2006, p. 43). A construção da Estrada de Ferro e das linhas de bondes facilitaram o acesso das freguesias rurais ao centro e estimularam a “abertura do subúrbio ao operariado”, o que interferiu na reorganização ocupacional do território da Corte (ABREU, 2006, p.15). Enquanto o trem interligava a cidade ao sertão da Corte e as províncias do Rio de Janeiro a São Paulo e Minas Gerais os bondes ligavam a linha férrea ao interior das freguesias. Para Antonio José Lins

⁵⁵ Um dos lugares usados para depósito de lixo foi “Ponta da Mãe Maria” na Ilha do Governo, o que segundo Souza (2015, p. 35) levou o morador Caetano José Cardoso a protocolar reclamação na Câmara devido ao mal que o lixo estava fazendo as suas terras.

⁵⁶ Sobre o debate em todo dos discursos médicos higienistas nos processos de escolarização, conferir GONDRA (2000; 2004; 2007).

(2010, p.150), as linhas de bonde e as ferrovias foram sistemas complementares que “permitiram que a cidade se expandisse com não tinha sido possível em 300 anos anteriores”.

O primeiro trecho da linha de férrea foi inaugurado em 1858 e ligava a freguesia de Santana a Queimados (freguesia de Iguazu). No mesmo ano, foi inauguradas estações nas freguesias do Engenho Novo e Inhaúma, esta na localidade de Cascadura e um ano depois houve a abertura das estações em São Cristovão e Irajá, no local chamado Sapopemba, onde também funcionava uma oficina para a manutenção das máquinas. A expansão continuou entre as décadas de 1870 (Engenho de Dentro, Piedade, Rocha, Derby Club, Sampaio, Quintino, **Santa Cruz** e em 1880, Matadouro, Méier, Encantado, Madureira e Matadouro).

A princípio, o processo de implantação do transporte ferroviário foi feito de maneira que atendeu as demandas do espaço rural e do urbano, primeiro com o deslocamento de mercadorias (produtos dos engenhos e fazendas) e posteriormente de passageiros. Com a aceleração da abertura de novas estações, foram favorecidas as freguesias urbanas mais afastadas do centro. Em suma, a aquelas situadas dentro da “décima urbana”⁵⁷, que em sua estrutura socioeconômica e espacial misturavam elementos de urbanização com elementos rurais, por exemplo: a presença de chácaras e roçados e áreas com casas afastadas.

Com a regularização dos horários e oferta de trens diários para passageiros as localidades que tinham estação experimentaram um crescimento linear de casa e comércios, ao redor das estações e nas vias de acesso a estas, segundo Abreu (2006, p.50). O mesmo autor explica que o crescimento populacional, a urbanização e o aumento de oferta de trem estiveram simultaneamente interligados. Núcleos rurais onde tinham pequenas oficinas manufatureiras se transformaram em “pequenos vilarejos” com oferta de moradia barata com infraestrutura básica e meio de transporte rápido que os ligavam ao centro. O aumento na demanda pelo serviço estimulou a oferta de mais horários de trens (ABREU, 2006, p.50).

A agilidade do trem e dos bondes facilitou o deslocamento de pessoas e mercadorias entre locais. Em 1880, através do trem era possível levar duas horas para se deslocar de **Santa Cruz** ao cento da Corte, algo que pelas estradas poderia levar um dia inteiro (LAEMMERT, 1886, p 407). Os trens saiam da estação do Matadouro e percorria pela linha de ferro Pedro II todos os dias levando carne verde para o entreposto de São Diogo, na freguesia de Santana (SILVA, T., 2013). Sem o advento do trem não teria como deslocar um produto extremamente perecível e garantir a manutenção da indústria da carne em **Santa Cruz**.

⁵⁷ Décima urbana era o limite do perímetro ocupado pelas freguesias rurais.

A mudança na demografia do sertão, estimulada também pelo transporte, pode ser mensurado através dos dados do Censo de 1872 e 1890. As freguesias que mais experimentaram aumento foi **Santa Cruz** (236%), Inhaúma (135%) e Irajá (101%), esses números foram maiores do que das freguesias urbanas que compunham o núcleo central da Corte, com foi o caso de Santana que registrou 30.663 habitantes, ou seja, um crescimento de 13% em relação à quantidade do último recenseamento (BRASIL, 1890). Ressaltamos que o baixo crescimento não significava redução da população, que ainda era maior do que o registrado nas freguesias rurais.

Concordamos com Abreu (2006) quando defende que as estações de trens e bondes serviram como “polos estruturantes” para a formação e divisão de outras unidades territoriais no sertão. Não obstante, não foi o único motivo e nem o único meio de transporte que serviu para o desenvolvimento local. É necessário ressaltar que as freguesias da ilha do Governador, Paquetá, Guaratiba e Jacarepaguá não era servidas com linha de trem. Mesmo com a extensão da linha férrea em **Santa Cruz** passando a “duas léguas de distancia” de Guaratiba, esta não serviu para escoar sua produção relacionada à atividade agrícola e pecuária (LAEMMERT, 1886, p.390).

As Companhias de Ferro Carril com seus bondes atenderam Jacarepaguá e Guaratiba ainda no século XIX, facilitando o deslocamento dos fregueses. Em 1893 houve a proposta de construir uma linha de trens para a Ilha do Governo, mas o projeto não foi posto em prática, em seu lugar foi aberto o serviço de bonde em 1922. Tanto a Ilha do Governador quanto Paquetá devido a sua condição insular fizeram uso do transporte marítimo, através de companhias de barco a vapor e catraias, com a Companhia Piedade, Niterói e Inhomirim que circulava com horário certo fazendo o traslado diário de pessoas e produtos das fábricas, entre o centro e a Corte (SOUSA, 2015; LAEMMERT, 1886, p.425).

A modernização do transporte foi importante para acelerar o processo de distribuição de mercadorias e estimular a abertura de indústrias no espaço rural e a ocupação habitacional. A entrada desses elementos resultou em mudanças nos espaços físicos e nos hábitos dos indivíduos a forma como interagiam entre si e com o meio. Tudo isso é sintomático da alteração na relação entre “cidade - campo”. Segundo Lafebvre (2004, p.6 apud FERREIRA, 2018, p.8), a troca entre esses dois espaços se alterou no decorrer do tempo gerando momento de conflito e ou de associação. O que observamos é que, nos últimos anos do século XIX, na Corte, o processo da expansão da urbanização sobre o rural esteve vinculado a uma lógica associativa, embora ainda hierarquizada, devido à integração e dependência entre a cidade e o sertão. Enquanto o rural zelou pelo abastecimento do alimento e pelas rotas comerciais, a

cidade atuou como consumidor dos produtos e disseminador de padrões culturais. Esses fizeram com que a população pobre buscasse se moldar a partir dos princípios socioculturais advindos dos modelos civilizatórios aliados a urbanização, sobretudo em razão de obter melhoria na condição socioeconômica, o que de certa forma, refletiu indiretamente na questão escolar.

A partir dessas considerações, objetivamos abordar aspectos relacionados à cidade e ao sertão na Corte Imperial das décadas finais do século dezenove. Neste trabalho, o sertão foi identificado como um espaço físico e social que se distinguiu do centro da Corte. As duas foram regiões complexas que se diferenciaram pela maneira como foram ocupadas, pelas suas práticas econômicas, políticas e urbanísticas. Não obstante, as diferenças existentes, ainda assim, estes foram locais que estiveram interligadas e em constante troca, fato que resultou em definições amplas sobre o limite do subúrbio.

Nosso objetivo também foi apresentar o cenário plural, de multiplicidade de formas e experiências dentro das freguesias, a fim de desmistificar a ideia de ser um lugar homogêneo. Vimos que a forma de ocupação dos espaços, a dinâmica econômica, as práticas profissionais criaram uma identidade única aos diversos sertões que se configuraram no espaço rural. A partir disso, pretendemos discutir como a instrução serviu de meio aos propósitos do projeto civilizador do Estado Imperial com suas estratégias de expansão das instituições escolares pelo sertão da Corte.

2 INSTRUIR PARA CIVILIZAR O SERTÃO

Durante o árduo trabalho de construir uma narrativa sobre as ações do homem no tempo⁵⁸, o historiador percorre um caminho solitário em meio a arquivos e documentos empoeirados e embolorados em busca de fontes que guardam vestígios e testemunhos outrora desconhecidos. Com disse Certeau, (1982, p.81), “tudo começa com o gesto de separar, de reunir e transformar em ‘documentos’ certos objetos antes distribuídos de outra maneira”. Estes objetos ou documentos propriamente ditos, segundo Le Goff (1994. p.536), que em outras épocas eram de uso corriqueiro, banal ou burocrático ganham outros sentidos aos olhos do historiador que os eleva ao *status* de “monumentos”. Entretanto, o ouro pode se revelar de tolo, ou seja, as fontes que tanto despertam fascinação ao seu observador podem o levar a equívocos. Por isso, devemos seguir o conselho de Marc Bloch (2001, p.89), ter um olhar crítico, questionador e não aceitar qualquer registro cegamente.

Ao nos debruçarmos sobre a documentação disponível no fundo *Instrução Pública, da Câmara Municipal* sob a guarda do AGCRJ, nos chamou a atenção o livro de *Estatística de frequência e matrícula* (1874 a 1897) (AGCRJ, código 11.4.23. p.10-12). O livro não continha o registro de todos os anos apontados pela temporalidade descrita na contracapa, não havia indícios de que essas ausências tenham sido motivadas por adulteração, pois constavam todas as páginas numeradas em sequência. O único problema era o desgaste material causado pelo tempo.

Nas folhas 10, 11 e 12, referentes ao ano de 1876, havia uma listagem detalhada de itens para um mapeamento estatístico relacionado à instrução pública no Município da Corte. Segundo o documento, esta era a ordem: o primeiro item a ser analisado era o prédio escolar, era necessário discriminar sua quantidade, a que tipo de ensino se destinava (primário, secundário, clássico ou técnico) e se era “próprios nacionais” ou “próprios municipais”; o segundo era referente às despesas, com o detalhamento dos gastos com a direção, a inspeção do ensino, professores, alugueis de casas, consertos, compra de edifício, subvenções e materiais corriqueiros; o terceiro se referia aos recursos arrecadados com as doações e contribuições dos cofres do Estado e do Município; no quarto se referia à quantia que cada aluno contribuiria para sua admissão nos Liceus, Escolas Normais, Pensionatos particulares e externatos; e o quinto tratava do caráter de cada escola, separadas por seguimento havia uma

⁵⁸ Marc Bloch (2001, p.52-55) definiu a História como o estudo “do homem no tempo” em contraposição a uma ideia que a pensava como “ciência do passado”. Ao pensar o homem no tempo, dá-se ênfase às práticas e transformações desenvolvidas pelos homens em um espaço e em um tempo que pode ser de longa ou curta duração.

lista com o tipo de instituição: Primárias; “escolas normais primária, particulares subvencionadas e propriamente ditas, em pensionatos e colégios particulares, de adultos mantidas pelos cofres públicos ou por particulares e asilo”; Secundário: “Liceus ou Colégios de Estado, Pensionato ou colégio particulares e externato particulares distintos do ensino secundário ou clássico” (AGCRJ, código 11.4.23. p.11-12).

Em um primeiro momento, ao olhar para esta fonte duas questões nos chamaram a atenção: a primeira era a variedade de tipos de instituições escolares existentes no final do século XIX e a segunda a organização complexa da estrutura escolar.

O documento foi produzido por um órgão do Estado, a Câmara Municipal da Corte, que a princípio deveria zelar em apresentar dados verídicos para poder produzir políticas públicas sobre a “realidade” apresentada pelas informações coletadas. Entretanto, precisamos sempre desconfiar do objeto ou documento transformado em fonte histórica. Os dados expostos dão pista que a instrução pública era formada por uma estrutura escolar ampla, composta de diferentes sujeitos da esfera pública e privada, cujo controle se fazia através de informações estatísticas.

Esses indícios nos levaram a formular alguns questionamentos, tais quais: como se desenvolveu o processo de estruturação da instrução pública no Município da Corte, quem são os sujeitos responsáveis pela difusão das instituições de ensino e o que isso representou dentro de um projeto de consolidação do Estado Imperial? A partir de fontes e estudos do campo da História da Educação e da Geral buscamos discutir na primeira parte do capítulo como o processo foi organizado e na segunda parte do texto analisamos como a instrução escolar foi difundida nas freguesias rurais.

2.1 A escolarização: um projeto político civilizador e moralizador

As ideias iluministas e liberais europeias e norte-americanas serviram, muitas vezes, como parâmetro para as elites políticas e burocráticas brasileiras elaborarem seu projeto de construção do Estado Imperial. Buscava-se organizar um Estado economicamente próspero, territorialmente unificado, politicamente ordeiro e socialmente e culturalmente civilizado e moralizado, abandonando o estigma das terras coloniais, ou seja, de local da natureza exótica, da barbárie e da economia meramente agrícola. Esse projeto de ascensão do Estado, com descreve Sales (1999), iniciou após a independência e foi sendo moldado ao longo do século XIX e resultou em mudanças de base econômica, política, social e cultural.

Para estabelecer um Estado e uma Nação civilizada era preciso a formação, segundo Salles (1999,p.79), de um “substrato cultural brasileiro”, “um conjunto de valores razoavelmente interiorizado na mentalidade dominante que expressava a particularidade dos habitantes, costumes e valores”. Podemos pensar que esse “substrato cultura” é consequência de um “processo civilizador”, que segundo Elias (1993), provem de mudanças na sociedade relacionadas ao comportamento humana. Ao longo desse processo são criados “padrões sociais de conduta” que atuam como um mecanismo de controle social e autocontrole individual, os quais são socialmente reproduzidos e criam uma ordem (ELIAS, 1993).

Para Elias, o processo civilizador não provém de uma ação intencional de uma pessoa ou grupo, este é um comportamento construído em longo prazo, “sem planejamento algum, mas nem por isso sem um tipo de específico de ordem” (ELIAS, 1993, p. 193). Ele não é um processo incompreensível que surge do nada, mas uma construção a partir da capacidade relacional humana.

Planos e ações, impulsos emocionais e racionais de pessoas isoladas constantemente se entrelaçam de modo amistoso ou hostil. Esse tecido básico, resultante de muitos planos e ações isoladas, pode dar origem a mudanças e modelos que nenhuma pessoa isolada planejou ou criou. Dessa interdependência de pessoas surge uma ordem *sui generis*, uma ordem mais irresistível e mais forte do que a vontade e a razão das pessoas isoladas que a compõem. É essa ordem de impulsos e anelos humanos entrelaçados, essa ordem social, que determina o curso da mudança histórica, e que subjaz ao processo civilizador (ELIAS, 1993, p.194).

A partir do pensamento de Norbert Elias, entendemos que na construção do processo civilizar no Estado Imperial a instrução organizada a partir de ações interdependentes de diferentes sujeitos, dentro de uma estrutura coletiva e com objetivo específico foi um dos mecanismos de integração social que contribuiu para estabelecer valores civilizatórios e promover controle social e autocontrole.

Ilmar Rohloff de Mattos (1994) ao investigar o processo de construção do Estado Imperial analisou não apenas as classes senhoriais como também o processo de “formação do povo” e concluiu que à instrução pública foi atribuída a função de reduzir as taxas de analfabetismo e de promover a ascensão do Império Brasileiro, a fim de equipará-lo as nações “modernas” da Europa, desconstruir a imagem de país atrasado, alargar as relações sociais e comerciais – antes privados ao contexto local – e estimular o progresso econômico.

Assim, a instrução cumpria – ou deveria cumprir – um papel fundamental, que permitiria – ou deveria permitir – que o Império se colocasse ao lado das ‘Nações Civilizadas’. Instruir ‘todas as classes’ era, pois um ato de difusão das Luzes que permitiriam romper as trevas que caracterizavam o passado colonial; a possibilidade de estabelecer o primado da Razão; o meio de levar a efeito o espírito de Associação, ultrapassando as tendências localizadas representadas pela Casa; além

da oportunidade de usufruir os benefícios do Progresso, e assim romper com as concepções mágicas a respeito do mundo e da natureza (MATTOS, 1994 p. 245-246).

Civilizar estava diretamente ligado ao objetivo de desenvolvimento do Estado, assim o Conselho de Estado, órgão consultivo do Imperador composto de membros que refletia as ideias que circulavam pela elite política e burocrática, tinha como referência o modelo eurocêntrico de civilização.

Pode-se dizer que os conselheiros em sua totalidade estavam convencidos de que o Brasil pertencia à esfera da civilização cristã europeia e de que todo o esforço deveria ser feito no sentido de conformá-lo aos padrões desta civilização. As expressões “mundo civilizado”, “nação civilizadas”, “civilização”, ao mesmo a mais antiquada “luzes”, são frequentemente empregadas. Como consequência, era também por todos, considerada legítima a referência a países europeus, seja para esclarecer problemas nacionais, seja para fundamentar propostas de legislação (CARVALHO, 2010, p. 364-365).

O modelo civilizar defendidos pelo Conselho apresentava características que coadunavam com o projeto de Estado, o qual prezava pelo desenvolvimento econômico e a manutenção da estrutura social.

Tal país teria certamente governo constitucional e estável, administrado bem organizado e eficiente; certo grau de liberdade e de igualdade; certos padrões de comportamento internacional; uma população relativamente educada e morigerada; e progresso material. Poder-se-ia mesmo incluir a ideia de uma sociedade industrial com sendo parte componente do conceito de civilização (CARVALHO, 2010, p.381).

As características descritas apontam um projeto de Estado que era: politicamente organizado e centralizado: tendo força para inibir conflitos de ordem separatistas que ameaçassem a estabilidade; socialmente segregador: a liberdade e a igualdade seriam moderadas, um meio de manter a distinção entre livres e escravizados e dentre os considerado cidadãos limitar direitos; culturalmente hierarquizado: ao mesmo tempo em que a difusão do conhecimento escolar uniu também hierarquizava os indivíduos, ou seja, ao instruir e educar criava-se entre os homens livres das várias camadas sociais, o sentimento unitário de pertencimento ao mundo civilizado, todavia, na prática, restringia as camadas mais baixas ao ensino primário, enquanto os filhos da elite política e burocrática acessavam o ensino secundário e superior – uma estratégia para assegurar os privilégios que a formação escolar poderia proporcionar. Dessa maneira, era oportuno que houvesse uma “população relativamente educada”.

O perfil da sociedade civilizada pensado pelo Conselho de Estado era aquela onde o poder político se manteria nas mãos de poucos, hierarquias sociais seriam mantidas e haveria

uma sociedade economicamente mais produtiva. Portanto, o projeto civilizacional foi um projeto político pensado para atender aos interesses da elite que dominava o cerne da estrutural estatal.

Assim podemos dizer que havia duas grandes áreas de interesse que se sobressaíam: a de aspecto econômico e moral. De acordo com Alessandra Martinez (1997), a ideia de civilizar estava vinculada a princípios econômicos, no qual visava o desenvolvimento produtivo através da abertura para o capital industrial, da modernização dos espaços urbanos, na agilidade de movimentar-se, na criação de espaços para instrução da população, isso geraria um progresso com ordem. A outra era a aplicação do “civilizar” na construção da moralidade que associada a princípios morais cristãos conscientizariam as pessoas a conter suas paixões e ter autocontrole para não cometerem atos que produzissem caos social, como crimes e violência.

A definição de padrões morais, segundo Elias (1993, p.16 e 259), passava pela “boa sociedade”, ou seja, pela elite política e burocrática, a qual teve protagonismo na definição dos “códigos de conduta”, nos princípios morais e nas etiquetas sócias. A proeminência de uma parcela da sociedade não contradiz a ideia de que o processo civilizador foi fruto de uma construção coletiva, apenas aponta que determinados indivíduos devido a sua posição social, capital cultural⁵⁹ e poder dentro do Estado tiveram maior influência para estabelecer hábitos e costumes socialmente aceitos.

O acúmulo de conhecimento foi empregado pela “boa sociedade” para manutenção do seu poder. De acordo com Carvalho (2010), a elite do Império Brasileiro fez uso da instrução e das instituições de ensino superior para definir e assegurar seu lugar nos altos cargos burocráticos e políticos do Estado e se manter como classe. Isso suscitou o que Mattos (1994) define como uma hierarquização através do letramento: os filhos das camadas pobres ficavam limitados à aquisição de uma instrução elementar⁶⁰, devido à obrigatoriedade do ensino primário, e os filhos das camadas de renda média e alta expandiam seu capital cultural por terem acesso ao ensino secundário e superior. Logo, a instrução além de ser uma propagadora

⁵⁹ “Capital cultural” é um conceito elaborado por Pierre Bourdieu para identificar o processo de acumulação de saberes pelos indivíduos. A noção de capital cultura ajuda a “dar conta da desigualdade de desempenho escolar de crianças provenientes das diferentes classes sociais, relacionando o “sucesso escolar, [...] à distribuição do capital cultural entre as classes e frações de classe” (BOURDIEU, 2015, p.81).

⁶⁰ Faria Filho (2015,p.138), explica que o uso do nome “instrução elementar” está relacionada à ideia de “um princípio básico, o elemento principal”, ou seja, um conhecimento fundamental que todos deveriam ter.

de valores culturais também serviu de mecanismos de distinção de indivíduos e de ampliação de capital social⁶¹.

A escola foi institucionalizada pelo Estado como o centro de propagação da instrução e educação. Isso não significa dizer que não havia outros ambientes onde estas pudessem ser praticadas: nas igrejas, em associações, nas casas e em aulas avulsas. Assim, o que significava instruir e educar? Segundo Lopes (2012, p.36), estas eram ideias distintas, mas que, na prática, se confundiam. O *Dicionário Universal Educação e Ensino* (1886) traz a definição que o “instruir está relacionado à aquisição de conhecimento técnico, científico” na busca de “enriquecer as faculdades intelectuais” e a “educação” está relacionada a questões morais e valores sociais. Os dois conceitos são diferentes na definição, mas um completava o outro na função de moldar o caráter dos indivíduos, formar cidadãos úteis ao progresso do Estado e inculcar princípios fundamentais para viver ordeiramente em sociedade.

A escola, a partir dos princípios de educar e instruir assumiu o caráter de ser um ambiente formador de indivíduos e de agrupamentos sociais. Na interpretação de Elias (1994, p. 13), os indivíduos não vivem sem a sociedade, por sua vez, esta só existe devido à junção de pessoas, assim, ambos são resultado da interferência e interdependência de um sobre o outro e as múltiplas formas de se relacionarem produzem estruturas sociais distintas. Pasche (2014, p.12) pensa a escola “como uma invenção do homem e esta, por sua vez, e cada vez mais, uma invenção da escola”. As duas ideias nos levam a refletir sobre a relação de dependência que existe entre a escola e a sociedade, uma vez que as demandas culturais e sociais desta geraram aquela, ao passo, que é a escola que forma e molda princípios morais e culturais para que os indivíduos atuem no corpo social e criem mais demandas. Os dirigentes do Estado Imperial entendiam que a escola era o local para atender as demandas socioeconômicas emergentes do século XIX e alcançar o *status* de *locus* da formação do “cidadão civilizado” e conseqüentemente de um Estado moderno.

Para organizar a prática de instruir e educar de modo que dialogasse com o projeto de Estado moderno e que atendesse aos anseios dos dirigentes foi pensado e desenvolvido um projeto da escolarização, que não resultou de consenso absoluto, mas de muitos debates, tensões e conflitos. A escolarização pode ser entendida de três formas: primeiro, um conjunto de ações e políticas estatais para a formação de uma rede de instituições escolares formais e informais; segundo, um “produto de representações sociais” que tem a escola com centro difusor de suas ideias e valores e princípios; terceiro, está vinculado ao “ato ou efeito escolar,

⁶¹ Segundo Bourdieu (2015, p.18), a dimensão do capital social de um indivíduo dependia da extensão da sua rede sociabilidade e do volume de capital que ele poderia mobilizar: econômico, político e cultura.

ou seja, o processo de submissão de pessoas, conhecimento, sensibilidade e valores aos imperativos escolares” (INACIO, 2006, p.7-8 apud LOPES, 2012, p.35.). Neste estudo identificamos o processo de escolarização como um projeto político que estimulou o movimento de expansão de instituições escolares, de caráter público e privado, visava difundir o conhecimento científico e princípios morais cristãos para a população livre através das escolas. Esse processo que nos interessa investigar aqui.

Bourdieu (1994 apud MARTINEZ, 1997, p. 87) identificou a escola com um ambiente unificador da cultura fundamental para a construção do Estado/ Nação. Os dirigentes políticos enxergavam esse potencial e concluíram ser fundamental trazer o controle e a administração dessa instituição para o Estado. Segundo Rocha (2017), o controle é uma necessidade própria estatal enquanto a administração das instituições está relacionada à atenção que se emprega sobre aquilo que se tem o domínio.

O Estado monopolizou a direção do processo de escolarização, sendo o controlador e o administrador. O Imperador e os legisladores exerciam o controle ao estabelecer e aprovar as leis e decretos que regulavam e reformavam as diretrizes do ensino público e privado, definindo a organização dos níveis de ensino (primário, secundário, superior) e as modalidades (elementar ou profissional).

A administração da instrução na Corte Imperial era responsabilidade do ministro dos Negócios do Império e demais funcionários da pasta de Instrução Pública, dentre estes o inspetor geral da Inspeção Geral da Instrução Pública Primária e Secundária da Corte e os delegados da instrução das freguesias. A Inspeção Geral da Instrução Pública Primária e Secundária da Corte (IGIPSC) era o centro administrativo de controle e fiscalização das escolas públicas e privadas, cabia a esta: definir as licenças para abertura de escolas privadas; autorizar o exercício do magistério; analisar e organizar os dados estatísticos sobre o fluxo de matrículas e frequência (via ofícios e mapas encaminhados pelas escolas); recolher os pareceres dos delegados das freguesias com as informações obtidas mediante a prática de fiscalização nos estabelecimentos públicos e privados; administrar as despesas e receitas; definir os métodos de ensino; e analisar as concessões de subvenções pelo Conselho Diretor de Instrução Pública⁶² (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871, p.31-42). Todas essas funções eram realizadas por funcionários e ao ministro cabia “o controle, conferências e

⁶² O Relatório de 1871 discrimina as funções de funcionários com os principais cargos na IGIPSC: o Inspetor, os Delegados, Secretários e o Conselho Diretor (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871, p. 31-42).

publicação nos *Relatório do Ministro dos Negócios do Império*”, segundo Limeira (2010,p.200).

Angélica Borges (2008) defende que a concentração das demandas relacionadas às escolas públicas e privadas no órgão da Inspeção de Instrução Primária e Secundária da Corte remontava a preocupação de estabelecer uma estrutura organizada e uniforme de inspeção. O controle e a fiscalização estatal eram empregados para garantir a eficiência do processo de escolarização.

Os dirigentes da elite política e burocrática do Estado Imperial atuaram como sujeitos no processo de escolarização da sociedade. Mas o que foi o Estado Imperial Brasileiro? Na análise sobre o processo de formação dos Estados Nacionais Europeus, Elias (1993, p.142) defendeu que o Estado fosse um “órgão central que assumia um papel de coordenador e regulador sobre as configurações funcionalmente diferenciadas”, a qual a elite dirigente estivesse vinculada para garantir a manutenção do seu poder e domínio econômico e social sobre as demais camadas da sociedade. Para Rocha (2017), através da centralização o Estado exerceu controle sobre as instituições estatais, o território e os súditos.

A partir de autores do campo da historiografia que analisaram a formação do Estado Imperial Brasileiro⁶³, entendemos que este também foi uma estrutura de poder representada na figura do Imperador, cuja centralização foi uma estratégia para garantir a unificação do território, a estabilidade política e manter a ordem social. Internamente, o Estado foi ocupado por uma elite política e burocrática que se ramificou dentre os altos cargo do governo e estabelece momento de tensão e coesão políticas em busca de seus interesses.

José Murilo de Carvalho e Ilmar Rohloff Mattos defendem a interpretação de que havia uma centralização política do Estado, todavia, divergem quanto à participação das elites que compunha os altos cargos do governo. Carvalho (2010, p.32) trabalha com a ideia de uma homogeneização da elite, pois segundo este, quanto mais coeso fosse esse grupo mais “estável o processo de formação do Estado” e segurança para regime monárquico. Não obstante, Mattos (1994) entende que o Estado, durante os anos 1834 a 1860, foi um espaço dominado intelectual e moralmente, um *locus*, da “classe senhorial” formada por dirigentes do partido

⁶³ O estudo da formação do Estado Brasileiro passa por diferentes interpretações, motivadas a partir de teorias metodológicas variadas. Dentre os inúmeros autores, destacamos José Murilo de Carvalho (2010), autor de uma bibliografia extensa sobre o Império brasileiro outro é Ilmar Rohloff de Mattos (1994) que estuda o Estado a partir das ações do partido Conservador e das tensões das elites políticas, Raimundo Faoro (2012), trabalha com a ideia de um Estado patrimonialista, modelo de Estado herdado da Coroa Portuguesa, Maria de Fátima Gouvêa (2008) analisa o Estado a partir das relações das elites províncias e locais e suas redes clientelares. Dentre outros grandes estudos.

Conservador, os Saquaremas⁶⁴, que em meio a um cenário de disputa por interesses consolidaram suas ações através da tecedura de uma “teia” de relações que incluíam seus pares políticos e indivíduos da sociedade. Independente das divergências interpretativas sobre a heterogenia ou homogenia das elites dirigente a questão é que há uma concordância que a elite política ou a classe senhorial formaram um grupo dependente do Estado e este dessas e a relação se baseava em obter benefícios e vantagens para ambos os lados.

Tanto Ilmar Rohloff Mattos quanto José Murilo de Carvalho apontam que a instrução superior, em especial os cursos de Direito, serviu de instrumento para expansão da elites dirigentes e intensificação de seu poder na estrutura estatal. Carvalho (2010) o identifica como centro da formação ideológica: “Sem dúvida a educação superior foi um processo elementar de unificação ideológica da ‘elite’ imperial, sobretudo por meio da formação jurídica, que fornecia o núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidades” (MATTOS, 1994, p.171). Segundo Haidar (1972), as faculdades foram lugares monopolizados pelos filhos da elite política, econômica e burocrática, com raras exceções, somente quem tivesse recursos para financiar um bom ensino secundário ou cursos isolados e preparatórios conseguiam acessar o ensino superior.

De acordo com Carvalho (2010, p.33), a homogeneidade da elite dependia da sociabilidade, treinamento e carreira. Os cursos superiores foram entendidos como locais apropriados para tentar construir esses três pilares (CARVALHO, 2010, p.37). O ensino superior na sociedade Imperial era uma marca de distinção e um trampolim para ocupar os cargos burocráticos do Estado. Carvalho (2010, p.78) identificou que entre os anos de 1822 a 1889, 91,32 % dos ministros tinham educação superior e dentre os senadores 76,11%. Os dados evidenciam que a sociedade brasileira foi composta de uma elite política e burocrática “altamente letrada” e que havia uma preocupação de ocupar os altos cargos com indivíduos detentores de um capital cultural que os capacitassem para exercer as funções de Estado (CARVALHO, 2010. p. 78).

Quanto mais difícil acessar ao ensino superior, mais valorizado estes se tornava e mais prestígio dava a quem o detinha, nesse caso, uma ínfima parcela de sociedade. Para ocupar esse lugar era necessário um preparo. Tamanho investimento de tempo e recurso tornava esse

⁶⁴ Para Ilmar R. Mattos (1994, p.3- 4), os Saquaremas foi um grupo de indivíduos para a além daqueles que ocupavam funções e cargos estatais, este eram “um conjunto que engloba tanto a alta burguesia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto proprietários rurais localizados as mais diversas regiões e nos mais distantes pontos do Império, mas que orientam suas ações pelos parâmetros fixados pelos dirigentes imperiais além de professores, médicos, jornalistas, literários e demais agentes não públicos”. Esta estrutura ampliada foi resultado do dinamismo e fluidez as redes de relações construídas a partir de políticos Saquarema.

processo algo quase exclusivo para a elite, dentre poucas exceções. Por isso, Carvalho (2010, p.65) compara a elite do Estado como “uma ilha de letrados em um mar de analfabetos”. Os dados do Censo de 1872 corroboram para essa afirmativa e apontam que apenas 18,56% da população livre acusou saber ler⁶⁵. Para os contemporâneos, esse número não apenas significava que grande parte da sociedade estava à margem do mundo letrado, mas também do civilizado e isso repercutia na questão da higiene, na ocupação urbana, na mobilidade, nos hábitos culturais e era um problema para as transformações econômicas relacionadas ao desenvolvimento de indústria e comércio que se desejava desenvolver.

A deficiência na formação da maioria da população se tornou um entrave para projeto de alavancar o Estado, como apontou João Manoel Pereira da Silva, presidente da Província do Rio de Janeiro em 1857.

Não basta que tenhamos homens capazes de reconhecer nossas vitais precisões e de conceber planos em todo o gênero; é mister que a nação esteja em estado de se convencer dessas precisões e de cooperar para a realização desses planos. A nossa primeira necessidade é a instrução; não a instrução concentrada em poucos, senão derramada por todas as classes (MATTOS, 1994, p. 243).

A fala do presidente de província, ao ser referir aos “homens capazes” remetia a monopolização do ensino secundário e superior e seu caráter formativo de uma elite dirigente. Não obstante, “não poderia ser uma formação concentra” era necessário dividir parte do conhecimento com o povo, através de uma instrução primária. Assim, o Estado também necessitava “instruir o povo”, aquele que seria a força produtiva.

Elias (1993, p. 104) explica que a estratégia de um monopolista não é usar todo o lucro para si, pois este sabe da dependência que tem dos serviços e funções dos demais a seu redor. Ao enxergarmos a ensino superior como um privilégio capaz de proporcionar poder e benefícios econômicos para as elites do Estado, entendemos que a relação de dependência existente entre camadas sociais e a conjuntura política e econômica, que impunha o desenvolvimento do Estado, resultaram na emergência da expansão da escolarização.

Com a necessidade de instruir e educar a população, Mattos (1994, p. 251) observa, que a elite dirigente do partido Conservador atribuiu o “dever sagrado”, o monopólio ao Estado. A lei de 15 de outubro de 1827 determinou no artigo primeiro à criação de escolas primárias em todas as cidades e lugares populosos do Império, atribuindo tal função aos presidentes de Província (BRASIL, 1827). O ato Adicional à Constituição de 1824, lei n. 16, de 12 de agosto de 1834, deu as Províncias e as Assembleia Legislativas a prerrogativa de administrarem o ensino primário e secundário deixando sob a responsabilidade do poder

⁶⁵ Saber ler não significava que estas pessoas foram escolarizadas, apenas que tinham algum domínio da leitura.

central o ensino primário e secundário da Corte e todo o ensino superior. Com isso, a elite dirigente do Estado manteria o controle sobre um dos seus principais instrumento de manutenção de poder.

Com a instrução pública na Corte sob a responsabilidade do Poder Central, cabia a este investir na abertura de escolas públicas e estabelecer um regulamento. Luiz Pedreira do Couto Ferraz⁶⁶, ministros dos Negócios do Império, aprovou o Decreto n. 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que determinava às diretrizes para “instrução primária e secundária do Município da Corte ministrado em estabelecimentos públicos e privados”. O decreto, composto por 135 artigos, definia a organização dos conteúdos de cada nível escolar, o público, as formas de acesso às escolas, as condições para o exercido do cargo de professor, ratificou a hierarquia dos cargos responsável pela fiscalização e administração da instrução pública e estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário para todos⁶⁷ entre 7 a 14 anos.

De acordo com o regulamento de 1854, o ensino primário era obrigatório, admitia alunos entre 5 e 15 anos⁶⁸ e foi dividido em duas classes: nas de instrução elementar, chamadas de “primeiro grau”, segundo o artigo 47 e 49, os alunos teriam aulas de “instrução moral e religiosa, leitura e escripta, noções essenciaies de grammatica, princípios elementares da arithmética”, systema de pesos e medidas do município”; as escolas de segunda classe ministrariam instrução primária superior, sendo nomeadas de “segundo grau”, nelas aprenderiam “o desenvolvimento da arithmética em suas aplicações praticas, a leitura explicita dos Evangelhos e noticia da história sagrada, os elementos da história e geografia, principalmente do Brasil e os princípios das sciencias phisicas e da historia natural”, “geometria elementar, agrimensura, desenho linear, noções de musica e exercícios de canto, gymnastica” e “hum estudo mais desenvolvido do systema de pesos e medidas” (BRASIL, 1854). Segundo Martinez (1997, p.14) embora as escolas de segunda classe fossem definidas por lei, não foram criadas. O ensino secundário durava sete anos e admitia alunos 15 e 21 anos, nele se aprendia além da língua nacional outros idiomas (o latim, francês, alemão), havia o aprofundamento no saber de história, geografia, “sciencias naturais” com as primeiras noções de “zoologia, botânica, mineralogia e geologia e outros elementos da physica e chimica”, havia aulas de “gymnastica”, música e poesia, o aluno também poderia sair formado bacharel em letras se estudasse no Colégio Pedro II.

⁶⁶ Luiz Pereira Couto Ferraz foi membro da elite política do Estado era formado em Direito foi político do partido Conversador, atuou com presidente da Província do Rio de Janeiro e do Espírito Santo (1848 a 1853), ministro dos Negócios do Império de 1853 a 1855, senador (1866) e membro do Conselho de Estado (1871). Foi agraciado com título de Visconde do Bom Retiro. (BLAKE, 1895, v.3, p.448-489).

⁶⁷ Nesse caso, “todos” se refere a pessoas na condição de livres, vacinadas e sem moléstias.

⁶⁸ Segundo o Art. 70, não seriam admitidos nas escolas primária “menores de 5 anos e maiores de 15”.

O decreto ficou em vigor por 25 anos e serviu como ferramenta para que o Estado estruturasse uma rede de escolas públicas e privadas (LIMEIRA; SCHUELER, 2008). O documento contemplava a visão política dos dirigentes Saquaremas. O regulamento legitimou as escolas privadas como coparticipantes do processo de escolarização mediante o direito de abrir instituições e pôs o Estado na posição de controlador e regulador (LIMEIRA; SCHUELER, 2008). Novos rumos para a instrução foram dados a partir desse documento.

Segundo Martinez (1997, p.8), nos anos 1870 a educação de adultos e criança passou a ser “intensamente discutida” e considerada “uma necessidade social” devido à reformulação na divisão do trabalho com a substituição da mão de obra escravizada pela livre e a “afirmação do capitalismo”. Devido o panorama sócio político e a lentidão do Estado na expansão da instrução entre a população mais pobre, críticas foram feitas ao regulamento de 1854 motivando a escrita de projetos de reformas, ao longo dos anos de 1870 e 1880.

O ex- ministro dos Negócios do Império (1866-1867), Paulino José Soares de Souza⁶⁹, um dos líderes do partido Conservador, em 1870, visava à moralização da sociedade. Seu projeto previa a criação de um distrito de inspeção para fiscalizar o ensino primário e secundário, a abertura de um escola normal primária, defendia que o ensino deveria ser obrigatório a partir dos 7 anos aos 15, propunha a criação de um universidade com quatro faculdades no Município da Corte e que o Estado ajudasse a fomentar o ensino em todas as províncias devido a precariedade do ensino nestas, o que segundo Paulino de Souza, atrasava o progresso de todo o Estado (MACHADO, 2004).

Em 1874, João Alfredo Corrêa de Oliveira⁷⁰, ex- ministro dos Negócios do Império (1870-1874), membro do partido Conservador, também reconheceu a urgência em difundir a instrução entre a população mais pobre, uma vez que esta carecia de necessidades diferentes. A proposta do ministro previa a intensificação das ações propostas durante o período em este

⁶⁹ Membro de uma família de políticos, Paulino José Soares de Souza era bacharel em Direito e entrou na vida pública a partir do cargo de juiz de direito na Corte do Império, posteriormente ascendeu em cargo político, com deputado, senador, ministro da Justiça duas vezes, dos Negócios do Império, e representou o Império em questões internacionais e foi Conselheiro de Estado. Ele foi um exemplo da elite política e burocrática que forjou seu ideário nos bancos da Universidade de Coimbra e defendia um Estado centralizado. Com líder dos Conservadores compôs a trindade Saquarema. Lutou por interesses dos produtores agrícolas contra o fim da escravidão. Seu prestígio foi reconhecido com os títulos de Grão-Cruz de ordens honoríficas e esteve associado a instituições que promoviam a cultura nacional. Recebeu o título nobiliárquico de Visconde do Uruguai (BLAKE, 1890, v.6, p.354 -355).

⁷⁰ Figura proeminente no cenário político do Império, João Alfredo, foi dono de vários títulos honoríficos estrangeiros (Cavaleiro da Ordem da Cruz de Portugal, e Grão-Cruz de mais seis ordens), formado em Direito ocupou cargo político como deputado provincial em Pernambuco (1856- 1860), Presidente de Província no Pará e São Paulo, senador (1877) ministro dos Negócios do Império, onde atuou por quatro anos e da Fazenda em 1888, e Participou do Conselho de Estado. Incentivador da instrução pública para as camadas pobres atuou com membro honorífico e associado de instituições que promoviam as artes e a cultura nacional, como o IHGB. Movido por ideias liberais defendia o fim do trabalho escravo (BLAKE, 1895, v3, p. 315-316).

que estivera à frente da pasta, tais quais: a criação de escolas para adultos, o ensino “mixto”, a criação de escolas de ofícios para meninos e meninas e propôs a obrigatoriedade do ensino adulto dos 14 aos 18 anos para aqueles que não tivessem frequentado o ensino primário antes dos 14 anos.

Nenhuma pessoa deveria e poderia ser dispensado do ensino até aos 14 anos de idade, sem se mostrar habilitado em exame. Deveria provar que tinha leitura corrente, saber escrever e resolver as quatro operações aritméticas, bem como deveria conhecer princípios morais (OLIVEIRA, 1874 apud MACHADO, 2004, p.5).

Como apontou Martinez (1997), o civilizar estava relacionado também a uma questão econômica. Devido à crise do setor cafeeiro, o capital antes investido na agricultura passou a ser aplicado como investimento na indústria, principalmente aquelas vinculadas à produção têxtil. Segundo Oliveira (2010), até 1870 não havia um mercado forte de trabalho capitalista consolidado na Corte, o que só veio acontecer após o fim do trabalho escravo. A falta de uma mão de obra apta levou as primeiras indústrias têxteis a se fixarem em locais do interior da província em busca da mão de obra imigrante dos núcleos colônias. Logo era urgente habilitar profissionais para esse setor. A proposta de João Alfredo ia ao encontro das necessidades de formar mão de obra que atendessem as demandas do mercado de trabalho que estava em transformação devido à diminuição de mão de obra escrava e exigia profissionais que soubessem ler e escrever e desempenhar atividades técnicas nas oficinas e indústrias.

O projeto que substituiu o decreto de 1854 foi o Decreto n. 7.247, de 19 de abril de 1879, proposto pelo ministro dos Negócios do Império (1877-1879), o Liberal, Carlos Leôncio de Carvalho⁷¹. Defensor do desenvolvimento econômico e social, o ministro pregava o discurso da moralização associada ao crescimento material (MARTINEZ, 1997, p.70).

Primeira condição de todo o progresso material e moral, a instrução constitui o elemento vital das sociedades modernas [...]. Dela depende, para o jogo regular de seu mecanismo, todas as instituições a que está ligada imediata e essencial para a vida política e social das nações, que à medida que aumentem o seu cabedal científico, descortinam sucessivamente novos horizontes. (MACHADO; NEVES, 1999, p.232).

Diante do quadro emergencial de promover medidas que estimulassem a expansão da instrução pública na Capital Imperial, a reforma do ensino de 1879 implantou medida, cuja

⁷¹ Filho do Doutor Carlos Antonio de Carvalho e irmão de Carlos Antonio Fagundes de Carvalho, Bacharel em Ciências Sociais e Direito foi deputado por longo período. Leôncio de Carvalho era oriundo de uma família possuidora de capital cultural e político elevado, este se formou em Direito pela Faculdade de São Paulo foi catedrático da mesma em 1881, atuou como deputado pela Província do São Paulo no mesmo ano, participou da exposição pedagogia em 1883, defendeu a liberdade de ensino nas universidades, foi membro de uma associação propagadora de cursos noturnos, a qual foi fundada pelo irmão dono de fazenda. Formado no locus cultural da elite, este se apoiou em princípios liberais para defender uma educação livre e a abolição do trabalho escravo (BLAKE, 1893, v,2, p. 47 e 82-83).

base foi o “ensino livre”: Art. 1º. “É completamente livre o ensino primário, secundário no município da Corte e o superior em todo o Império, salvo a inspecção necessária para garantir as condições de moralidade e higiene” (BRASIL. 1879).

Ao conceder mais liberdade aos professores e as instituições para abrirem escolas e definirem os métodos de ensino, simultaneamente houve a redução do controle do Estado que passou a concentrar sua função na fiscalização e inspecção das escolas privadas. Tal medida não significava a perda do poder de intervenção do Estado sobre a instrução, pois ainda competia a IGIPSC a organização das escolas pública, a escolhas dos professores, através de concurso, e alteração a seu critério da distribuição das escolas pela Corte.

Essa liberdade foi alvo de críticas de alguns políticos liberais e conservadores e educadores que entendia que a liberdade levaria a proliferação de ideias contrárias ao Estado⁷², abertura de escola de má qualidade e o uso de métodos pedagógicos ruins o que colocava em risco o projeto de moralizar e instruir. Encontramos uma dessas críticas publicada na *Gazeta Suburbana*, na qual o queixoso questiona os méritos das escolas particulares e sua real contribuição para a formação intelectual dos indivíduos.

Dos collegios particulares aquelles que se mantem da pensão dos alumnos, há ainda muito a desejar. Em certa época do anno, o grande órgão da rua do Ouvidor publica a approvações obtidas, e em alguns, effectivamente, a proporção sobre o numero de collegiaes abona o estabelecimento. Mas se por acaso, uma grande parte d’esses moços põem em evidencia os seus conhecimentos, sahindo d’aquella toada escolar, desmentem os creditos do collegio, o dá vontade de os mandar... “pedir o dinheiro ao mestre”. Por fim , lá vão elles enchendo os preparatórios, por todos os meios ao seu alcance, e “officialmente” os sabem exhibindo o diploma da instrucção publica, que ás vezes em “publico” não provam instrucção alguma (GAZETA SUBURBANA, 1884, ed.00021, p.3).

Contra todos os questionamentos o reformador defendeu seu decreto a partir de visão liberal de mercado, segundo apontou Martinez (1997, p. 74- 80), para Leôncio de Carvalho a qualidade da instituição de ensino e a liberdade dos pais em escolher onde seus filhos estudariam seriam critérios definidores para a escola conseguir manter-se aberta ou não. Com isso, observamos que enquanto a lógica da reforma dos Conservadores foi promover o processo de escolarização a partir da ação monopolizadora do Estado, na reforma dos Liberais a primazia da liberdade de escolha e da organização de um mercado escolar pautado no estímulo as instituições privadas deram ao Estado o papel de regulador do processo.

⁷² O ano de 1871 marca o início do período de instabilidade política que resultou na queda da monarquia (CARVALHO, 2010, p 59). Em 1880 houve conflitos internos dentro do Partido Conservador e um racha deste com os Liberais (MARTINEZ, 1997, p. 89). Pelo meio político circulavam projetos de reforma e ideia relacionadas o fim da escravidão e a execução do modelo de governo republicano, ambas alteravam o poder político e econômico do Estado e da elite que o compunha. Nesse cenário tumultuado defendeu-se que escola não poderia ser uma difusora de ideias que comprometesse a estabilidade do Estado.

A reforma de 1879 trouxe diretrizes para o ensino primário, secundário e superior (este não contemplado em 1854), manteve a obrigatoriedade do ensino primário, com exceção para aqueles que morassem distante de uma escola pública ou subvencionada, e estabeleceu uma multa no valor de 20\$ a 100\$ réis aos pais que não matriculassem seus filhos de até 14 anos, retirou a obrigatoriedade do ensino religioso, implantou o ensino “mixto” com meninos de até 10 anos podendo frequentar escolas de meninas, criou a “caixa escola” administrada por um Conselho de Inspectores com a finalidade de guardar donativos para a instrução e também determinou a criação de museus e bibliotecas populares (BRASIL, 1879).

Os elementos que compõem essa reforma não se limitaram a Corte e nem as questões pontuais do ambiente escolar. Os princípios liberais estiveram arraigados na reforma através da abertura ao capital privado, da liberdade de ideias, do estímulo a outros instrumentos de cultura para além das escolas e do pequeno distanciamento da interferência religiosa, simultaneamente uma leve aproximação de valores comportamentais mais modernos, como a questão sexual. Essas mudanças tinham outros países como referência⁷³ e contribuiriam para a formação de uma população economicamente produtiva e ordeira.

Mesmo com as propostas e mudanças implantadas com a reforma da instrução pública de 1879, houve críticas ao seu desempenho. O camarário Antonio Ferreira Viana⁷⁴ em discurso disse:

Viu há poucos dias um mapa da instrução publica em todo o mundo, que lhe causou grande desgosto, porque os analfabetos em relação ao Brasil figuram ali em 90%; assim, estamos inferiores nos resultados, mas não nos gastos, segundo a proporção da população e da receita do Império. [...] Demonstra que as reformas, as organizações e reorganizações da instrução pública tem mais concorrido para perturbar-lhe o desenvolvimento, do que para produzirem resultados, porque nem ao menos se tem preparado o professorado, que é o mais incompleto (JORNAL DO COMMERCIO, 1882, ed00109(1) p.1).

A voz de Ferreira Viana não foi a única a criticar o estado letárgico da instrução pública. O deputado Rui Barbosa de Oliveira⁷⁵ foi uma dessas vozes e que expos suas ideias para a instrução pública através das obras: *Pareceres: Reforma no ensino secundário e*

⁷³ Na primeira exposição pedagógica organizada pelo ministro dos Negócios do Império em 1883, o modelo das escolas belgas foi apontado com o mais interessante e completo, ao que poderia servir de referência para o modelo brasileiro (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, ed00040 p. 1). Com já apontamos os Estados Unidos e países europeus eram observados como referência de nações prosperas e civilizadas. Com isso seus modelos educacionais foram observados e buscou-se adota-los dentro das características nacionais.

⁷⁴ O deputado e bacharel em Direito, Antonio Ferreira Viana, ocupou o cargo legislativo de 1869 a 1877. Nesse período foi presidente da Câmara do Município Neutro e foi diretor geral das aulas municipais (BLAKE, 1883, v.1, p.164-165) e responsável pelo projeto das escolas do Imperador em 1870.

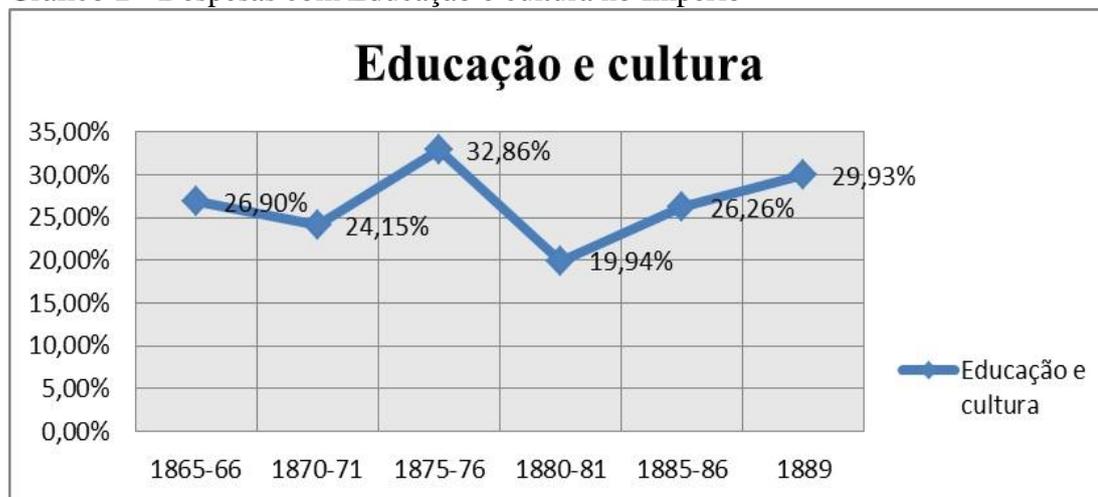
⁷⁵ Durante o Império Rui Barbosa de Oliveira foi deputado provincial e geral pela Bahia, na Câmara e compôs a comissão de Instrução Pública onde apresentou seus pareceres, esteve com redator do periódico *Liga de Ensino* durante o ano de 1884 e presidente da mesa Liga o Brasil. Intelectual formado em Direito foi figura relevante durante o Império e a República (BLAKE, 1902, v.7, p.174-176).

superior” (1882) e *Reforma do Ensino Primário e várias instituições Complementares da Instrução Pública* (1883). Ruy Barbosa pensou a reformulação da instrução do jardim de infância ao ensino superior. Segundo o político, era necessário reformular os métodos de ensino baseados em uma “educação mecânicista”, “desejava um ensino que fosse físico, intelectual e moral, capaz de incentivar no aluno a invenção, a liberdade de espírito, a aplicação de um método indutivo” (MACHADO; NEVES, 1999, p. 233). Defendia a manutenção do ensino obrigatório de 7 a 14 anos, o ensino gratuito e o fim do ensino religioso. Acreditava que a escola era necessária para preparar as crianças para uma vida em sociedade.

Em 1886, Ambrosio Leitão da Cunha⁷⁶, o Barão de Mamoré, então ministro dos Negócios do Império (1885 - 1886), do partido Conservador, propôs uma reforma que visava intervir no ensino primário e secundário da Corte e das províncias do Império. Segundo apontamentos de Machado (2004, p.10), o Barão de Mamoré defendia que “era preciso garantir a gratuidade prevista na Constituição, defender a liberdade do ensino e a instrução obrigatória, estes eram os três fundamentos da escola nos tempos modernos”.

Os projetos de reforma tinham a mesma retórica que defendia a importância em investir na escolarização em especial da população livre e pobre, pois a instrução era tida como mecanismo para promover as mudanças socioeconômicas ambicionadas pelos dirigentes do Império. Todavia, na questão investimento o Estado foi na contramão. Segundo dados apresentados por Carvalho (2010), o investimento vinculado à educação foi baixo.

Gráfico 2 - Despesas com Educação e cultura no Império



Fonte: CARVALHO, 2010, p. 432 (Autoria nossa, elaborado a partir de dados expostos por Carvalho).

⁷⁶ Jurista e bacharel em Ciências Sociais, foi senador em 1870 a 1889 representando a província do Amazonas e Presidência de algumas províncias (BLAKE, 1883, v.1, p.70).

O gráfico mostra a porcentagem de investimento em “educação e cultura” referente às despesas totais do Estado. Também é preciso ressaltar que a taxa de investimento engloba todas as atividades culturais de financiamento estatal, nisso inclui o ensino primário (as escolas públicas e as subvencionadas), secundário (*Colégio Pedro II* e a *Escola Normal*), superior (na Corte: a *Escola de Medicina*, a *Academia Militar* e a *Escola Politécnica*; e pelas Províncias: a *Faculdade de Direito* em São Paulo e Recife, a *Faculdade de Medicina* na Bahia, a *Escola de Farmácia* e de *Engenharia de Minas* nas Minas Gerais), as instituições de pesquisa (*Imperial Observatório*, o *Museu Nacional*, a *Biblioteca Pública*) e Associações subvencionadas como o *Instituto de Histórico e Geográfico Brasileiro*, dentre outras.

Entre os anos de 1870 e 1880, as despesas do Estado com a Educação ao ser comparada com outras ficou em quinto lugar, atrás apenas de Assistência Social, Linha férrea, Serviços da Dívida e Defesa⁷⁷. As críticas ao investimento apareceriam nos relatórios da IGIPSC através das reclamações dos delegados de instrução das freguesias e do inspetor geral. Estes solicitavam mais investimento do Estado na abertura de cadeiras⁷⁸ públicas, na conservação das casas alugadas que funcionavam como escolas e recursos para pagar as despesas dos professores públicos e subvencionados e os funcionários responsáveis pela fiscalização.

Para diminuir o custo com a instrução e a dependente de investimento estatal, os dirigentes do Estado optaram por impulsionar a participação de indivíduos e agrupamentos sociais, tecendo uma parceria público privada. A presença da Sociedade Civil na promoção da instrução provinha de longa data, com afirmaram Gondra e Schueler:

Logo nas primeiras décadas do século XIX, sobretudo a partir do processo de independência política e em meio às disputas em torno de diversificados projetos de construção da nação, emergiram grupos e agremiações dispostas a promover a instrução e a educação, construindo novos espaços de sociabilidade e novos mecanismos de contato entre as elites políticas, as camadas médias urbanas e o “povo miúdo” (2008, p.69).

Em 1830 existiam seis escolas públicas e cinquenta e três estabelecimentos privados concentrados na Candelária, Sacramento, Santana, São José e Santa Rita sendo “64% para o público masculino (SILVA, 2000, p.146 apud SCHUELER; RIZZINI, 2017, p.107). Ao longo da segunda metade do século XIX, a quantidade de escolas privadas sempre foi superior a das públicas que, na maioria das vezes, estiveram limitadas a uma média de duas nas freguesias rurais e de três a quatro nas urbanas.

⁷⁷ Ver no anexo 1 onde consta o gráfico com a discriminação de todas as despesas do Estado.

⁷⁸ Cadeiras é um termo usado nos *Relatórios do Ministro dos Negócios do Império* para se referir às escolas.

Abrimos parênteses para identificar os membros da Sociedade Civil com um dos sujeitos responsável pela expansão escolar na Corte. Esta se forma a partir de indivíduos organizados em grupos que criam “múltiplos espaços e redes de sociabilidade, formais e informais, que longo de se constituírem como lugares estanques e isolados uns dos outros, estabelecem entre si uma série de interseções e relações, embates e confrontos” (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 63).

De acordo com Gondra e Schueler (2008), a Sociedade Civil representada através das associações de classe e religiosa, agremiações e clubes atuou com uma força do “jogo educacional” doando dinheiro, mobílias e materiais escolares para a manutenção de estabelecimentos estatais e municipais, criando instituições que podiam ser mantidas com seus recursos ou subvencionas pelo Estado. As associações tinham perfil variado, por exemplo, a *Associação Propagadora da Classe Operária da Lagoa* (fundada em 1872), organizados por trabalhadores da indústria local, a *Sociedade Promotora da Indústria Nacional* (1827), tinha políticos associados como o Conselheiro de Estado, Paulino José Soares de Souza, a *Imperial Sociedade Amante da Instrução* (1829), que teve com conselheiro Antonio José da Silva Rabelo, escriturário da Alfândega, negociante e pai do camarário homônimo e a *Sociedade Amante da Infância e dos Pobres* (s/d), cuja presidente emérita era da Princesa Isabel.

Essas quatro instituições composta por homens e mulheres com cargos e posições distintas na sociedade exemplificam a diversidade da Sociedade Civil que através de indivíduos organizados em estruturas coletivas participaram ativamente atribuindo complexidade ao desenvolvimento do processo de escolarização na Corte.

Ao comparar a relação de sociedade e os indivíduos, Norbert Elias (1994, p. 16) descreve a alegoria de Aristóteles que compara a sociedade a uma casa feita por paredes de pedras. Ao fazer sua observação sobre a alegoria, Norbert Elias critica a interpretação que pensa a casa apenas como uma “unidade somatória, uma acumulação de pedras”, da mesma forma, para Elias, não se pode pensar a sociedade como uma mera aglutinação de indivíduos. Se pensarmos a Sociedade Civil genericamente, perdemos a oportunidade de enxergar as particularidades de cada grupo que compõe o todo. Nesse estudo, nossa intenção não é estudar cada associação que fundou escolas na Corte, mas chamamos a atenção para a questão de que tais associações – diferentes em suas estruturas, em seus recursos financeiros, em composição de classes e em prestígio junto ao Estado – formaram uma rede de instituições escolares, cuja base de sustentação foi o Estado: dando liberdade de organização (esta ampliada

gradativamente com as reformas) e em alguns casos o auxílio financeiro para participar do processo (as subvenções e doações).

A aproximação do Estado da Sociedade Civil fez com que esta se tornasse uma participante ativa dos projetos e políticas públicas. Com isso, seus sujeitos deixaram de ser meros receptores das ações estatais para ser produtores de práticas que repercutiram sobre a sociedade. Assim ocorre a mescla em o público e o privado de maneira que um passa a depender do outro de modo que os limites entre eles são difíceis de serem identificados (ELIAS, 1994).

Seguindo a interpretação de Elias (1993, p. 102) uma sociedade que tem estruturas organizacionais complexas e extensas, *a priori*, o que é público é do Estado e é coletivo, já o privado refere-se aquilo que pertence a um indivíduo ou grupo. Norbert Elias descreve que a formação do Estado, adveio, *a priori*, de recursos (financeiro, militar e terra) privados do rei e que posteriormente passaram a ser administrados por uma estrutura estatal e foram transformados em bens de caráter público.

O complexo aparato social que se desenvolve juntamente com a acumulação privada de possibilidade de poder cedo ou tarde entrará em desordem. O monopólio privadamente possuído por um único indivíduo ou família cai sobre o controle de um estrato social mais amplo e se transforma, como órgão central do Estado, em monopólio público [...] A economia estatal desenvolve-se a partir da “economia privada” das Casas feudais governantes. Ou mais exatamente, não havia no princípio distinção entre o que mais tarde foi separado como rendas e despesas “públicas” e “privadas” (ELIAS, 1993, p.101).

A falta de um limite visível entre o público e o privado criou situações complexas, uma delas era em relação à postura do funcionário público para com os bens do Estado. Maria Sylvia de Carvalho Franco (1997, p. 133-136) ao analisar essa problemática, expõe o caso de um coletor de renda provincial que foi acusado de usar os recursos recolhidos a Fazenda Pública em seu proveito. O réu foi a julgamento, mas foi absolvido. Embora houvesse provas do desvio, a situação não foi considerada um caso de fraude e sim um empréstimo a qual o réu poderia reembolsar. Outro caso que ilustra essa relação fluida foi apontado por Ilana Peliciari Rocha (2017) ao estudar as políticas estatais para com os “escravos da nação”. Segundo Rocha, altos funcionários do Estado usavam a mão de obra de escravizados do Estado para desempenhar atividades privadas em seu favor.

No campo da instrução pública, essa situação abriu brechas para o favorecimento de determinadas associações. Composta por políticos de altos cargos burocráticos estes grupos conseguiam benefícios econômicos e favores perante seus pares, os quais ocupavam cargo de prestígio no Estado. Esse foi o caso da *Sociedade Promotora da Indústria Nacional*

(GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 70). Dessa forma, indivíduos investidos através de seus cargos e competências de poder público fizeram uso de recursos do Estado para favorecer um interesse privado que, por sua vez, eram mobilizados para atender uma demanda do coletivo.

Quando não há um limite entre o que é público e o que é privado ocorre o que Maria Sylvia Carvalho Franco explica:

Essa mistura entre a coisa pública e os negócios privados fundamenta, sem dúvida, a extensão do controle pessoal a todo o patrimônio do Estado [...] Acaba por constituir-se fato, nessas condições em que ficam completamente fluidos os limites entre o que é patrimônio da Administração e o que é propriedade do Administrador, um fundo de “bens comuns” cujos valores, indivisos entre os dois membros da associação formada, servem indistintamente ora a um, ora a outro (1997, p.133).

No caso da instrução houve uma mescla entre o público e o privado, como defende Mattos (1994). Os decretos que regularam a educação serviram de limites para definir até onde ia essa mistura, fazendo com que o Estado não perdesse o controle nem o poder de fiscalização e regulação. Como aparece na fala do Conselheiro José Bento da Cunha Figueiredo, inspetor geral da IGPISC.

Sejam quês forem os progressos da iniciativa individual e do espírito de união, no que toca a organização de instituições de interesse social e nomeadamente das de educação e ensino, **nunca poderá desaparecer a suprema inspeção que pertence ao Estado como mantenedor do limite em que se deve circunscrever a legítima liberdade de cada um.** [...] e relativamente aos institutos por ele fundados, torna-se indispensável a inspeção do Estado, prompta, enérgica e eficaz para manter a ordem nas esferas dos importantes interesses do que nos ocupamos. (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1881, p. 20, grifo nosso).

Mesmo com limites, a união entre Estado e Sociedade Civil ocorreu devido a uma dependência de um para com o outro e a sua aproximação criou uma condição benéfica para ambos: o Estado via o número de escolas expandir, a cabo que, a sociedade teria mais lugares de instrução.

Outro grupo da Sociedade Civil que também atuou na educação foi o religioso, através das ordens religiosas e de iniciativas individuais de padres e vigários em suas paróquias. Segundo Aline Pasche (2014), era recorrente a presença de religiosos católicos a frente de escolas públicas e privadas, resultado de uma interação entre Estado e a Igreja Católica. Essa amálgama entre duas transparecia inclusive na definição e no nome das instituições de ensino. Na freguesia de Irajá havia um colégio filantrópico com aulas gratuitas mantidas pelo padre Ricardo Salles. A *Escola pública da Irmandade de N. S. da Penha* foi um colégio que se denominava público, mas era uma instituição mantida por um religioso e não há registros que recebeu subvenção (LAEMMERT 1885, p.372). Outra instituição mantida por religiosos que

é identificada no *Almanak Laemmert* como pública e gratuita foi o *Colégio do Mosteiro de São Bento* (1968, p. 374).

Essa identificação de instituições privadas como pública ocorreu na descrição das escolas da municipalidade e subvencionadas em alguns mapas escolares e relatórios dos inspetores da IGIPSC e no *Almanak Laemmert*.

Figura 5 - Escolas “públicas” da Câmara Municipal e do Ministério da Marinha e Guerra

Instrução primaria e secundaria no Municipio da Côrte.

Instrução primaria. — Em 1875, havia no municipio da Côrte as escolas primarias seguintes:

Do sexo masculino:

Escolas publicas a cargo deste Ministerio.....	42
» publicas a cargo dos Ministerios da Marinha e da Guerra.....	5
» publicas a cargo da Illma. Camara Municipal.	2
» particulares subvencionadas.....	9
» particulares não subvencionadas.....	42
	<hr/>
	100

Do sexo feminino:

Escolas publicas a cargo deste Ministerio.....	36
» publicas a cargo da Illma. Camara Municipal.	2
» particulares subvencionadas.....	6
» particulares não subvencionadas.....	53
	<hr/>
	97
	<hr/>
	197

Fonte: RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1874, p. 38. (Apontamentos gráficos nosso).

A fonte pode gerar uma série de problematizações quanto ao tipo de escola, a quantidade de instituições para o público feminino e masculino e a oferta de ensino público e privado. Todavia, nesse momento queremos nos ater a nomenclatura e tipificação do caráter institucional. Legalmente, as instituições do Estado eram denominadas públicas independentemente de serem pagas ou não. Todas as escolas primárias eram gratuitas, mas o *Colégio Pedro II*, instituição secundária, era público e recolhia taxa e matrícula dos alunos. As instituições que não fossem criadas pelo Ministério dos Negócios do Imperial, através da Inspeção Geral da Instrução Primária e Secundaria da Corte, a princípio, deveriam ser consideradas privadas (GONDRA; SCHUELER, 2008; LIMEIRA, 2010).

A Câmara Municipal era um órgão do poder local e de caráter público. Todavia, como não era de sua competência o ensino público, as escolas da Câmara tinham caráter privado, como compravam os documentos produzidos pela Comissão de Instrução da Câmara, onde tais instituições não são identificadas como públicas, mas como “Escolas mixtas da Câmara”.

Mesmos com tais especificações, vemos na fonte (figura 5) que os funcionários da IGIPSC nomearam públicas as escolas privadas de ofícios do Ministério da Marinha de Guerra e as da Câmara Municipal. Nesse mesmo documento as escolas subvencionadas foram identificadas como particulares, mas em outro mapa (figura 6) estas são chamadas de públicas.

Figura 6 - Escolas “públicas” subvencionadas

N. 14

Mapa das matriculas de instrucção primaria publica para cada um dos sexos, por escolas

Escolas do sexo masculino		Escolas do sexo feminino	
1º do Sacramento.	237	Unica da Lagoa	173
1º de Santa Rita	230	Unica da Candelaria.	173
1º da Lagoa	201	1º de Santo Antonio.	168
1º de Sant'Anna	187	1º de Santa Rita	148
1º de S. José	179	1º do Engenho Velho	144
Unica do Santo Antonio	176	1º do Sacramento.	135
2º de Sant'Anna	160	2º de Santa Rita	121
2º de Santa Rita	150	1º da Gloria.	118
1º da Gloria.	142	2º do Sacramento.	105
1º de S. Christovão	139	1º do Espirito Santo.	90
3º de Sant'Anna	130	1º de S. José	83
1º do Espirito Santo	120	1º de Sant'Anna	89
Unica da Candelaria	85	2º de Sant'Anna	89
2º de Jacarapaguá	65	1º de S. Christovão	89
2º do Sacramento	57	3º de Sant'Anna	69
2º da Lagoa.	57	3º de Santa Rita	45
Unica do Inhaúma	52	Unica de Paqueta	39
Unica de Paqueta	52	Unica de Jacarapaguá	35
2º do Engenho Velho	47	Unica de Campo Grande	32
2º de S. Christovão	43	2º de S. Christovão	30
1º da Ilha do Governador	38	2º da Gloria.	27
2º da Guaratiba	34	Unica da Ilha do Governador.	26
Unica de Irajá.	31	Unica da Guaratiba	25
Subvencionada de Irajá	31	Unica de Irajá.	24
2º de Campo Grande	26	3º de S. Christovão	24
1º de Jacarapaguá	24	Unica de Inhaúma	20
1º da Guaratiba	23	1º Subvencionada da Lagoa	19
1º do Engenho Velho	22	2º Subvencionada da Lagoa	15
2º da Ilha do Governador	20	2º de Santo Antonio	11
Subvencionada da Lagoa	20		
Unica de Santa Cruz	15		
1º de Campo Grande	14		
2º da Gloria.	4		

Secretaria da Inspectoria geral da Instrucção primaria e secundaria do Município da Corte, em 11 de abril de 1872.

O Secretario, Theophilo das Neves Lodo.

Fonte: RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871, n.14. s/p (Apontamentos gráficos nosso).

O mapa mostra que seu autor contabilizou as quatro escolas subvencionadas (masculinas da Irajá e Lagoa e femininas da Lagoa) como “pública”. Isso nos leva a pensar em dois motivos para que tais instituições recebessem o *status* de “pública”: primeiro, porque ofereciam o ensino gratuito, sem recolhimento de contribuições ou pagamento de taxas visando beneficiar a população pobre; segundo, porque estavam vinculadas a órgãos estatais do poder central e local e que se mantinham através de recursos públicos. Já as instituições privadas que não se encaixassem nesses dois padrões assumiam o caráter *strito* de privada. Essa conversão do privado para o “público” era um sintoma da elasticidade do significado e do que se entendia que era a “coisa pública” para aquela sociedade do final do século XIX (LIMEIRA, 2010).

A elasticidade interpretativa era resultado de uma relação de dependência entre o público e o privada, a qual segundo Mattos provocava situações de coesão e tensão. (Mattos, 1994). A coesão ocorria se houvesse projetos comuns e a tensão em casos de disputas interna pela manutenção de monopólios e de interesses divergentes. Esse duplo movimento foi explicado por Mattos (1994) ao analisar as práticas política dos Saquaremas: o Estado articulava com proprietários rurais, donos de escravos numa forma de preservar a unidade e soberania do Império, ao mesmo tempo em que estes o apoiavam com forma de garantir manutenção de atividade econômica, todavia, diante das crises políticas e econômicas e a aprovação de leis contrárias aos interesses dos mesmos apoiadores de outrora, estes ficavam contrários ao Estado Império.

Na questão da instrução observamos um cenário de coesão no exemplo das subvenções. Como explica Limeira (2010; 2011), a partir da iniciativa de indivíduos ou associações de classe foram abertas escolas privadas financiadas pelos cofres públicos, com o objetivo comum de promover a escolarização primária gratuitamente entre a população pobre. Os documentos de subvenções e estudos sobre o tema apontam⁷⁹ que o Estado subvencionou professores que não tinham recursos para manter as escolas. Os professores e associações aos fundavam seus estabelecimentos contribuía para o movimento de expansão do número de instituições formais de ensino e de pessoas matriculadas, em especial em lugares onde só havia duas escolas públicas, como foi o caso das freguesias rurais. Dessa maneira, o Estado gastava menos com a difusão da instrução e para a sociedade era uma forma de não ficar dependendo das escolas públicas.

Quanto aos casos de dissensão e disputas, um exemplo foi a relação construída entre a Câmara Municipal da Corte e o Ministério dos Negócios do Império. A princípio, o papel da municipalidade era auxiliar o Ministério no processo civilizador pela instrução. Segundo o artigo 70, da Lei de 1^a de outubro de 1828, “era de competência das câmaras municipais auxiliar as escolas de instrução primária do seu município em ordem ativa e desenvolver a educação do povo”. Em 1841 o poder local passou a ter o direito de receber dos fiscais das freguesias da cidade dados a respeito das escolas particulares como meio de participar ao ministro da pasta seu parecer sobre a quantidade de alunos matriculados (AGCRJ, código 12.3.33, p.39). Com isso, Câmara estendeu seu poder sobre as escolas privadas.

A lenta expansão do ensino primário na década de 1860 serviu de justificativa para camarários como Bento Barroso Pereira, em 22 de maio de 1866 (BOLETIM DA CAMARA, 1866, p.49) reivindicassem modificações no regulamento da instrução de 1854 sob a alegação de que a redução do controle do Estado sobre o ensino público e privado incentivaria a

⁷⁹ Destacamos a pesquisa de Aline Moraes Limeira, está analisa o processo de subvenção escolar na Corte Imperial ao longo dos anos de 1870 a 1880 (LIMEIRA, 2010).

expansão da escolarização nas freguesias rurais (BOLETIM DA CAMARA, 1866, p.25-26).

Bento Barroso propôs a formação de uma comissão local composta de vigários, delegados, professores públicos das freguesias rurais com autonomia para conceder licenças aos professores particulares (BOLETIM DA CAMARA, 1866, p.25-26). Desta forma, retirava-se o monopólio das concessões do órgão central e transferia para os indivíduos das localidades. Podemos pensar que a proximidade dos componentes da comissão com os políticos locais serviria de brecha para a intensificação do poder municipal sobre a instrução primária nas freguesias rurais.

De acordo com Martinez (1997, p.154), a Câmara Municipal buscou tornar mais firme a atuação das autoridades locais enquanto instância gerenciadora dos serviços públicos na cidade. Assim, esta deixou de só discutir os problemas da instrução primária e passou a investir na construção e abertura de prédios escolares, onde conseguiu dar mais expressividade a sua participação (SISSON, 1990). Nesse cenário descrito, enxergamos uma relação de disputa pelo controle da escolarização no Município da Corte.

A relação da Câmara Municipal com o poder central não foi feita somente de tensões, vemos que a unidade ocorreu quando aquela fundou a *Associação Protetora da Infância Desvalida*⁸⁰ (fundada em 1871) e recebeu subvenção estatal para manter as escolas. Outra unidade era com o Imperador, uma figura que é a personificação da mescla do público com o privado, sendo este colocado como patrono da *Associação Mantenedora das Escolas Municipais* em 1887(JORNAL DO COMMERCIO, 1887, ed.00337(1), p.1).

A premissa dos dirigentes do Estado era ter uma estrutura escolar ampla, diversa e organizada, que pudesse ter o controle administrativo e legal sobre as instituições públicas e privadas, uma vez que era emergencial difundir a princípios morais e civilizatórios através da instrução escolar, a fim de superar os males e problemas nacionais. Os dirigentes da elite política e burocrática do Estado Imperial e os membros da Sociedade Civil foram os sujeitos, impelidos por ideais de liberdade, progresso e ordem, que construíram uma estrutura aglutinadora de escolas públicas e privadas, primárias e secundárias para criança e adultos. Portanto, o processo de escolarização foi o resultado da associação entre sujeitos para a realização de um projeto político civilizador que através da instrução visou formar uma população livre letrada nas primeiras letras, capacitada para trabalhar e contribuir com sua civilidade e força para um desenvolvimento/progresso do Estado e da sociedade.

Mediante tais considerações acerca do processo de escolarização na capital do país, nossa atenção se direciona a interrogar se ele foi similar em todas as freguesias da Corte, uma vez que era um território vasto com um processo de ocupação e desenvolvimento distintos.

⁸⁰ A Associação tinha a função de zelar pela manutenção e construção dos prédios das escolas da municipalidade e doava material escolar, roupas e calçados e prestava auxílio médico as crianças sem recursos (MARTINEZ, 1997, p.150).

Assim sendo, buscamos continuar a discussão questionando quais foram as estratégias para promover a expansão da escolarização nas freguesias rurais.

2.2 A difusão da instrução nas freguesias rurais.

Os dirigentes do Estado Imperial empregaram com estratégia para consolidar o projeto civilizador a institucionalização da instrução. Com isso, difundiram a escolarização primária entre a população. Na visão estigmatizada da elite burocrática e política, os moradores das freguesias rurais não poderiam ficar a margem do processo porque que não eram dotados de “instrução moral e religiosa”, não entendiam os princípios de liberdade, não controlavam suas emoções e paixões e tinham “costumes bárbaros, atos de ferocidade e praticavam crimes horríveis” (RELATÓRIO DO MINISTRO DA JUSTIÇA, 1841 apud MATTOS, 1994, p. 32). Paulino José Soares de Souza, ministro da Justiça, entendia que o “atraso” cultural do homem do sertão era um problema para o projeto de construção de um Estado civilizado produtivo e ordeiro.

Em 1869 Paulino José Soares de Souza, como ministro da pasta dos Negócios do Império, defendeu que a instrução era um “motor de adiantamento nacional” e através dela a sociedade daria passos rumo a grandes aspirações que “concorreriam para o bem da efetividade das liberdades políticas, da moralidade, da indústria, de todos os interesses sociais e do bem-estar dos cidadãos” (RELATÓRIO DO IMPÉRIO DO IMPÉRIO, 1986, p.27). Em outras palavras, o ministro estava apontando a fórmula para alcançar as metas traçadas pelos dirigentes do Estado Imperial.

Há algumas questões na fala de Paulino de Souza que merecem ser problematizadas para entender o seu propósito. A primeira é a relação entre a instrução com o interesse econômico; era imprescindível transmitir saberes elementares as camadas pobres a fim de produzir uma mão de obra apta para o trabalho e adequada para as transformações econômicas (MARTINEZ, 1997, p.10). O segundo é a moralidade; importante para manter a sociedade organizada e sem conflitos que provocassem a instabilidade da unidade do Estado Imperial (FARIA FILHO, 2015, p.137). O terceiro é a cidadania; ao mesmo tempo em que reforçava a instrução primária com um direito do cidadão, assegurava-se a segregação entre as camadas sociais, entre indivíduos livres e escravizados (mantidos à margem da instrução, via instituições oficiais⁸¹) e entre regiões. Assim, como defendeu Mattos (1994, p.109 -120), a educação serviu ao propósito de hierarquização social e regional.

⁸¹ Sobre as estratégias para a promoção da instrução entre escravizados no Rio de Janeiro, ver o trabalho de Kátia Cordeiro Lopes (2020).

Como já discutimos, os dirigentes do Estado criaram diversos meios de promover a instrução escolar na Corte. A Sociedade Civil e seu capital junto ao Estado construíram uma rede, ou seja, uma estrutura escolar composta de instituições pública e privadas responsáveis por promover o processo da escolarização. Neste subcapítulo abordamos com essa rede foi estruturada nas freguesias rurais.

Para que a escolarização não dependesse apenas de recursos públicos os dirigentes do Estado deram aos grupos privados, como associações de classe, agremiações, instituições religiosas e indivíduos o direito de abrirem escolas primárias e secundárias (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.70-71). As escolas privadas tiveram participação fundamental na estruturação do processo de escolarização do Império (LIMEIRA, 2010; 2011). Através de registros documentais, observamos que as instituições privadas estiveram presentes também no sertão em vários modelos: escola privada subvencionadas, pagas e filantrópicas, todos em conformidade com o projeto de expansão da instrução primária.

Para entender o porquê da relevância do ensino privado é preciso salientar as lacunas deixadas pelas escolas públicas em relação a sua capacidade de atender as demandas de matrícula das freguesias rurais. O regulamento da instrução aprovado em 1854 pelo ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz no artigo 21 determinava que em cada “paróquia [haveria] pelo menos huma escola do primeiro grao para cada hum dos sexos” (BRASIL, 1854). Os relatórios do inspetor geral da IGPISC produzidos ao longo dos anos de 1860, 1870 e 1880 são repetitivos em apontar a falta de recursos e a lentidão na abertura de escolas como alguns dos motivos para grande parcela de indivíduos em idade escolar não terem acesso a estabelecimentos públicos de ensino. Em 1858, havia 32 escolas públicas: 22 nas freguesias urbanas e 10 nas rurais. Já em 1869 houve o acréscimo de 12 escolas, totalizando 44 unidades: 32 urbanas e 12 rurais. Ao longo de onze anos, o centro da Corte recebeu mais 10 escolas enquanto o sertão apenas duas masculinas (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1858, mapa. 5.s/p. e 1869, mapa.2, s/p). Ao analisar os mapas escolares de 1870 a 1889 percebemos que a forma de fazer a distribuição das escolas públicas no Município da Corte seguiu um padrão que foi mantido até o final do Império, gerando, como consequência, uma política educacional de hierarquização regional.

A distribuição deficitária de instituições públicas nos espaços rurais transformou a matriz das freguesias em locais de concentração escolar. Em 1869, as escolas estavam distribuídas da seguinte forma: Guaratiba tinha duas escolas públicas para o sexo masculino, Jacarepaguá e Paquetá tinham uma escola para cada sexo e todas as demais tinham uma única escola, todas localizadas no centro das freguesias. Não podemos afirmar que as unidades centrais eram os lugares mais populosos das freguesias, mas provavelmente era o quarteirão onde se concentrava a estrutura sociopolítica local. Como afirmou Saint-Hilare, o fato de a

igreja estar localizada na matriz, este era o local nas freguesias que todos passavam (SAINT – HILAIRE, 1938, p.61 apud FERNANDES, 2011, p.54.). Assim, este era um lugar de visibilidade e oportuno para alocar a escola, a fim de que a população e os viajantes que passassem pelo local observasse que ali havia uma escola pública, sinalizando que o Estado estava a zelar pelos súditos se fazendo presente no processo civilizador nas freguesias.

Um dado curioso aferido nos relatórios do inspetor geral da IGIPSC era quanto à identificação da localização das escolas. Os endereços das unidades escolares do centro eram identificados com os nomes dos logradouros, independentemente em quais pontos da freguesia estivessem, enquanto nas do sertão não eram informados os nomes das ruas e apenas se usava a palavra “Freguesia” para localizar que estavam na matriz. Essa prática em um documento oficial é um sintoma da visão generalista e hierarquizada sobre as freguesias rurais e que repercutiu na forma de abordar suas escolas.

Figura 7 - Localização das escolas públicas nas freguesias da Corte

N. 4.

Predios em que se achão estabelecidas as Escolas publicas para o sexo masculino do Municipio da Côte.

	ESCOLAS.	RUAS.	
1	Unica da Gloria.....	Cattete n.º 2 C.	Urbanas
2	» da Candelaria.....	Ourives n.º 249.	
3	» de S. José.....	S. José n.º 13.	
4	1.ª de Santa Rita.....	Nova do Principe n.º 80.	
5	2.ª de Santa Rita.....	Saude n.º 170.	
6	1.ª do Sacramento.....	Hospicio n.º 268.	
7	2.ª do Sacramento.....	Alfandega n.º 145.	
8	1.ª de Sant'Anna.....	Princeza dos Cajueiros n.º 79.	
9	2.ª de Sant'Anna.....	Gambôa n.º 79.	
10	Unica de Santo Antonio.....	Rezende n.º 37.	
11	1.ª da Lagôa.....	S. Clemente n.º 41.	
12	2.ª da Lagôa.....	Hospicio de Pedro II.	
13	Unica do Engenho Velho.....	Rainha (travessa) n.º 1.	
14	» do Espirito-Santo.....	Estacio de Sá n.º 78.	
15	1.ª de S. Christovão.....	D. Pedro 1.ª (praça) n.º 75 D.	
16	2.ª de S. Christovão.....	Cajú (praia) n.º 13.	Rurais
17	Unica de Inhaúma.....	Na Freguezia.	
18	» de Irajá.....	Na Freguezia.	
19	» de Jacarepaguá.....	Na Freguezia.	
20	» do Campo Grande.....	Na Freguezia.	
21	» de Santa Cruz.....	Na Freguezia.	
22	1.ª da Guaratiba.....	Na Freguezia.	
23	2.ª da Guaratiba.....	Na Freguezia.	
24	1.ª Ilha do Governador.....	Na Freguezia.	
25	2.ª Ilha do Governador.....	Na Freguezia.	
26	Unica de Paquetá.....	Na Freguezia.	

Secretaria da Inspectoria geral da Instrução primaria e secundaria do Municipio da Côte, em 18 de Abril de 1870.

O Secretario, *Theophilo das Neves Leão.*

Fonte: RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1869, n. 4. s/p. (Apontamentos gráficos nosso).

Uma das competências do Ministério dos Negócios do Império era criar e abrir escolas públicas. Em 1870 o ministro João Alfredo ao assumir a pasta realizou investimentos que resultaram na ampliação da oferta de matrícula para crianças, jovens e adultos. A década de 1870 foi o período em que mais ocorreu abertura de escolas públicas. Todavia, através da IGIPSC, o Ministério exerceu mais o seu poder de controle e regulação da instrução mediante ações incisivas sobre a concessão de licenças para abertura de instituições privadas, pagamento das subvenções e na oferta de doações, do que propriamente criando instituições de ensino. (MARTINEZ, 1997, p.40).

Através dos Decretos 4.602, de 24 de setembro e 4.624 e de 7 novembro de 1870, João Alfredo criou 11 “cadeiras públicas”: seis nas freguesias urbanas (três para meninos, na Glória, em Santana e no Engenho Velho e três para meninas, em Santana, no Engenho Velho e em Santa Rita) e quatro nas rurais (uma para meninos em Jacarepaguá e três para meninas em Inhaúma, Irajá e **Santa Cruz**) (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1870, p.20). Devido à ausência de casas para alugar e professores para ocuparem as vagas, **Santa Cruz** e Engenho Velho só começaram a funcionar dois anos depois de serem criadas, de acordo com os documentos. Nesse período sob o controle do Estado havia 58 escolas públicas em toda Corte.

A distribuição entre as freguesias urbanas e rurais seguiu critérios diferentes. Nas rurais devido à existência de apenas uma escola por freguesia que atendia ao público masculino, foram criadas posteriormente apenas escolas para meninas, com exceção de Jacarepaguá. Entretanto, nas urbanas já existiam escolas para ambos os sexos, neste espaço o critério a ser seguido, segundo o regulamento da instrução de 1854, era abrir escolas onde a quantidade de crianças sem matrícula fosse maior, logo as freguesias mais populosas foram atendidas com o aumento no número de estabelecimentos de ensino.

No entanto não podemos justificar as escolhas das localidades somente pela lei, pois como instrumento jurídico a lei tinha apenas a função de direcionar e dar legalidade aos atos dos dirigentes do Estado. Os moradores das freguesias tinham poder para exercer pressão sobre a administração pública através de instrumentos com os abaixo assinados. Por cartas assinadas a população se manifestava ao Estado dando sugestões e fazendo solicitações de abertura de escolas públicas ou subvencionadas e reclamava da postura dos professores cobrando mais fiscalização (GONDRA; LEMOS, 2001).

Um exemplo foi a carta expedida pelos moradores do 11º e 12º quarteirão da freguesia de Guaratiba. Esta foi o segundo abaixo assinado solicitando a criação de uma escola pública, pois segundo os populares, a que existia no lugar chamado Galeão ficava a oito quilômetros de distância da moradia dos meninos, “privando-os de gozarem desse favor por falta de uma escola pública na localidade”. Junto ao nome dos pais, havia a quantidade de crianças e as idades (entre oito a onze anos). A reivindicação foi anexada ao relatório de 1882 de Domingos Pereira Alves de Magalhães, delegado instrução da freguesia, ao inspetor geral da IGIPSC (AGCRJ, código 12.1.12, p.2).

Analisando o abaixo assinado dos moradores de Guaratiba encontramos pistas do modo de atuação desses sujeitos: mobilizavam uma parcela da população local; para que suas demandas fossem conhecidas usavam um instrumento oficial: o relatório do delegado da

instrução; apontavam o problema: a quantidade de escolas para atender a demanda local; expunham o porquê da situação: no caso das freguesias rurais a extensão territorial e a população esparsa eram os motivos que inibiam o acesso à escola; apontavam o efeito do problema: número elevado de criança fora da escola; e para dar mais legitimidade ao seu apelo anexavam uma listagem com o nome dos pais com a idade dos filhos⁸². O caso citado, embora não fosse da mesma época que ocorreu a distribuição das “11 escolas públicas”, sinaliza que os moradores das freguesias rurais tinham seus instrumentos de luta e o usavam para reivindicar a instrução primária e que estes não estavam passivos ou alheios as demandas sociais que se apresentavam em seu período histórico.

De acordo com Schueler (2005, p.172-173), as cartas assinadas às autoridades da administração pública demonstram “as repercussões da institucionalização da escola” e que era crescente a busca da população⁸³ por escolas em seus lugares de moradia. O poder de mobilização colocou esses indivíduos como uma dos sujeitos nesse processo e assim podemos pensar que além das ações das elites políticas a mobilização dos moradores pobres também pôde ter influenciado nas escolhas dos locais que receberiam as escolas criadas pelo ministro João Alfredo⁸⁴ e as demais criadas por outros ministros anteriores e posteriores a este.

Borges e Vidal (2016) defendem que fatores como a dispersão populacional, a geografia do espaço, a falta de prédios adequados e bem localizados e a falta de recursos para a instalação também foram condicionantes para a escolha do local para sediar a escola pública. No seu relatório João Guilherme Smith, delegado da instrução em Inhaúma, ressaltou que havia uma única escola pública na freguesia e por isso:

A maior parte dos filhos de pais pobres não podem usufruir as vantagens do ensino gratuito pela razão de que o território da Freguesia he mui extenso e a população mui esparsa e por isso torna-se[tornava-se] impossível aos meninos vencerem grande distancia diariamente partindo de todos os pontos da Freguesia até aquele em que está[estava] situada a escola (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871, p.59).

⁸² A carta assinada de Guaratiba serve de exemplo para outros documentos produzidos pela população, sabemos que a estrutura do documento poderia sofrer algumas variações, mais comparando com os abaixo assinados de Santa Cruz, vemos que o diferencial é a presença ou não de uma lista com nome das crianças sem escola.

⁸³ Através do texto de Gondra e Lemos (2001), Schueler (2005) aponta dentre os assinantes desses documentos encontravam-se além dos pais das crianças sem escolas, também professores e comerciantes e bacharéis, o que demonstrava a diversidade de interessados na causa. Nos abaixo assinados de **Santa Cruz**, encontramos muitos negociantes.

⁸⁴ No fundo *Instrução Pública da Câmara Municipal* do AGCRJ é possível localizar abaixo assinados de diferentes locais da Corte onde moradores pediam a Câmara Municipal a criação de escolas. Nos *Relatórios dos Ministros dos Negócios do Império* é possível encontrar referências sobre pedidos da população pleiteando escolas públicas e subvencionadas. Todas essas ações indiciam uma atuação expressiva e relevante de diversos agente na consolidação do processo da instrução pública.

As reclamações nos abaixo assinados eram ratificadas pelas falas dos delegados da instrução, estes apontavam em seus relatórios a necessidade de abertura de escolas gratuitas para a população pobre, não porque as escolas abertas não comportavam o todo da população em idade escolar, mas a distância era um inibidor natural para a ausência de alunos nas escolas. Esse quadro criou uma situação ambígua no processo de escolarização nas freguesias rurais, pois para criar escolas em um local era necessário, segundo a lei, ter uma demanda populacional. Todavia, o problema nas terras sertanejas não era o tamanho da população, mas o seu território e a ocupação. Dessa forma houve poucas escolas públicas e estas não atenderam satisfatoriamente o público local. O que demandou outras estratégias para promover a instrução.

No gráfico acompanhamos o processo crescente de distribuição das escolas públicas ao longo dos anos de 1860 a 1888 no Município da Corte.

Gráfico 3 - Quantitativo das escolas públicas na Corte Imperial



Fonte: LAEMMERT, 1885; 1888 ; RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1860; 1865; 1870; 1875; 1881; 1886 (Autoria nossa, elaborado a partir de dados das fontes)

O gráfico⁸⁵ ilustra a ascensão do número de escolas primárias em intervalos de cinco anos. Observamos que as escolas rurais acompanham o crescimento das urbanas, porém em um ritmo mais lento.

⁸⁵ Devido à inconsistência das fontes consultadas a respeito da distribuição das escolas no ano de 1886 optamos por não por no gráfico a divisão das escolas entre urbana e rural. Buscamos manter a divisão quinzenal, porém, devido à indisponibilidade do *Relatório do Ministro dos Negócios do Império* no ano de 1880, optamos por trabalhar com o de 1881 e assim manter um distanciamento de cinco anos entre 1881 e 1886. O ano de 1889 não há dados sobre as escolas.

Todavia, não podemos tirar conclusões sobre os dados apresentados sem compreender o que aconteceu no cenário sociopolítico e econômico, pois esses interferiram diretamente no processo da escolarização. Apesar dos benefícios apregoados em relação à instrução da população, investir na educação era economicamente custoso. José Murilo de Carvalho (2010, p.282) observou que “os gastos nesta área foram muito modestos”, embora houvesse “o interesse do Imperador pela educação”. Na década de 1860, os custos com as forças armadas, devido a Guerra do Paraguai (1864-1870) comprometeram os cofres públicos e com isso o investimento no social ficou em segundo plano, o que também explica o número baixo de escolas públicas. Na política ocorria a reorganização do sistema partidário, com a formação do partido Progressista que era composto por dissidentes de Liberais e Conservadores. O partido Progressista foi desfeito em 1868 e deu origem ao novo Partido Liberal. Segundo Carvalho (2010, p. 205-206), foi um período fértil para a discussão de programas partidários.

Na década de 1870, como já observamos ocorreu um salto no número de escolas. A nomeação de João Alfredo para o cargo de ministro do Império resultou em mudanças na política social voltada para a “classe pobre”: mais escolas públicas, ensino noturno e de ofícios (MARTINEZ, 1997). No *Relatório do Ministro do Império* (1871, p.8-19), João Alfredo apregoava que um dos problemas da instrução pública era o número insuficiente de escolas e que cabia aos “Poder Públicos”, lê-se ao Estado, empregar esforços para resolver o dilema. A solução veio com investimentos do “Poder Público” e com o estímulo a participação da Sociedade Civil com suas iniciativas e capital privado. Na economia, houve o aumento das receitas. Para tentar equilibrar as despesas com a guerra criou-se em 1868 impostos sobre a “indústria, profissões e transmissão de propriedade e renda” e quando a guerra acabou as despesas diminuíram e a arrecadação se manteve, criando uma estabilidade financeira para o Estado (CARVALHO, 2010, p. 270). Na política discutia-se a questão a Lei do Ventre Livre e suas consequências na oferta de mão de obra, resultando na emergência em formar trabalhadores.

Na década de 1880 a 1889, observamos que a quantidade ficou estagnada em 94 escolas. Nesse período a queda das exportações resultou na queda da arrecadação, pois a economia brasileira era dependente do “setor de exportação” (CARVALHO, 2010, p.268). Nesse período também ocorreu na Capital do Império o “primeiro surto indústria brasileiro e que perdurou até os anos de 1890”, o que a levou a condição de “primeiro centro industrial do Brasil”, só desbancada por São Paulo em 1920 (OLIVEIRA, 2010, p.96). Na política o conflito com os produtores agrícolas pela questão da abolição da escravidão também intensificou a disputa intra e entre partidos políticos (ALONSO, 2015). A reforma da instrução pública de Carlos Leôncio de Carvalho (1879) mexeu com as regras da

escolarização. A liberdade para abrir escolas privadas estimulou a participação da Câmara Municipal, das Associações da Sociedade Civil e dos professores particulares e subvencionados no processo de escolarização. Com as escolas privadas promovendo a expansão reduzia-se o ônus do Estado em criar e abrir escolas públicas (MARTINEZ, 1997, p.40).

O regulamento da instrução de 1854, no artigo 57, determinava como política estatal a priorização da criação de escolas em freguesias com maior índice populacional.

Art.57.[...] quando em huma parochia, por sua pequena população, falta de recursos, ou qualquer outra circunstancia, não se reunir um numero sufficiente de alumnos que justifique a creação de escola ou sua continuidade, e houver no lugar escola particular bem conceituada, poderá o Inspector Geral, ouvido o Delegado do districto, e com approvação do Governo, contractar com o professor dessa escola a admisão de alumnos pobres, mediante huma gratificação razoável (BRASIL, 1854).

Segundo Alessandra Schueler e Irma Rizzini (2017, p.113) a questão populacional não foi um fator determinante:

O movimento diferenciador de construção das **escolas públicas primárias nas freguesias urbanas e rurais indicou que a ação estatal hierarquizava os estabelecimentos e definiu políticas distintas para o ensino primário na cidade.** Priorizaram-se a distribuição e a localização das casas escolas nas freguesias urbanas, centrais e populosas, não somente em atendimento às possibilidades mais expressivas da demanda da população escolar, mas, sobretudo, como instrumento de visibilidade das próprias escolas e de uma determinada direção política da cidade (RIZZINI; SCHUELER, 2017, p.113, grifo nosso).

Se a lei não foi determinante, foi condicionante. A consequência dessa política centrada em 1872 fez com que 67,24% das escolas públicas primárias estivessem concentradas em menos de 1/3 do território do Município da Corte e ainda tinha o suporte dos 72,05% de instituições privadas⁸⁶(RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871, mapa 13-16, s/p.).

A argumentação de Rizzini e Schueler contribui para pensarmos na relação dicotômica entre centro e o rural. O centro era o *locus* do poder político e econômica e cultural precisava ser referência para outros lugares. Como já explanamos no primeiro capítulo, a cidade é o lugar onde se dava a representação do urbano, do que é moderno, civilizado, ordeiro e limpo. Não obstante, no centro da Corte esses elementos não estavam consolidados, o que impôs ao Estado a necessidade de investir em políticas estatais contínuas e massivas, objetivando

⁸⁶ Porcentagem foi obtida a partir cálculos dos dados apresentados nos mapas de matrícula das escolas públicas e privadas, de 11 de abril de 1872, anexados no relatório da IGPIISC publicados no *Relatório de Ministro dos negócios do Império* no ano de 1871. Ressaltamos que o relatório correspondia ao ano 1871, porém o mesmo não foi publicado no dito ano. Desta feita, há quadros elaborados com datação de 1872.

alcançar o perfil de civilidade desejado. Com isso, o sertão ficou em segundo plano (ABREU, 2006).

Através dos números do Censo de 1872 e dos dados apresentados no relatório do inspetor geral da IGIPSC de 1871 podemos observar a expansão das escolas primárias nas freguesias e sua capacidade de abrangência sobre a população em idade escolar. Na Corte a população de crianças livres de 6 a 15 anos era 22.237 meninos e 19.277 meninas (BRASIL, 1872), ou seja, “1/7 da população livres” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871, p.23). Dessa população de até de 15 anos 33.200 estavam nas freguesias urbanas e 7.457 nas rurais (BRASIL, 1872). De acordo como dados dos mapas de matrícula do dia 11 de abril de 1872, publicados nos relatórios dos inspetores da IGIPSC, havia 58 escolas públicas, 04 subvencionadas e 68 privadas (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871, mapa 13-16, s/p).

O quadro auxilia a visualizar a distribuição das instituições e as matrículas de ensino primário pelas freguesias.

Quadro 2 - Distribuição de Escolas e Matrícula pelas freguesias até abril de 1872

Instituições escolares							
Pública (58)				Privada (68)			
Rural		Urbana		Rural		Urbana	
19		39		24		49	
Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
12	07	19	20	22	02	20	29
Matrículas (alunos menores de 7 a menores de 21 anos⁸⁷)							
Pública				Privada			
Rural		Urbana		Rural		Urbana	
592		4.855		60		5.174	
Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
389	203	2.342	1.921	34	26	3.200	1.974

Fonte: RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871, mapa. 13-17. s/p.(Autoria nossa, elaborado a partir de dados das fontes citadas).

Os dados expostos dão pistas relevantes para seguimos nossa investigação. Sabemos que os números apresentados na fonte podem não representar a realidade de fato, devido às falhas nos registros durante o processo de elaboração da documentação. Ao cruzar as fontes esbarramos nos limites dos dados fornecidos pelas fontes o que dificultou o cálculo sobre o número do total da população matriculada no ensino primário. Os mapas de matrícula publicados no *Relatório do Ministro dos Negócios do Império* de 1871 fornecem o número de

⁸⁷ Nos mapas de matrículas a população escolar era dividida em alunos menores de 7, ou seja de até 5 anos e menores de 21, ou seja, até 15 anos. Com determinava o regulamento de 1854 não era permitido a matriculas de alunos menores de 5 anos ou maiores de 15 no ensino primário. Acima de 15 o indivíduo poderia frequentar escola de adulto ou noturna.

matriculados nas instituições primárias públicas e privadas, e o recenseamento de 1872 discrimina a quantidade da população livre que frequentava as escolas.

Segundo dados do Censo de 1872, 10.046 (24,19%) crianças livres entre 6 a 15 anos frequentavam escolas e 31.468 (75,80%) não frequentavam. (BRASIL, 1872). A partir dos dados do Censo, que apresentam o número da população entre 6 a 15 anos que frequentava escolas, calculamos a distribuição desse público entre as duas regiões da Corte: 88,27% dos frequentadores de escola moravam nas freguesias urbanas e 11,73% nas rurais. No total eram 7.458 crianças em idade escolas nas freguesias rurais, destas apenas 1.179 (15,80%) frequentava a escola e 6.279 (84,19%) não frequentavam, o que aponta uma grande evasão escolar (BRASIL, 1872). Se pegarmos os números de matrículas informados pelos mapas do *Relatório dos Ministros dos Negócios do Império* e comparamos com o número de frequentadores de escolas informados no Censo, esses números não serão iguais devido às limitações inerentes às fontes, no seu processo de coleta dos dados e elaboração dos instrumentos estatísticos (relatório, mapas de matrícula e o Censo). Mas apesar disso, as duas fontes convergem ao informar que os números de matriculados eram baixos em relação o total da população em idade escolar. Em suma, havia uma quantidade elevada de indivíduos à margem do processo de instrução primária e essa porcentagem foi mais expressiva nas freguesias rurais onde encontramos um número menor de escolas e de matriculados.

É necessário considerar que havia escolas não oficiais que não constam nos registros. Lembrar também que havia acusações de adulteração de mapas de matrículas. Em suma, muitas são as questões que inviabilizam um retrato fidedigno da realidade numérica nas escolas, mas não invalidam o uso das fontes. Esses são os limites e as lacunas.

No *Relatório do Ministro do Império* (1871, p. 59-63) os delegados da instrução das freguesias rurais de Campo Grande, Inhaúma, Guaratiba, Ilha do Governador e Paquetá e Jacarepaguá apresentaram relatórios sobre seus distritos. Estes apontaram a necessidade de aumentar o número de escolas públicas e citaram a ausência ou baixa quantidade de estabelecimentos privados. José Antonio Costa da Gama, delegado da Ilha do Governador informou:

[...] as escolas publicas desta freguezia não são assaz frequentadas, não só por falta de recursos dos paes, e mais ainda pelas distancias em que se acham uns dos outros, os pontos povoados d'esta ilha; fazendo-se sentir (como já fiz vê em meu officio de 14 de janeiro do anno findo á essa inspectoría) a falta da creação de mais uma cadeira de instrucção primaria de cada sexo, nos lugares denominado Galeao e Frexeiras, que distam das outras escolas de 82 leguas e onde abunda accrescido numero de menores de 14 a 6 annos, vagando pelas praias sem cultura moral de especie alguma, pelas distancias em que estão (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO ,1871, p.62).

O delegado relatou três problemas que eram comuns às freguesias rurais: territórios grandes, população dispersa e poucas escolas, a junção desses resultou em poucas matrículas, baixo número de frequências devido à dificuldade do deslocamento e elevado número de indivíduos sem matrícula. A lentidão na escolarização era outro problema, como argumenta Antonio José Balieira, delegado da instrução em Guaratiba, a respeito de sua freguesia.

Aproveito a ocasião para lembrar a V. Ex. que a instrução publica nesta freguezia está ainda muito atrasada e muito longe de atingir ás urgencias das diferentes localidades, porque sendo muito extensa a freguezia, e a população muito disseminada, as escolas existentes não bastam; assim pois, pedia a V. Ex. houvesse de sollicitar do governo imperial a criação de mais algumas do sexo masculino, para diferentes localidades (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO ,1871, p.60-61).

Ao compararmos os relatórios dos delegados da instrução das freguesias urbanas e rurais, contidos no relatório do inspetor geral da IGIPSC do ano de 1871 para o ministro dos Negócios do Império, algumas questões nos chamaram a atenção: a ausência de relatórios de Irajá e **Santa Cruz**; a diferença na extensão dos relatos: enquanto os dos delegados das urbanas eram mais robustos e com mais dados sobre as escolas públicas e privadas, os das rurais eram pequenos, alguns ocupando metade da página, porque tinham poucas escolas para serem descritas; os problemas apontados: enquanto nas rurais as queixas foram as mesmas citadas por Antonio José Balieira, nas do centro era a qualidade dos professores e a necessidade de melhorias nas casas alugadas como escolas. As diferenças relacionadas aos problemas, ao número de escolas e ao tamanho dos relatórios podem revelar as distinções no ritmo de desenvolvimento do processo de escolarização empreendido nas freguesias.

As pistas deixadas nos documentos elaborados pelos delegados da instrução em 1871 associadas à hipótese de Mattos (1994) a respeito da hierarquização entre a cidade e o sertão, nos leva a pensar que a lentidão e o número de escolas públicas podem ser consequências de escolhas políticas influenciadas por uma mentalidade que pensava o espaço territorial da Corte de forma hierárquica e heterogênea e que usava do argumento populacional como justificativa.

A estratégia dos dirigentes do Estado para solucionar o problema da escassez escolar sem ter custo alto foi estimular a Sociedade Civil a investir seu capital ou em parceria com o Estado fundar escolas privadas. Assim, encontramos a presença dessa “força” no sertão através de instituições privadas (pagas, filantrópicas, subvencionadas e gratuitas mantidas pela municipalidade).

No “comércio da instrução”⁸⁸, os donos de escolas privadas investiram seu capital no centro da Corte, onde observamos as instituições privadas atuando nas lacunas das públicas. Com vimos no quadro 2 da página 89, havia vinte quatro escolas privadas de todos os tipos no sertão (vinte duas masculinas e duas femininas) contra quarenta e nove na cidade (vinte e vinte nove respectivamente) em 1872. O fato de haver duas escolas a mais para meninos não justifica dizer que o rural se tornou um espaço atrativo para o investimento do capital privado, haja vista a diferença entre os números de instituições para meninas, além do que, dentro desse universo de privadas havia vários tipos de escolas e muitas eram mantidas através de subvenção, logo privadas financiadas pelo capital público.

João Guilherme Smith, delegado da instrução em Inhaúma, justificou essa ausência de instituições privadas em sua freguesia devido à localidade ter baixo índice populacional o que não estimulava indivíduos ou associações se interessarem em abrir escolas (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871, p.59). Esse dado foi evidenciado por Pasche (2010, p.200) que explicou que o predomínio das escolas privadas nas freguesias urbanas foi resultado de uma “política da localização” que aliava oferta e procura com o quantitativo populacional. Assim, entendemos que ainda que a lógica do pensamento capitalista induzisse o investimento em locais onde houvesse alta demanda e pouca oferta de serviços e produtos, ainda assim o ensino “privado propriamente pago” no sertão parece não ter sido amplamente explorado.

Encontramos poucos dados acerca das escolas pagas nas freguesias rurais uma delas foi a da professora Maria Joaquina Antunes da Silva que em 1855 tinha uma escola **em Santa Cruz** com dezoito meninas matriculadas, sendo que apenas três conseguiam pagar o valor de 2\$000 réis mensais. Devido à impossibilidade de pagamento das demais, pelo fato de “serem filhas de pais pobres” a professora solicitou ajuda de custo para o ministro dos Negócios do Império (AGCRJ, código 11.1.38. p. 83). Observamos que uma das características das escolas privadas pagas nas freguesias rurais era o baixo número de matrículas. Assim, a dificuldades de manter os alunos por falta de pagamento ocasionava a solicitação de subvenções ou a extinção da escola.

A falta de recursos da população das freguesias rurais para custear a instrução pode ficar perceptível quando comparamos os números de matrículas das escolas privadas e das públicas. Em 1872, na freguesia rural de Campo Grande (que tinha aproximadamente 2.546 crianças com idade entre 5 e 15 anos)⁸⁹, havia uma escola pública feminina dirigida pela professora Anna Alexandrina de Vasconcelos Mediana (LAEMMERT, 1871, p. 330) com

⁸⁸ “Comércio da Instrução” foi um termo usado por Aline de Moraes Limeira para explicar o processo de subvenções de escolas privadas pelo Estado (LIMEIRA, 2010).

⁸⁹ Número de pessoas com faixa etária entre 5 e 15 foram obtidos do recenseamento publicado em 1872, por isso justificamos o número aproximado de habitantes.

trinta e duas alunas matriculadas (BRASIL, 1871, p.15) e a *Escola de Santa Perpétua* da professora Dona Maria Marques Perpétua de Oliveira (LAEMMERT, 1871, p.330), privada, que tinha sete alunas, sendo seis abaixo de 14 anos e uma abaixo de 21 anos (BRASIL, 1871, mapa.17, s/p). Estas foram as únicas registradas nos mapas e no *Almanak Laemmert* que se destinaram ao público feminino. Nesse exemplo, a comparação do número de matrícula entre as duas instituições evidencia que mesmo havendo uma possível alta demanda por escolas (em razão do número de crianças em idade escolar), ainda assim as escolas privadas foram opção para poucos. O fato de exigirem pagamento resultou em uma quantidade de alunos muito aquém em relação às escolas públicas, que eram gratuitas.

Comparando os anos de 1871, 1872 e 1873 das edições do *Almanak Laemmert*, percebemos que a organização da população do sertão estava atrelada a atividade econômica local. Em Campo Grande, Guaratiba, Irajá, Jacarepaguá e **Santa Cruz** havia muitos escravizados, lavradores e proprietários de terras (que podia ser pequena, média ou grande), nas freguesias próximas ao mar havia pescadores e nas mais próximas ao Centro, como Inhaúma e Ilha de Paquetá e do Governador encontrava-se uma grande quantidade de fábricas que induzia a presença de operários. Em todas havia funcionários da administração municipal, comerciantes de armazém, tabernas, e uma média de dois a três sapateiros, ferreiros, açougueiros, pedreiros e médicos.

O periódico *Diario do Rio de Janeiro*, de 28 de junho de 1876 (ed.00172(1), p.4), publicou uma lista discriminando o ofício e a renda média anual de cada morador do curato de **Santa Cruz** com o objetivo de informar a lista de eleitores. Na fonte consta que lavradores, pescadores, ferreiros, sapateiro tinham renda de 200\$000⁹⁰ e negociantes 400\$000 a 800\$000 réis. Afonso Alencastro Garcia Junior (1991), ao falar sobre a pobreza vivida pelos lavradores das freguesias rurais ressalta que o salário obtido pelos lavradores de Inhaúma em 1876 era considerado alto ao ser comparado a média de outros lugares:

A não ser em Inhaúma, onde 72,96% dos lavradores declaram ganhar em torno de 600\$000 (seiscentos mil reis), mas outras cinco freguesias mencionadas (Governador, Guaratiba, Jacarepaguá, Irajá e Campo Grande) 90,94% dessa categoria ganham 200\$ e 300\$ por ano, rendimentos mínimo portanto (GRACIA JUNIOR, 1991 p.19).

⁹⁰ Dividindo 200\$000 reis por doze meses daria 16\$666 reis por mês. Para demonstrar como o custo de vida era discrepante entre as camadas sociais, apresentamos alguns exemplos: Em um anúncio da *Gazeta de Noticia* o preço do camarote de primeira ordem com cinco entradas para assistir um espetáculo “Noites phantasticas do professor Goodison” no Teatro Imperial São Pedro de Alcântara custava 10\$000. No mesmo jornal um calendário era vendido a \$500. (DIARIO DE NOTICIAS, 1870, ed. 00040(1), p.4). Na loja de fazenda e modas e produtos importados da Rua Sete de Setembro, n.59, por \$200 era possível comprar quinhentas peças de chita francesa, pano usado para vestimenta e escravos ou livres pobres, e na mesma loja por 30\$000 um caixa com “seis camisas finíssimas de linho com colarinho em pé e abotoaduras” (GAZETA DE NOTICIA, 1875, ed.00086(2) p. 4).

Em 1882 Domingos Pereira Alves de Magalhães, delegado da instrução da Ilha do Governador, defendeu que “o meio estabelecido em lei para minorar o mal” não era “exequível” em localidades onde “a população [era] bastante pobre” (AGCRJ, código 12.1.12. p.3). Para este, o ensino privado (propriamente pago) não era a solução para os problemas da escassez de escolas nas freguesias rurais. Todavia, para da elite política e burocrática do Estado, esta era a forma de por em prática o projeto moralizador e civilizador sem ter grandes custos e se manter numa posição de controle do processo de escolarização.

O custo para manter uma escola era alto (salário de um professor, despesas com o aluguel da casa, manutenção do estabelecimento, mobiliário, em fim, custos que encareciam a instrução formal). O preço dos colégios variava se o aluno estivesse em regime de internato ou externato, além das mensalidades havia taxas de serviços extras. De acordo com Limeira (2010, p.156), os colégios “mais caros cobravam uma média de 30 a 50 mil Réis por mês. Enquanto nos de menor custo o valor estava em aproximadamente 20 mil Réis”.

Figura 8 - Escola privada de primeiras letras na freguesia da Glória

LYCEU COMMERCIAL ^[423]

LARANGEIRAS, RUA DE GUANABARA.

Director: *Manoel Fernandes da Cunha Graça.*

Vice-Director: *Ricardo Augusto de Leiros Costa.*

Este collegio ensina as primeiras lettras e prepara alumnos para o collegio de Pedro II, e para os cursos de *engenharia, marinha, direito, etc.* Para a *carreira do commercio* ha um curso pratico especial, que tem dado numerosissimos discipulos.

Pelo ensino de *primeiras lettras, linguas portugueza, franceza, ingleza e latina; calligraphia, arithmetica, escripturoção mercantil e geographia*, pagão os alumnos internos 100,000 rs. por trimestre e os meio-pensionistas 60,000. Tendo de frequentar algum ou todos os restantes preparatorios, a saber: — *algebra, geometria, historia, philosophia, e rhetorica*, pagão os internos 120,000 rs. por trimestre e os meio-pensionistas, 75,000 rs. Pela *lingua allemã, piano, desenho e dansa*, 8,000 rs. mensacs cada materia.

Fonte: LAEMMERT, 1883, p.487.

Pelas características apontadas pelo anúncio publicado no *Almanak Laemmert* (1873, p.487), o Lyceu Commercial não era uma escola simplória, como aquelas existentes nas freguesias rurais. Todavia, este serve de exemplo para ilustrar o custo da instrução privada. Neste colégio a taxa trimestral era de 100\$000 réis para interno, esse valor representava metade da renda de um lavrador ou sapateiro que ganhasse 200\$000 réis anuais. Com esse

custo era difícil colocar os filhos das camadas pobres para estudar nas escolas primárias privadas pagas, sendo viável apenas e estas oferecessem vagas gratuitas ou subvencionadas pelo Estado. Entretanto, os filhos das camadas com melhor poder aquisitivo poderiam frequentar as poucas escolas primárias privadas que existissem nas freguesias rurais ou estudar nos internatos e externatos do centro da Corte e prosseguir os estudos para os níveis secundários e se possível o superior.

A partir do diálogo com estudos historiográfico e a análise sobre o quantitativo de escolas e crianças matriculas, obtidos através do Censo e dos *Relatórios do Ministro dos Negócios do Império*, inferimos que o fator econômico e de localização contribuíram para dificultar a proliferação das instituições de instrução primária privadas pagas nas freguesias rurais. Inferimos isso porque a quantidade de matriculados (15,80% das crianças de 6 a 15) era baixo no território que correspondia a 2/3 da Corte (o sertão) e devido ao grande contingente de indivíduos em idade escolar sem matrícula (84,19%). Com uma grande parte da população rural formada por trabalhadores de baixo poder aquisitivo não havia uma clientela em quantidade satisfatória que pudesse pagar o custo do ensino privado e nem estimular a sua expansão. Assim parecia que o espaço rural não era interessante para o capital econômico.

Domingos Pereira Alves Magalhães, delegado da Ilha do Governador, ao criticar o modelo de instrução paga, sinalizou para uma experiência que estava produzindo resultados “satisfatórios”. A professora Carlota Augusta Rosa dos Santos através de aulas gratuitas levava instrução para meninas pobres da freguesia. Carlota era esposa do professor da primeira escola pública para meninos de Ilha do Governador⁹¹ e mantinha suas aulas sem subvenção, onde funcionava a escola pública (AGCRJ, código, 12.1.12. p.2).

As aulas avulsas foram um meio para propagar a instrução de maneira informal. Não obstante, fazer a análise mais aprofundada destas experiências é um trabalho mais difícil, pois à medida que estas não existiam oficialmente não produziam instrumentos de aferição do ensino e não havia mapas com o quantitativo de alunos, logo a ausência de documentos com os citados é um empecilho para identifica por quanto tempo as aulas avulsas eram mantidas. Um meio para enxergamos essas prática de ensino informal é partir de fragmentos de fontes que dão pistas de sua existência. Identificamos o caso da aula avulsa de ensino primário para meninas na Ilha do Governador dentro de um documento sobre escola pública no AGCRJ. Da mesma forma, identificamos em pedido de subvenção a informação da realização de aulas

⁹¹ O documento data de 1882, nesse período o professor da primeira escola publica de meninos era João Corrêa dos Santos (LAEMMERT, 1882, p.1262), falecido em 30 de junho de 1883(LEMOS, 2011, anexo 1, s/p.).

pagas ministradas pelo professor Henrique Francisco Mathias Havel que ocorriam em “uma ou outra casa de algum benfeitor” em Jacarepaguá. (AGCRJ, código 11.3.40. p.9).

Não é nosso objetivo debruçar sobre essa prática, até mesmo, devido à escassez de fonte. Todavia, fica o registro da existência de professores que ofereceram aulas pagas ou gratuitas para diferentes públicos no espaço rural e que contribuíram de forma significativa para a difusão da instrução das primeiras letras, apesar de sua informalidade.

Uma vez que as escolas privadas pagas eram poucas no sertão, paralelamente, estimulou-se a prática da subvenção. A lei de 1854 deu ao Ministério dos Negócios do Império a prerrogativa de usar o mecanismo da subvenção para custear o ensino para alunos pobres em escolas mantidas por professores ou instituições privadas (LIMEIRA, 2010). Trazemos alguns casos de subvenções com o objetivo de entender como tal estratégia contribuiu para estruturar parte do processo de escolarização no sertão.

Nas freguesias rurais, o primeiro registro de subvenção que encontramos data de 1855 e fora concedido a professora Maria Joaquina Antunes da Silva, que mantinha uma escola de meninas em **Santa Cruz**. (AGCRJ, código 11.1.38, p.83). Sobre esse caso falaremos com mais detalhes no próximo capítulo.

Dados dos *Relatórios do Ministro dos Negócios do Império* (1864, p. 3 e 1869, p.3-5), nos levaram a identificar que Irajá recebeu a segunda escola subvencionada. Esta foi criada em 1864, ficava no Campinho (localidade afastada da matriz), era dirigida pelo professor João Bernardo de Araujo Lima e era voltada para a instrução de meninos. Nesse período a freguesia tinha uma única escola primária pública com média de 42 meninos matriculados. João Bernardo Araujo Lima passou a receber subvenção em 1864 e manteve-se como professor subvencionado em Campinho por aproximadamente onze anos até falecer (ACGRJ, código, 12.4.20, p.85). Após o falecimento de professor a casa onde a escola funcionava foi ocupada pelo professor Ananias (não identificamos o sobrenome) que informou que manteve as aulas da instrução primaria “recebendo todos os meninos pobres” que lhe foram apresentados pelo delegado da instrução da freguesia, Miguel João Rangel S. Vasconcellos (AGCRJ, código, 12.4.20. p.85). Segundo registros do *Almanak Laemmert* (1879, p.141), quem passou a receber subvenção foi o professor Carlos Augusto Delfim Pereira em 1879. Em 1880 o professor Urbano Severino de Avellar solicitou a Miguel A. Rangel de Vasconcelos, delegado da instrução de Irajá, subvenção para a escola do Campinho. O delegado assim escreveu em 14 de fevereiro de 1880:

Cumpro-me, com o dever a costume ordens de V. Ex^a informar que o professor particular Urbano Severino de Avellar requereu subvenção para a escola na

“Fontinha” que era dirigida por João Bernardo de Araujo Lima e posteriormente por Carlos Augusto Delfim Pereira ambos falecidos e nessa escola havia mais de 20 alunos indigentes, que eram instruídos gratuitamente e a que convém, não interromper o ensino (AGCRJ, código. 11.3.40, p. 58).

Nos relatórios do inspetor da IGIPSC e nos arquivos sobre a instrução pública, do AGCRJ há um silêncio sobre a resposta do pedido de subvenção. O *Almanak Laemmert* que divulgava anualmente a relação de professores por freguesia não registra o nome do solicitante como professor em Irajá, portanto, pela ausência deste na fonte é possível que o pedido tenha sido indeferido.

Outro professor que solicitou subvenção para a escola de Campinho foi o professor Pretextato dos Passos e Silva em 1873⁹². Em ofício ao delegado o solicitante justificou que na localidade não havia nenhuma escola para os meninos pobres (LIMEIRA, 2010, p.204- 205). Porém, segundo os mapas de matrícula deste ano apontam a existência de uma escola com 38 alunos matriculados (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1873, mapa. 40. s/p).

Os quatro casos citados acima sobre as subvenções da escola de Campinho indicam que havia um interesse dos professores em terem o Estado com financiador de suas escolas. A subvenção se colocava como alternativa para aqueles que não tinham passado nos exames para professor público e era uma boa ajuda de custo para aqueles que não tinham recursos para manter uma escola privada (LIMEIRA, 2010). Como o caso do professor Urbano Severino que alegou o fechamento da escola se não recebesse subvenção.

Antonio Herculano de Souza Bandeira Filho, inspetor da IGIPSC, em 1884 relata que havia recebido muitos pedidos de subvenção nas freguesias rurais e que esses pedidos nem sempre se enquadravam nas exigências do Art.57 do regulamento da instrução de 1854. Para o inspetor geral isso significava que os interesses dos professores solicitantes nem sempre estavam “aliados às conveniências do serviço público”, ou seja, nem sempre o interesse era de promover instrução das crianças pobres (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1884, p.18). Concordamos que nos acordos de subvenção cada um dos indivíduos envolvidos retirava para si as “vantagens possíveis” (LIMEIRA, 2010, p.239).

Em 1874 a professora Ricarda Maria dos Santos Duarte ganhou 40\$000 réis mensais para manter a primeira escola subvencionada para meninas em Irajá, localizada no Campinho (AGCRJ, código 11.3.40, p.296). Em 1880, Irajá ganhou outra escola para meninas, gerida por Dona Paulina Ferreira Coutinho (LAEMMERT, 1881, p114). Em 1883, havia dois colégios

⁹² Segundo Adriana Maria Paula da Silva (2002), em 1873 o professor Pretextato dos Passos foi despejado da escola que mantinha na Rua da Alfândega, na freguesia de Santana. Sua escola foi referencia para a inserção de meninos “negros e pardos” no ambiente escolar. O fato do fechamento da escola explica a solicitação de subvenção para abertura de outra escola, mas não identificamos o porquê de ser no Campinho.

particulares subvencionados, *Colégio Nossa Senhora da Penha*, na localidade de Madureira e o *Colégio de Santa Glicélia*, na estrada do Campinho (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1883, p.7). Em 1885 há apenas o registro da manutenção da escola da professora Adelaide de Almeida (LAEMMERT 1885, p.1282). Assim se deu a expansão das escolas subvencionada em Irajá.

Enquanto as escolas subvencionadas se expandiam, as escolas públicas de ensino primário de Irajá ficaram limitadas a duas escolas: uma para cada sexo, localizadas na Penha (o centro da freguesia) em um lugar chamado Areal. Inferimos que a subvenção para esta freguesia foi relevante para aumentar o número de escolas, porém, não foi eficiente para dispersar a instrução pelo amplo território. Percebemos que houve uma concentração de escolas subvencionadas no Campinho. Como tal localidade era rota de passagem da Estrada Imperial e da ferrovia D. Pedro II, este se tornou um local atrativo para a ocupação de moradias⁹³. Dito isso, podemos inferir que o aspecto da densidade populacional foi um condicionante para abertura de escolas subvencionadas. Com isso, criou-se dentro das freguesias núcleos de instrução primária que marginalizavam a população que morava distante desses pontos mais centrais.

A autorização para concessão de subvenção dependia da aprovação dos membros de um Conselho Diretor da Instrução Pública. Os pedidos eram encaminhados ao IGPISC através dos delegados da instrução das freguesias que os recebia dos professores solicitantes. A justificativa principal para as solicitações era de caráter moral, ou seja, o préstimo que tal professor estava fazendo ao levar a instrução primária para crianças pobres que não tinham escolas próximas ou dinheiro para pagar pela educação. Limeira ao analisar o processo de subvenção na Corte o descreveu da seguinte forma:

O **procedimento de solicitação/concessão da subvenção** passava pelas mãos de algumas figuras de autoridade submetidas à hierarquia da administração da Instrução Pública, como Delegados, Inspectores, Conselheiros, Secretários, Ministros, membros de uma repartição chamada Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte (IGIPSC). Os pedidos dos proprietários dos colégios e/ou professores eram encaminhados aos Delegados das freguesias [...]. Com um parecer dos delegados, favorável ou não (dado após a constatação da veracidade das informações, e da necessidade ou não daquelas aulas particulares para os moradores da região), o ofício, com toda documentação anexa, era encaminhado à autoridade superior: o Inspetor Geral da Instrução Primária e Secundária. Este, por sua vez, ao ler os processos de todos os delegados do Município da Corte, aprovava os que achavam convenientes (geralmente sua opinião estava em conformidade com a dos Delegados) e encaminhava todos os processos, com seu parecer, ao Conselho Diretor da Instrução Pública para que lá fosse decretado um veredicto final: conceder ou negar as subvenções solicitadas. Os membros do Conselho Diretor

⁹³ Para uma melhor debate em torno da influência da estrada de ferro sobre o subúrbio, Ver, ABREU (2006) e FERNANDES ; OLIVEIRA (2010).

reuniam a documentação acumulada nas etapas que se seguiram ao pedido inicial, e a encaminhava ao gabinete do Inspetor Geral da Instrução (ou direto ao Ministro), para que o mesmo a fizesse chegar ao Ministro dos Negócios do Império para controle, conferência e publicação nos *Relatórios dos Ministros do Império* (LIMEIRA, 2010, p.199-200, grifo nosso).

A descrição acima demonstra que a solicitação de subvenção foi um processo administrativo complexo, pois precisava transitar por diversas instâncias de acordo com a hierarquia organizacional do órgão. Segundo Borges (2008, p.31), a estrutura hierárquica de inspeção representava uma escala de poderes que funcionava como mecanismo de controle e vigilância do Estado sobre o professor e a instrução. Vemos pela descrição que ao longo de cada etapa eram agregados pareceres sobre a solicitação, dentre esses o do delegado da instrução tinha relevância significativa, porque era este funcionário que conhecia de perto os dramas da escolarização local, além do que, era este que tinha contado direto com o professor (a) solicitante e detinham o poder de fiscalizar/vigiar.

Em Guaratiba o vigário Rufino Augusto Lomelino de Carvalho mantinha desde 1862 o *Colégio Paroquial* dentro da igreja matriz e oferecia ensino gratuito sem subvenção. Em 1871 havia seis alunos matriculados (sendo dois adultos), Antonio Xavier Balieira, delegado do distrito, no relatório a José Bento da Cunha Figueiredo, inspetor geral da IGIPSC, informou que o vigário não iria mais oferecer aulas porque não tinha mais recurso para manter o colégio, por isso o delegado pedia subvenção do Estado para a manutenção da instituição.

Não sendo pois possível a criação de tantas aulas publicas, ao menos facilite-se aos que quizerem ensinar particularmente instrução primaria, passando por prova de suficiêcia perante os professores públicos e delegados dos districtos fora da côrte, visto que muitos não tem meios para se apresentarem, nem coragem; e a estes mesmos, se o governo lhes desse uma gratificação proporcional mais animaria aos outros; bem como merece o actual professor particular, vigário Rufino Augusto Lomelino de Carvalho, que ha 9 annos lecciona gratuitamente instrução primaria, e que segundo o que me expôz em seu officio de 12 do corrente está resolvido a fechar o seu estabelecimento; ora, onde a educação está tão atrasada, faltando mais esta escola, tanto peor; assim, estou persuadido de que se lhe desse uma gratificação pelo seu zelo, seria um incentivo para que não deixasse o magisterio, como de animação a outros (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871, p.59, grifo nosso).

No caso da solicitação do professor Henrique Francisco Mathias Havel foi anexado um documento onde o vigário da freguesia de Jacarepaguá prestou informações que justificavam o pedido. A referência do religioso era uma estratégia para convencer os agentes públicos da moralidade e retidão do solicitante. Mesmo assim, foi pedido pelo inspetor geral da IGIPSC, Francisco Ignácio M. H. de Mello, ao delegado da instrução, Antonio Marques de Oliveira, que este informasse a respeito do comportamento e da renda do professor. Isso sinaliza que havia uma preocupação em zelar pela qualidade do ensino e saber se o professor

atenderia com eficiente e eficácia as responsabilidades com o ganho da subvenção. Ao inspetor geral da IGIPSC escreveu o delegado de Jacarepaguá:

Illmo e Ex^o Sr.

Cumprindo as ordens a V. Ex^a relativamente ao incluso requerimento documentado por Henrique Francisco Mathias Havel, tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Ex^a que no ano passado enquanto este mesmo Havel se habilitava nessa Inspeção para ensinar as matérias de instrução primária, **recebi a inclusa queixa e indagante de verdade, colhe informações de que este homem era dado a excessos de ira, e por isso não convém que ele seja cadeira subvencionada em um local** onde quase todos os meninos são pobres e o mesmo não tem meios para comprar mobília, livros e mais que é necessário para abrir uma Escola e poder funcionar regularmente. Este Havel ensina particularmente em uma ou outra casa de algum benfeitor e assim vive humilde e dependente da confiança dos pais dos alunos moderando-se por necessidade (AGCRJ, código 11.3.40, p 9, grifo nosso).

Em meio aos documentos de subvenções do Fundo de *Instrução Pública, da Câmara Municipal* (AGCRJ, código 11.3.40. p.26) há em 1875 um documento sobre as escolas de Jacarepaguá e o nome de Henrique Francisco Mathias Havel aparece como professor subvencionado da dita freguesia, significando que embora os dados negativos a seu respeito a este foi concedido o pedido.

Diante dos relatos apresentados a respeito do vigário de Guaratiba e do professor de Jacarepaguá, da informação de que havia muitos pedidos de subvenções e sabendo dos tramites do processo e do peso dos pareceres dos delegados da instrução das freguesias, questionamos quais seriam os critérios para aceitar ou negar um pedido desta natureza. Se só olharmos pelo aspecto legal, a Decreto de 1854 (que vigorou até 1879) era claro em especificar que o critério principal era a concentração populacional e a existência de crianças pobres sem acesso a instrução, uma vez havendo número insuficiente de escolas públicas, poder-se-ia pagar a subvenção. Logo para além dos critérios legais será que a capacidade de mobilizar capital social não foi pertinente?

Segundo Pierre Bourdieu (2017, p.75-78), a dimensão do “capital social” de um indivíduo dependia da extensão da sua rede de sociabilidade e do volume de outros capitais que pudesse mobilizar: capital econômico, político e cultural. Considerando a capacidade do sujeito em mobilizar sua rede de relações, isso nos leva a questionar se as relações poderiam ser usadas para que os professores conseguissem a subvenção.

No caso do professor vigário, seu pedido poderia ter um destaque pela posição que ocupava na freguesia, a proximidade com autoridades locais e a distinção moral, dado o cargo religioso. Este foi bem recomendado pelo delegado, mas não teve o pedido aceito. Curioso que no mesmo ano o delegado da freguesia foi “exonerado por moléstia” do cargo que ocupava desde 1855, o que pode ter influenciado na negativa. Pasche (2014, p.184) entendeu

que as negativas de subvenções a religiosos era porque assim como qualquer solicitante estes eram “submetidos a uma série de constrangimentos e regras”, portanto sujeitos à negativa. Em 1884 o vigário aparece ocupando o cargo de delegado da instrução interino (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1884, anexo C. p.2), podemos inferir que, localmente, Rufino Augusto Lomelino tinha prestígio no campo espiritual e educacional, ocasionando sua ascensão de professor a delegado interino.

No caso do professor Henrique Francisco Mathias, mesmo não sendo bem querido, recebeu a subvenção. Segundo a fonte ele ministrava aulas de “primeiras letras ha anos no lugar chamando Rio das Pedras” em casas de algum benfeitor (AGCRJ, código 11.3.40, p. 9 e 124). Não podemos provar que isso interferiu na aceitação do pedido, mas nos faz pensar que esse pode ter sido um meio viável, já que as relações sociais eram tecidas a partir de trocas de interesse, de redes de sociabilidade e clientelismo, sendo estes importantes mecanismos para obtenção de vantagens⁹⁴.

Outro ponto relevante na questão da subvenção era a respeito da qualidade do ensino ministrado nas escolas. Em Inhaúma, Dona Paula Carolina dos Santos Marques recebia 60\$000 réis mensais para ensinar “32 meninas pobres” em Cascadura (AGCRJ, código 11.3.40, p.18). O delegado da instrução, João Guilherme Smith, em seu parecer apontou que a escola de Cascadura era de grande utilidade para a população por não existir “escola primaria e secundaria na localidade para o sexo feminino” e que o trabalho da professora era reconhecido como de qualidade porque ensinava “diversos trabalhos de agulha”. Em vista disso ela era merecedora de ganhar uma gratificação a mais: uma “consignação” (AGCRJ, código 11.3.40, p.18). No mesmo ano a professora passou a receber a consignação de 30\$ como acréscimo à subvenção (LAEMMERT, 1875, p.106). Ao comparar a relação de escolas no *Almanak Laemmert* percebemos que ao longo dos anos 1880 Dona Paulina Carolina foi a única professora das freguesias rurais que teve a consignação explicitada de forma pública no documento. Mas não significa que foi a única a ganhar tal benefício⁹⁵.

O delegado da instrução da freguesia urbana da Lagoa, José Azambuja, no seu relatório questiona a qualidade das escolas, mas reconheceu que essa era uma estratégia de cunho “paliativo e barata” do Estado para diminuir os problemas com a instrução das camadas pobres (LIMEIRA, 2010, p 206). Segundo dados do relatório do inspetor geral da IGIPSC de

⁹⁴ Para uma discussão mais aprofundada sobre o clientelismo e redes de sociabilidade no Estado Brasileiro durante os oitocentos, ver GOUVÊA (2008) e GRAHAM (1997).

⁹⁵ Nos registros do AGCRJ, no fundo *Instrução Pública da Câmara Municipal* há outros casos dos professores que solicitam aumento no valor da subvenção, alguns foram atendidos e outros não, assim com a professora de Cascadura, houve também um professor de **Santa Cruz**. Isso chama a atenção de que os valores de subvenção variavam entre os professores.

1881, o Estado havia gasto mensalmente com dezoito escolas subvencionadas a quantia de 1:240\$000 contos de réis (980\$000 réis com subvenções e 260\$000 réis com consignações) durante o ano de 1880. Deste valor, cada aluno de escola subvencionada custou 1\$580 réis. No mesmo período, “cada um dos 8.070 alunos matriculados nas escolas primárias do município da Corte custou ao Thesouro Nacional a quantia mensal de 3\$835”, dentro desse valor estavam embutidos salários de professores, aluguel de casa e outras despesas (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1881, anexo D, p.16). A partir dos dados apresentados, entendemos que o custo das escolas subvencionadas foi um fator que estimulou o Estado a financiar as subvenções, pois mesmo que a qualidade do ensino não fosse satisfatória, o custo o era. Pelo exemplo da escola de Inhaúma vemos que nem todas as escolas tinham um ensino ruim como alegara José Azambuja, e que pagar uma consignação de 30\$ a mais era um valor menor para o Estado diante do benefício da parceria entre o público e o privado pela expansão da escolarização.

Em 1876 havia oito escolas subvencionadas nas freguesias rurais: Campo Grande (prof.^a Maria Laura Marques dos Santos); Guaratiba: duas escolas masculina (prof. João Antunes Alves e Gregório Carlos de Paiva); Ilha do Governador: escola de meninas (prof.^a Adelina Itagiba); Jacarepaguá: duas para meninos (prof.^{os} Francisco de Paula Fernandes e Henrique Francisco Mathias Havel); e **Santa Cruz**: uma escola de meninos na localidade de Sepetiba (prof. Manoel de Cespede Barbosa) (AGCRJ, código 15.3.6. p.21). Identificamos que em 1883 o número de escolas subvencionadas aumentou, chegando a treze. Com exceção de Paquetá, todas as demais tiveram instituições que ganhavam subvenção⁹⁶ (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1883).

Ao analisar os números de escolas, as localidades onde estas estiveram situadas, e as falas dos delegados da instrução das freguesias sobre a prática das subvenções, entendemos que a subvenção foi uma porta de entrada para as instituições privadas nas freguesias rurais onde a impossibilidade financeira da população era um inibidor para a propagação do ensino pago, “do comércio da instrução”. Todavia, a subvenção não foi igual em todas as freguesias, tanto na quantidade quanto no período que levavam para se instalar nos locais. Mas isso não prejudica o entendimento de que a subvenção foi um projeto aceito e legitimado para o espaço rural tanto quanto para o urbano. Assim a partir das fontes e de estudos sobre o assunto, entendemos que para o sertão e para as o centro da Corte a subvenção serviu para propagar a

⁹⁶ A partir de 1885, os *Relatórios do Inspetor Geral da Instrução* passaram a oferecer dados menos detalhados sobre a distribuição das escolas nas freguesias, com isso não conseguimos acompanhar onde cada escola esteve. Temos apenas a informação que 1888 o número total de subvenções era 22 em toda a Corte.

instrução entre as camadas pobres que não tinha acesso às escolas públicas, promovendo a difusão do “capital cultural” e dos princípios morais e civilizadores do Império.

A Câmara Municipal da Corte através de suas escolas primárias “mixtas” e gratuitas também contribuiu para o processo de escolarização. A partir de 1870, a municipalidade passou a construir prédios escolas para o ensino primário com auxílio financeiro do Ministério dos Negócios do Império e donativos da sociedade.

Os recursos para a construção das primeiras escolas vieram de um fundo arrecadado para a construção de uma estatua equestre do Imperador feita com o “bronze da artilharia tomada do inimigo” na Guerra do Paraguai. Diante da recusa a homenagem, o Imperador “preferiu que os fundos recolhidos fossem aplicados na construção de escolas primarias e em melhoramento em outros estabelecimentos de instrução pública” (SISSON, 1990, p.64).

As primeiras escolas construídas foram chamadas de “palacetes” por terem prédios próprios, diferente das públicas que funcionavam em casas alugadas. Sua arquitetura misturava estilo eclético, com grandes fachadas, com “grau de imponência e erudição” atendendo ao propósito de melhoramento urbanístico que visava modernizar a cidade nos aspectos arquitetônico, higiênicos e culturais (SISSON, 1990, p.67). Segundo Gondra (2007), a doutrina higienista da Corte foi legitimada junto aos professores primários e influenciou na elaboração do modelo de organização escolar o que refletiu na arquitetura dos prédios, na localização das escolas, no tamanho e iluminação das salas, na construção de espaços arejados e viáveis para a prática de atividade física e na pedagogia dos professores. Dessa forma os prédios escolares serviram de representação para o ideal de cidade e de cidadãos civilizados que se desejava moldar. Mas e nas freguesias rurais, será que também foi assim?

Até o ano de 1889, a municipalidade fundou doze escolas, sete “escolas urbanas” (São José, São Sebastião, Botafogo, em São Cristovão, Andarahy, Engenho Novo e Ponta do Caju⁹⁷) e cinco “escolas suburbanas”⁹⁸ (Campo Grande, Irajá, Jacarepaguá, Guaratiba e **Santa Cruz**) (JORNAL DO COMMERCIO, 1889,ed0063(1), p.2). De acordo com Schueler (2005, p. 165), em via de regra, os prédios foram construídos em locais centrais, especialmente nas freguesias urbanas, pois foram usados como mecanismo de promoção política como forma de mostrar que o poder público municipal estava atuando em favor do projeto de escolarização.

⁹⁷ *Escola Nossa Senhora da Conceição*, localizada na rua Marquez de Olinda, em Botafogo, freguesia de Glória; *Escola São Vicente* de Paula, na rua Gonçalves, na freguesia do Engenho Novo; *Escola Retiro Saudoso*, na Ponta do Caju e *Escola Nossa Senhora do Socorro*, no Pedregulho, ambas na freguesia de São Cristovão; *Escola Nossa Senhora das Dores*, na rua do Conde do Bonfim, freguesia do Engenho Velho (JORNAL DO COMMERCIO, 1889,ed0063(1), p.2) A identificação das freguesias não consta na fonte.

⁹⁸ Na documentação oficial produzida pelos funcionários da Câmara Municipal as escolas estavam divididas por localidade. Os contemporâneos adotaram a nomenclatura de “escolas suburbanas” para se referir aquelas das freguesias rurais. Ao falar das escolas da Câmara, manteremos a terminologia usada nos documentos.

Qualquer escola da municipalidade podia ser transferida de localidade, dentro da própria freguesia ou para outras. Um dos motivos era a falta de infraestrutura do prédio e o aumento do aluguel. Para Borges e Vidal (2016), os problemas relacionados à infraestrutura interferiram no deslocamento de escolas, alunos e professores para localidades que oferecessem espaço físico adequado.

Outra justificativa para a prática era a redução do número de frequência escolar. Segundo a Comissão da Instrução da Câmara Municipal, “em relação à frequência vem a custar o ensino de cada um aluno municipal em Guaratiba 32\$500, em **Santa Cruz** 68\$400, em Campo Grande 130\$000” (AGCRJ, código, 12.1.12. p.30). O valor variava de acordo com o número de escolas e matrículas e evidencia a diferença de investimento e propagação da escolarização em cada freguesia. A aprovação da remoção da escola só ocorria mediante votação em seção da Câmara, o que resultava em divisões entre aqueles que desejam a manutenção do local e aqueles de tentavam deslocá-la para seus distritos eleitorais.

Um exemplo de como funcionava o processo de remoção entre freguesia foi o caso da *Escola Retiro Saudoso* da Ponta do Caju na freguesia de São Cristovão, alegou-se a baixa frequência de alunos e a impossibilidade de mantê-la funcionando. Esta foi transferida para o morro de Santa Theresa onde recebeu o nome *Escola de Santa Theresa de Jesus* (JORNAL DO COMMERCIO, 1889, ed.0063(1), p.2). Esse tipo de transferência também ocorreu entre freguesias rurais, em 1887, uma escola da freguesia do Engenho Velho foi transferida para Campo Grande, o motivo oficial foi a redução de frequência de alunos (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1887, p.19).

Uma mudança dentro da freguesia ocorreu com a escola da Ponta Vermelha em Irajá, esta foi removida para o Campinho, onde segundo os vereadores da Comissão de Instrução era o “melhor local” resultando no aumento quatro vezes maior das frequências (JORNAL DO COMMERCIO, 1889, ed.0063(1), p.2). A remoção da escola da Fontinha para o Campinho, ambas em Irajá, a critério da Câmara causou o descontentamento de “cem moradores dos lugares Fontinha, Portão Vermelho, Macacos, Valqueire, Caxamby, Castanho, Affonso e Sapopemba conta a remoção da escola mixta” (JORNAL DO COMMERCIO, 1888, ed.00188(1), p.2). Tais episódios evidenciam que as transferências ocorriam segundo critérios dos interesses do órgão municipal, mas isso não significou que os moradores se colocavam passivos a situação. Ao mesmo tempo em que vemos a população impelida pelo valor atribuído à instrução, observamos a redução nas frequências, criando uma situação contraditória.

O relatório da Comissão de Instrução da Câmara Municipal ao Ministério dos Negócios do Império em 1877 sinalizava que a baixa quantidade de prédios próprios para as

escolas também foi um motivo para as constantes mudanças de localidade (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1877, p.30). A maioria das escolas estava instalada em casas alugadas. A localização das escolas ficava restrita a oferta de imóveis, sujeitas concessões do senhorio e a possibilidade de reformas, tudo isso encarecia o custo e permanência nos imóveis e forçava a municipalidade a deslocar as escolas. Essa situação também foi observada por Borges e Vidal (2016) referente às escolas públicas da Corte.

A diferença entre as “escolas urbanas” para as “escolas suburbanas” estava na quantidade de estabelecimentos, na matrícula e no investimento em infraestrutura. “Gastava [-se] 2.500\$000 anuais com cada escola suburbana” (AGCRJ, código 12.1.12. p.30), custo que não se admitia ser gasto na manutenção de escola que tivessem baixa frequência de alunos e em localidades onde a população era pequena devido à ocupação esparsa, como foi caso da escola de Santíssimo, em Campo Grande, segundo a Comissão de Instrução:

Ill^{mo} e Ex^{mo} Sr.

Não tem razão os dignos assinatarios que reclamam contra a mudança da escola municipal de Campo Grande do **local do Santíssimo** onde se acha estabelecida provisoriamente para o arraial da freguesia.

A experiência de um ano tem demonstrado a necessidade de remoção desta escola para melhor localidade e maior vantagem **para o ensino que não progride como seria para desejar**, e por isso, muito avidamente deliberou a Ill^{ma} Câmara em sessão de 22 de outubro passado para a escola municipal fosse transferida para o povoado da Matriz.

Se não bastasse para justificar a mudança da escola a falta de cômodo, a ruína e pequenez da casa, seriam suficientes para autorizar essa mudança o limite do número de matrículas e frequência dessa escola que não correspondem as paternais visitas da Ill^{ma} Câmara, nem ao progressivo desenvolvimento das outras escolas suburbanas.

[...] São tão expressivos estes Algarismos que esta diretoria não hesitaria em aconselhar a Ill^{ma} Câmara o fechamento da escola do Santíssimo, [...] tanto mais que a escola subvencionada de meninas que ali funciona está quase deserta. **No bairro do Santíssimo a população está muito disseminada e a localidade não tem necessidade se não de uma modesta escola subvencionada** (AGCRJ, código, 12.1.12. p.30, grifo nosso).

Para o camarário L. Moura, as “escola urbana é [era] mais dispendiosa que as sub-urbana” (JORNAL DO COMMERCIO, 1886,ed.00049(1) p.1). Não obstante, como afirmou o chefe da Comissão de Instrução, Comendador Oliveira Rosário, a Câmara empregava “principalmente sua solicitude nas urbanas, que releva reconhecer prestação reaes serviços ao município” (JORNAL DO COMMERCIO, 1889, ed.00063(1), p.2). Em suma, o prestar serviço refere-se à quantidade elevada de matrículas e frequência, o que justificava para a municipalidade o emprego de mais verbas para manter as escolas do centro da Corte.

A manutenção na infraestrutura das escolas também estava condicionada a frequência escolar. Em seu relatório a Câmara, a Comissão de Instrução da Câmara Municipal argumentou que a precariedade dos prédios das escolas urbanas causava a redução na

frequência de alunos e defendeu ser imprescindível a troca de prédios ou consertos (JORNAL DO COMMERCIO, 1889, ed.00028(1), p.2). No relatório a Comissão também apontou que as escolas da Santa Thereza, Botafogo e Engenho Novo (urbanas), haviam passado por reformas, algumas ganharam mobília nova e todas foram transferidas para prédios mais amplos, o que segundo a fonte, aumentou o número de alunos. Quanto às suburbanas alegou-se que **Santa Cruz**, Jacarepaguá e Guaratiba não precisavam de melhorias ou de nova mobília, pois não houve alteração nas frequências (JORNAL DO COMMERCIO, 1889, ed.00028(1), p.2). Todavia, no caso de **Santa Cruz**, outras fontes apontavam que a infraestrutura da escola não estava em boas condições e a frequência estava em baixa, o que remete uma divergência nas informações⁹⁹. Com isso, entende-se é que a frequência escolar era o argumento usado pelo camarários para justificar um possível gasto com a infraestrutura das escolas e escolher quais seriam as beneficiadas. Além do que, acreditamos que para a Câmara Municipal deveria ser mais oportuno investir em escolas que agregassem mais ao plano urbanístico da cidade e ao capital político, o que levou ao interesse em investia nas escolas urbanas.

Analisando os números de matrícula e frequência nos documentos oficiais, observamos que em 1889 foram 358 matrículas nas escolas suburbanas, sendo 135 meninos e 226 meninas, enquanto nas urbanas foram 2.131 matrículas, com 1.080 meninos e 1051 meninas. Em relação à frequência, as taxas eram as seguintes: 1.278 nas urbanas (59,9%) e 285 nas rurais (72%) (JORNAL DO COMMERCIO, 1889, ed.00069(1), p.2)¹⁰⁰. Embora os números coletados não sejam totalmente confiáveis, estes revelam que o número de matrículas nas freguesias rurais foram menores comparados com as das urbanas, mas ao associá-los ao comparecimento ou assiduidade escolar (frequência), estes sinalizam para uma baixa evasão escolar nas regiões rurais. Um avanço para a escolarização diante dos problemas singulares ao ambiente rural: distância, dispersão populacional e desigualdades disseminadas pelo território.

Isso, porém, não era uma constante nos números ou taxas. A partir de dados coletados pela Comissão de Instrução da Câmara Municipal publicada no *Jornal do Commercio* do ano de 1882, conseguimos observar o movimento da frequência e da matrícula em duas freguesias rurais.

⁹⁹ Falaremos especificamente das escolas de Santa Cruz no capítulo quatro.

¹⁰⁰ Os números absolutos são fornecidos pela fonte. A porcentagem forma calculadas em cima destes.

Quadro 3 - Frequência do ano de 1882 das Escolas Mixtas de Campo Grande e Guaratiba

Frequência da Escola Mixta de Campo Grande					
Data da publicação	Alunos Matriculados	Alunos	Alunas	Frequência Máxima	Frequência Mínima
16 de março de 1882	25	-	-	25	8
13 de julho de 1882	31	11	20	25	14
09 de agosto de 1882	29	11	18	26	10
14 de setembro de 1882	30	11	19	22	12
Frequência da Escola Mixta de Guaratiba					
16 de março de 1882	50	-	-	36	30
13 de julho de 1882	74	45	29	51	23
09 de agosto de 1882	83	36	47	55	32
14 de setembro de 1882	100	48	52	73	23

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 1882, ed.00080(1), p.3; 00214(1), p.3; 00220(1), p.2; 00262(1), p.3 (Autoria nossa, elaborado a partir de dados das fontes citadas)

Se em 1889 a fonte apontou uma aparente estabilidade no número de frequência, em 1882 observamos a partir dos dados que em ambas as escolas o número de frequência máxima não foi igual ao número de matriculados, apontando para uma defasagem escolar, de meninos e meninas, que oscilou ao longo do ano. Na *Escola Mixta de Campo Grande* a queda e o aumento da matrícula foram acompanhados pela oscilação na frequência mínima e uma quase estabilidade da máxima. Enquanto a *Escola Mixta de Guaratiba* apresentou um crescimento acelerado de público, porém com a frequência mínima reagindo diferente da matrícula. Esta esteve sempre crescendo, mas a frequência não acompanhou. Ambas as localidades eram espaços agrícolas, com muitas lavouras em atividade familiar o que nos leva a supor que em períodos de maior atividade no campo as escolas experimentassem a redução de público. De acordo com Borges e Vidal (2016, p.196) as vicissitudes da vida com a necessidade de buscar trabalho no campo ou na cidade estimulavam a evasão precoce levando os indivíduos a buscarem aprender apenas os rudimentos da leitura e escrita, não concluindo os estudos. Outro fator de afastamento da escola eram doenças, especialmente na década de 1870 e 1880 quando houve epidemias de febre amarela. Assim as epidemias, fatores climático, o trabalho doméstico e no campo, os interesses dos alunos com a instrução são fatores que podem ter interferido nas oscilações nos índices de matrícula e frequência descritos no quadro.

A escola assumiu o papel de lugar possível de mobilidade social (SCHUELER, 2005, p.162). Podemos inferir que esse processo de consolidação dos números de frequência em 1889, no espaço rural, foi consequência da mudança gradativa de mentalidade a respeito da relevância da formação escolar para a população pobre, a qual passou a vê a instrução como um mecanismo para ascender socialmente e economicamente.

Observamos no quadro 3 que a maioria dos discentes eram meninas. Um dado que ilustra o movimento que estava ocorrendo nas demais escolas da Corte que era o crescimento

da instrução para o público feminino. As escolas da municipalidade eram “mixtas” o que contribuiu para equilibrar a distribuição de vagas para ambos os sexos. Percebemos que havia uma quantidade superior de meninas nas rurais, dado que era motivado pela necessidade dos meninos terem que associar o trabalho na lavoura com a escola.

O ambiente escolar era o formador da futura mãe e senhora de família, como aponta Borges (2008, p.187). Segundo Almeida (2007), o ensino feminino ainda estava atrelado ao ambiente doméstico com o aprendizado de trabalhos com linhas e agulhas e economia doméstica. Ao ensinar tais práticas a escola assumia um papel para além de moralizar e civilizar, mas também de reforçava papéis sociais ao marcar a diferença entre homens e mulheres na sociedade. De acordo com Del Priori (2016, p.367) devido à visão patriarcal “o homem tentava fazer da mulher um ser bem diferente dele, [...] ela era o sexo fraco e belo”.

A Câmara Municipal e o Ministério dos Negócios do Império caminharam juntos ao defender a emergência de levar moralidade e instrução para as crianças pobres da Corte Imperial. Não obstante, essa parceria não inibiu que os camarários criassem estratégias que lhes dessem mais autonomia em seus projetos de escolarização em relação ao poder central, objetivando reforçar seu poder local. Com isso, a municipalidade construiu escolas e propôs meio de fazer a instrução primária chegar com mais difusão no sertão, assim contribuiu para promover a escolarização e transformar as freguesias rurais. Todavia, é necessário ressaltar que este projeto foi praticado de maneira desigual entre as localidades, atendendo a critérios sociopolíticos e geográficos.

Além das escolas municipais houve outra estratégia. O presidente da Câmara, Ferreira Nobre, em 1881, propôs outro projeto para ampliar o acesso das crianças, que residiam nas freguesias rurais, à escola: como havia muitas crianças sem matrícula foi proposto que elas se deslocassem através do trem até o centro da Corte para tomar aulas nas escolas urbanas.

A camara como ao governo não sobraõ meios para multiplicar escolas nas freguezias mais distantes do centro, para não constituir esse obstáculo uma desigualdade em sacrificio dos que precisão aprender; proponho que a Illma.Camara solicite do governo passagem gratuita na estrada de ferro dentro do município para todo aquelle que habitando nas freguezias suburbanas, provar que está matriculado e é assíduo em qualquer aula municipal, ou publica (JORNAL DO COMMERCIO, 1881,ed00176(1) p.1).

A proposta de Ferreira Nobre reforça a ideia do urbano como espaço do desenvolvimento, local para onde população do sertão tinha que ir para acessar a civilidade moderna. O projeto não obteve aprovação, mas houve outras propostas em defesa do progresso da instrução no sertão, de outras autorias: internato e escola agrícola e professor itinerante.

O ministro dos Negócios do Império, João Alfredo, no relatório de 1870 deixou claro o interesse em alavancar a escolarização a fins de dar andamento ao projeto modernizador e civilizador da sociedade (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1870). Esse tipo de pensamento levou em 1873 a elaboração de propostas como a da criação de internatos agrícolas nas freguesias rurais, visando formar cidadãos civilizados e aptos ao trabalho no campo. A princípio, os internatos agrícolas seriam espelho da *Escola Agrícola de Juiz de Fora*, mantida pela Companhia União e Indústria, da *Escola Agrícola de São Bento de Lages*, vinculada ao Instituto Agrícola da Bahia e do *Asilo Agrícola* destinado a meninos desvalidos mantidos pelo Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, na Corte¹⁰¹, cujo objetivo era qualificar o homem para o campo e aperfeiçoar a lavoura e melhorar a produtividade nacional¹⁰².

De acordo com Jacomeli e Molina (2010) o projeto dos internatos agrícolas envolvia duas partes: uma de formação da classe dirigente com o ensino secundário e superior e outra de formação da classe menos abastadas com o ensino elementar e de ofícios, capacitando essa população como operários agrícolas. A prática do ensino agrícola atendia os expedientes econômicos ao projetar a produção agrícola a uma boa rentabilidade e competitividade internacional e ia ao encontro de profissionalizar e qualificar o jovem lavrador.

A proposta das escolas agrícolas nas freguesias rurais não foi aceita por Antônio Herculano de Souza Bandeira Filho, inspetor geral da IGIPSC. A alegação era de que o ensino primário era obrigatório, mas os alunos não eram obrigados a frequentar internato, logo a solução seria criar externatos, entretanto, seria custoso ao Estado financiar tais estabelecimentos nas oito freguesias rurais (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1883, p.20).

¹⁰¹ O parecer do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura no *Relatório do Ministro da Agricultura a justificativa a pertinência do Asilo dos Desvalidos*, pois este seria um instrumento de promoção do ensino, habilitaria os alunos a promover sua subsistência e a “conquistar pelo trabalho uma honrosa posição social” (RELATÓRIO DO MINISTRO DA AGRICULTURA, 1873, p.13).

¹⁰² Havia grupos políticos que advogavam que o crescimento do Estado estava arraigado ao meio rural, ao campo. Logo, desenvolver a agricultura fundamentada em bases científicas/ racionais e modernas era fundamental para a economia. A questão do aprimoramento da mão de obra também era relevante devido ao cenário sócio econômico desenhado com a entrada de uma grande leva de imigrantes para as lavouras e a saída da mão de obra escravizada. Um dos grandes defensores da agricultura como motor da nação foi o político conservador Alberto Torres. Para este o progresso da nação estava na agricultura (TORRES, 1979). Sendo assim, era oportuno associar a demanda econômica com a instrução para formação de mão de obra qualificada no campo.

Em 1870 o Padre capelão da marinha francesa, Nicolao Janrard¹⁰³ (natural da França), encaminhou ao Imperador uma solicitação de projeto de abertura de uma escola agrícola na Imperial Fazenda de Santa Cruz. Para por em prática o projeto pediu o arrendamento gratuito de terras e cem escravos para estabelecer uma escola agrícola gratuita para os meninos da localidade. A solicitação foi negada mediante o parecer do superintendente da Fazenda de Santa Cruz, José Saldanha da Gama, que era membro do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura (AN, códice 965, p.5-7). Embora o superintendente da Fazenda reconhecesse a relevância do ensino agrícola para a formação profissional dos alunos pobres, Saldanha da Gama justificou que não caberia uma escola agrícola nas terras pleiteadas pelo padre Janrard, porque este não tinha os recursos necessários para a construção da escola.

No caso de **Santa Cruz** entendemos que a questão educacional perdeu para a questão econômica porque a abertura de uma escola agrícola iria prejudicar as atividades econômicas de pecuária na Imperial Fazenda e também já se discutia com a Câmara Municipal a possibilidade de arrendamento das terras para a construção do novo Matadouro Público, o que seria lucrativo para os cofres públicos e para a municipalidade e alguns negociantes donos de invernadas e pastos (SILVA, T., 2013, p.23-24).

Outra proposta para minimizar os males do ensino nas freguesias rurais foi a inserção do professor itinerante. Neste modelo não haveria escola fixa, pois o mestre-escola atuaria temporariamente em uma localidade e depois migraria para outras. Além de ser menos custoso para o Estado, entendia-se que essa proposta atenderia as possíveis demandas escolares do sertão. Essa proposta estava de acordo com o Art.8, Parágrafo 3º, do Decreto nº 7247, de 1879 que dizia:

Contratar nas províncias, por intermédio dos respectivos Presidentes, Professores particulares que percorram anualmente um certo número de localidades e, demorando-se em cada uma delas o tempo preciso, reúnam os meninos e meninas da vizinhança e lhes deem os rudimentos do ensino primário (BRASIL, 1879).

Esse modelo de ensino era usado em locais de vasta extensão, onde os alunos tinham dificuldade de acessar as escolas. Esta proposta foi colocada com “inaceitável” pelo Antonio Bandeira Filho, por entender que:

Ela se justificava em países muito extensos, onde não é possível manter por toda a parte escolas fixas, ou por falta de recursos ou por ser muito densa e muito disseminada a população. O município não está nesse caso; é uma limitada

¹⁰³ O padre Janrard em 1864 envolveu-se em uma querela ao solicitar terras no Morro de Santo Antonio, na freguesia de Santa Antônio, para edificação de uma igreja católica francesa (JORNAL DO COMMERCIO, 1864, ed.00080, p.1).

circunscrição territorial e os distritos suburbanos está a horas de viagem da Corte (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1883, p.20).

A alegação do inspetor geral da IGPISC não justifica sua negativa, pois embora as freguesias rurais estivessem a algumas horas do centro da Corte, o deslocamento era precário e a população estava espalhada em pequenos núcleos distantes dentro das freguesias.

A dispersão da população do sertão levou o professor Candido Matheus de Faria Pardal, em 1872, considerar ser “mais vantajoso e eficiente construir pequenas escolas espalhadas que atendessem às demandas das diversas localidades do que uma grande e dispendiosa que, por se concentrar em um único local” dificultava a frequência e, portanto, tornavam-se “improdutivas” (BORGES; VIDAL, 2016, p.181). Os delegados da instrução também atribuíam a dispersão populacional e a geografia do sertão como uma dos motivos de muitas crianças pobres fora da escola. No relatório do inspetor geral da IGPISC de 1876, o Conselheiro Bardo S. Feliz ao tecer considerações sobre as escolas suburbanas usa como argumento a organização espacial concentrada na matriz para reforçar a ideia da necessidade de criar mais escolas nessas localidades, pois “cada escola só era aproveitada no povoado em que é localizada” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1876, p. 49). Embora haja o distanciamento temporal entre os relatórios de 1876 e de 1883, pouco foi alterado na estrutura ocupacional desse espaço, destituindo de legitimidade a justificativa de Antonio Herculano Souza Bandeira Filho e mostrando entre alguns sujeitos do órgão de instrução pública havia a resistência para promover a instrução nas freguesias rurais.

A preocupação com a formação da mão de obra e da transformação do trabalho fez com que emergisse a necessidade de instruir a população adulta, com isso, em 1870, João Alfredo defendeu a criação de aulas noturnas e obrigatórias para adultos e maiores de 14 anos, que ainda não houvesse frequentado escolas primárias diurnas (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1870, p.17). Segundo Martinez (1997), essas aulas eram ministradas principalmente para homens e isso evidenciou um estratégia que esteve atrelada a preocupação de formar trabalhadores, mas também eleitores, uma vez que a reforma eleitoral tinha com defesa excluir os analfabetos como pleito.

O ministro dos Negócios do Império Carlos Leôncio de Carvalho falou a respeito do ensino noturno e sua relação com a reforma eleitoral.

Si no sentimento de todos está a necessidade que tem a noção de instruir-se; si o governo tem por seu lado empregado e continua a empregar todos os meios a seu alcance para vulgarização do ensino creando cursos nocturnos; si em muitas provincias nota-se um certo movimento em favor da instrucção nacional, devem esvaecer-se as apreensões que tem referencia a semelhante prohibição, porque facil é ao cidadão, sobre quem ella recae, libertar-se da condição a que a

reforma eleitoral o vai sujeitar (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1877, p.16, grifo nosso).

O voto dos analfabetos era alvo de críticas entre os grandes proprietários, porque estes tinham que manter “um grande número de votantes que não lhes interessava como mão de obra” o que tornava o processo oneroso. Ao tratar sobre essa questão Carvalho apresenta as taxas da freguesia de Irajá: 87% dos votantes em 1880 eram lavradores, pescadores, operário, artesãos, empregados. Quase metade destes votantes (44%) eram compostos de analfabetos e 66% tinham renda abaixo de 400\$000” (2010, p.397). Em contrapartida a questão da onerosidade, a massa de eleitores se tornava importante ao ser mobilizada em caso de conflitos partidários ou de políticos com agricultores, atuando como diferencial nas disputas (CARVALHO, 2010, p.396).

O impedimento dos analfabetos era uma pauta antiga só aprovada na reforma eleitoral de 1881. A justificativa dos parlamentares foi que a participação do analfabeto era uma das principais causas de corrupção eleitoral, pois tal eleitor não tinha condições de entendimento para exercer sua função de cidadão (CARVALHO, 2010, p.395). A institucionalização da instrução para adulto foi uma medida para prevenir a redução ainda mais drástica de possíveis votantes¹⁰⁴ e dava maior moralidade e civilidades aos homens livres pobres, imigrantes e ex-escravizados que estavam inseridos dentro da categoria de cidadão.

“Os cursos noturnos para adultos nas escolas públicas de instrução primário do sexo masculino [foram] determinados pelo Decreto 7.031, de 6 de setembro de 1878”(RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1881, p.16). Contudo, antes disso, já havia aulas elementares para maiores de 14 anos no turno da noite mantidas por Associações subvencionadas pelo Estado. Em 1873, a *Associação Auxiliadora de Instrução Nacional*¹⁰⁵ manteve curso na sede da Inspeção de Instrução Pública Primária e Secundária do Município da Corte para 128 alunos entre brasileiros e estrangeiros. As casas das escolas públicas foram usadas para manter a subvenção de aulas para adultos em Irajá (masculino), em Paquetá (feminino) e na Lagoa (masculino e feminino) (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1873, p.17-19).

¹⁰⁴ Além de saber ler, o critério renda era definidor quanto à possibilidade de votar. Assim em 1881 os indivíduos deveriam saber ler e ter uma renda de 200\$000.

¹⁰⁵ Segundo Gondra e Schueler (2008, p. 70), a *Associação Auxiliadora de Instrução Nacional*, buscava contribuir para o progresso moral e civilizacional através de compra de maquinário e investimento na indústria nacional. Defendia a mão de obra livre e por isso investiam na formação capacitação da população livre pobre, através de associações vinculadas ao “ensino primário, profissional, artístico, bem como de cursos noturnos para adultos”.

Em 1874, antes da determinação por decreto, o Estado manteve aulas noturnas em duas escolas públicas de meninos em São Cristovão e em Paquetá, cujas aulas eram ministradas, mediante gratificação, pelos professores das escolas públicas, respectivamente, José Gonçalves e Olympio Catão Viriato Montiz. Em Paquetá, embora houvesse 17 matriculados, apenas um homem frequentava, levando ao seu fechamento (RELATÓRIO DO MINISTRO IMPÉRIO, 1874, p.13).

A partir do Decreto de 1878 foram criadas sete escolas: uma em Sacramento, São José, Glória, Engenho Novo e duas em Santa Rita e no Espírito Santo. Em suma, todas em freguesias urbanas. A abertura de aulas no sertão estaria condicionada a “circunstâncias locais” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1877, anexo C. p.2). As circunstâncias seriam as mencionadas no Art. 57 no regulamento de 1854, que condicionava a abertura de escolas públicas ao quesito populacional. Em 1881, ao tratar da criação de mais escolas noturnas o inspetor geral da IGIPSC José Bento da Cunha Figueiredo ressaltou:

V. Ex. houve por bem aceitar a ideia de não convir deixar ao livre arbitrio dos professores a abertura de cursos noturnos, devendo esta Inspectoria propor as escolas em que elles tenham de ser estabelecidas, attentas as conveniencias do ensino.

Quando em uma parochia, determina o art. 57 do Regulamento anexo ao decreto n. 1.331 A de 17 do fevereiro de 1854 “por sua pequena população, falta de recursos ou qualquer outra circunstancia, não se reunir número suficiente de alumnos que justifique a creação de escola ou sua continuação, e houver no logar escola particular bem conceituada, poderá o Inspector com o professor dessa escola a admissão de alumnos pobres mediante uma gratificação razoável” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1881, anexo D, p. 15).

Dessa forma não foram criadas aulas ou escolas noturnas públicas nas freguesias rurais. Identificamos através do relatório do inspetor geral da IGIPSC há o registro de duas escolas subvencionadas em 1885: Campo Grande e Jacarepaguá. Em **Santa Cruz**, há evidências de aulas noturnas gratuitas para adultos mantidas pelo Imperador. Com o passar dos anos o número de cursos noturnos caiu. Em 1888, oficialmente foi mantido o da *Sociedade Propagadora de Instrução Pública* na Lagoa, aquelas vinculadas a órgãos públicos foram extintos, pois, segundo o inspetor geral da IGIPSC, José Bento da Cunha Figueiredo, os cursos de Campo Grande, Jacarepaguá, Sacramento e Engenho Novo “não apresentaram resultados satisfatórios” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, p.1887, p.24-25). Em suma, não tinham um número de frequências que justificasse o gasto com as subvenções.

Entendemos que a instrução dos adultos foi difundida em grande parte em toda a Corte pela Sociedade Civil através das Associações de classe. Coube ao Estado o papel de criar regulamentos e financiar a instrução. Este também abriu escolas, mas o desaparecimento destas nos relatórios do inspetor geral da IGIPSC nos leva a crer que tiveram uma curta

durabilidade e acreditamos que o empecilho para sua continuidade tenha sido de aspecto econômico, uma vez que a manutenção das escolas estava associada ao número de frequência e esta conseqüentemente ao custo financeiro. Sobre as aulas noturnas nas freguesias rurais acreditamos que o fato das aulas serem noturna isso dificultava ainda mais o deslocamento o que condicionava a baixa procura e a manutenção da escola.

Todas essas experiências escolares e projetos de escolarização para o sertão (o ensino subvencionado, as escolas agrícolas e o ensino noturno de adultos), estiveram vinculados ao projeto de difundir o ensino primário entre a população pobre e livre. Mas, e o ensino secundário?

Segundo a legislação de 1854 e de 1879 o ensino secundário não era obrigatório. Em 1874 passou a ser ofertado gratuitamente em escolas privadas subvencionadas nas freguesias urbanas. Havia também o colégio filantrópico dos padres Beneditinos no Mosteiro de São Bento que oferecia aulas gratuitas para o primário, secundário e superior de Teologia (LAEMMERT, 1868, p. 374). A única instituição pública do Estado era o *Imperial Colégio Pedro II* criado em homenagem ao Imperador no dia 2 de Dezembro de 1837 e inaugurado em 25 de março de 1838. O colégio foi dividido em duas unidades em 1857: internato no edifício que pertencia a Igreja do Seminário de São Joaquim na freguesia de Santa Rita e externato na Tijuca, freguesia do Engenho Velho, ambas urbanas¹⁰⁶. Os alunos pagavam pela instrução, mas por lei havia a reservava 25 vagas gratuitas no internato e 13 no externato (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1864, Anexo E, p.140). A função do *Imperial Colégio* era formar bacharéis em letras e preparar os meninos para o ensino superior.

No ano de 1871, com vemos no mapa em todas as freguesias urbanas havia escolas privadas que ministravam ensino primário e secundário para ambos os sexos, com exceção da Candelária.

¹⁰⁶ A primeira sede do Colégio foi na Rua São Joaquim, na freguesia de Santa Rita, onde depois da divisão passou a funcionar somente o internato. Até hoje o colégio funciona no local e o prédio é um monumento que representa parte da história da instrução pública na Corte.

Figura 9 - Distribuição das escolas secundárias privadas no Município da Corte (1871)

N. 16
**Distribuição dos estabelecimentos particulares de instrução
 primaria e secundaria do municipio da corte, por freguezias.**

NOMES DAS FREGUEZIAS	SEXO MASCULINO			SEXO FEMININO			AMBOS OS SEXOS		
	INSTRUÇÃO PRIMARIA	INSTRUÇÃO SECUNDARIA	INSTRUÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA	INSTRUÇÃO PRIMARIA	INSTRUÇÃO SECUNDARIA	INSTRUÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA	INSTRUÇÃO PRIMARIA	INSTRUÇÃO SECUNDARIA	INSTRUÇÃO PRIMARIA E SECUNDARIA
FREGUEZIAS DA CIDADE									
1 Gloria	4		4	3		6	7		10
2 Candelaria	1		3			4	1		7
3 S. José	1	1	2	6		7	2	1	7
4 Santa Rita	4		4	4		8	8		6
5 Sacramento	2		2	2		4	2		10
6 Sant'Anna		1	1	2		3	2	1	7
7 Santo Antonio			2	2		4	4		4
8 Lagôa			3	1		4	1		3
9 Engenho Velho	1		3	1		4	2		6
10 Espirito-Santo	3		2	3		5	6		3
11 S. Christovão									
	20	2	33	29		25	49	2	58
FREGUEZIAS DE FÓRA									
1 Inhaúma	1						1		
2 Irajá									
3 Jacarépaguá				1			1		
4 Campo Grande									
5 Santa Cruz							1		
6 Guaratiba	1								
7 Ilha do Governador									
8 Paquetá									
	2			1			3		
	22	2	33	30		25	52	2	58

N. 16.—Segundo informações recebidas dos lançadores para a decima urbana do municipio no corrente exercicio (fevereiro de 1872) ha 123 estabelecimentos particulares de instrução, isto é, mais 11 além dos numerados neste mappa, que são aquelles de que deram noticia as delegacias da inspectoría geral.

Secretaria da Inspectoría geral da Instrução primaria e secundaria do Municipio da Corte, em 11 de Abril de 1872.

O Secretario, *Theophilo das Neves Leão*.

Fonte: RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871, mapa.16. s/p.

O mapa apresenta dados estatísticos nas freguesias urbanas, somando as escolas que ministravam o primário junto com o secundário ou só este havia: 35 escolas para meninos, 25 para meninas e 60 “mixtas”. Enquanto nas freguesias rurais não havia escolas. Em 1888 os relatórios não apresentam mapas que detalham a distribuição de escolas privadas, mas fontes do fundo de *Instrução Pública* do AGCRJ informam que as instituições privadas foram aumentando, principalmente devido ao estímulo do Estado e de sua legislação de 1879. Não obstante, no sertão de 1870 a 1889, não foi encontrado registro de instituição secundária pública ou privada.

No parecer sobre a instrução pública o ministro dos Negócios do Império defendia que:

O Estado não tem hoje, não podia ter nunca, a pretensão do igualar todas as inteligências; mas cumpre-lhe imprimir o desenvolvimento gradual e harmonico das faculdades em um sistema regular de ensino, accommodado as exigências da natureza e da sociedade, a bem, não de certa e determinada crença, opinião, ou preconceito, mas da prosperidade nacional, parece que devern contribuir todos, principalmente o Governo, conforme a posição que ocupam (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1881, p. 18).

A fala do ministro sinaliza para a mentalidade política que pensava a instrução e a educação com instrumento civilizador para todas as camadas da sociedade. Todavia, essa formação cultural deveria ser hierarquizada entre os indivíduos. As camadas mais pobres precisam aprender o elementar, ou seja, saber ler, escrever, contar, hábitos relacionados à higiene com ambiente e o corpo, conceitos morais e um ofício, o que atenderiam a “exigências da natureza e da sociedade” e a “prosperidade nacional”.

Vemos que a propagação da moral e do civilizar pela instrução como ideal para a construção do Estado Imperial aos moldes europeu e norte-americano esbarrou no aspecto econômico, geográfico e populacional. Devido o Estado condicionar a criação de escolas públicas ao número da população indiretamente induziu o favorecimento das freguesias urbanas em detrimento das rurais. A ocupação dispersa, a extensão ampla dos territórios e a composição majoritariamente de uma população sem poder aquisitivo tornou lenta a expansão da escolarização pelo espaço rural.

O Estado na posição de controlador e regulador da escolarização compartilhou a primazia de abrir escolas com a Sociedade Civil e a Câmara Municipal com o objetivo de diminuir o ônus financeiro e dividir a responsabilidade pela ampliação do número de escolas. Todavia, o capital privado se concentrou nos espaço central da Corte o que resultou em poucas experiências de instituições privadas pagas no sertão.

As subvenções como resultado de uma parceria entre capital privado e público ampliou a oferta de matrículas no sertão e foi uma das estratégias constantemente estimulada por ser economicamente favorável ao Estado e este ainda ter o poder para intervir determinando a quem daria a subvenção e o quanto gastaria. Com essa medida vimos que as escolas se expandiram com mais rapidez, porém não igualitariamente entre o sertão.

Para diminuir o abismo que havia entre centro e meio rural foram apresentadas propostas e projetos como a criação de escolas agrícolas e a criação do professor itinerante e o deslocamento de alunos para as escolas do centro. Tais propostas corroboravam para hierarquização entre espaços dentro da Corte, que se aprofundava com a ausência de escolas

de ensino secundário e fechamento de escolas de adulto nas poucas freguesias em que foi praticado.

Portanto, defendemos que a população, o território e a economia foram fatores definidores para a lentidão do processo de escolarização nas freguesias rurais. Cada freguesia tinha a sua peculiaridade, cada uma experimentou a expansão da escolarização de uma forma diferente que conseqüentemente repercutiu na sua estruturação social, econômica e política¹⁰⁷.

A partir dessas considerações acerca das freguesias rurais, adentraremos no ambiente santa-cruzense buscando analisar como foi seu processo de estruturação socioeconômica e demográfica e investigar sua organização como curato (espaço público) e fazenda imperial (espaço privado) para, em seguida, refletir acerca de suas especificidades também no campo educacional.

¹⁰⁷ Ver o anexo 2 com a distribuição de escolas pelas freguesias rurais no ano de 1883.

3 A GRANDE SANTA CRUZ: A HISTÓRIA DO CURATO NAS TERRAS DO IMPERADOR

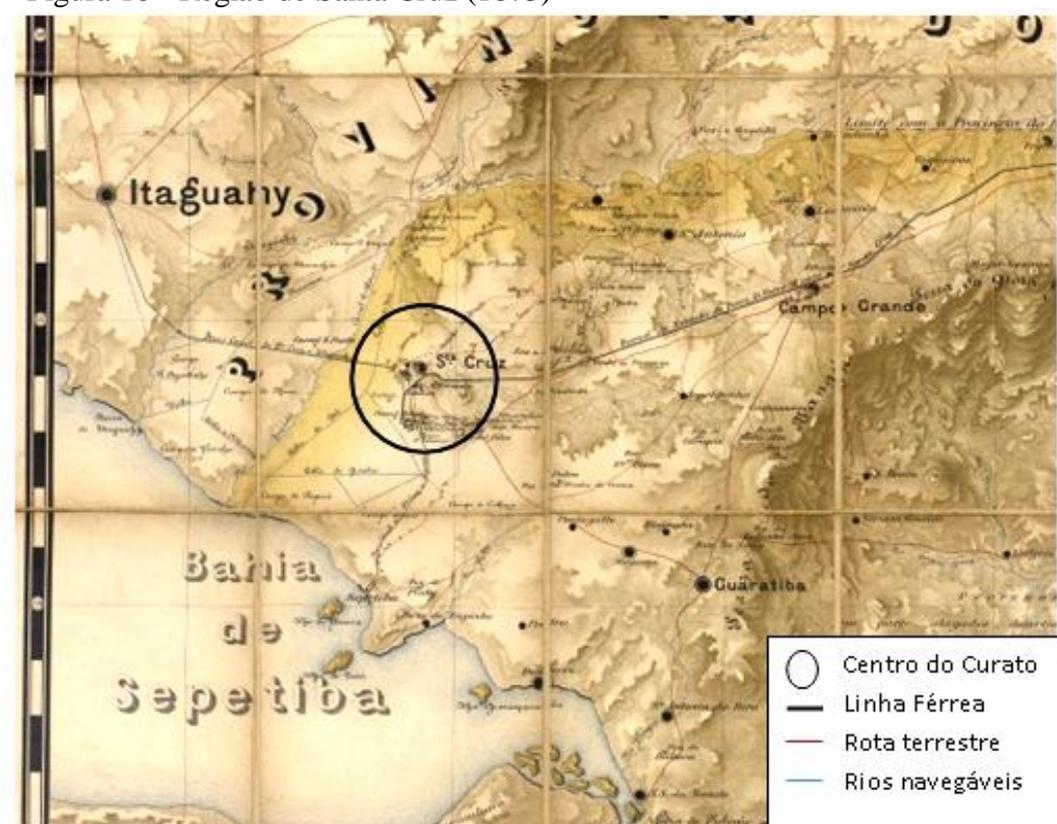
Acha-se situada numa colina a algumas centenas de passos do caminho onde se encontram ainda algumas famílias de índios. Alguns brancos construíram casas a beira da estrada. Ali estabeleceram vendas e lojas; colocou-se um pelourinho no meio dos arbustos que cobrem o terreno entre a estrada e a aldeia de Itaguaí transformando-a em vila. [...] Um pouco além da guarda atravessa-se por uma ponte, muito bonita, de madeira, o Itaguaí, pequeno rio. Ali começa a imensa planície de Santa Cruz

Saint- Hilaire, 1938, p. 215

O curato de Santa Cruz era um reduto bucólico entre as serras do Paraíba do Sul e o mar da Baía de Sepetiba. Localizada no extremo sul do município da Corte a 11 léguas (72 km) do centro tinha terras limítrofes com as freguesias de Campo Grande e Guaratiba e com o sertão da Província do Rio de Janeiro. Era uma planície alagadiça recortada por rios navegáveis, os quais se tornaram rotas importantes de transporte de pessoas e mercadorias interligando o Centro ao Sul do Estado Imperial. Quem embarcasse no porto de Sepetiba através da cabotagem nos rios Guandu¹⁰⁸ e Itaguaí poderia chegar à Baía da Guanabara e desembarcar no porto da Corte ou em outras localidades litorâneas pertencentes à província do Rio de Janeiro ou então pelos canais secundários chegar ao porto de Itaguaí, interior da mesma província. Quem viesse pela serra percorria a Estrada Real/Imperial que era a principal rota terrestre de circulação comercial e que interligava a capital do Império com as províncias do Sul de Minas Gerais e o interior do Rio de Janeiro (LENHARO, 1979).

¹⁰⁸ Em Santa Cruz o Rio Guandu também servia de limite físico para separar as terras do município da Corte da Província do Rio de Janeiro.

Figura 10 - Região de Santa Cruz (1873)



Fonte: ARQUIVO NACIONAL, 1873, s/p (Apontamentos gráficos nosso).

As terras de Santa Cruz ao longo de cinco séculos foi Fazenda Jesuíta (1589-1759), Real (1759-1822), Imperial (1822-1889) – concomitantemente curato da Corte Imperial – e Fazenda Nacional (1889-1945)¹⁰⁹. Sua história foi marcada por disputas relacionadas à questão de terra, da produção agropecuária e da organização socioespacial. Esta é uma região que guarda elementos riquíssimos sobre a história local do Município da Corte em especial por ter a condição *sineguanon* de ter sido ao mesmo tempo um curato sob a fiscalização da Câmara Municipal e uma fazenda de propriedade privada da Família Imperial. Tal situação fez com que a região apresentasse eventos singulares ao longo de sua construção como espaço de experiências socioeconômicas e culturais.

A singularidade desse espaço e sua relevância econômica para a Capital do Império a fizeram ser objeto de análise em artigos e cartas publicadas na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* (IHGB). O Instituto era uma Sociedade composta por homens de prestígio político e intelectual financiada pelo Estado Imperial, cujo objetivo era contribuir

¹⁰⁹ O ex-presidente Getúlio Vargas através do decreto-lei n. 7.323, de 15 de novembro de 1945 autorizou a União a doar a prefeitura do Distrito Federal parte dos lotes ente as ruas 40 e 50 situados na Fazenda Nacional de Santa Cruz. A distribuição e venda gradativa de terras aos foreiros, arrendatários e entes públicos resultou no desmembramento da propriedade, sobrando o Núcleo Colonial de Santa Cruz, o qual foi emancipado pelo decreto n. 24.885, de 28 de abril de 1948 (AN, INVENTÁRIO ANALÍTICO, 2017, p.125;128).

para a construção da identidade nacional brasileira. No século XIX, houve a preocupação de atribuir a História um caráter científico e o IHGB foi esse lugar de produção científica responsável por definir as temáticas pertinentes para discussão do projeto de Nação e de produzir um discurso historiográfico que estabelecia os parâmetros para a construção da “História Nacional” (GUIMARÃES, 1998, p.1).

O tema Fazenda Santa Cruz consta em quatro publicações da *Revista do IHGB*: o primeiro é um manuscrito sobre *As memórias de Santa Cruz* do Tenente-General Manoel Martins Couto Reys¹¹⁰ datado de 1804 e publicado em 1843 (REYS, 1885, p.154-199)¹¹¹; o segundo é a carta de Martinho de Melo e Castro ao Conte de Rezende, datada de 1790 e publicada em 1874 (CASTRO, 1874, p.5-6); o terceiro é o artigo *História da Imperial Fazenda de Santa Cruz* de Saldanha da Gama¹¹² de 1875 (SALDANHA, 1875, p. 22-230); e o quarto é outro manuscrito de Couto Reys redigido em 1799 e publicado em 1902 (PEDROZA, 2018, p.527). As publicações retratam a Fazenda de Santa Cruz durante o período administrado pelos Jesuítas e pela Coroa Real descrevendo seus momentos de “esplendor” administrativo e produtivo, enquanto administrada pelos Jesuítas, e de “decadência” produtiva durante a administração Real. O empenho do IHGB em guardar a memória de Santa Cruz evidencia a importância da contributiva da fazenda para o desenvolvimento da capitania, província e município da Corte ao longo do processo de transformação das terras colônias para Estado Imperial.

Nesse capítulo objetivamos analisar a história de Santa Cruz, para isso nos respaldamos nas diretrizes da História Regional. Pretendemos analisar seu processo de institucionalização como curato da Corte Imperial e discutir questões relacionadas à sua estrutura econômica, geográfica, populacional, social e urbanística, as quais são pertinentes para entender as características do processo de escolarização local.

¹¹⁰ Manoel Martins Correa Reys além de militar foi cartógrafo, considerado um “racionalista ilustrado” “situando-se no universo dos intelectuais dos setecentos cujas práticas procuravam-se pautar pelos princípios das Luzes, da Ilustração e da Razão” (AMANTINO; ENGEMANN, 2013, p.292). Em 1804 Manoel Reys ocupava a patente de Coronel (IHGB, 1885, p. 199) e anos depois ascendeu ao título de Tenente- General.

¹¹¹ O documento a precipício é carta redigida pelo Manoel Reys a S. Alteza Real e data de 16 de novembro de 1804. O documento manteve-se sob a guarda da Biblioteca Pública da Corte e a cópia da carta foi publicada pela revista do IHGB em 1843. A publicação que consultamos para a pesquisa trata-se de uma 3ª edição do exemplar publicado em 1885.

¹¹² Homem letrado, bacharel em Engenharia e Catedrático em Botânica, mantinha vínculo com o Imperador D. Pedro II e ocupou o cargo de superintendente da Imperial Fazenda (1869-1875), delegado da instrução pública no curato de Santa Cruz (1869-75), vereador da Câmara Municipal (1874), membro do Instituto Fluminense Agrícola, professor da *Escola Politécnica* na cadeira de botânica e membro da comissão que representou o Brasil na Exposição da Filadélfia em 1876. Um homem de prestígio social e influência na Corte Imperial e sócio do IHGB.

Santa Cruz experimentou momentos distintos no seu processo de desenvolvimento socioeconômico e de ocupação. Ela esteve interligada a outras regiões (as freguesias rurais da Corte e as da província do Rio de Janeiro e o centro da Capital) em razão da urbanização, da sua relevância econômica para o abastecimento de alimento, sua posição estratégica e sua condição política como Paço Imperial.

As terras onde Santa Cruz foi constituída pertenciam à sesmaria¹¹³ de Guaratiba, que correspondia ao território de Itacuruçá e Guaratiba (FRIDIMAN, 1999, p.186). As limitações da fazenda começaram a ser desenhadas a partir de 1557 quando as terras foram doadas em mercê¹¹⁴ a Cristovão Monteiro por ter prestados serviços a Capitania de Martin Afonso de Sousa (POLIANTÉA DE SANTA CRUZ, 1933, p.3). Com a morte do sesmeiro, em 1589, parte do território foi doado à Companhia de Jesus e a outra manteve-se com a família Monteiro. Em 1590 o padre João Pereira, reitor do Colégio Jesuíta, através de um acordo com José Adorno, esposo de Catarina Monteiro, filha de Cristovão Monteiro, permutou as terras de Bertioiga na Vila de Santos pela outra parte da propriedade de Guaratiba (GAMA, 1875).

A fazenda jesuíta tinha 10 léguas de quadra. Segundo Benedicto Freitas (1987, p.40), durante os anos de 1589 a 1759 os padres transformaram suas terras em uma fazenda gigantesca de “dois milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e cento e vinte metros quadrados”. Seus limites territoriais eram: “A Freguesia da Sacra Família do Tinguá, em Vassouras: a linha do Curral Falso contigua a Freguesia de Guaratiba até o mar; os terrenos de Marapicú, á leste, e com as terras de Mangaratiba, no porto de Itingussú a oeste” (POLIANTÉA DE SANTA CRUZ, 1933, p. 4).

Essa demarcação estava além dos limites do município da Corte. Comparando aos dias de hoje, sua extensão compreende “o bairro de Santa Cruz e os municípios de Barra do Piraí, Itaguaí, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin, Piraí, Rio Claro, Vassouras e Volta Redonda” (AMANTINO; COUTO, 2013, p.21).

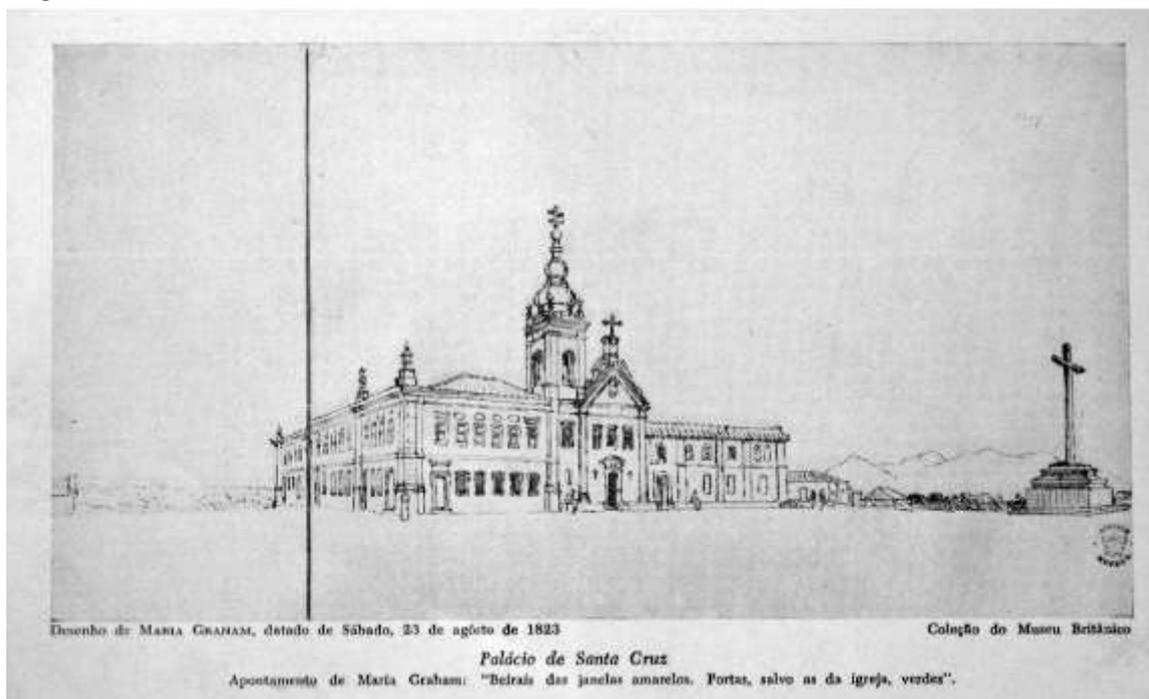
Os Jesuítas realizaram medições e construção de marcos, que além de definir o tamanho da fazenda tinha a finalidade de controlar e proteger a propriedade. Um marco emblemático foi a construção de uma Grande Cruz de madeira pintada de preto encaixada em uma base de pedra de frete para a igreja matriz. Esse objeto não só serviu para demarcar o

¹¹³ A sesmaria era um fração de terra de uma capitania. O Estado português como donatário da capitania doava as terras como o objetivo que terceiros a povoassem e produzissem renda (SEADE, 2019).

¹¹⁴ O sistema de mercês foi uma prática estabelecida pela sociedade lusitana no período das guerras de Reconquista. As mercês reais eram benéficos concedidos pelo rei a qualquer um que prestasse serviços à Coroa. Através das mercês foi formada a nobreza proprietária de terras em Portugal e nas colônias Ultramarinas. Os benefícios poderiam ser cargos, privilégios comerciais e doações de terras (FRAGOSO, 2001, p. 43-45).

centro da localidade, com também o domínio do poder religioso. Segundo descrito na revista *Poliantéa de Santa Cruz*¹¹⁵ (1933), o objeto deu o nome a fazenda e serviu de memorial para que a população local fizesse festejos em comemoração ao dia da “Grande e Santa Cruz”¹¹⁶ durante o mês de maio.

Figura 11 - A “Santa Cruz”



Fonte: GRAHAM, 1956, v. 8, p. 403.

A geografia do terreno possuía algumas elevações, mas em grande parte era uma planície alagadiça que em períodos chuvosos era inundada pelo transbordamento dos rios Guandu e Itaguaí. As inundações provocavam insalubridade e doenças e prejudicava o desenvolvimento da produção agrícola e pecuária. Tal situação levou a administração da Companhia de Jesus a promover grandes obras de infraestrutura. Foram feitas construções de canais, valas, pontes e diques, todas, relacionadas à parte hidráulica. As obras favoreceram a comunicação entre localidades, via as rotas fluviais, e a produção agropecuária dos campos¹¹⁷ e dos engenhos. As melhorias resultaram na ascensão de Santa Cruz como polo produtor de

¹¹⁵ *Poliantéa de Santa Cruz* foi uma revista produzida por uma Sociedade Musical Francisco Braga 1933. A revista local foi feita em comemoração ao centenário da Anexação da freguesia de Santa Cruz ao município da Corte. A revista tinha 110 páginas além de abordar eventos da história local também exaltou figura políticas santa-cruzenses que tiveram projeções no cenário regional.

¹¹⁶ O cruzeiro continua na mesma posição até os dias de hoje. Antes guardava a entrada da igreja e convento dos jesuítas, hoje ornamenta a praça em frente ao palacete do Batalhão Villagran Cabrita, pertencente ao Exército. A Grande Cruz ganhou o *status* de monumento histórico. O cruzeiro não perdeu seu valor religioso apenas foi agregado o valor de monumento e a função de guardar uma memória local.

¹¹⁷ Os campos ficavam espalhados pelo litoral e o interior da fazenda e serviam com áreas de plantação e com pasto para o gado.

alimentos para o abastecimento da Corte e das províncias das Minas Gerais e do Rio de Janeiro durante os séculos XVI e XVII (LENHARO, 1993, p.47). Santa Cruz tinha uma produção diversificada: arroz, feijão, mandioca, fumo, algodão, anil, cacau, café, anil, legumes e frutas (FRIDMAN, 1999).

Além de gêneros alimentícios, outra fonte de lucro dos Jesuítas foi a atividade manufatureira das olarias, curtumes, ferrarias e serrarias e das fábricas de cerâmica, de canoas, de ourives e de tecelagem (FRIDMAN, 1999, p. 188). Segundo Carlos Engemann (2006, p.79), as várias oficinas parecem ter dado uma “larga autonomia” aos indivíduos que moravam dentro da fazenda. Não obstante, não significa que não houvesse trocas comerciais entre regiões, mesmo porque, era prática dos jesuítas fazerem intercâmbio de mercadorias entre seus engenhos.

Embora houvesse a produção e comercialização de outros gêneros alimentícios, Sônia Brandão Viana (1974) entende que Santa Cruz não foi um latifúndio colonial similar às outras propriedades existentes no período, em razão da atividade pecuarista ser intensa e o foco estar voltado para o abastecimento do Rio de Janeiro e de outras localidades próximas. De fato, Santa Cruz detinha uma grande produção. Em 1759 “a Fazenda tinha 22 currais com oito mil cabeças de gado, duzentos carneiros, mil e duzentos cavalos” (MANSUR, 2009, p.61). Esses números a fizeram ser a maior criadora de gado na província (LINHARES, 1979).

A importância das reses para a economia colonial não foi somente no aspecto na produção de carne, também foi essencial para os tropeiros no transporte de mercadorias pelas estradas (VIANA, 1974). O gado foi introduzido na economia colonial para dar suporte à indústria açucareira. A força motriz do animal e o trabalho dos escravizados era o motor da produção nos engenhos. O couro e a lã extraídos das reses eram insumos para as oficinas de tecelagem e curtumes. A pecuária foi um importante setor da economia de Santa Cruz e a principal fonte de lucro da fazenda (VIANA, 1974, p.13).

Figura 12 - Vista do povoado de Santa Cruz (18??)



Fonte: DEBRET, 1839. p. 55.

A imagem é posterior aos Jesuítas¹¹⁸, mas o povoado central guarda características da época dos religiosos, tais quais: a igreja matriz, o prédio do convento, a cruz e as senzalas próximas ao prédio central. Essa arquitetura sofreu alterações lentas e gradativas que só se intensificaram no século XIX com o aumento de casas, abertura de novos logradouros e derrubada e deslocamento de alguns prédios.

Os inacianos escolheram um terreno elevado para a construção da capela e da sede do convento, junto a estes se somavam um grande sobrado, uma hospedaria para os tropeiros, uma “escola de rudimentos e catequeses para meninos, açougue, hospital, cadeias e as diversas oficinas” (ENGEMANN, 2006, p.77) e as senzalas que ficavam em frente à sede. Santa Cruz do período jesuíta foi um pequeno ajuntamento ocupado em grande parte por escravizados, uma vez que os religiosos mantiveram um plantel de aproximadamente, “trezentos e cinquenta casais de negro” (AMANTINO; COUTO, 2013, p.29).

¹¹⁸ Coletamos esta imagem do acervo digital da Biblioteca Nacional. A imagem é amplamente utilizada em textos e sites que abordam a história de Santa Cruz, todavia, em nenhum há o consenso sobre a sua datação. Segundo Adriana Beaklini (2013), esta deve ter sido produzida entre 1818 e 1823.

A fazenda teve 26 famílias arrendatárias, todavia, de acordo com Engemann (2006), grande parte das estruturas de convívio e de produção foi utilizada pelos cativos. Os inventários da escravaria em 1791 apontaram a existência de escravizados especializados em ofícios, inclusive nos hospitais.

De acordo com Engemann (2006, p. 124) os jesuítas mantiveram uma escola de rudimentos e catequese destinada a meninos de sete anos onde estes aprendiam as primeiras letras e ofícios. Essa informação foi reafirmada por Fania Fridman (1999, p.188), que aponta que durante a administração Jesuíta, os meninos escravizados e indígenas “eram alfabetização e aprendiam música e um ofício”, depois de instruídos passavam o saber aos pais. Marcia Amantino e Ronaldo Couto (2013, p.29) relatam a presença de um viajante que pernitoou em Santa Cruz e contou que os filhos dos casais de escravizados “eram mantidos pelos padres até chegar à idade de trabalhar; os ofícios eles aprendiam por lá mesmo”. Havia também uma escola de música para os escravizados. Sobre esta Lilia Moritz Schwarcz (1998, p.223) aponta que tamanha era a qualidade da escola de música que foi denominada de “Conservatório de Santa Cruz”.

O ensino da língua portuguesa atrelada ao ofício para os escravizados era uma estratégia usada pelos Jesuítas, pelos Monges Beneditinos do Mosteiro de São Bento e por alguns proprietários de cativos, cujo objetivo principal não era ensinar propriamente as letras, e sim formar uma mão de obra habilitada em um ofício. Dessa forma criou-se “escolas privadas vocacionais”, nas quais se aplicavam a “pedagogia do cativo” (BASTOS, 2016, p.7-8). Essa prática segundo Maria Helena Câmara Bastos (2016) poderia servir para atrelar valor econômico ao escravizado e para deixa-lo mais submisso ao senhor.

Segundo Engemann (2006, p.80) “tão candante e repetitiva quanto à batida do tambor que marcava as horas da vila, deveria ser a voz dos padres nas escolas, no ofício religioso e no trabalho”. Por isso, concordamos com Engemann quando defende que em Santa Cruz a escola de rudimentos e catequese funcionou como parte de um mecanismo de controle social para conter os cativos disciplinados.

Além dos escravizados havia outro público alvo da catequização: a aldeia indígena de São Francisco Xavier de Itaguaí. Originalmente, os indígenas habitavam as terras litorâneas de Sepetiba, mas em 1615 foram transferidos para Itínga e posteriormente para Itaguaí, onde foi construída uma capela para a aldeia.

Pelos apontamentos desses estudos inferimos que no período jesuítico em Santa Cruz houve a experiência do ensino de música e outros ofícios, além do ensino da leitura via catequização de escravos e indígenas. Com não há fontes que subsidiem a afirmação de que

desde esse período houvesse a preocupação de estabelecer um projeto de instrução e educação para todos habitantes da localidade, inferimos que esse foi apenas um meio de obter controle, ordem (civildade, moral) e capacitação para o trabalho técnico dos escravizados e indígenas através do ensino de rudimentos, de ofícios e religioso.

Após a expulsão dos Jesuítas em 1759 pelo Marquês de Pombal, houve o sequestro da fazenda, a qual foi transformada em patrimônio da Coroa portuguesa. De todas as possessões dos Jesuítas¹¹⁹ no Rio de Janeiro a única que se manteve pública foi a propriedade de Santa Cruz (ROCHA, 2017, p. 34). A princípio, esta deveria ser considerada devoluta, mas por ser demarcada, ou seja, não estar vaga e haver atividade produtiva foi transferida para a Coroa como “terras públicas *stritus sensu*” (OLIVEIRA; SILVA, 2018, p.174). A administração da fazenda ficou a cargo do administrador / superintendente geral da Fazenda¹²⁰, função desempenhada por homens que gozavam de prestígio e proximidade com os reis e imperadores¹²¹.

Ao administrador / superintendente geral estava subordinado todos os moradores, empregados e escravos públicos e ninguém poderia entrar na propriedade sem a expressa autorização do mesmo. O fluxo de circulação dentro das terras era difícil de ser controlado devido o tamanho da propriedade, pois isso o controle era concentrado no centro da fazenda. Cabia ao superintendente geral: administrar a produção agrícola, pecuária e das oficinas; com autonomia vender e comprar o que fosse necessário; e zelar pelo patrimônio e pelo recolhimento das receitas ao Real Erário. O superintendente recebia de vencimento a quantia de 800\$000 réis, alimentos, dois escravos e cavalos (FREITAS, 1987, p.15). O cargo atribuía ao ocupante vasta autoridade para interferir sobre a dinâmica social, política e econômica da

¹¹⁹ Além da Fazenda Santa Cruz, os Jesuítas eram proprietários dos Engenhos de São Cristovão e Novo e das Fazendas de Macaí e Campos Novos.

¹²⁰ O uso da nomenclatura “Administrador Geral” e “Superintendente” variou ao longo do século XIX. Embora a nomenclatura do título variasse a função era a mesma, administrar com autonomia e autoridade os recurso e pessoas que estivesse na Fazenda(FREITAS, 1987. p.7-10).

¹²¹ Benedicto Freitas listou os nomes daqueles que ocuparam tal cargo durante o século XIX: Conselheiro Leonardo Pinheiro de Vasconcelos (1808-1815) Joaquim José de Azevedo-Visconde do Rio Secô (1817-1821), Capitão de Mar e Guerra João da Cruz dos Reis (1822-1824), Boaventura Delfim Pereira- Barão de Sorocaba (1824-1829), Conselheiro João Rocha Pinto (1829-1830), José Maria Velho da Silva – futuro Mordomo Mor da Casa Imperial (1830-1831), Tenente Coronel Francisco Manoel de Moraes (1831-1834), Coronel Francisco Gonçalves Fernandes Pires (1834-1846), Coronel Conrado Jacob Niemeyer(1846-1856),Inácio José Garcia- Bacharel em Ciências Físicas (1856-1867), Major João da Gama Lobo Bentes(1867-1869), José de Saldanha da Gama(1869-1872), Pedro Fiel Monteiro Bitencourt- Bacharel em engenharia(1872- 1876), Marechal Justiniano Galdino das Silva Pimentel(1876-1878), Conselheiro Antônio da Silva Rego(1878-1887) e o Comendador Major Gomes Archer (1887-1889)(FREITAS, 1987,p.73-169). Não havia um limite para a permanência no cargo, sua manutenção dependia da vontade da autoridade real e imperial, da força do lobby e do interesse do ocupante do cargo.

localidade, favorecendo um acúmulo de capital social local e influência no centro da Corte Real e posteriormente Imperial.

As terras outrora dos Jesuítas perderam parte de sua extensão ao longo de 1759-1822 em especial aquelas que se situavam fora dos limites do que seria considerado município da Corte. Segundo Manoela Pedroza (2018), a diminuição do território da fazenda foi consequência das ocupações irregulares e da adulteração das demarcações oficiais¹²².

O superintendente Couto Reys descreve na carta intitulada *Memórias de Santa Cruz* (1804) casos de superintendentes que usaram o poder do cargo para obter vantagens sob o patrimônio dos reis. Segundo Couto Reys, houve um grupo de proprietários de terras locais que usaram de artimanhas para que as terras da fazenda fossem gradativamente vendidas em pequenos lotes de baixo valor financeiro. Como eram terras muito produtivas a intenção era comprar pequenos lotes e juntá-los formando um grande patrimônio, dando aos poderosos locais o domínio sobre grandes latifúndios formados a partir do desmembramento de Santa Cruz (REYS, 1885, p.166). Essa prática só foi possível porque contou com a conivência dos superintendentes.

Couto Reys também denunciou as “extorsões e desmandos” que resultaram na perda de terras, conflitos com a escravaria, perda de produtividade e abandono na infraestrutura do latifúndio, o que motivou processos e denúncias de má administração.

O princípio e desgraça dos Jesuítas com a sua extinção total, foi o infeliz momento dos seus atrasos, em que os estragos da boa economia corriam com passos acelerados. Ella pouco a pouco desapareceu em mil desordens e abusos se substituíram, devorando todo o bom sistema. Desta sorte, tudo se desfigurou, transtornando e caindo precipitadamente no abismo do descuido, da malícia, da extravagância e da indolência. Fraquíssimo arbítrio, pueris e **erradíssimos planos, ocupando muitas cabeças insensatas, arrojaram tudo ao cume da ruína.** O egoísmo, a maledicência, em uma palavra, os venenosos artifícios de homens sem escolha, sem patriotismo, engolfado no mar de uma inaudita impiedade, e cobiça insaciável, esbarraram tudo no fundo da desordem. **A escravaria se perdeu na doutrina, e apartada da sua primeira educação, logo se desagradou da amável obediência** (REYS, 1885, p.159, grifo nosso).

No relato, Couto Reys além de falar da estagnação da Santa Cruz denunciou a situação de desordem no plantel de escravizados. Para Reys, o grande problema era a má administração. Diante de tal quadro, o superintendente viu nas práticas aplicadas pelos Jesuítas ideias para conter os problemas: a primeira estava relacionada à humanidade e civilização no tratamento com os cativos; a segunda com a rentabilidade econômica e o

¹²² Houve o caso do medidor Simão que fraudou as marcações originais dos Jesuítas para favorecer foreiros. Descoberta a fraude, Dom Pedro I exigiu novas medições, mas novamente o superintendente da Fazenda, o Barão de Sorocaba, escondeu os registros oficiais para favorecer os foreiros, seus aliados (PEDROZA, 2018, p.610-611).

estímulo à produção e ao cuidado com os campos e a conservação das valas e diques (REYS, 1885, p.158).

Dissemos anteriormente que o ensino de ofício e letramento tinha o objetivo de tornar o escravizado mais manso, observamos no relato que com a “decadência” de Santa Cruz sua escravaria deixou de gozar de benefícios outrora obtidos com os religiosos e perdera a “primeira educação”; podemos listar tais benefícios com sendo o tempo para produção de subsistência, estabilidade familiar entre os escravizados, sistemas de recompensa, qualificação para o trabalho e letramento¹²³. Com a perda desses “privilégios” a escravaria ficou mais difícil de ser controlada (REYS, 1885, p.159).

É consenso entre os pesquisadores que investigam a dinâmica produtiva e social de Santa Cruz que o período em que as terras ficaram sob a administração dos padres Jesuíta foi um tempo de grande desenvolvimento. Podemos dizer que os religiosos deixaram um legado econômico com as diversas linhas produtivas desenvolvidas na fazenda e obras de infraestrutura que tornaram as terras habitáveis e prósperas. Quanto à relação como a escravaria, o tratamento pautado na lógica da liberdade controlada e na educação/moralização religiosa e formação de mão de obra técnica serviram de exemplo para alguns superintendentes, com o caso de Couto Reys. Será que a Coroa conseguiu superar a administração Jesuíta no processo de desenvolvimento local?

3.1 A organização do Curato na Fazenda de Santa Cruz

Com a chegada da Família Real à Colônia a Fazenda Real de Santa Cruz passou por mudanças estrutural, administrativa e organizacional. O Decreto de 31 de agosto de 1808 atribuiu à Mordomia Mor da Casa Real a responsabilidade pela fazenda. Esta foi dividida em cinco distritos: Fazenda, Curtume, Taguahy, Serra e Peri-Peri. Sob a administração do Visconde do Rio Sêco foi estabelecido um novo regramento regulando o funcionamento do hospital, da igreja, das oficinas e fábricas, dos campos e do serviço dos escravizados. Foi criado um plano quinquenal para o desenvolvimento da agricultura e um plano de remodelação urbanístico da parte central da fazenda, local onde foi construído o palacete do Paço (FREITAS, 1987, p. 79-103).

¹²³ Em artigo, Amantino e Couto (2013, p. 15-42) abordam a dinâmica administrativa dos Jesuítas na Fazenda de Santa Cruz, dentre as questões exposta os autores descrevem e analisam alguns a relação dos padres para com o plantel escravo e os benéficos concedidos à escravaria da fazenda.

No século XIX, a Santa Cruz manteve um pequeno núcleo urbano na matriz, mas agora não apenas formado por escravizados, embora estes ainda fossem a maioria. A fazenda também foi ocupada por um núcleo de imigrantes chineses e espanhóis. Fania Fridman (1999, p.319-320) aponta que a partir de 1808 houve a formação de um povoado na área central. A reforma do Visconde do Rio Sêco e as idas de Dom João VI ao local motivaram a reorganização socioespacial e ainda transformou Santa Cruz em lugar de veraneio para os nobres.

Para fins de povoamento foi concedidos lotes com o valor de 100\$ réis para a construção de moradias de alferes e criados do príncipe regente. Outros lotes foram vendidos próximo ao Paço para construção das casas dos ministros da Corte. As casas deveriam seguir as determinações arquitetônicas definidas por Couto Reys, que prezava pela regularidade, arejamento e iluminação dos imóveis (COSTA, 2017, p.122). Em 1821 havia 58 aforamentos registrados e em 1838 existiam 237 prédios, estando 37 na área interna do Paço, local onde residiam os funcionários da fazenda. (FRIDMAN, 1999, p.206).

Figura 13 - Casa antiga de Santa Cruz



Fonte: POLIANTÉA DE SANTA CRUZ, 1933, p.34.

A foto foi publicada na *Poliantéa de Santa Cruz*, segundo João Afro de Chagas¹²⁴, autor do artigo, o edifício era considerada a casa mais antiga do local, tendo dois séculos de existência. Se a fonte estiver correta, a casa data de 1733. O casarão era parte do complexo de prédios do convento dos jesuítas que depois das reformas serviu inclusive de sede da Superintendência Geral.

¹²⁴ João Afro de Chagas nasceu em Santa Cruz e era filho do agrimensor da fazenda. Bacharel em Direito ocupou o cargo de agrimensor da Imperial Fazenda e foi professor municipal. Neste cargo ministrou aulas em Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Ilha do Governador e Santa Cruz. Considerado uma figura ilustre em Santa Cruz escreveu artigos para a revista comemorativa do centenário da anexação do Curato de Santa Cruz e foi homenageado na mesma (POLIANTÉA DE SANTA CRUZ, 1933, p.85).

A vinda da Corte para a colônia promoveu desenvolvimento no centro da Capital do Império e suscitou um processo gradativo de florescimento econômico, social e urbanístico¹²⁵ em Santa Cruz. Todavia, o fato da fazenda servir de casa de veraneio para membros da Família Real e estimular a presença de nobres em suas terras leva-nos a crer que o processo de crescimento populacional tem traços diferenciados das outras freguesias rurais. Um dos fatores sintomáticos as transformações iniciadas em Santa Cruz foi a elevação do núcleo central da fazenda ao *status* de Curato.

O curato era um lugar de domínio espiritual sob a supervisão de Cura da Igreja Católica Apostólica Romana que tinha como marco a construção de uma Capela Curada¹²⁶ ou Paróquia que se tornava a matriz religiosa da localidade. A capela de Santa Cruz foi inaugurada em 1720 pelos Jesuítas. Com sua expulsão esta passou a ordem Franciscana, cujo primeiro Cura foi o frei Inácio dos Santos Tereza (POLIANTÉA DE SANTA CRUZ, 1933, p. 90).

O povoado de Santa Cruz foi elevado à posição de curato em 16 de janeiro de 1832 por determinação do Bispo D. José da Silva Coutinho, “cujo limite iam da Fazenda do Piaí ao Rio Tinguí” (FRIDMAN, 1999, p.200). Seu reconhecimento como curato se deveu ao fato de ser um povoado, ou seja, um pequeno núcleo populacional com autonomia administrativa e ter uma capela curada. Posteriormente, em 15 de janeiro de 1833, por decreto regencial foi anexado ao território da vila¹²⁷ de Itaguaí pertencente à província do Rio de Janeiro. Segundo a descrição de Benedicto Freitas (1987, p.131-132), os moradores locais encaminharam um documento ao Imperador Dom Pedro II em protesto e solicitaram a invalidação do decreto de anexação, posto que “não se conformavam com sua terra perder as prerrogativas de paróquia e centro econômico do Paço Imperial”. Em resposta ao requerimento dos moradores, foi aprovado o seguinte decreto:

Decreto – De 30 de Dezembro de 1833.
Desanexação do termo de Itaguaí e incorporação ao da Corte o Curato de Santa Cruz.
A Regência tendo consideração ao que representaram os moradores do Curato da Fazenda Nacional de Santa Cruz: Há por bem, em nome do Imperador o Senhor D. Pedro II, determinar que o referido Curato, ficando desligado do termo da Vila de Itaguaí, a que se acha unido pelo Decreto de 15 de janeiro do corrente ano, que nesta parte fica derogada, pertença de agora em diante ao termo da cidade (COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO, 1883, p.224-225).

¹²⁵ Segundo Freitas, em 1819 havia “cinco largos, becos e travessas”. Duas ruas foram destinadas a novas edificações: via Nova da Olaria e rua D. João VI que iniciava em frente do Paço (FREITAS, 1987.p. 486).

¹²⁶ Capela Curada era uma igreja que tinham um padre que assumia as funções em caráter permanente. Isso ocorria em função da estabilidade financeira do povoado para manter as despesas anuais da Capela e do cura (SEADE, 2019).

¹²⁷ A Vila era uma “unidade política-administrativa autônoma equivalente à município” (SEADE, 2019).

Essa narrativa gera um estranhamento que recai sobre o manifesto dos moradores. Quem seriam esses moradores? Seriam pessoas simples ou pessoas do poder local? Lembrando que a população de Santa Cruz era em sua maioria formada por escravos e por uma população livre analfabeta e em grande parte de pequenos agricultores / foreiros da fazenda. Dizer que pessoas analfabetas não podiam se manifestar ou ter participação em ações políticas é cair no reducionismo. O que estamos salientando aqui é que a questão da anexação territorial orbita na esfera do interesse político e econômico, logo podemos pensar que tal questão não era alvo de tamanho interesse da população escravizada e nem do pequeno agricultor. Para esses, não havia grandes mudanças, pois a localidade continuava dentro das terras do Imperador. Não obstante, o que seria impactado com a mudança era a distribuição dos cargos públicos e o poder de influência de determinados indivíduos sobre o local.

Era muito mais vantajoso para a elite local o vínculo de Santa Cruz com a Corte e o *status* de uma unidade administrativa da Capital do que ser parte dos domínios territoriais e poder da Província Fluminense. Residir em um curato ou freguesia da Capital Imperial era benéfico para os indivíduos que buscavam gozar de prestígio local e expandir seu poder política e econômica através de cargos na Câmara Municipal da Corte, favorecia o alargamento das redes de sociabilidade e possíveis clientes e viabilizava maior aproximação com os dirigentes das instituições do Estado, uma vez que, com aponta Mattos (1994), nesse Município a relação de forças e os campos de atuação do poder local e poder central se misturavam.

O território administrativo da Corte sofreu com interferências mais intensas por parte dos dirigentes do Estado Imperial por ser a sede do poder estatal. Para Mattos (1994, p. 193-194), a estrutura criada pelos Saquaremas funcionava como um “círculo concêntrico” de poder: o controle do poder central era mais forte na Corte e à medida que o círculo se alargava para as províncias a capacidade de vigilância ficava menor. Embora houvesse o domínio do poder central havia espaço para atuação do poder local como auxiliar daquele. Não havia passividade no jogo político e social.

Acreditamos que no caso da anexação de Santa Cruz o que estava em jogo para a elite local eram as vantagens estratégicas para manter-se vinculada a Corte: economicamente era mais interessante devido aos investimentos que poderiam provir dela, como *a posteriori* ocorreu com a abertura do Matadouro Municipal e o comércio da carne e as obras de infraestrutura urbana e politicamente era uma forma de assegurar à elite local cargos eletivos e administrativos locais no centro do poder político do Império.

Um fato que corrobora para pensar que a questão da anexação está para além do desejo dos “moradores” e de um coletivo indiscriminado é que a disputa territorial foi mantida após 1833¹²⁸. Para o grupo político à frente da Câmara Municipal de Itaguaí, a retirada do curato de Santa Cruz da vila de Itaguaí representava perdas com arrecadação e domínio político. Não por acaso, em 1835 os camarários da Vila de Itaguaí solicitaram ao Parlamento a reanexação de Santa Cruz ao seu município (ANAI DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1835, ed. 0002, p.131) e em 1840 a questão foi levada ao Senado, onde foi discutida a legitimidade do Decreto de 30 de dezembro de 1833 (ANAI DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1840, ed. 0001.p.525). Provavelmente, se não houvesse uma pressão política de ambos os lados à disputa não teria se arrastado por tanto tempo.

No aspecto cultural, em razão do curato estar nos limites jurídicos da Corte sob a administração da Câmara Municipal fez com que o processo de escolarização transcorrido em Santa Cruz, ao longo da segunda metade do século XIX, estivesse sob a responsabilidade do Ministério dos Negócios do Império que através da Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte controlava e fiscalizava a instrução pública no município, diferentemente se estivesse sob a tutela da vila de Itaguaí a escolarização estaria sob a tutela da Assembleia Legislativa da Província do Rio de Janeiro, como determinava o Ato Adicional de 12 de agosto de 1834. Sobre o processo de escolarização de Santa Cruz nos deteremos no próximo capítulo.

Além da manutenção das oficinas, a única prática de instrução que temos informação que se manteve do período Jesuíta até o Primeiro Reinado foi a *Escola de Música* dos escravos¹²⁹. Estudar música significava aprender a tocar instrumentos e cantar em latim, o qual era considerado a aprendizagem de um ofício. Os inventários da escravaria da fazenda sinalizam que o ensino era ministrado a meninos e meninas e que havia membros de uma mesma família que dominavam o ofício de musicista (CORREA, 2016, p.122). Segundo Juliana Tavares e Manoela Pedroza (2013, p.246-249), o ofício atribuía grau de distinção entre os escravizados, sendo que a prática de um ofício possibilitava acumulação e autonomia produtiva, pois a cada afastamento do trabalho na fazenda para a prática de ofício o cativo ganhava dias livres para cuidar de seu roçado.

¹²⁸ Em 1834 o curato foi desmembrado da freguesia de Guaratiba (LAEMMERT, 1886, p. 406). Em suma, o Santa Cruz ganhou autonomia administrativa como freguesia ao deixar de esta vinculada a Guaratiba, mas continuou a ser chamada de curato.

¹²⁹ Sobre esse assunto há o livro de Santos (2009) e o artigo de Correa (2016) que abordam a temática das escolas de músicas analisando seu o funcionamento e papel social entre a escravaria durante o período de Fazenda Real.

No regulamento criado em 8 de maio de 1822 para funcionamento da Imperial Fazenda de Santa Cruz, o artigo 51 determinava o comportamento do mestre de música para com seus pupilos. Ficava expresso que o professor de música não poderia encobrir as faltas, era proibido aos escravizados que estivessem na escola fazerem serviços da fazenda durante o horário das aulas, no caso da ausência do mestre não poderiam sair da propriedade e o horário vago deveria ser ocupado com serviço para evitar a “vadiagem” (FREITAS, 1987, p.122).

O artigo 51 traz considerações pertinentes que nos permite observar qual era a processo educativo na formação do músico: o ensino do ofício era regulado de forma rígida; a aprendizagem do mesmo não poderia ser prejudicada com a saída do escravizado para realizar outros serviços, caracterizando uma hierarquização de atividades; o ensino assim como o trabalho combatia o ócio, entendido como vadiagem; e com a proibição de encobrir faltas, leva-nos a crer que o professor aceitava que seus alunos usassem o tempo da aula para fazerem outras atividades.

A *Escola de Música* subsidiava a banda de escravos que tocava e cantava em saraus no Paço de Santa Cruz e da Quinta da Boa Vista em pequenas apresentações de teatro, missas e festividades do curato. Não podemos afirmar que a escola foi a única manifestação de propagação do conhecimento. Entendemos que através do ensino da música poderia haver também o ensino da leitura como parte da aprendizagem, que não necessariamente poderia estar associada a ensino da escrita.

3.2 A composição socioeconômica de Santa Cruz nos últimos anos do século XIX

No ano de 1870, a população de Santa Cruz era composta por 3.445 habitantes, destes 1.528 eram livres e 1.917 eram escravos, dentre as freguesias rurais esta foi a que apresentou uma população de escravizados maior do que de livres¹³⁰. Segundo dados populacionais publicados no “Arrolamento Populacional do Município da Corte” de 1870 em Santa Cruz havia cativos trabalhando como empregados domésticos, lavradores e pescadores. Enquanto a população livre ocupou os seguintes cargos e funções: clérigo, militar, empregado público, profissão literária (professor?), comerciantes, proprietários, pescadores, marítimo, manufatura / artes /ofício, profissional de agência, serviço doméstico e a grande maioria eram lavradores (402 arrendatários de terra) (RELATÓRIO DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS, 1870, mapa S., s/p.).

¹³⁰ Os dados foram obtidos no “Relatório de Arrolamento da População do município da Corte”, contido no *Relatório do Ministro do Império* de 1870.

Ao investigar as famílias escravizadas registradas no livro de *Ofício e Notas da Fazenda* referente ao ano de 1870, Manoela Pedroza e Juliana Tavares (2013, p. 243 -253) identificaram 75 famílias, entre seus membros havia escravizados com ofício de oleiro e pedreiro. Ao analisar o registro populacional de 1870, questionamos os dados fornecidos pelo *Relatório do Ministro dos Negócios do Império* e percebemos algumas discrepâncias nas informações: em especial, a falta de maior detalhamento quantos aos ofícios praticados pelos escravizados, pois nele só constam apenas três funções, silenciando-se totalmente quanto às outras atividades mais técnicas desempenhadas nas oficinas da fazenda.

Para os cofres da fazenda, o aluguel de escravizados com ofício especializado era mais uma forma de explorar a mão de obra¹³¹. Essa estratégia se mostrou bastante lucrativa especialmente na segunda metade do século XIX¹³². Para o cativo também era. Em alguns casos era interessante ter um ofício para assim poder alugar sua força de trabalho e com isso ganhar pecúlio e acumular recursos que poderiam ser usados para a compra da alforria. Ademais, segundo Pedroza e Tavares (2013), isso possibilitava uma aproximação com a sociedade extracativeira. Essa dupla vantagem pode justificar os “2.846 alugueis realizados durante as décadas de 1850 e 1860 [sendo que] 246 homens alugavam a si próprios”. (PEDROZA; TAVARES, 2013, p.253-254). Os inventários indiciam que a profissionalização do trabalho escravo foi uma prática sistemática na fazenda de Santa Cruz tornando-a um polo formador desse tipo de mão de obra, uma característica que a diferenciou das demais propriedades escravocratas.

Desde a administração dos Jesuítas houve a prática de diferenciar a escravidão com níveis de profissionalização (ROCHA, 2018). Couto Reys, em 1820, buscou transformar a fazenda em “um reservatório de mão de obra qualificada para as agências do governo brasileiro”, isso fez com que em 1840, 30% da população masculina escravizada soubesse um ofício (PEDROZA; TAVARES 2013, p.247). Com o passar dos anos a prática foi mantida e corroborou para que os escravizados de Santa Cruz suprissem em parte as demandas de um Estado Imperial carente de mão de obra especializada. A ampla atuação desses sujeitos no mundo do trabalho serve como chave para pensar a diversidade de uso da mão de obra

¹³¹ Popinigis e Terra (2019) fizeram uma revisão historiográfica dos estudos relacionados à História do Trabalho produzidos pelo campo entre 1980 e 1990 e analisaram com estes debates as múltiplas formas de exploração relacionada ao trabalho livre.

¹³² Pedroza e Tavares (2013) evidenciam a relevância financeira do aluguel dos cativos devido à abundância de documentos contábeis que trazem as anotações das entradas de recursos a partir da prática de aluguel de mão de obra.

“intercambiável”¹³³ na Corte, onde os escravizados portadores de saber de ofício, ou não, foram intensamente atuantes devido a possibilidade de alugar-se.

O “escravo da nação” não era posse do Imperador, este o usava com usufruto, pois o cativo era propriedade do Estado. A condição de escravizado público se diferenciava daquele que não era, e lhe dava margem para que os “escravos da nação se [considerassem] ‘cidadãos’ e por isso, credores da proteção do Estado escravista” (ROCHA, 2018, p.18). *A priori*, o “escravo da nação” estava submetido aos mesmos castigos e ao trabalho duro que os demais cativos, todavia, aqueles que pertenciam ao Estado poderiam obter a oportunidade de: aprender ofício, receber terras para cultivo, transitar com maior liberdade entre o espaço rural e o urbano e ter dois dias livres na semana (o sábado e o domingo) (OPINIÃO LIBERAL, 1868, ed.00180(1), p.1), com ocorria com os de Santa Cruz. Embora pudessem gozar de tal condição, periódicos como *Opinião Liberal* denunciavam as maneiras com que a Mordomia Mor da Casa Imperial tratava esses indivíduos: obrigando-os a pagar por suas roupas, alimentação e instrumentos de trabalho.

A mão de obra cativa foi usada principalmente em obras públicas com a finalidade de diminuir custos. Segundo Rocha (2018, p.21), era comum o trabalho escravo em fábricas em áreas de conhecimento especializado. “Entre os homens o índice de especialização era de 40% contando os carpinteiros, os pedreiros, ferreiros, sapateiros, curtidores, manteigueiros, tecelões, oleiros e os aprendizes que com eles trabalhavam” (ENGEMANN, 2016, p.88). Com isso, havia o descolamento de “escravos da nação” entre as propriedades do Estado e para as terras dos particulares que os alugavam, com vemos no relato:

Os fazendeiros vizinhos quando querem dissecar algum pântano pútrido costumam alugar os ilotas de Santa Cruz, para poupar a vida de seus escravos. Não obstante haver estrada de ferro, e distar Santa Cruz onze léguas da cidade, os escravos são muitas vezes incumbidos de transportar cargas pesadas sobre a cabeça sem receberem um real para tomarem algum alimento pelo caminho (OPINIÃO LIBERAL, 1869, ed.00019, p. 2).

Os escravizados de Santa Cruz também foram usados como operários nas Fábricas de Pólvora de Estrela, no Rio de Janeiro e na Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, em Sorocaba. Enquanto trabalhavam nessas duas regiões mantiveram seus lotes de terra em Santa Cruz (ROCHA, 2018). Isso é um sinal de que o deslocamento era temporário. Se neste deslocamento os escravizados de Santa Cruz levaram seus filhos menores de 18 anos é possível que na Fábrica de Ipanema estes tenham tido acesso à escola.

¹³³ Para uma melhor discussão sobre relação do trabalho intercambiável na Corte do Rio de Janeiro, ver Popinigis(2016).

Foi criada em 1867, uma escola de primeiras letras e de costura para as crianças, filhos dos africanos que estavam em serviço na fábrica. No mesmo ano, teve início o funcionamento da companhia de aprendizes, espécie de escola para ensinar, ofícios aos jovens trabalhadores do estabelecimento, todos menores de 18 anos. Naquele ano, a escola de primeiras letras oferecia educação básica para 44 meninos escravos, sendo 34 deles do sexo masculino, além de seis garotos livres que com aproveitamento, participavam da útil instrução (NETO, 2006 p.138 apud ROCHA, 2018, p. 22).

Jaime Rodrigues (1997) aponta que a Fábrica de Ipanema era composta de trabalhadores africanos livres, escravizados, fugidos e presos. Foi um lugar onde se tentou disciplinar livres e escravizados. Nesse ambiente, pessoas em situação social e jurídicas diferentes realizavam atividades semelhantes e atuavam no processo produtivo diretamente¹³⁴. A disciplina vinha pelo trabalho e pela instrução escolar.

Vemos que a escravaria de Santa Cruz passou por um processo incipiente de instrução e moralização que começou com o ensino da catequese, passou para o ensino de diversos ofícios, até de fato se abrir para uma escolarização formal. Todavia, isso será assunto para o próximo capítulo.

Há provas que o Imperador já concedia alforrias para os cativos de Santa Cruz antes de 1871. Assim, foi o caso de 115 cativos da mesma fazenda que ganharam a liberdade em 1866 e que de lá seguiriam para o Sul (CORREIO MERCANTIL, 1866, ed.00317(1), p.1) e das 70 crianças libertadas em 1870 (FRIDMAN, 1999, P. 204). Com a “Lei do Ventre Livre”, que alforriou todos em situação de cativo, imagina-se que a liberdade foi imediata, mas Ilana Rocha (2017, p. 12) informa que os escravizados públicos após a lei de 1871 tiveram que ficar sob a tutela do Estado por mais cinco anos até que fosse criada uma regulamentação para a sua situação. Não encontramos provas que apontem que em Santa Cruz tais indivíduos ficaram presos a terra por cinco anos em razão da imposição do governo. Não obstante, temos evidências que muitos ex-“escravos da nação” permaneceram na fazenda na condição de libertos em razão de terem habitação, lavoura e trabalho nas oficinas e dos laços de sociabilidade criados em comunidade. Há evidências que mostram que alguns libertos se mantiveram no local, mas não realizavam atividades laborais. Em ofício ao mordomo mor da Casa Imperial o superintendente geral da Fazenda em 4 de abril de 1879 assim relata: “Constando que muitos dos libertos aqui residentes vivem sem ocupação alguma e se empregam quase que exclusivamente na caça e nos campos dessa Fazenda, praticando roubos no gado vacum e lanígero”(AN.códice 248, p. 183v.).

¹³⁴ Segundo Mattos (2008 apud POPINIGIS;TERRA,2019, p.132), a convivência entre indivíduos livres e escravizados nacionais ou estrangeiros contribui para “um processo de formação da classe trabalhadora do Rio de Janeiro”.

Já apontamos que o *Relatório do Ministro dos Negócios do Império* de 1870 se silenciou a respeito da qualificação dos cativos, ainda assim é possível usar os dados para estabelecer um comparativo com o recenseamento de 1872. Lembrando que em 1871 houve o advento da libertação dos escravos públicos a partir do Decreto-Lei 2.040, de 28 de setembro de 1871, chamado “Lei do Ventre Livre”, o qual concede alforria aos “escravos da nação” e as crianças que nascessem de mãe na condição de escravizadas.

Quadro 4 - Distribuição de ofícios entre os escravizados de Santa Cruz

Abril de 1870	1872
Escravizados (1.917)	Escravizados (338)
12- pescadores	14 - pescadores
564- lavradores	134 - lavradores
1.122- empregados domésticos	4- empregados domésticos
219- sem profissão	1- operário de metais
	1 - operário de madeira
	1 - curtidor de couro
	1 - tecelão
	4 - criados e jornaleiros
	1- artista
	2 - costureiras
	139- sem profissão

Fonte: RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1870; BRASIL, 1872. (Autoria nossa, elaborado a partir de dados das fontes citadas).

O quadro permite a comparação entre o quantitativo de escravizados no curato entre 1870 e 1872 e aponta as atividades que estes desempenhavam. Observamos que houve uma queda de aproximadamente de 1.579 escravizados. Dados do Censo de 1872 apontam o aumento no número da população livre: salto de 1.528 para 2.680, ou seja, um aumento de 1.152 pessoas. Esses números podem evidenciar a permanência dos escravizados no curato. Todavia, não podemos ser levianos em dizer que o aumento de livre foi fruto somente de uma mudança de condição social e jurídica, pois fatores com a natalidade e a migração de estrangeiros também podem ter influenciado. Entre os anos de 1871 e 1872 não encontramos fatos que demonstre o estímulo à migração para o local e os registros de batismo do período aponta que houve 157 batizados (REGISTRO DE BATISMO, 1869-1887, Ap.228.). Logo os dados corroboram para pensarmos que o aumento no número de livres nesse período deveu-se em grande parte a libertação dos “escravos da nação”. Portanto podemos pensar o que ocorreu em Santa Cruz não foi só um crescimento populacional, mas uma migração de um grupo de indivíduos de uma condição jurídica para outra, ou seja, de cativo para livre.

Devido ao exposto, acreditamos que os escravizados notificados pelo Censo não eram os escravos público, mas os cativos pertencentes a foreiros das famílias locais¹³⁵ dotadas de poder aquisitivo, o que justifica o fato da maioria dos escravizados serem identificados como lavradores e não terem uma profissão específica.

A presença dos “escravos da nação” na fazenda de Santa Cruz as relações que estes sujeitos construíam com entre si e com demais indivíduos na localidade, através de vínculos sociais e de trabalhos refletiram sobre o processo construtivo do Curato não apenas na sua estruturação socioeconômica – fazendo desta uma região com características singulares – mas na relação dos indivíduos livres e libertos com a escolarização, como veremos.

Sabemos através de estudos como de Mauricio de Abreu (2006) que tanto a linha férrea quanto a desenvolvimento industrial foram fatores que corroboraram para estimular o crescimento populacional nas freguesias rurais. Em 1872 Santa Cruz apareceu nos dados do Censo com 3.018 habitantes o que representou 1,1% da população total da Corte, os quais estavam classificados em 2.680 livres, sendo 1.168 homens e 1.512 mulheres e 338 escravizados, dos quais eram 172 homens e 164 mulheres. O número de habitantes em 1890 foi para 10.954, o que significa que houve um aumento de 263% de taxa de crescimento. (ABREU, 2006, p.54). De todas as freguesias rurais e urbanas, o curato de Santa Cruz foi o que teve o maior crescimento. Contudo, ao compararmos as taxas de crescimento domiciliar entre os anos de 1870 e 1890 vemos que nesse critério não houve um aumento considerável. Segundo dados apresentados por Fridman (1999, p. 213), a densidade de prédio teve queda de 8,42 para 8,24 e a densidade domiciliar aumentou de 8,26 para 8,40. Comparada com outras freguesias rurais a que teve menor crescimento foi Santa Cruz.

Segundo Fridman (1999, p.214), os dados estatísticos sinalizam uma alta concentração de pessoas dentro de um domicílio. Pensamos que quanto menor a quantidade de domicílio, mas lento se deu o alargamento de áreas ocupadas e conseqüentemente urbanizadas. Outro ponto é que a alta demanda por moradia em meio a uma população de baixa renda forçava a elevação dos alugueis e que mais pessoas habitassem um único domicílio.

Sabemos que havia zonas periféricas e que o centro do curato por ser o núcleo de formação social e habitacional era concentrador de pessoas e que dentro do espaço de vinte anos houve um *boom* populacional estimulado pela migração, uma vez que as taxas de mortalidade e natalidade não oscilaram. Como mostra o quadro.

¹³⁵ Somente em um registro de óbito identificamos vinte nomes diferentes de proprietários de escravos (REGISTRO DE ÓBITO, ap.231).

Quadro 5 - Registro de Batismo e Óbito (1870 - 1890)

Ano	Entrada de Registro de Batismo	Entrada de Registro de Óbito	Quantitativo de óbito de menores até 15 anos
1870	37	44	16
1871	103	76	46
1872	53	32	13
1873	2	66	12
1874	x	12	1
1875	1	39	10
1876	1	62	15
1877	x	90	30
1878	8	45	24
1879	170	x	X
1880	153	x	X
1881	17	x	X
1882	151	x	X
1883	213	1	0
1884	198	x	X
1885	222	x	X
1886	235	x	X
1887	231	x	X
1888	307	2	0
1889	166	37	19
1890	205	3	0
Total	2.475	509	186

Fonte: REGISTRO DE BATISMO, Ap.227; 228; 229; REGISTRO DE ÓBITO, Ap. 230; 231; 232. (Autoria nossa, elaborado a partir de dados das fontes citadas).

Os dados apontam que houve mais entradas de registro de batismo¹³⁶ (para nós este serve para observar o índice de nascimento) do que de óbito ao longo de vinte anos. A ausência de registros em determinados anos pode ser devido à falta de óbitos e nascimentos ou por falha do pároco. Para nós, esses dados são relevantes para observarmos se o índice de nascimento teve expressiva influência no crescimento populacional durante duas décadas. Como em Santa Cruz houve uma taxa aproximada de 2.475 batismos (nascimentos) e a comparação entre o censo de 1872 e 1890 apontaram o aumento de 7.930 habitantes, então os dados nos levam a acreditar, embora não possamos afirmar, que o aumento demográfico nesses dezoito anos foi em maior parte resultado da migração populacional em função das transformações do espaço rural em seu aspecto econômico e urbanístico impulsionados pela dinâmica do comércio da carne e do gado instalado em Santa Cruz. Como apontou Costa (2017, p.128) em Santa Cruz ocorreu um processo de povoamento inverso, com o deslocamento para o espaço rural.

¹³⁶ Com na época não havia os registros civil de nascimento, os registros paróquias de batismo e óbito nos serve com fontes para observar o desenvolvimento vegetativo da população.

Os dados paroquiais também nos fazem ver que a taxa de mortalidade entre a população de 0 a 15 anos de idade era alto. Observamos na fonte que dos 509 mortos, 189 tinham idade abaixo de 15 anos, segundo os registros paroquiais, as causas geralmente estavam relacionadas a doenças pulmonares, varíola, sarampo e coqueluche. Isso consequentemente influenciou nos índices populacionais e também repercutiu nos dados de frequência escolar.

A fazenda sob a administração Imperial foi recortada por pequenas propriedades agrícolas, mas o núcleo populacional se concentrava na frente do Paço. Dele saía a Rua do Comércio, “esta resumia-se em um correr de casas que se expandiam de um único lado” [na ponta oposta] havia os muros da Imperial Fazenda” (POLIANTÉA DE SANTA CRUZ, 1933, p.2). Uma geografia curiosa, pois ao lado do palácio imperial estavam os prédios dos funcionários da fazenda e dos ministros e de frente estavam as senzalas que foram mantidas mesmo após a libertação dos “escravos da nação”. Em ofício datado de 1889, o superintendente geral, Manoel Gomes Archer, solicitou a remoção das senzalas ao mordomo mor da Casa Imperial por motivo de higiene¹³⁷. Seu relato também dá pistas sobre parte do perfil populacional do curato durante os anos de 1880 e de como o local estava ocupado.

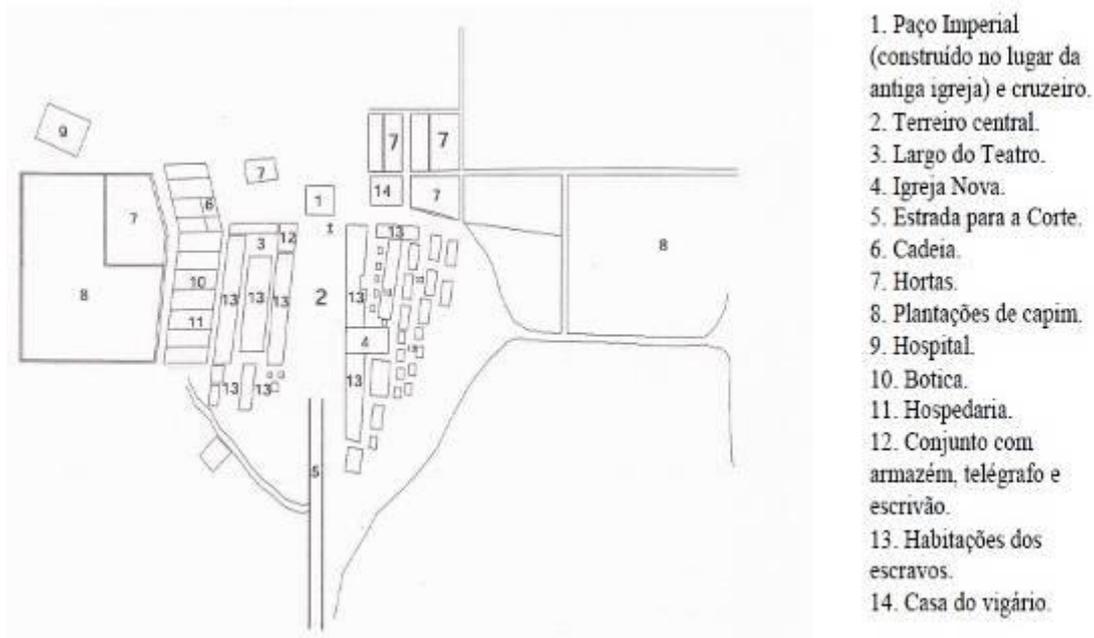
Concedeu S. M. o Imperador por Sua Alta Magnificência que esses ex-escravos continuassem como sabe V. Ex^a a permanecer na Imperial Fazenda tendo hospital e terras para cultivarem: com tão concessão nenhum abandona o antigo domicílio, e essa população que tem de então para cá augmentado não menos de 20 por cento elevando-se hoje a cifra de 1.263 entre adultos e menores habitando pequenas cazas denominadas “cezaslas” em numero de 316 dá um termo médio de 4 indivíduos para cada uma dessas pequenas casas [...] dizer que alguma são habitadas por menor número de indivíduos outras são por numero maior, havendo algumas caza com 10 ou 12 habitantes. (AN, código 201, p. 20-21).

Além da peculiaridade das senzalas na praça central D. Pedro II, em algumas ruas após o Paço Imperial existiam chalés, solares, casas senhorias, pertencentes a figuras da elite política e econômica local e cortesã, como Francisco Pinto da Fonseca Telles, o Barão da Taquara (arrendatário da fazenda tinha uma casa de recreação e campos de criação de gado e também detinha uma grande propriedade agrícola na freguesia de Jacarepaguá, além de imóveis próximo no centro da Corte), Horácio Lemos (importante negociante de carne e comissário de gado), Felipe Basílio Cardoso Pires (médico do matadouro, militar e ex-intendente municipal, importante figura da política local, membro do “Triangulo” e de uma família de prestígio local) e o Conselheiro Antonio de Miranda Rego (superintendente geral,

¹³⁷ O pedido de remoção faz parte de uma longa descrição do superintendente ao mordomo mor sobre as condições insalubres do curato.

próximo da Família Imperial foi um figura de relevância política na Corte) (FREITAS, 1987, p. 521-523).

Figura 14 - Povoado de Santa Cruz (1848)



Fonte: BEAKLINI, 2013, p.65.

Como vemos no mapa, a geografia espacial estava diferente daquela mostrada na pintura de Jean- Debret. A Capela da igreja foi deslocada do plano principal para a lateral, no seu lugar foi construído o Paço Imperial. Novos logradouros foram abertos e acompanhados por casa e prédios comerciais e administrativos.

No curato de Santa Cruz houve a expansão das áreas periféricas, chamadas de “subúrbios da Fazenda”, são elas: o **Morro do Chá**, ocupado por imigrantes chineses trazidos para o desenvolvimento da produção de Chá; **Cruz das almas**, onde os escravos e libertos tinham seu roçado; **Campo de São José**, onde foi construído o Matadouro Público, circundado pelo **Arraial da Boa Vista**, área de comércio e “primeiro núcleo de povoamento da área habitada do matadouro” (FREITAS, 1987, p.528) a princípio, ocupada pelos operários das obras¹³⁸ e posteriormente pelos operários do estabelecimento industrial. Sobre essa localidade o superintendente Antonio Henrique de Miranga Rego, através de uma Portaria ao chefe dos campos, aponta que por uma questão de organização do espaço e de salubridade todos aqueles que ocupavam o “rancho do Campo de São José” deveria ser removidos.

O senhor Campeiro Mor na qualidade de Chefe dos Campos intima aos moradores dos ranchos estabelecidos no Campo de São José e nas ruas adjacentes ao novo

¹³⁸ Segundo Benedicto Freitas (1987,p.43), foram empregados 370 homens nas obras do aterro do terreno.

matadouro para que os desocupem no prazo de 30 dias, findo o qual os farei demolir, excepcionalmente somente aqueles que estão habitados por trabalhadores do único empreiteiro que ainda tem serviço no mesmo matadouro aos quais se lhe concede 60 dias no fim dos quais devem estar terminados os mesmos serviços, devendo estes trabalhadores justificarem a sua ocupação por meio de atestado de referido empreiteiro (AN, código 248, p.200v).

Na imagem vemos as características do Arraial da Boa Vista. Este se configurava como um assentamento composto por casas de taipa. O cenário de pobreza remete a ideia estigmatizada de área sertaneja, formada por um cenário rural de miséria. Ao que contrastava com o palacete administrativo do novo Matadouro Público ao fundo com sua arquitetura de traço neoclássico.

Figura 15 - Arraial da Boa Vista



Fonte: BIBLIOTECA NACIONAL DIGITAL. s/d.

Com o deslocamento do Matadouro Público para Santa Cruz em 1881 foi construída uma vila operária¹³⁹ exclusivamente para os funcionários do estabelecimento. Segundo Freitas (1950, p. 74-75), ao todo foram 38 casas organizadas em duas avenidas, formando quatro quarteirões próximos ao Palacete administrativo. Trinta casas foram divididas em duas e as oito casas das extremidades foram destinadas aos feitores e uma casa foi separada para abrigar

¹³⁹ De acordo com Edmar Ramos Junior (2019, p.73) a construção de vilas operárias tinha com objetivo “assegurar o operariado”.

uma escola de alfabetização. Os cargos no matadouro foram ocupados por indivíduos que vieram de fora do curato de Santa Cruz.

Figura 16 - Vila operária do Matadouro de Santa Cruz



Legenda: 1- Placa da Avenida Matadouro; 2- Foto da Vila operária do Matadouro de Santa Cruz.
Fonte: Facebook, 2020.

A imagem da esquerda mostra placas afixadas pela Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, do Departamento Geral de Patrimônio Cultural, da Prefeitura do Rio de Janeiro. Não sabemos o ano em que foram colocadas, mas tem a função de sinalizar um lugar de memória para a história local. A imagem da direita foi tirada no início do século XX pelo fotógrafo Augusto Malta. É uma foto do acervo do AGCRJ, mas é amplamente divulgada em sites da internet. Esta mostra a formação de um terreno rebaixado composto de uma estrutura contínua de casas de um pavimento que eram divididas entre as famílias dos operários. As oficinas de matança e corte ficavam ao final do corredor de casas e de frente para elas havia a estação do matadouro. Isso nos faz pensar que as condições de vida deveriam ser precárias, embora se quisesse dar uma imagem de espaço organizada e limpo. Estas casas existem até hoje.

Uma das periferias mais afastada era o litoral de **Sepetiba**. O Decreto de 26 de julho de 1813 do príncipe regente Dom João VI autoriza a demarcação do terreno onde se estabeleceria o povoado de Sepetiba.

[...] Hei outrossim por bem que no sitio da Sepetiba se demarque o terreno conveniente para se fundar uma povoação para a comodidade dos pescadores, e pessoas que ali habitam; designando-se o terreno que for mais propósito, e proporcionando a mesma povoação, a qual se repartirá livre, sem mais foro do que um módico reconhecimento a cada morado, que agora o para o futuro alli edificar (AN, INVENTÁRIO ANALÍTICO, 2017, p.109).

A localidade foi um núcleo da atividade pesqueira e de navegação e sua baía foi usada para atividade portuária. Era uma das pontas mais extrema da Corte e região propícia para possíveis investida inimiga. A colocação de um povoamento no local era estratégica para garantir a integridade do território e inibir contrabando de madeira e cativos, via o porto. Sepetiba era ocupado por casas simples das camadas baixas da população. Do seu porto saíam vapores para as províncias litorâneas de São Paulo e Rio de Janeiro e para Ilha Grande, onde ficava o hospital do Lazareto (POLIANTÉIA DE SANTA CRUZ, 1933, p.34-35) e também se escoava a produção da fazenda a Ponta do Caju na Baía da Guanabara, prática iniciada em 1814 (FRIDMAN, 1999, p 196). Devido à distância do centro de Santa Cruz para Sepetiba em 1883 foi inaugurado uma linha de bonde da empresa Ferro Carril Navegação que encurtou o deslocamento (GAZETA DE NOTICIA,1883, ed.000173,p.2). A população era reduzida e sua atividade econômica era a pesca e o pequeno comércio de taberna (LAEMMERT, 1886, p.410). Embora Sepetiba estivesse distante do centro do curato, mesmo assim, era de suma importância para o sistema produtivo da região atuado com rota para o deslocamento de mercadoria e pessoas através do litoral, pela baía de Sepetiba.

As práticas administrativas empregadas pelos superintendentes gerais da Fazenda de Santa Cruz e seus interesses privados repercutiram sobre a estrutura socioeconômica do curato. Como a parte central da propriedade privada e o espaço público do curato eram o mesmo lugar, logo era impossível inibir uma mistura de interferências de ações e decisões dos dois campos de poder, nesse caso, representado o público a Câmara Municipal e o privado a Mordomia Mor da Casa Imperial, a Superintendência Geral da Fazenda e o Imperador. Nessa relação entendemos que tais instituições de poder funcionavam interligadas, onde a municipalidade demarcava seu espaço através de seus agentes públicos (delegados de quarteirão, juiz de paz, fiscais e etc.), da imposição de suas Posturas Municipais – que regulava a estrutura social – e de instituições sob sua administração: o matadouro e as escolas municipais. Todavia, as terras eram do Imperador e o superintendente geral através da sua posição de poder e prestígio assumia a função de delegado da instrução e em alguns casos o de juiz de paz: o primeiro cargo vinculado a Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte (poder central) e o segundo a Câmara Municipal (poder local). De fato um mistura de poder.

Este foi o caso de Saldanha da Gama que administrou o local de 1869 a 1872. As fontes apontam que ele mediu a vinda do Matadouro Municipal deslocando o polo comercial industrial da carne para Santa Cruz (GAMA, 1874, p.1) e na função de delegado da instrução, cargo que em Santa Cruz era ocupado concomitantemente ao de superintendente geral,

consegui abrir uma escola de meninas no Paço Imperial subvencionada pelo Imperador (AN, códice 965, p. 8). Esse superintendente buscou o desenvolvimento econômico, urbano e cultural da fazenda/curato.

Há também o caso da administração de Inácio Garcia. Este ocupou o cargo de 1856 a 1867. Ele produziu grandes perdas de receita para os cofres da propriedade e teve a administração marcada pela violência: provocou conflitos com a escravaria devido à aplicação de castigos e intensa exploração do trabalho, humilhou funcionários e exigia extrema disciplina. Ao ocupar o cargo de delegado de instrução provocou querelas: acusado de não zelar pela instrução pública de Santa Cruz. Em suma, foi um administrador mal quisto pelos santa-cruzeses, mesmo assim, permaneceu com superintendente geral por onze anos devido sua proximidade com Paulo Barbosa, o mordomo mor da Casa Imperial. Inácio Garcia só deixou o cargo quando faleceu (FREITAS, 1987, p.140-146).

As décadas de 1870 e 1880 foram marcadas pelo desenvolvimento do curato. Em Santa Cruz havia a produção de itens manufaturados produzidos pelas oficinas de couro, tijolos, salitre¹⁴⁰, louças e etc., os quais eram consumidos localmente e exportados para outras partes da Corte. Não obstante, o desenvolvimento industrial chegou através da indústria da carne com o Matadouro Público e com a expansão do transporte através da linha férrea que ligava a região diretamente ao centro da Corte.

O Matadouro Público desempenhava atividade similar a uma indústria e movimentou uma larga estrutura de produção não apenas de carne verde com também de produtos derivados do gado¹⁴¹ (COSTA, 2017; PEDROSA; DUARTE, 2013). Diante da política de higienização da Corte, Santa Cruz foi escolhida para ser a nova sede do estabelecimento. Dizia-se que a Imperial Fazenda de Santa Cruz apresentava bom sistema de escoamento devido à proximidade de rios volumosos (Itaguaí e Guandu), vastos pastos, água em abundância e arborização. Apesar de estar a aproximadamente 72 quilômetros distante do centro, esse problema segundo a Comissão do Matadouro da Câmara Municipal, poderia ser amenizado com a extensão de uma linha férrea, o que faria a carne “chegar ao centro do mercado [...] dentro de hora e meia” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1872, p.3).

Contradizendo a avaliação da Comissão sobre as condições da Imperial Fazenda de Santa Cruz, o médico do Matadouro de São Cristovão Damásio de A. Diniz, em um artigo ao

¹⁴⁰ Produto indispensável para produção de Pólvora e comercializado para as fábricas do Império.

¹⁴¹ Do gado nada se desperdiça: do sangue faz-se produtos farmacêuticos, do osso pode-se produzir ferramenta, da pele se extrai o couro e a musculatura e os miúdos são usados na alimentação. Ou seja, era um produto altamente rentável (COSTA,2017, P.147-148).

Jornal do Commercio, alegou que os pastos alagavam em época de enchentes causando falta de alimentação para o gado. Grandes áreas estavam cobertas por pântanos e água podre causando infecção nas reses¹⁴². Em meio à contradição entre o relatório da Comissão de investigação e o artigo do médico sobre as condições dos terrenos de Santa Cruz, havia o interesse de lobistas (indivíduos próximos ao poder municipal e central) que a princípio não queriam a transferência do matadouro. O projeto de transferência do matadouro e a escolha da localidade sede envolveu muitos interesses conflitantes gerando um amplo debate entre camarários e marchantes (negociantes de gado e de carne verde) (PEDROSA; DUARTE, 2013).

A Imperial Fazenda de Santa Cruz era um ponto de internada obrigatória,¹⁴³ a construção do matadouro foi ideal para levantar as finanças da propriedade a ponto de valorizar o preço da terra e estimular o aluguel de mais pastos, além de ter por longos anos um contrato com a Câmara Municipal para o pagamento do arrendamento pelas terras ocupadas pela indústria (PEDROZA; DUARTE; 2013; SILVA, T.2013). Com o tempo, a receita obtida com o aluguel de pastos para o gado do matadouro tornou-se a principal fonte de renda para a Imperial Fazenda de Santa Cruz. O superintendente geral, Comendador Manuel Gomes Archer, em 1888, ao prestar contas do orçamento da fazenda ao mordomo mor da Casa Imperial relata que “a pastagem do gado destinado ao matadouro, positivamente rende abundante e de fácil custeio” (AN, código 221, p.38). Embora o grosso dos recursos capitaneados pela propriedade fosse proveniente do aluguel de pastagens, ainda assim não eram suficientes para custear as despesas e foi necessário, no ano de 1888, pegar empréstimo com o Banco do Brasil para pagar débitos acumulados (AN, código 221, p.54 verso).

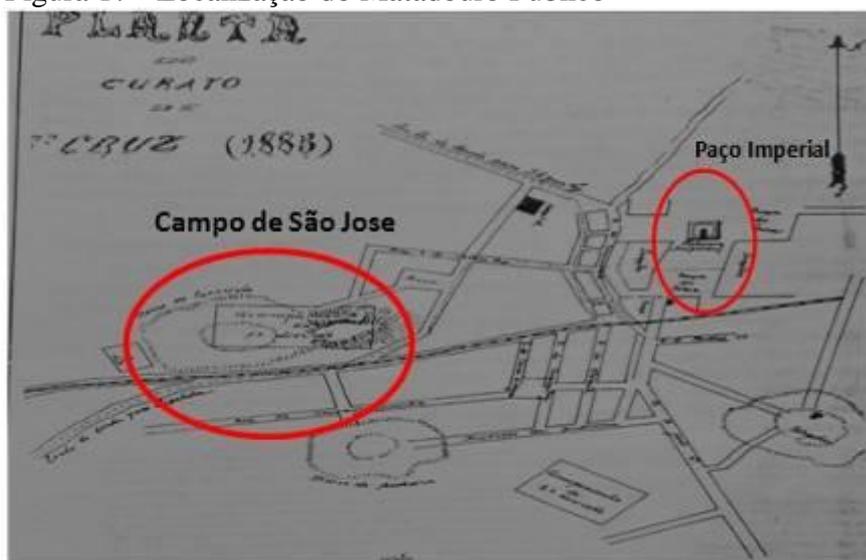
Segundo José Ferreira Nobre, presidente da Câmara, o estabelecimento deveria ser moderno, um indústria modelo na Corte. A obra foi uma parceria da Câmara Municipal com o Ministério dos Negócios do Império. Quando o Visconde do Rio Branco, ministro da pasta, autorizou a construção do novo matadouro, este assinou o contrato com a empreiteira Coimbra & Farani, estabelecendo o prazo de três anos para o fim das obras, que foram iniciadas em 1873 e finalizadas em 12 de dezembro de 1876. Além da construção dos prédios, das oficinas e da administração, dever-se-ia corrigir as imperfeições do terreno para evitar alagamentos e estabelecer um bom sistema de escoamento dos detritos (SILVA, T.2013).

¹⁴² A “infecção palutosa” causava tuberculose e o rápido apodrecimento da carne.

¹⁴³ Uma postura da Câmara em 1875 definiu Santa Cruz e Realengo ponto de internada obrigatória. A Fazenda de Santa Cruz era patrimônio da família imperial enquanto Realengo era terreno da Câmara, ambas lucravam com o valor obtido com as internadas.

Embora houvesse pressa para colocar em funcionamento o novo matadouro, a obra no campo de São José¹⁴⁴ só foi inaugurada em 31 de dezembro de 1881. O local entrou em funcionamento mesmo sem ter as obras concluídas. A longa demora em sua construção e constantes tentativas da oposição para impedir a conclusão da transferência fez com que os apoiadores do projeto, especialmente o José Ferreira Nobre¹⁴⁵ buscasse acelerar a inauguração (COSTA, 2017; PEDROZA; DUARTE, 2013).

Figura 17 - Localização do Matadouro Público



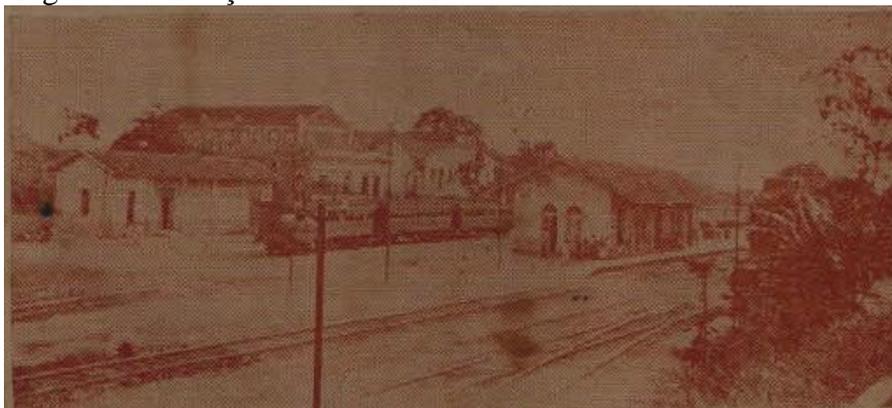
Fonte:FRIDMAN,1999, p.209(Apontamentos gráficos nosso).

Com o matadouro veio a linha férrea em 1878, esta era fundamental para agilizar o processo de deslocamento da carne produzida em Santa Cruz para a Corte, uma vez que era um produto perecível. Ademais, os trens também traziam o gado para o abate. Costa (2017, p.121) defende que na questão da expansão da linha férrea Santa Cruz se diferencia das outras freguesias. Nestas o desenvolvimento ocorreu às margens da ferrovia após sua inauguração e em Santa Cruz a linha férrea chegou devido às demandas da indústria da carne. Em 1884, foi inaugurada uma estação dentro do matadouro (FRIDMAN, 1999, p. 222). Não obstante, a indústria da carne tenha sido um fator que estimulou o prolongamento da ferrovia, esta ao chegar à Santa Cruz também promoveu transformações urbanísticas, como o aumento de estabelecimentos comerciais e ampliação de logradouros (FREITAS, 1987). Logo entendemos que a indústria e o trem aturam em conjunto no processo de desenvolvimento local.

¹⁴⁴ Lugar dentro da Fazenda Imperial de Santa Cruz escolhido para construir o novo matadouro.

¹⁴⁵ Freitas (1950, p. 60) relata que Ferreira Nobre manifestou grande empenho no termino da construção do Matadouro.

Figura 18 - Estação do Matadouro



Fonte: POLIANTÉA DE SANTA CRUZ, 1933, p.45.

Além do aspecto econômico houve o estímulo as transformações urbanísticas e culturais. No melhoramento da infraestrutura de Santa Cruz, Freitas (1950, p. 49-50) ressalta a construção do jardim do Matadouro no Campo de São José. A obra era de estilo inglês com 39.673 metros quadrados e “420 árvores frondosas” projetado pelo engenheiro e botânico francês François Marie Augustie Glaziou que foi diretor de parques e jardins da Casa Imperial e inspetor dos jardins municipais. O mesmo projetou o jardim da Quinta da Boa Vista e o Campo de Santana e produziu obras no Jardim Botânico. Segundo Fridman (1999, p.204), as duas ruas principais receberam iluminação e até o cemitério foi reformado (1876-1878).

Em 20 de setembro de 1886, foi inaugurada a enfermaria Santa Theresa em uma das casas dos operários que então se achava vazia. O local destinava-se aos funcionários do matadouro. A princípio, era para ser custeada por donativos a Câmara Municipal, mas depois deveria ser mantida pelos próprios operários do matadouro (JORNAL DO COMMERCIO, 1887, ed.(1), p.2).

Houve em 1872 a construção da estação de observação que permitiu a expansão do telégrafo a Santa Cruz (FREITAS, 1987). No aspecto cultural foram abertas escolas primárias, cuja proposta era civilizar e profissionalizar a população em idade escolar e adulta.

As alegações de que não havia locais de venda de alimentos levou os funcionários do matadouro a ameaçarem abandonar suas funções (AGCRJ, Códice 54-1-10. p.156). Com solução Ferreira Nobre convocou comerciantes para abrirem vendas em Santa Cruz.(AGCRJ, Códice 54-1-10. p. s/n). Uma das formas de entendermos o processo de desenvolvimento local é olhar para a atividade comercial. Através de um comparativo da quantidade, tipos e dos locais onde estavam estabelecimentos os comércios nos anos de 1870, 1880, 1886 e 1890, buscamos observar o desenvolvimento local. Mobilizamos como fonte os registros do *Almanak Laemmert*.

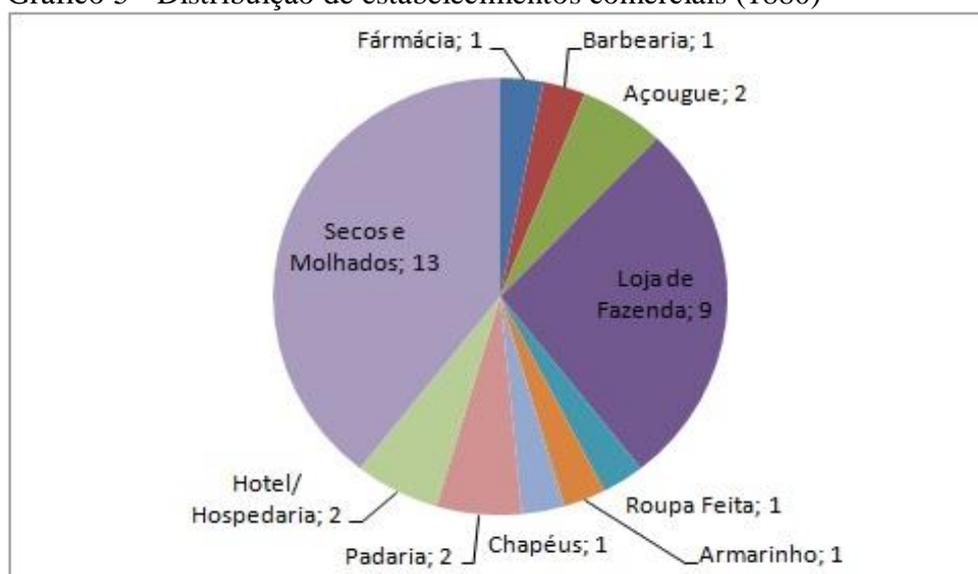
Gráfico 4 - Distribuição de estabelecimentos comerciais (1870)



Fonte: LAEMMERT, 1870, p.335.

Costa (2017, p.122) ressalta que em 1850 no comércio local havia 6 casas de secos e molhados, uma botica e padaria e hospedaria, que atendia as necessidades locais. Na projeção de 1870, vemos que havia ao todo 23 estabelecimentos (12 destes eram chamados de “secos e molhados” e correspondia há 56,5% do comércio local)¹⁴⁶ evidenciando o aumento da atividade comercial, todavia, ainda com pouca diversificação de tipos de estabelecimentos comerciais. Os dados nos leva a pensar que o baixo quantitativo de habitantes e a produção de substância influenciaram na quantidade de comércio, que provavelmente devia se concentrar no cento do curato.

Gráfico 5 - Distribuição de estabelecimentos comerciais (1880)

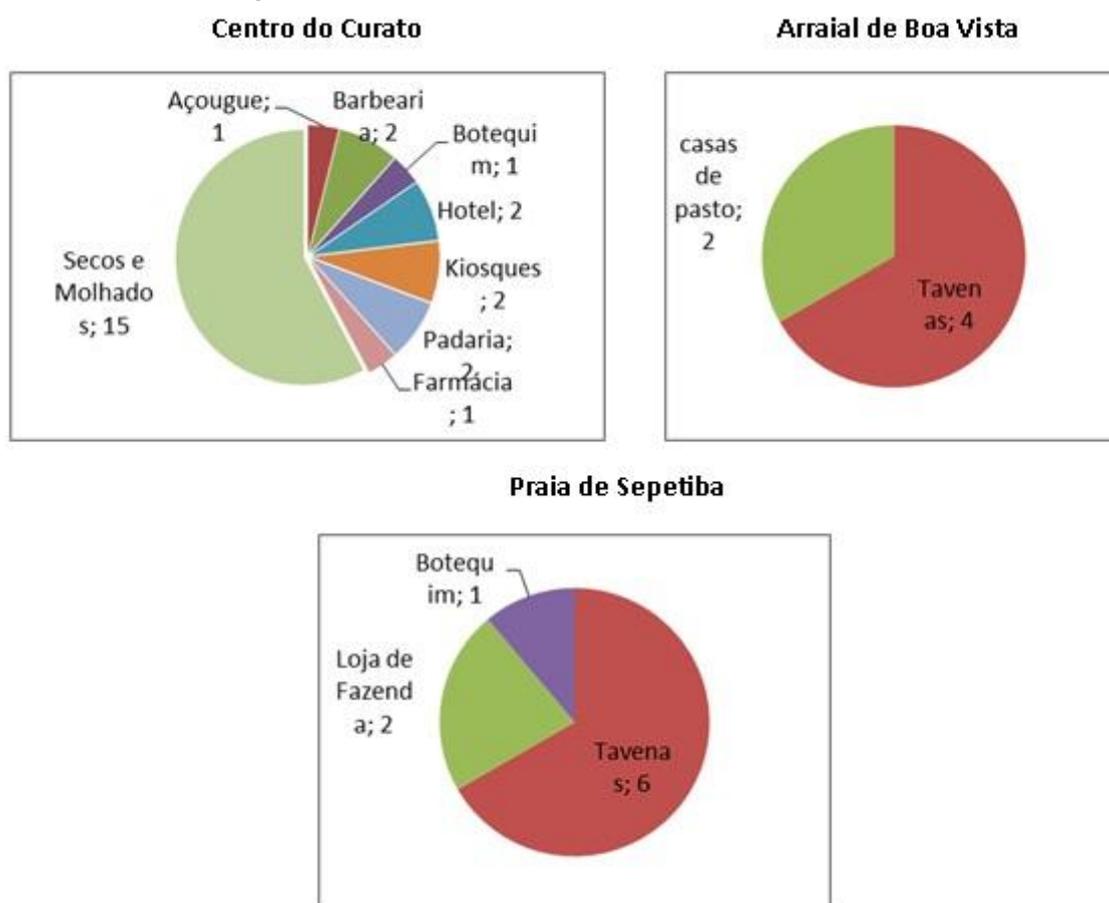


Fonte: LAEMMERT, 1880, p. 470-471.

¹⁴⁶ Na fonte, há uma coluna intitulada “negociantes de secos e molhados” que traz a relação o nome dos estabelecimentos comerciais. Embora o título nem todos eram lojas de secos e molhados. Ao descrever os nomes dos negociantes há um detalhamento do tipo de comércio que praticavam e com isso foi possível identificar e contabilizar a quantidade tipo de comércio (LAEMMERT, 1870, p.335).

Na projeção de 1880 notamos o aumento no número de lojas comerciais, ao todo eram 33, também percebemos uma diversidade de tipos comerciais, embora “secos e molhados” ainda fosse o predominantes, correspondendo a 41% do total de lojas. Lojas de vestuário antes encontradas no centro da Corte passaram a fazer parte da estrutura comercial. O processo de urbanização e civilização está vinculado a hábitos. Assim a demanda por determinados produtos indica que hábitos de consumo também estavam sendo alterados.

Gráfico 6 - Distribuição comercial (1886)

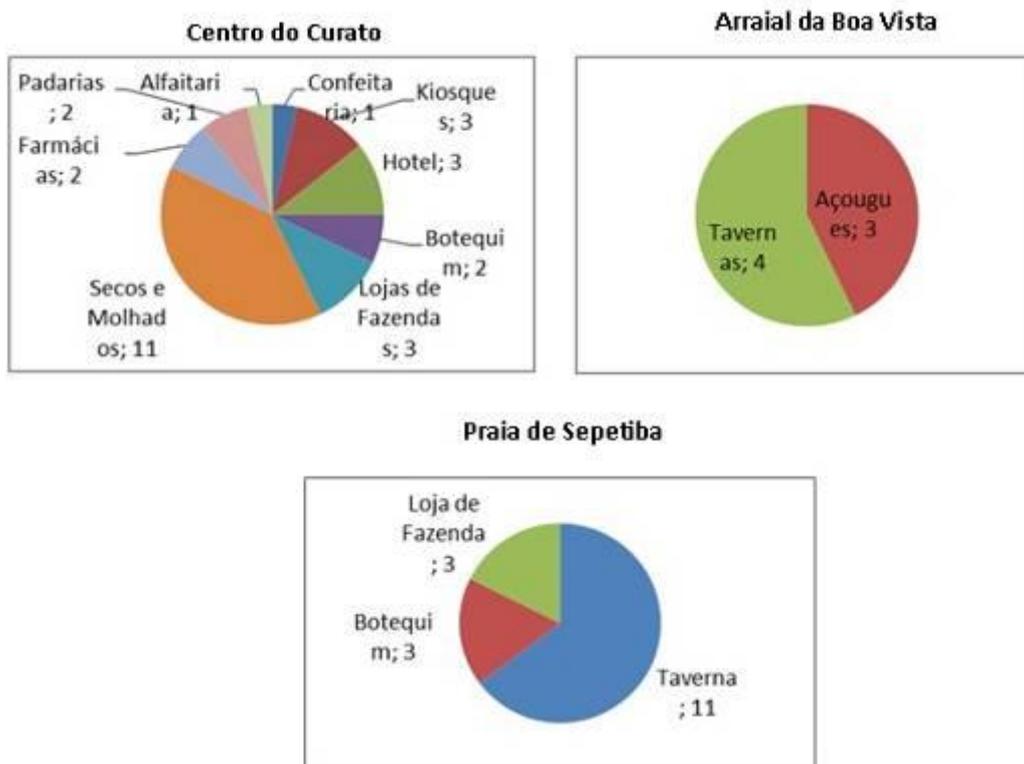


Fonte: LAEMMERT, 1886, p.408-410.

Na distribuição de 1886, é possível observar a expansão comercial, sendo 41 estabelecimentos ao todo. Esse número cresce concomitantemente as taxas relacionadas ao crescimento populacional. Mais comércio sinalizava mais pessoas consumindo e promovendo o desenvolvimento local. Chamamos atenção para o fato de que antes a fonte não identificava as localidades, apenas apresentava o número do comércio em toda a Santa Cruz. O fato do *Almanak Laemmert* separar o comércio por localidade nos permite ver que as regiões periféricas acompanharam a expansão do centro, embora de maneira mais lenta. A localidade próxima ao matadouro, Morro da Boa Vista, embora relativamente próxima ao centro, iniciou seu processo de desenvolvimento comercial a partir da presença dos operários da indústria da

carne. O “Largo do Bodegão” que ficava em frente ao Matadouro concentrou as bodegas (casas comerciais) que vendiam produtos diversos: agrícolas, manufaturados, doces, sapatos, agrícolas e refeições (COSTA, 2017, p.120). Um dos estabelecimentos que teve grande projeção neste lugar foi o “Bodegão”¹⁴⁷, um grande armazém próximo as casas dos operários(FREITAS, 1950). Esse lugar além de ser um espaço comercial também de sociabilidade, local onde uma multidão se reunião, segundo Costa (2017,p 120).

Gráfico 7 - Distribuição dos estabelecimentos comerciais (1889)



Fonte: LAEMMERT, 1889, p. 452-454

Em 1889, havia 52 estabelecimentos comerciais em toda Santa Cruz, mas percebemos que algumas lojas que antes apareciam no ano de 1886 não constam porque fecharam ou porque não foram catalogadas no *Almanak Laemmert*. Percebemos que o número de hotéis aumentou, provavelmente em consequência da necessidade de hospedar tropeiros, marchantes e negociantes de gado e carne em função a intensificação da atividade comercial em volta da produção do matadouro. A presença de uma confeitaria no centro remete a um ambiente de mais sofisticação e trouxe ares do centro da Corte. Outro ponto é o aumento do comércio na periferia de Sepetiba, com as tavernas, local de venda de produtos variados e das casas de fazenda. Um pouco mais lento foi na zona operária do matadouro, onde a fonte aponta o

¹⁴⁷ O prédio do “Bodegão” existe até hoje, embora descaracterizado. Lá há um grande quadro de ladrilhos que remete aos tempos áureos da pecuária santa-cruzeense.

acréscimo de um estabelecimento comercial: manteve as 4 tabernas e passou a ter 3 açougues no lugar das 2 casas de pasto.

Observamos que em 1870 e 1880 a proposta liberal de modernizar e civilizar foi posta em prática em Santa Cruz. Esta foi uma região de produção rural importante para a Corte, devido a sua expressiva produção agrícola, pecuarista, industrial e manufatureira. Sua construção territorial, o trato como a escravaria, seu índice populacional, a relação entre o público e o privado no espaço fazenda e curato fez de Santa Cruz um espaço social rural com elementos peculiares que a destacam das demais freguesias rurais.

Assim como as demais regiões do sertão, Santa Cruz manteve sua atividade econômica vinculada à produção agrícola e pecuária e experimentou com a inserção de elementos da urbanização (a indústria e o trem) a transformação da sua estrutura socioeconômica, física e populacional.

Outra particularidade de Santa Cruz estava relacionada à sua formação inicial como núcleo produtivo jesuíta e que serviu de modelo para a administração dos recursos da propriedade e no trato para com os escravizados. O ensino de ofícios como a *Escola de Música*, a catequese e o ensino rudimentar das letras deram início a formação de um legado cultural relacionado a uma formação moralizante e disciplinar que visava o controle, a ordem e a formação de mão de obra especializada.

A partir dessa análise sobre o cenário socioeconômico e urbanístico de Santa Cruz, abordamos no próximo capítulo aspectos do processo de escolarização, buscando investigar os dilemas e estratégias relacionadas à instrução, a qual esteve inserida dentro de um contexto socioeconômico onde a formação profissional e moral foram pertinentes para a construção do Estado civilizado.

4 ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO: A EXPANSÃO ESCOLAR EM SANTA CRUZ

Nos capítulos anteriores levantamos considerações a respeito da formação das freguesias rurais da Corte Imperial e analisamos a diversidade socioeconômica e demográfica os projetos civilizadores e as experiências escolares projetadas para esse espaço plural. Neste ponto da investigação, olharemos para Santa Cruz focando nos aspectos do seu processo de escolarização.

Antes, foi importante entender o sertão a partir de sua conjuntura socioeconômica, como espaço rural específico inserido num espaço rural mais amplo, com suas relações de interdependência interna (com as demais regiões) e externa (com o centro urbano da capital do país). Compreendemos o sertão como um espaço periférico que passou por um processo gradativo de transformação devido objetivos políticos de desenvolvimento econômico, urbanístico e cultural da Corte Imperial. Neste capítulo, interessa-nos investigar a região do curato de Santa Cruz analisando suas práticas e estratégias aplicadas pelos sujeitos das esferas pública e privada no processo de escolarização local.

Apresentamos na introdução da dissertação fragmentos da narrativa da cerimônia solene de inauguração da *Escola de Santa Isabel*. Demos destaque ao discurso do Dr. Manoel Luiz de Moura, presidente da Comissão de Instrução da Câmara Municipal, que segue abaixo com mais detalhes:

Por dois meios procurou a camara commemorar o faustoso anniversario da herdeira das eximias virtudes da nossa excelsa Imperatriz: a fundação de uma escola e a entrega de 60 cartas de liberdade hontem effectuada pela mesma sereníssima Princesas, no paço municipal. Bem saliente é a analogia destes meios e admirável é a harmonia entre e as philanthropicas inclinações da preclara senhora [...].

E saliento a analogia porque se libertar escravo é despedaçar os grillhões que lhes arroxevão os braços, educar crianças é liberta-las de um captiveiro quiçá mais pesado e funesto - o captiveiro da ignorância; admirável é a harmonia entre taes meios e as magnânimas tendências de Sua Alteza, porque em sua mão angélica foram partidas em 1871 as ferreas algemas que devião manietar uma geração inteira de infelizes [...] (JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed.00222(4), p. 4, grifo nosso).

Manoel Luiz de Moura associou o ato de libertação jurídica da condição de escravidão à libertação da ignorância do analfabetismo. Na conjuntura sociopolítica e pré-abolicionista, as duas questões colocadas se apresentavam para determinada parcela da sociedade como problemas sociais que precisavam ser urgentemente solucionados, pois traziam uma marca de vergonha e retratava o atraso civilizatório do Império Brasileiro (ALONSO, 2015; CARVALHO, 2010; MATINEZ, 1997, RIZZINI; SCHUELER, 2017).

A fala do camarário se somava a outras vozes que nas décadas de 1870 e 1880 debatiam o fim da escravidão e criticavam, em espaços políticos como a Câmara Municipal e nos periódicos, as deficiências do Estado para com a escolarização na Corte. Alambary Luz, delegado da instrução em Paquetá, em seu artigo na revista *A Instrução Pública* defendeu que o desenvolvimento do ensino escolar estava diretamente relacionado, dentre outras questões, ao “recrudescimento dos debates sobre a escravidão” (SCHUELER, 2018, p.18). Portanto, nada mais simbólico do que trazer o tema da liberdade para a inauguração de uma escola em uma região que outrora concentrou grande população de escravizados na Corte. Santa Cruz era uma referência de liberdade pelo fato de ter abolido a mão de obra forçada dos “escravos da nação” e ter integrado tais indivíduos a sua estrutura social, inclusive a escola.

Em Santa Cruz, como vimos, desde os tempos coloniais, houve o emprego de práticas educativas a fim de promover o ensino rudimentar da leitura, escrita e a moral através da catequese e de ensino de ofícios para os escravizados (ENGEMANN, 2002). Tais experiências constituíram-se em um meio informal de instrução voltada para a adequação moral e civilizatória. Como apontaram alguns estudos, tinham como fim manter o controle e a ordem na propriedade e obter maior ganho econômico com a mão de obra mais qualificada (ENGEMANN, 2002, ROCHA, 2012).

Não obstante, constatar a relevância de tais práticas, interessa-nos refletir acerca do processo de escolarização formal no curato e suas condições entre os anos de 1870 a 1889. Construimos, assim, alguns questionamentos: Como o processo de escolarização do Estado Imperial foi posto em prática nesse lugar? Quais suas especificidades? Como se estabeleceu a relação entre público e privado, tão preponderante nas demais regiões da Corte? Como a sociedade local se posicionou frente ao direito à instrução?

Buscando respostas sobre tais questionamentos, investigamos a dinâmica da distribuição das escolas a partir de sua localização, a estrutura física, o público que atendia, sua condição (pública ou privada), o tipo de ensino (elementar ou de ofício) e as relações sociais entre os sujeitos construídas a partir de espaço escolar.

4.1 As escolas públicas primárias de Santa Cruz

O memorialista Benedicto Freitas descreveu que no terreno do antigo convento dos Jesuítas eram ministradas “aulas de primeiras letras” para meninos “todos os dias de sete às doze horas” pelo escriturário da Imperial Fazenda de Santa Cruz em 1835. Eram feitos “exercícios de ditado” e “lições de taboada,” “dada em voz alta e os alunos em berreiro

repetido”. Em 1836 o professor precisou ser afastado por motivo de moléstia, mas D. Pedro I solicitou ao administrador da fazenda que continuasse a pagar a “esmola”¹⁴⁸ ao professor adoentado (FREITAS, 1987, p.614-615). A prática escolar descrita por Benedito Freitas tinha dias, horário e lugar específico, mas não era ministrada por um professor de carreira ou com formação específica. Também não havia um currículo escolar organizado, mas como definiu Cardoso (2013, p.201), “a escola era uma unidade de ensino com um professor” e não havia a necessidade de existir num prédio próprio para que as aulas ocorressem. Essas características (prédio escolar próprio, profissionalização do magistério, currículo escolar oficial) se tornarão, na verdade, comuns gradativamente no decorrer do processo de escolarização ao longo do século XIX.

Em busca de mais detalhes sobre as experiências educacionais em Santa Cruz, procuramos pistas nos *Relatórios do Ministro dos Negócios do Império* dos anos de 1830, porém, o documento não discrimina o quantitativo de escolas ou a localização destas na Corte. Mediante a ausência de informação, buscamos por ocorrências nas primeiras edições do *Almanak Laemmert*, a partir do ano de 1844. Nela há uma relação de instituições por freguesias, contudo, não há menção sobre as escolas dos distritos rurais, o que não necessariamente indica a ausência da instrução pública e privada nesses lugares¹⁴⁹.

O cenário se constituiu de significativa ausência de fontes e dados sobre a escola mencionada por Benedito Freitas e outras possíveis experiências semelhantes daquele período. Em um ofício datado de 19 de julho de 1855, Joaquim Bandeira de Gouvêa, subdelegado do curato, deu ciência ao chefe de polícia da Corte que há “quase 16 anos” havia uma escola de instrução primária do gênero masculino em funcionamento em Santa Cruz (AGCRJ, código, 11.3.38, p.62). Tal pista indica que a primeira escola pública pode ter sido criada em 1839 ou 1840. No *Jornal do Commercio* de 1842 cita a publicação do ministério dos Negócios do Império dando ciência pública que no dia 25 de abril de 1842 fora nomeado o professor João Antunes da Costa e Silva para ocupar a “cadeira de primeiras letras [de meninos] do curato de Santa Cruz” (JORNAL DO COMMERCIO, 1842, ed.00160, p.1). Há uma forte indicação que a escola assumida pelo professor João Antunes não foi uma continuação daquela de 1835, que provavelmente foi extinta.

¹⁴⁸ A palavra esmola não é entendida nesse contexto como algo pejorativo, mas como pagamento por reconhecimento pelos serviços realizados outrora. (FREITAS, 1987, p.615).

¹⁴⁹ Em outra edição do *Jornal do Commercio* em 17 de Junho de 1842 há a informação da nomeação de um professor para a cadeira de Jacarepaguá (JORNAL DO COMÉRCIO, 1842, ed.00160 p. 1).

A *Escola Pública do Sexo Masculino do Curato de Santa Cruz*¹⁵⁰ que aparece nas fontes funcionava como externato promovendo o ensino de primeiras letras. Ficava situada em uma casa alugada da Imperial Fazenda, no centro do povoado, na Rua Príncipe do Grão Pará, n. 1¹⁵¹(RELATÓRIO DE ESTADO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA, 1884, p.4). Segundo a descrição de Pedro Fiel Monteiro Bittencourt, delegado da instrução de Santa Cruz, a casa era de pequenas dimensões, porém, “suficiente” para a quantidade de alunos que a frequentava, sendo todos eles moradores da “Imperial Fazenda” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1873, p.11). Em 1870 o curato contava com oito quarteirões administrativos¹⁵², os três primeiros eram nomeados de “Imperial Fazenda” ou “Fazenda” e delimitavam o espaço central do curato. O primeiro quarteirão correspondia o Largo do Imperador, onde ficava o Paço Imperial e os prédios e senzalas que ficavam a sua frente, local também era chamado de povoado de Santa Cruz, o segundo quarteirão correspondia a Rua do Comércio, “principal via de então” por concentrar os estabelecimentos comerciais e era adjacente ao Paço, segundo Freitas (1987,p. 495) e o terceiro quarteirão era a Rua Manoel José, uma das mais antigas ruas e que dava acesso ao morro do Mirante. Assim quem morasse nessas localidades era identificado como morador da “Imperial Fazenda”. Logo o fato da instituição estar localizada no centro do povoado e receber apenas os meninos que moravam na “Imperial Fazenda”, pode evidenciar que os das localidades periféricas continuaram sem acesso a instrução.

Mesmo com poucas fontes que descrevem o quantitativo de matrícula e frequência foi possível montar um quadro comparativo e dele obter algumas pistas sobre o fluxo de alunos na escola, o que nos ajuda a entender a existência de uma possível demanda escolar.

¹⁵⁰ Dependendo da fonte a nomenclatura da escola era alterada. Ela foi nomeada *Escola Pública do sexo masculino do Curato de Santa Cruz* e *Escola de Primeiras Letras do Curato de Santa Cruz*. Para manter o padrão empregaremos a primeira nomenclatura, a mesma usada nos mapas de matrícula de 1868 e 1877, elaborados pelo professor público José Marciano de Carvalho (AGCRJ, código 11.1.38).

¹⁵¹ Segundo Freitas (1987,p. 533) a rua Príncipe do Grão- Pará antes era um terreno intramuros do Paço Imperial. A rua tem início no Largo do Imperador e se estende a oeste do Paço. Atualmente é a Rua Francisco Belizário. Pelo fato da escola funcionar na casa n.1, logo ela ficava ao lado do Palacete, no centro do curato.

¹⁵² Quarteirões: 1º Imperial Fazenda (povoado da Fazenda); 2º Imperial Fazenda (Rua do Comércio); 3º Imperial Fazenda (Rua do Manoel José); 4º Morro do Ar, 5º Curral Falso/ Rumo; 6º Sepetiba, 7º Canhangá / Piahy; 8º Cantagalo. A localização foi obtida a partir do cruzamento de três fontes, o periódico *Diário do Rio de Janeiro* de 1876 e o *Almanak Laemmert* de 1873; 1880; 1882 (p. 350; p.470; p.1640) e um abaixo assinado de 1884(AGCRJ, 12.1.2, p. 64).

Quadro 6 - Comparativo de matrículas da Escola Pública do Sexo Masculino do Curato de Santa Cruz (1851-1877)

Ano	Idade
1851	21 alunos
1858	39 alunos
1860	26 alunos
1868	35 alunos (3 abaixo de 7 anos, 24 abaixo de 14 anos e 8 entre 14 e 15 anos)
1870	18 alunos
1871	15 alunos (1 abaixo de 7 anos, 14 abaixo de 14 anos)
1872 e 1873	49 alunos
1875	25 alunos
1877	27 alunos (abaixo de 14 anos)

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO, 1842, ed.000160, p.1 ; RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1858; 1860; 1870; 1871; 1872; 1873; 1875; AGCRJ, códice 11.1.38. (Autoria nossa, elaborado a partir de dados das fontes citadas).

Os dados indicam que havia uma média de 20 a 30 alunos inscritos entre os anos de 1850 e 1860, havendo em 1870 grande oscilação das matrículas¹⁵³. Acreditamos que o acréscimo de inscrição em 1872 pode estar relacionado à Lei do Ventre Livre e a alforria dos escravizados de posse da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Os dados indicam uma descontinuidade do ensino e irregularidade na manutenção de alunos na escola. Uma vez que esses eram classificados em 5 graus de nível de instrução, verificados anualmente, o que remete que cada aluno ficava no mínimo por 5 anos na escola.

Nem sempre o número de matrícula mostra a realidade da evasão escolar, para termos uma maior noção precisamos observar a média de frequência. Nos mapas nominais¹⁵⁴ de 1868 consta que dos 35 alunos, 17 tiveram entre 24 e 42 faltas no trimestre e 15 entre 3 a 13 faltas, 1 morreu e outro foi transferido para Corte. Isso aponta para um elevado índice de inconstância nos alunos na escola. O mapa de 1877 aponta que um dos motivos para as ausências se deu por motivos de saúde, pois dos 27 alunos registrados, 25 possuem faltas por doença¹⁵⁵. Esses dados associados ao quadro corroboram para indicar que havia uma descontinuidade no processo de formação dos alunos, resultado tanto das faltas recorrentes como de abandono.

O quadro de matrícula indicou a presença de alunos a baixo de 7 anos a 15 anos, lembrando que o regulamento de instrução primária e secundário para o Município da Corte

¹⁵³ Lamentamos não obter a quantificação para os outros anos, pois os relatórios da IGIPSC no final de 1870 e nos anos de 1880 não apresentam detalhadamente os dados estatísticos.

¹⁵⁴ Os mapas eram documentos produzidos pelos professores e eram registrados nos livros de matrículas. Nestes livros eram anotadas as frequências, os nomes dos alunos, faltas e desempenho. A partir desses eram elaborados os relatórios para os delegados de instrução com a taxa de matrícula e frequência. Os relatórios eram encaminhados para a IGIPSC onde eram elaborados os mapas estatísticos com o fim de representar a distribuição das escolas e matrículas pela Corte (RIZZINI; SCHUELER, 2017).

¹⁵⁵ A fonte não descreve a quantidade de falta de cada aluno.

de 1854 determinava que a idade escolar obrigatória era a partir dos 7 anos, não admitido idades abaixo de 5 e acima de 15 em instituições de ensino primário (BRASIL, 1854).

Segundo Schueler (2018, p.22), era recorrente nos documentos com dados estatísticos de escolas, professores e alunos remetidos à IGIPSC e mesmo no processo de fiscalização das instituições públicas e privadas: falhas, inconsistências e números ausentes ou incompletos. Essa questão é discutida por Borges e Vidal (2016), que afirmam que as irregularidades relacionadas aos dados estatístico de frequência e matrícula, informados nos mapas de matrícula, era um prática de alguns professores para evitar o fechamento das escolas, algo que em certa media poderia contribuir para a manutenção da escola, contudo, quando a Inspeção Geral descobria a fraude, medidas eram tomadas. Essa situação ocorria tanto nas escolas das freguesias rurais quanto as urbanas, como aponta a pesquisa de Angélica Borges (2008). No caso de Santa Cruz, os mapas que constam a idade dos alunos estavam dentro do padrão estabelecido no regulamento, como apontam as fontes.

O Decreto 1.331-A, de 17 de fevereiro de 1854 que regulava a instrução primária e secundária da corte, o Art. 69 determinava a proibição da matrícula e frequência de crianças sem vacina, portadora de moléstias contagiosas e em condição de escravidão (BRASIL, 1854). A partir do momento que o indivíduo escravizado passava à condição jurídica de liberto não estava mais impedido legalmente de frequentar escolar, todavia, era necessário que estivesse em idade escolar e sem moléstias, para ser matriculado em uma escola primária e se adulto nas aulas noturnas. Neste sentido, encontramos filhos ou tutelados de ex-escravos da nação nos mapas de matrícula de 1868 e de 1877. Foi o caso da “preta forra” Maria d’Aleluia e do “preto forro” João Nascimento, Joaquim d’ Aleluia e Calixto Xavier.

Através do cruzamento dos registros paroquiais de batismo do curato de Santa Cruz (1823-1875) e dos mapas de matrícula de 31 de março de 1868 e de 30 de setembro de 1877 obtivemos pistas sobre esses ex-escravos. Eles pertenceram a Imperial Fazenda de Santa Cruz, tendo sido alforriados antes de 28 de setembro de 1871. Uma das características que apontavam para a condição de libertos era o sobrenome já que a maioria dos ex-escravos presentes nos registros paroquiais analisados ou não tinha um sobrenome ou tinha apenas um. Segundo Mariléia Cruz (2011), era comum o escravizado ter apenas o prenome ou herdar o sobrenome do seu senhor.

No caso da Maria d’Aleluia, havia dezesseis entradas nos registros paroquiais de batismo com o mesmo nome: seis como mãe de filhos ilegítimos, ou seja, sem pai e em dez

como madrinha de filhos de escravizados da Imperial Fazenda¹⁵⁶. Embora o nome seja muito comum, todas as Marias d'Aleluia que encontramos são identificadas como “forras” a partir de 1855, o que é um forte indicativo de que pode ser que todas ou a maioria das entradas correspondessem à mesma pessoa (REGISTRO DE BASTISMO, Ap.225). Nas listas de matrícula Maria A'leluia aparece na coluna ‘pai/responsável’ em 1868 por Arsírio Joaquim Magdalino de 15 anos e em 1877 por Francisco Fernandes de 8 anos. O primeiro é identificado pelo professor João Marciano como aluno de “muita inteligência e muita moralidade” e o segundo com pouca inteligência, aplicação e boa moralidade (AGCRJ, código 15.2.5, 1868; código 11.1.38, 1877).

Outro membro da família d'Aleluia foi Joaquim, casado com Laura Fernandes. Esse aparece nos registros paroquiais de batismo com um filho chamado Carlos e no mapa é “pai/responsável” por Horácio Fernandes de 12 anos. Mudar o nome era um hábito, especialmente para os escravizados que faziam isso como estratégia para não serem identificado quando fugiam (SILVA, 2018).

Embora houvesse os registros paroquiais, que se constituíam como documentos “oficiais”, era impossível manter o controle sobre a identidade das pessoas, livres ou cativas. Ressaltamos esses sujeitos, pois no caso do filho de Joaquim d'Aleluia (Carlos / Horário) as pistas nos levam a acreditar que houve a mudança de nome. Sobre a condição de Joaquim entendemos que foi escravizado devido a seu vínculo de apadrinhamento com os cativos Eurário Fernandes (provavelmente parente da esposa) e Virgulina (sem sobrenome). Ambos são padrinhos de Carlos / Horário. (REGISTRO DE BATISMO, Ap.225).

Em 1868 houve o caso de João Nascimento, identificado nos registros paroquiais de batismo como “preto forro da nação” e casado “com a preta forra da nação” Angélica de Jesus (REGISTRO DE BATISMO, Ap.225). No mapa de matrícula João Nascimento aparece em duas entradas como “pai/responsável” por João e Pedro Nascimento, de 15 e 14 anos respectivamente. Em suas anotações o professor sinalizava que os alunos eram “muito inteligentes e aplicados” (AGCRJ, código 15.2.5, s/p).

¹⁵⁶ Segundo João Fragoso (2010), o compadrio era uma estratégia comum usado em sociedades rurais do Antigo Regime para a formação de redes de alianças e de parentesco fictício, as quais incluíam famílias de escravos, livres e forros. A “teia de relações” era construída através de rito religioso do batismo. Era prática comum que famílias solitárias escolhessem pessoas de referencia no conjunto social para serem padrinhos de seus filhos. Com isso é recorrente encontrar membros de determinadas famílias como padrinhos de muitas crianças. Em Santa Cruz a família Cancio Pontes foi uma dessas. Todavia, como aponta Fragoso há também casos de alforriados e escravizados que por pertencem a elite da senzala tinha uma ampla rede de compadrio. No caso de Maria d'Aleluia, vemos que ela correspondia às características apontada por Fragoso, devido à quantidade de vezes que é registrada com madrinha de escravizados.

Calisto Xavier, em 1843 e 1849, aparece no registro de batismo como escravo, casado com a liberta Maria da Conceição e com dois filhos, Joaquim e José. (REGISTO DE BATISMO, Ap.225). A família era natural da Imperial Fazenda. Em uma fonte de 1876 identifica Calisto como filho de Maria Xavier (sem registro do nome do pai), barbeiro e que sabia ler (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1876, ed.000172(1) p.3 e 4). No mapa de matrícula de 1868 o nome de Calisto Xavier estava vinculado com “pai ou encarregado” do aluno João Xavier de Castro de 15 anos, cuja indicação era de “pouca aplicação e moralidade regular” (AGCRJ, código 15.2.1, s/p). Nesse caso apresenta-se uma família de libertos, cujo pai tinha um ofício e junto com o filho teve acesso ao letramento.

Uma questão que nos chama a atenção é que a maioria dos alunos vinculados a pessoas próximas a libertos tinham entre 14 e 15 anos, diferente da média da turma, cuja idade era entre 9 ou 10 anos. Isso pode indicar um atraso dos libertos para iniciarem seu processo de escolarização devido a sua antiga condição jurídica que os proibia de frequentar a escola. Ao mesmo tempo, isso pode demonstrar a diversidade de sujeitos que compunham o público escolar em Santa Cruz.

Kátia Lopes (2012) mostra que na Corte houve escravizados que tiveram acesso aos hábitos de leitura e escrita mesmo com a proibição do Decreto de 1.311-A de 1854, pois a instrução era tida como um dos caminhos para obtenção e manutenção da liberdade¹⁵⁷. Ademais, era uma forma de obter melhores ganhos e se destacar perante os demais libertos e escravos de ganho. Observamos que em Santa Cruz foram criados mecanismo para estimular os libertos da Imperial Fazenda a buscar a escolarização.

No *Relatório do Ministro dos Negócios do Império* de 1872 consta que o professor João Marciano foi convocado a apresentar um parecer com sua opinião sobre o ensino público (em resposta a Circular de 13 de julho de 1872 emitida pela IGIPSC). Em sua explanação argumentou que se encontrava por demais atarefado com o “recenseamento e com o ensino dos libertos da Imperial Fazenda de Santa Cruz” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1872, anexo 4, p.7). A fala poderia indicar que a instrução dos libertos também ocorria em horário diferente das aulas públicas.

Em 1871 toda a escravaria de posse da Imperial Fazenda fora alforriada. Era necessário promover a formação letrada dessa população que, agora, na condição de livre, não tinha maiores impedimentos de frequentar legalmente a escola. Como aponta Schueler (2018)

¹⁵⁷ Além de Kátia Lopes (2012) há estudos como de Alexandra Silva (2018), Eduardo Paiva (2006) que analisam a existência de escravizados sendo alfabetizados em escolas e as estratégias desses indivíduos para obtenção do saber ler e escrever no século XIX.

havia a preocupação com o “Batismo da Instrução” não apenas para moralizar e civilizar, mas para potencializar o trabalho da mão de obra. O ensino das crianças libertas se tornou uma problemática num episódio em 1885 quando estas foram acusadas por Antonio Henrique de Miranda Rego, superintendente geral da Imperial Fazenda, de vadiagem, gatunagem e vício em jogos devido ao fato de não terem um ofício. A solução apontada foi à utilização da matrícula compulsória dos indivíduos na escola (BEAKLINI, 2013, p. 101).

A preocupação com a instrução dos libertos em Santa Cruz se apresentou não apenas com as aulas do professor João Marciano de Carvalho. Ofícios do mordomo mor da Casa Imperial, Antonio Henrique de Miranda Rego, ao chefe de almoxarifado e ao professor da *Escola da Quinta*, João Sabino, constam o encaminhamento no ano de 1871 de um grupo de menores libertos da Imperial Fazenda de Santa Cruz para a Quinta da Boa Vista. O documento recomendava que os mesmos recebessem “educação análoga à posição que tem de tomar na sociedade como homens livres e que os habilitassem a exercer os empregos, mecânicos” (AN, códice 0.0.1,v.15, p.56). Os menores seriam alocados em casas, receberiam roupas e calçados e pagamento pelo trabalho de serventes ou pedreiros ou carpinteiros:

[...]faça matriculas na aula noturna estabelecida por S. M. o Imperador n’esta Imperial Quinta onde eles poderão não só aprender a ler, escrever e contar e também receberam educação religiosa, aprendendo a doutrina cristã, para que o respectivo Professor destinará as noites de sábado, devendo n’esta parte ser coadjuvados pelo Reverendo Padre Capelão da mesma Quinta (AN, códice 0.0.1,v.15, p.56).

A fonte aponta que a necessidade de instruir os libertos ia além do saber ler e escrever, sendo importante também capacitá-los em um ofício para que servissem com a futura mão de obra qualificada para os serviços mecânicos especializados. Enquanto o saber das primeiras letras lhes daria a condição de se posicionarem na sociedade como pessoas emancipadas e ampliando seu direito de cidadania.

Outro público atendido pela *Escola Pública do Sexo Masculino do Curato de Santa Cruz* foi de alunos vinculados às famílias livres e filhos de empregados da fazenda, os quais representavam a maioria dos inscritos. No mapa de matrícula dos meninos do ano de 1868, cujo regente era o professor João Marciano de Carvalho, identificamos alguns filhos de empregados: quatro alunos membros da família Cancio Pontes, José¹⁵⁸ (15 anos), Antonio¹⁵⁹

¹⁵⁸ Podemos confirmar o vínculo de José como filho de Francisco Cancio com Domitila Rosa de Ponte devido o registro de óbito do mesmo aos 19 anos de febre amarela. (REGISTRO DE ÓBITO, 1872, Ap. 231, p.68). Quanto a Henrique e Gregório, estes foram arrolados na revista *Poliantéa de Santa Cruz* (1933, p.49) como filhos de Francisco.

¹⁵⁹ Antonio Cancio Pontes tornou-se capitão do Exército, durante a República foi nomeado capitão mor da Fazenda Nacional de Santa Cruz. devido a influência de sua família e os cargos que ocupou foi uma sujeito

(11), Henrique (5) e Gregório (6) Cancio Pontes); Antonio Francisco Barbosa Garcia¹⁶⁰ (13) filho Ignácio José Garcia, o superintendente da Imperial Fazenda; e João Garcia Godinho (12) filho do escrivão da Imperial Fazenda e juiz de paz José Feliciano Godinho. No mapa de matrícula de 1877 identificamos Valentim José das Chagas (10), filho de Severino Antonio Chagas, Agrimensor da Imperial Fazenda. Os quatro empregados da Imperial Fazenda são arrolados no relatório do *Diario do Rio de Janeiro* de 1876 e dizem saber ler.

A família Cancio Pontes tinha influência local e era natural de Santa Cruz (POLIANTÉA DE SANTA CRUZ, 1933, p.49). O patriarca da família foi o português Mathias Cancio Pontes casado com Joaquina Rosa de Meneses Pontes. Aquele foi agraciado pelo Imperador em 1862 com o título de “criado particular honorário de Sua Majestade” e tinha a função de encarregado da guarda Paço de Santa Cruz, além de ser segundo suplente do subdelegado (LAEMMERT, 1865; 1888). Seu filho, Francisco Cancio Pontes, acumulou funções de encarregado de jardim e horta da Imperial Fazenda, responsável pela agência dos correios, segundo suplente de subdelegado, o mais votado como juiz de paz em 1878, chefe de armazém e depósito, tesoureiro da Imperial Fazenda, membro escolhido para compor a comissão de arrolamento populacional da Câmara Municipal junto com o superintendente geral Saldanha da Gama e o escrivão José Feliciano Godinho em 1870 (O CRUZEIRO, 1878, ed.00219(1), p.2; LAEMMERT, 1865; 1867; 1868). Com tantas funções dentro desse pequeno espaço rural e tão próximo da autoridade do Imperador e de seus altos funcionários essa família conseguiu sua projeção local.

No mapa de matrícula nominal de 1877 o superintendente geral de Santa Cruz, o Marechal Justiniano Galdino da Silva Pimentel¹⁶¹ foi arrolado como “pai ou encarregado” dos alunos: Manoel Gonçalves dos Santos (11 anos), Manoel de Jesus Marques (10), João Maria da Conceição (10) e Florentino Ignácio da Conceição (7). A ausência da citação do nome do pai e da mãe pode sinalizar que estes poderiam ser jovens livres ou libertos na condição de desvalidos ou indigentes que residiam no curato e estavam sob a tutela do responsável pela Imperial Fazenda. O regulamento da instrução de 1854, no Art. 62 determinava que meninos “menores de 12 anos” indigentes em estado de pobreza e mendicância pelas ruas da Corte deveriam ser entregues aos asilos e, na falta deste, à responsabilidade dos párocos ou

influente na política local. Ele foi o único aluno da escola que podemos afirmar que continuou o estudo devido sua trajetória na vida militar e política.

¹⁶⁰ Devido o falecimento do pai em 1867, o aluno foi residir com a mãe e outra freguesia (AGCRJ, código 15.2.5).

¹⁶¹ O Marechal ficou dois anos a frente da Imperial Fazenda. O curto período foi em razão de seu falecimento. Enquanto esteve como superintendente geral fez obras de melhoramento urbanístico e sanitário como a reforma do Cemitério Público de Santa Cruz, onde também foi enterrado. Na *Imperial Fazenda de Santa Cruz*, “dedicou especial atenção a produção, para isso reformulou os transportes” (FREITAS, 1987, p.162).

professores para iniciarem seus estudos nas escolas públicas ou subvencionadas e depois seriam encaminhadas para a *Escola do Arsenal de Guerra*.

Havia o entendimento na época de que as crianças desvalidas e indigentes estavam sujeitas às mazelas e aos vícios, por isso era necessário regenerá-las via instrução (PIMENTEL, 2009). A Lei n.2040, de 28 de setembro de 1871, chamada de Lei do Ventre Livre determinava no Art.2º, Parágrafo 3º a obrigação dos sujeitos a submeterem “os menores”¹⁶² libertos a escolarização. Segundo Freitas (1987, p. 162), foi da autoria do superintendente geral a ideia de internação dos “memores-escravizados na Marinha ou Arsenal de Guerra, com o objetivo de ensina-los um ofício evitando uma vida de vadiagem”. Neste sentido, o ato de Justiniano Galdino ao se por como responsável pelos meninos estava de acordo com ordenamento jurídico garantindo a escolarização destes e combatendo o aumento crimes de vadiagem no curato.

Separamos nome e filiação de alunos vinculados às famílias livres que não eram empregados da fazenda.

Quadro 7 - Lista de alunos da escola pública de meninos (1868 e 1877)

Aluno e idade	Pai ou encarregado	Profissão
Cricendio Luis Ribeiro (10)	Pedro Luiz Ribeiro	Pedreiro
Balbino Alves Barreto (10)	Pedro Maria Barreto	Lavrador
Emiliano Martins de Oliveira (7)	Manoel Valentim d' Oliveira	Alfaiate
Eduardo Teixeira Pinto (10)	Francisco Teixeira Pinto	Artista ou Lavrador
João Gonçalves Gomes Viana (13)	Albina Gonçalves Vianna	-----

Fonte: AGCRJ,códices 15.2.5 ; 11.1.38; BN, DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1876,ed.00172(1),p.3 -4; REGISTRO DE BATISMO, Ap. 226; REGISTRO DE ÓBITO, Ap.231; LAEMMERT,1886, p.408. (Autoria nossa, elaborado a partir de dados das fontes citadas)

Havia dois “Francisco Teixeira Pinto”, um era artista e o outro lavrador. No caso de João Gonçalves Gomes Viana, ao cruzar os dados seu nome aparece com sujeito nascido em 24 de julho de 1864, filho de José Gonçalves Gomes Viana, português, dono de escravos, casado com Albina Assunção Gomes Viana e que faleceu em 1864 (REGISTRO DE BATISMO, Ap. 226; REGISTRO DE ÓBITO,Ap.231). Devido o falecimento do pai (no ano de seu nascimento), no mapa de matrícula consta no nome de Albina, como responsável pelo aluno. Com exceção dos dois últimos nomes todos os responsáveis informaram saber ler no Arrolamento de eleitores da paróquia em 1876 (DIARIO DO RIO DE JANEIRO,1876, ed.00172(1),p.3-4).

¹⁶² Segundo a mesma lei, dos menores eram os filhos das escravas nascidos a partir da data da lei (28 de setembro de 1871).

Estes exemplos indicam que a escola recebeu sujeitos de camadas sociais diferentes que moravam no centro da freguesia e que libertos e livres buscaram a escolarização. Para o liberto, o letramento representava um marca que o distinguia na sociedade. Saber ler e/ou escrever era importante e motivo de orgulho (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.223). Para os livres pobres era uma oportunidade de transformação social, a escola primária poderia ser a única etapa de escolarização de suas vidas, uma vez que o ensino elementar era entendido pelos políticos com a “instrução popular, o meio de educar e civilizar a camada popular” (MARTINEZ, 1997, p.16-17). Para grande parte dos filhos das camadas abastadas a escola primária era apenas uma etapa para o ensino secundário ou superior (CARVALHO, 2010).

Na questão da infraestrutura, a *Escola Pública do Sexo Masculino do Curato de Santa Cruz* possuía um dos mobiliários mais antigos e encontrava-se “arruinadíssimas” e era insuficiente, carecendo de uma “reforma radical” segundo o relatório do delegado da instrução, Pedro Fiel Monteiro Bittencourt (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1873, p. 23). Na escola não havia a taboleta com as armas do Império. Neste objeto estava gravado o nome da escola e com isso identificava a graduação da escola, a freguesia a qual pertencia e o público escolar pelo sexo (escola feminina ou masculina). A taboleta era o que distinguia uma residência familiar de uma casa escolar, um elemento emblemático que sinalizava para a sociedade a presença do Estado Imperial zelando pela educação e instrução da população local. A escola do curato recebeu a taboleta em 1875: dois anos após a queixa do delegado da instrução (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1875, p. 14).

É relevante analisar os professores que passaram pela escola, dando destaque àqueles referentes ao recorte de 1870 a 1889 e ao primeiro professor da instituição.

João Antunes da Costa e Silva foi nomeado professor após a demissão do cargo de pedagogo responsável pela instrução primária dos alunos do Arsenal de Guerra. Sua saída foi motivada após “dissabores” com Antonio João Rangel de Vasconcellos, o diretor da instituição (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1840, ed00019(1), p.2). Além de ser professor João Antunes ocupou outros cargos de prestígio em Santa Cruz: juiz de paz (1845) e suplente do subdelegado (1854) (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1845, ed06875(1) p.2; 1854, ed.00016(1), p. 2). Este ficou como professor do curato de 1842 a 1858¹⁶³, em seu lugar entrou o professor João da Matta Araujo (1858-1861), em seguida Antonio Cypriano de Figueiredo (1861-1862), depois João Marciano de Carvalho (1862-1884) e por último

¹⁶³ Em 1858 foi removido para a Escola Pública de Meninos de Santana, em 1861 para a da Glória e faleceu em 06 de março de 1863 (LEMOS, 2011 , anexo 1, s/p.).

Josephina Medina Coeli Barbosa (1884-1889). Durante o ano de 1885, José Bernardino Fernandes assumiu a cadeira de adjunto interinamente.

O correu um fato curioso relativo à nomeação do segundo, terceiro e quatro professores. Os três se candidataram em 1858 ao concurso público pela cadeira da segunda escola de meninos da Ilha do Governador. O aprovado foi João Marciano de Carvalho, enquanto João da Matta foi encaminhado para a cadeira vaga de Santa Cruz. O fato interessante foi o rodízio que ocorreu entre tais professores. Em 1861, Antonio Cypriano esteve como professor da primeira escola da Ilha do Governador e no mesmo ano permutou com João da Matta Araujo e foi para Santa Cruz (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1861, p.7) e em 1862 Antônio Cypriano pediu exoneração. O inspetor geral da IGIPSC no relatório de 1862 registrou o comparecimento de dois candidatos, mas ambos foram considerados “de insuficiência habilitação”, com isso, o mestre-escola João Marciano foi “removido a pedido” da Ilha do Governador para Santa Cruz, onde ficou por mais de vinte anos (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1862, p.14).

Segundo o regulamento da instrução de 1854, nas escolas públicas a rotatividade era permitida e o deslocamento entre professores ocorria mediante autorização do inspetor da IGIPSC que oficializava a prática em decreto, este era publicado no *Relatório do Ministro dos Negócios do Império* e anunciado em jornais. Apesar desse trâmite legal nem todas as transferências constam no relatório ministerial e os que constam nem sempre é especificada a motivação com é o caso desses três professores.

Os dados levantamentos por Borges (2008, p.232-235) sobre a movimentação de professores das escolas públicas de 1854 a 1865 demonstram que a maioria dos professores foi removido mais de uma vez e que poucos se mantiveram na sua escola de origem até ser jubilado. Isso significava que a rotatividade era uma prática comum entre os professores públicos, como expõe Borges (2008).

João Marciano de Carvalho antes de ser professor público em 1850 tinha uma escola particular de primeiras letras na província do Rio de Janeiro (LAEMMERT, 1850, p.139). No arrolamento populacional de 1876, ele foi identificado como filho de Fortunato de Avellar e Maria Joaquina, solteiro, com a idade de 58 anos com o rendimento de 1.500\$000 réis o que o colocava na lista de eleitores do curato (DIARIO DE RIO DE JANEIRO, 1876, ed.00172(1), p.3). No mapa de matricula de 1868 aparece como pai ou responsável de Saturnino José

Ferreiro¹⁶⁴ de 12 anos de idade, o qual era apontado como aluno com “ótimo” desempenho e por isso monitor de classe¹⁶⁵ (AGCRJ, código 15.2.5. s/p).

Assim como João Marciano, João Antunes ocupou cargos relevantes em Santa Cruz o que possivelmente deve ter contribuído para perpetuar seu longo período na localidade. Desde que João Marciano chegara ao curato foi um dos cinco catalogados como aptos a participar das eleições para deputado e senador devido a sua renda, junto com o superintendente geral e demais empregado da Imperial Fazenda e da municipalidade¹⁶⁶, e também foi terceiro suplente do subdelegado por vários anos. Em 12 de maio de 1856, foi elevado ao cargo de subdelegado de instrução em Santa Cruz (AGCRJ, código 11.1.38, p. 81).

O delegado Souza Bandeira ao criticar o salário dos professores pontuou que o trabalho do mestre escola era “fadigante e prolongado, obrigando-o a seis horas de trabalho diário e exigia vocação e estudo constante” o que “inutilizava” sua dedicação a outras funções, proibidas pelo regulamento da instrução de 1854, que censurava tanto serviços na área comercial quanto industrial (RELATÓRIO DE MINISTRO DO IMPÉRIO, 1883, p.26). Entretanto, o que as fontes mostram é que referente à Santa Cruz os professores públicos exerceram outras funções e cargos, os quais se não envolvessem ganhos pecuniários, poderiam ser revertidos em outros tipos de ganhos que aumentasse seu capital social e ampliasse sua rede de sociabilidade junto às famílias do poder local.

O cargo de professor já os colocava em contato direto com as famílias de nome de prestígio. Além da família Cancio Pontes havia a de Ignácio José Garcia, indivíduo que gozava de boas relações com altos funcionários do poder central e que além de ocupar o maior cargo hierárquico da fazenda, ainda buscou ocupar todos os cargos do poder local em Santa Cruz. Como disse João Batista da Silva em coluna ao *Jornal do Commercio*: “O Sr. Dr. Ignácio José Garcia que é tudo no Curato de Santa Cruz, inclusive subdelegado de polícia, [apresentou-se] candidato a juizado de paz e a vereador da Câmara Municipal da Corte” (JORNAL DO COMMERCIO, 1864, ed.00205(1), p.3).

Ignácio José Garcia também foi acusado de usar o cargo de superintendente geral para praticar “abusos e arbitrariedades” (O CLAMOR PÚBLICO, 1860, ed0002, p.3). Freitas (1987, p.188) aponta que durante a administração de Ignácio Garcia, a “a instrução pública masculina do Curato[...] não merece mais as atenções de outrora[...]apesar dos esforços do

¹⁶⁴ Não foi possível identificar a origem do indivíduo. Não há entradas com esse nome nos registros de batismo e nem de óbito em Santa Cruz.

¹⁶⁵ Segundo Schueler (2014, p.240), o aluno monitor auxiliava os outros no processo de aprendizagem. Estes se tornavam adjuntos nas escolas públicas. Para ser monitor tinha que ter bom desempenho.

¹⁶⁶ Nessa lista contava, Ignácio José Garcia (superintendente) José Feliciano Godinho, João Francisco da Rocha (empregados da fazenda) e Joaquim Alves da Luz (inspetor de quartelão).

seu digno professor, vítima das injustiças e contínuas calúnias”. A exposição de Freitas traz duas questões relevantes: uma aponta para a deficiência no serviço de delegado da instrução desempenhado por Garcia e a outra para a importância de estar com integrantes da rede de sociabilidade do superintendente geral, o que poderia inibir situações de perseguição com a narrada por Benedito Freitas. Sobre esta questão, Borges (2008, p.210), aponta uma possível rede de sociabilidade em Santa Cruz através da ligação do professor João Antunes com o Coronel Jacob Niemeyer, delegado de distrito.

A respeito da professora Josephina Medina Coeli Barbosa, identificamos alguns poucos dados: que foi casada com Arlindo Barbosa e não teve filhos. Antes de ser mestre da escola de meninos atuou com adjunta¹⁶⁷ na *Escola Pública de Sexo Feminino em Sepetiba* em 1878 e em 1884 foi nomeada professora pública da mesma instituição. Esta morreu em 1889, de acordo com um reclame na *Gazeta de Noticias* (GAZETA DE NOTICIAS, 1889, ed.00237(1) p.2).

Podemos observar que a *Escola Pública do Sexo Masculino do Curato de Santa Cruz* foi um importante centro de instrução no curato. Embora limitada ao centro do povoado, a escola atingiu diferentes grupos sociais servindo aos propósitos do Estado ao levar a instrução primária a crianças pobres. A escola também foi um mecanismo usado por professores, alunos e pais para consolidar e/ou ampliar seu papel social na sociedade santa-cruzense.

Além da escola para meninos o ministro dos Negócios do Império criou uma *Escola Pública do Sexo Feminino em Sepetiba*. O Decreto n. 4.624, de 7 de outubro de 1870, ampliou o número de escolas públicas na Corte em cumprimento ao Decreto 1.331 de 1854 que determinava que em cada freguesia houvesse no mínimo uma instituição de ensino para cada um dos sexos. Dessa forma, foi criada uma escola em Santa Cruz indo ao encontro das reivindicações dos moradores por mais escolas públicas no curato.

No centro do povoado exista uma instituição privada para meninas mantida na sede da Imperial Fazenda, assim a escola pública foi pensada para ser alocada em um lugar periférico, onde ainda não houvesse oferta de aulas. A partir daí começou uma disputa entre os moradores do quarteirão do Curral Falso e de Sepetiba para definir qual seria “a melhor localidade em que deveria ficar definitivamente” a escola (RELATÓRIO DO MINISTRO DO

¹⁶⁷ Os adjuntos eram professores auxiliares. Atuavam com classes onde o número de alunos era grande e na ausência do docente oficial eram nomeados para assumir a função interinamente. Seu tempo de serviço era por três anos na escola onde era alocado (SCHUELER, 2002). Segundo o Art.35 do regulamento da instrução de 1854, os professores adjuntos eram formados em uma classe composta por alunos do ensino público com idade superior a 12 anos, os quais tiveram bom desempenho os exames anuais, o seja, mostra saber o conteúdo, também tinha que provar ter bom procedimento, lê-se, boas recomendações e moralidade, e “mostrar ter propensão para o magistério” (BRASIL, 1854).

IMPÉRIO, 1871, p.19). A disputa foi travada por dois anos. Segundo dados do relatório do inspetor da IGIPSC de 1873, os moradores do Curral Falso entraram com uma representação para receber a sede da escola. Todavia, a Comissão que avaliou a questão determinou que a instituição ficasse em Sepetiba. A justificativa para a escolha foi que ambos os lugares careciam de escola, mas o povoado do litoral estava mais distante do centro do curato o que impossibilitava que suas crianças frequentassem a escola privada da Imperial Fazenda de Santa Cruz. Como solução para o problema do Curral Falso defendeu-se que a inspetor da IGIPSC deveria indicar “alguma [escolas] particular de meninas ao logar Curral Falso, que merecesse ser subvencionada, enquanto não fosse conhecida a necessidade de levantar ali escola pública” (A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1873, ed. 00008(1), p.63). Essa solução estava de acordo como o Art. 57 do documento anexo ao regulamento de 1854, o qual permita a subvenção de escola privadas em locais onde houvesse “pequena população, falta de recurso” ou “número insuficiente de alunos” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1881, anexo D, p.16).

Embora houvesse a sugestão da subvenção, no mesmo relatório o inspetor da IGIPSC reconheceu não haver instituições privadas na localidade a qual pudesse subvencionar. Assim a localidade ficou totalmente desassistida de estabelecimentos formais de instrução. Ao analisar o *Almanak Laemmert* vimos que havia o registro da existência de uma escola subvencionada, porém, esta informação pode ser equivocada (LAEMMERT, 1874, p.404), pois não há quaisquer registros de mapas de matrícula e nem vestígios nos relatórios da IGIPSC sobre a mesma.

Através dos abaixo assinados a população poderia interferir no processo de escolarização (GONDRA; SCHUELER, 2008), com isso, no dia 13 abril de 1884, os moradores encaminharam um abaixo assinado ao inspetor geral da IGIPSC pleiteando a criação de uma escola primária no lugar denominado “Rumo”¹⁶⁸ (AGCRJ, código 12.1.2, p. 61). Em 26 de maio de 1884, o delegado da instrução encaminhou à IGIPSC o quantitativo de crianças que moravam no Curral Falso, Canhangá e Cantagalo (respectivamente 5º, 7º e 8º quarteirões)(AGCRJ, código 12.1.2, p. 61) O mapa contabiliza 95 meninos (23 do Curral Falso, 29 de Canhangá e 43 de Cantagalo) e 63 meninas (17, 18 e 28), ao todo 158 crianças sem acesso ao espaço escolar (AGCRJ, código 12.1.2, p. 61). Segundo o delegado da Instrução Pública Domingos Lopes da Silva Araujo, a reivindicação se justificava, pois:

¹⁶⁸ O “Rumo” era um lugar próximo a Estrada-Geral, atual estrada de Sepetiba, próxima ao Curral Falso. Pelo “Rumo” seguindo uma linha reta se chegava a Sepetiba (LAEMMERT, 1886, p.406).

O número era mais que suficiente para autorizar a criação pedida [...] a distancia média desses quarteirões do centro povoado, onde existe a escola de meninos é [era] de cinco quilômetros, pouco mais ou menos, e maior ainda para Sepetiba, onde funcionam a 1ª escola de meninas e a subvencionada de meninos (AGCRJ, código 12.1.2, p. 61).

Em 22 de novembro de 1884, o subdelegado da instrução Francisco Cancio Pontes fez outro levantamento das crianças que residiam no 5º, 7º e 8º quarteirões a pedido do Domingos Lopes para ser encaminhado em 29 de novembro do mesmo ano ao inspetor geral da IGIPSC João Pedro Belfort Vieira. O documento mais uma vez evidencia que no dito lugar não havia escolas e que o número de crianças sem matrícula se mantinha: Curral Falso (40 crianças), Canhanga (47) e Cantagalo (71). Embora houvesse a demonstração da necessidade dos pleiteantes, ainda assim o pedido não foi atendido. Um dos motivos para a negativa poderia ser a possível indisponibilidade de prédios adequados para ser ocupado. Borges e Vidal (2016) apontam que a ausência de lugares para a instrução também era um fator que inibia a abertura de escolas. Outro motivo poderia ser o favorecimento de lugares com maiores demandas, como expõem Rizzini e Schueler (2017), o Estado dava preferência para alocar escolas públicas em lugares com índice populacional elevado e subvencionar escolas em lugares ditos com baixo índice populacional. Por fim podemos apontar a questão da hierarquização regional, o que favorecia localidades mais ao centro da Corte em detrimento de regiões do sertão, com apontou Mattos (1994).

Os três quarteirões eram áreas de lavradores que tinham rendimento anual de 200\$000 réis (DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1876, ed.00172(1) p.3-4) Com tal rendimento era difícil o pagamento de professores particulares ou de escola privada. Com isso, a formação escolar dependia do Estado via escola pública e subvenção ou de ações filantrópicas de indivíduos ou associações da Sociedade Civil. Embora houvesse a relação de dependência, os moradores das localidades periféricas do curato se colocavam na posição dos sujeitos de ação, ao lutar pela escolarização de seus filhos. Essa postura remete ao que Borges (2008, p.218) aponta como um processo de legitimação da instrução, onde as famílias passaram a reconhecer a relevância da escola para o local e buscaram a sua criação, abertura e manutenção e passaram interferindo diretamente em seu processo de organização.

Definida a questão do local, ainda precisava escolher a casa onde funcionaria a escola, mobiliá-la e a nomear a professora. Segundo o delegado da instrução Pedro Fiel Monteiro Bittencourt, a *Escola Pública do Sexo Feminino em Sepetiba* ficou “situada na praia desse nome [em uma] casa térrea [...] que reunia boas condições hygienicas e local conveniente a capacidade precisa para as alumnas que a ella concorressem” (RELATÓRIO DO MINISTRO

DO IMPÉRIO, 1873, p. 11). Diferente da descrição feita por ele sobre a escola de meninos que foi classificada como “pequena”, mas “suficiente”, para o delegado a de meninas apresentava pontos positivos. A boa condição de higiene sinalizava a preocupação urgente em oferecer um espaço escolar pensado a partir de padrões definidos pela ciência médica a qual nessa época, segundo Nunes (1995) também assumiu a função de moralizar e atuar sobre o bem estar social. Dessa forma, a “agenda médica” entrou na problemática educacional a fim de resolver um problema de ordem social, formando gerações com uma nova cultura no trato da higiene (GONDRA, 2000, p, 521). Não temos a descrição da casa, mas podemos especular que o fato de estar situada na praia, os ventos fortes da região proporcionava bom arejamento, o que pode ter levado o delegado a dizer que esta tinha “boas condições de higiene”.

Através do concurso para provimento a professora Polycena de Menezes Dias da Cruz Araujo¹⁶⁹ foi aprovada em 1870, mas só foi nomeada em 5 de janeiro de 1872 (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1872, p.61). Entretanto, a escolha do prédio apropriado, o atraso no fornecimento dos móveis e a enfermidade da professora tornaram o processo ainda mais demorado (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1872, p 13-14).

O Decreto 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854 autorizava a contratação de professor particular, dentro dos seguintes critérios:

Art.43 “em quanto não se organizar definitivamente a classe dos adjuntos, segundo o systema deste Regulamento e instrucção que devem ser dadas para seu desenvolvimento,o Governo poderá nomear, precedendo concurso, se assim o julgar convenientes, ouvido o Conselho Diretor, até o numero de 10 individuos de fora das escolas publicas, os quais se irão exercitando nesta pelo mesmo modo e com as mesmas obrigações e vantagens dos membros d’aquella classe (BRASIL, 1854).

Com a necessidade de colocar em funcionamento a escola de meninas de Sepetiba e a possibilidade de contratar uma professora particular, através do Aviso de 31 de junho de 1873, Dona Jesuína de Moura Malta da Silva Costa foi encarregada de assumir provisoriamente a cadeira de Sepetiba como 1º adjunta (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1873, p.49). Tal situação voltou a ocorrer em 21 de janeiro de 1874 diante dos impedimentos de Polycena de Menezes em assumir a função (AGCRJ, código 12.4.20, p.4).

¹⁶⁹ Polycena de Menezes Dias da Cruz Araujo, antes fora professora particular capacitada para exercer instrução pública, tendo sua habitação renovada em 1864 (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1864, p. 162) Sua primeira nomeação como professora pública foi para Santa Cruz (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1882, p.26). Isso demonstra que era uma profissional experiente quando foi nomeada para Santa Cruz. Casada com Alfredo Francisco de Araujo, faleceu em 1882, deixando filhos (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1882, ed. 00174,(1),p.4). Polycena Meneses Dias da Cruz pertencia à família do deputado pelo Município da Corte, Francisco de Meneses Dias da Cruz. Esse foi relevante no ambiente político e educacional. Além de ocupar cargo eletivo também foi médico, professor na Faculdade de Medicina a Corte e membro da Academia Imperial de Medicina. Seu vínculo com a educação também se deu por sua filiação como membro da Sociedade Amante da Instrução (BLAKE, 1889, v.3, p, 48).

Um novo concurso para provimento da escola de Sepetiba foi aberto em março de 1874. Nesse mesmo ano foi encaminhado ao inspetor geral da IGIPSC um pedido de Maira da Gloria Medina Coeli Mariz Sarmiento¹⁷⁰ para se inscrever no concurso para Santa Cruz. Uma segunda carta foi enviada, cujo remetente se identificava como “Desembargador”. Nesta carta eram apontadas as qualidades da candidata como o fato de ser neta do Coronel Francisco Coeli Medina e do General José Manoel de Mariz Sarmiento, além de ser moça de família de bom comportamento, honesta e de moralidade e fé. Ademais, a moça morava na freguesia do Engenho Velho (AGCRJ, código 12.4.20, p.32 e 33).

Naquele contexto, não bastava ao professor apenas ter conhecimento catedrático, era necessário atestar moralidade. De acordo com o regulamento da instrução de 1854, o candidato ao magistério público tinha que provar “maioridade legal, moralidade e capacidade profissional” (BRASIL, 1854). Segundo Fátima Nascimento e Aline Pascher (2018), havia um modelo ideal de magistério onde o professor (a) deveria apresentar-se como uma figura ilibada e imaculada, integrada, moralizada e para manter esse ideal o regulamento da instrução de 1854 traçava os limites dos atos que poderiam ser praticados pelo discente, submetendo-o a penas, como: perda do cargo, licença e salário se cometessem atos que fossem contra as regras. Assim sendo, entendemos o porquê da candidata tentar passar uma imagem de competência, civilidade, religiosidade e moralidade.

Em maio de 1875, D. Mathilde Carolina de Rocha foi nomeada para o cargo, mediante concurso (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1875, p.25). Em 30 de novembro de 1875, pediu trinta dias de licença para fins de saúde (A NAÇÃO, 1875, ed.00249(1) p.2)¹⁷¹. Um ano depois a mesma pediu transferência para a escola pública de São Cristovão. Em seu lugar, em 1878, entrou D. Mariana Angélica Loureiro Fernandes que além de professora do curato foi apontada como interina na 2ª cadeira da freguesia do Espírito Santo.

Em 12 de dezembro do mesmo ano, a professora foi o assunto de uma carta de pais e alunos de uma escola pública da freguesia do Espírito Santo, que fora destinada às autoridades da IGIPSC. Na carta havia a recomendação que D. Mariana Angélica fosse transferida para alguma escola da Corte, ou seja, na freguesia urbana, devido seu bom desempenho na escola do Espírito Santo (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1878, ed.00342(1) p.1). Esse tipo de manifestação feita por pais de alunos em favor de algum professor poderia servir como

¹⁷⁰ É possível que a pleiteante tenha algum grau de parentesco com João Pedro de Medina Coeli Mariz Sarmiento, professor nomeado em 1865 para a 1ª escola pública de Ilha do Governador e removido no mesmo ano para a 2ª cadeira pública masculina de São Cristovão (1865- 1866) (LEMOS, 2011, anexo1, s/p).

¹⁷¹ Existem periódicos com nomes semelhantes. Este a qual nos referimos no texto e o *A nação: jornal político, commercial e literário*, disponível para a consulta na Hemeroteca da Biblioteca Nacional onde constam os exemplares dos anos de 1872 a 1876.

comprovação da moralidade e isso era considerado pelo inspetor geral a título de avaliação dos mestres-escola (BORGES, 2008, p.218). Devido o falecimento da Gertrudes da Silva Cardoso, foi feita uma reestruturação de professores e Mariana Angélica foi transferida de Santa Cruz para a 2ª escola da freguesia urbana de São Cristovão, como pediram seus admiradores (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPERÍO, 1879, p. 33).

Com a cadeira vaga em Sepetiba foi expedido um Decreto em março de 1879 nomeado a adjunta D. Leobina Cardoso Rodrigues de Lima que só entrou em exercício em 1 de julho de 1880 (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPERÍO, 1879, p. 34; 1881, p. 3). Sua demora em assumir o cargo foi em virtude do tratamento de hepatite (AGCRJ, código 12.4.22, p.59) Esta foi uma professora com constantes problemas de saúde. Isso justificou o Estado a contratar uma profissional particular para a escola. Quem assumiu a função em 18 de maio de 1880 foi D. Castorina Carlota Guerra Bittencourt, esposa do ex-superintendente geral da Imperial Fazenda e ex-delegado da instrução Pedro Fiel Monteiro Bittencourt. Seu trabalho parece ter sido bem aceito pelos pais e alunos, já que foi publicado um abaixo assinado no *Jornal do Commercio* do dia 22 de maio de 1880, onde os pais agradeceram a manutenção de D. Castorina Bittencourt na escola.

Ao Ex^{mo} Sr. Barão Homem de Mello Digníssimo Ministro do Império
Os abaixo assinados cidadãos e chefes de família residentes no Curato de Santa Cruz não podiam nem deveriam furta-se ao imperioso mais grato dever de dirigir pela imprensa um sincero voto de reconhecimento e louvor ao Exmo. Sr. Homem de Mello, digno ministro do Imperio pelo acertado ato de mandar que continue no exercício de professora de Sepetiba, a Exma. Sra. D. Castorina Monteiro Bittencourt, distinta e virtuosa esposa do honrado Dr. Pedro Fiel Monteiro Bittencourt que tão bons serviços já há prestado a este curato. Nós particularmente, Exmo Sr. Pais de família, a quem mais de perto essa medida diz respeito é que justamente podemos avaliar de enormidade do benefício que V.Ex. acaba de praticar para com este Curato; portanto, estamos habituados a contemplar na Sra. Castorina mais do que uma professora – uma verdadeira mãe de nossas queridas filhas -, a par do muito zelo, dedicação e inteligência com que exerce as funções do seu sublime magistério[...] (JORNAL DO COMMERCIO, 1880,ed.00143(1) p.2).

Ao todo havia 23 assinaturas, todas de homens. Segundo o delegado da instrução, Conselheiro Antônio Henrique de Miranda Rego, no mesmo período a escola tinha 25 meninas matriculadas (AGCRJ, código 12.4.22, p.56). Mesmo com a aproximação entre os números, isso não quer dizer que de fato todos os abaixo assinantes eram pais de alunas, pois não podemos ignorar a possibilidade de haver entre eles moradores que simpatizavam com a causa. A ausência de mulheres abaixo assinantes no documento também é um ponto interessante. Na primeira linha do texto deixou-se claro ao leitor que se tratava de um documento redigido por “cidadão e chefes de família do Curato”. A palavra “cidadão” serve para dar valor e legitimidade ao tratar do assunto exposto perante uma autoridade do Estado.

O termo “chefe de família” atribuía peso moral ao comunicante dando a entender que as moças da escola pertenciam a famílias que se enquadravam dentro dos padrões religiosos, ou seja, não eram alunas filhas ilegítimas ou sem família.

Outra questão que podemos extrair do documento refere-se à alfabetização dos assinantes. Não se pode afirmar que todos eram alfabetizados, pois poderiam apenas saber escrever o nome ou terem solicitado para que outros assinassem por eles como aparece em outro abaixo assinado de 1880, onde ao lado de alguns nomes havia a expressão *arogo*¹⁷². Em Sepetiba a maioria dos homens eram pescadores¹⁷³. Segundo dados do arrolamento de 1876, havia 68 moradores na localidade: 51 eram pescadores (7 disseram saber ler) e os outros 17 habitantes eram negociantes, lavradores, carpinteiros, artistas, proprietários e um professor particular (11 disseram saber ler) (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1876, ed.00172(1), p. 3-4).

Embora todos os transtornos de saúde e interrupção D. Leobina Cardoso¹⁷⁴ assumiu a escola de Sepetiba e ministrou aulas até 1882, quando em julho solicitou transferência para ocupar a vaga de professora da 1ª escola da freguesia de Sacramento (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1882, ed.00142(1), p.2). Em 1883 ela morreu e para seu lugar foi nomeada a adjunta interina Elvira Figueiredo Teixeira da Fonseca¹⁷⁵ que depois trocou de lugar com a professora Josephina Medina Coeli Barbosa, que estava na 2ª cadeira de meninas em Guaratiba (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1883, p. 21).

Com a jubilação de João Marciano de Carvalho, professor da escola pública de menino, em 1884, esta ficou vaga. Com isso, transferiram Josephina Medina Coeli Barbosa de Sepetiba para o centro do curato e para o seu lugar nomearam Olympia Francisca Proença em 1885. Logo em seguida, no mesmo ano, foi nomeada a irmã de Josephina, a Sra. Maria José Medina Coeli Ribeiro, como nova professora de Sepetiba. Em 1888, foi nomeada para reger como adjunta Julia Côrtes Vieira da Costa. Esta ficou na escola até a queda do Império (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPERIO, 1885, p.60; 1886, p.24; GAZETA DE NOTÍCIAS, 1888, ed.00049(1) p.1).

¹⁷²A palavra *arogo* significa a pedido. Usada em abaixo assinados quando um analfabeto pede para alguém assinar por ele (LAROUSSE, 2011).

¹⁷³Trabalhadores com rendimento anual de 200\$ reis. Considerados pobres.

¹⁷⁴Em 1882 D. Leobina Cardoso participou da 6ª Conferência Pedagogia dos professores públicos. A forma com o qual o tema discutido recebeu elogios (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1882, ed.00072,p.3).

¹⁷⁵Elvira Figueiredo Teixeira da Fonseca em 1884 foi transferida de Guaratiba para São José deixando vaga a cadeira da primeira (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1884).

Diante do exposto relacionado ao funcionamento da escola de Sepetiba, três pontos nos chamaram a atenção: a rotatividade das professoras, a capacidade de mobilização dos moradores e a inconsistência na manutenção das aulas na escola pública.

Nas duas escolas públicas vimos que houve rodízio entre os professores, só que na masculina se deu de forma mais lenta – talvez isso tenha sido resultado da facilidade com a qual homens daquele período ocupavam cargos para além do magistério, devido à expansão de sua rede de sociabilidade. No caso das mulheres, fatores como a distância, moradia e família pesavam na sua permanência na localidade. Não vimos o nome dessas mulheres arrolados em nenhuma associação local e como não era comum que mulheres assumissem cargos na burocracia estatal, sua função mais prestigiosa era a de professora.

Podemos apontar que um dos motivos para a rotatividade era a localização das escolas nas freguesias rurais. Acreditamos que no caso de Santa Cruz, o fato de todas as professoras nomeadas para a escola de meninas residirem em freguesias urbanas e de Sepetiba ser uma localidade periférica do curato e distante do centro da Corte, obrigava a professoras a manterem residência alugada no povoado e a se afastarem de seu núcleo social e familiar.

O salário também era um ponto negativo e possível motivo para a solicitação de transferência. O inspetor geral Souza Bandeira Filho no relatório à IGIPSC de 1883 aponta que um dos problemas da instrução pública era o salário dos professores. O falta de estímulo poderia ser maior para os das freguesias rurais, pois ganhavam 1.500\$ réis, enquanto os dos distritos urbanos ganhavam 1.800\$. As despesas com o aluguel da casa deixava a situação pior, pois estavam sujeitos ao desconto de 250\$ réis anuais (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1883, p. 26). Logo as professoras rurais além de receberem menos, certamente tinham que gastar com aluguel de casa.

A capacidade de mobilização e luta pelo direito à escolarização colocou os pais e responsáveis dos alunos na posição de sujeitos ativos capazes de dialogar com os agentes dos órgãos de poder estatal e a buscar formas de pressionar e fazer valer seu direito de cidadão através de abaixo assinados e de cartas de agradecimento publicadas em jornal. Ana Luiza Jesus da Costa (2012) discorre sobre a postura ativa da “classe popular” ao analisar as estratégias dos “chefes de famílias”, vinculados a associações operárias, em prol da educação dos filhos. Costa mostra que a imprensa operária e os abaixo assinados foram ferramentas para reivindicar junto ao Estado Imperial a abertura e reabertura de escolas. Segundo Costa (2012, p.251), a maioria dos pais abaixo assinantes não teve acesso à escola, mas compreendiam a instrução como uma “necessidade”.

Como discorreu Schueler (2018, p. 162), o escolarizar-se foi também um meio de mobilidade social para as crianças das camadas pobres. A mobilização de pais e moradores (independente da profissão) mostra a complexidade na relação de interdependência entre indivíduos na sociedade. Um pescador, analfabeto, de camada popular, pai de aluno, com o mínimo de capital social, sozinho, provavelmente não conseguiria lutar contra o problema da falta de escolas. Sem a articulação entre os indivíduos de uma localidade em torno de um objeto comum formando uma “teia de interdependência” (ELIAS, 1993, p.106) tais sujeitos não teriam força ativa para fazer a luta pelo direito à escolarização de seus filhos ter visibilidade.

Os abaixo assinados são fontes que permitem refletir sobre diferentes aspectos das demandas e problemas do processo de escolarização, como por exemplo, a regularidade das aulas. A escola pública era composta de um casa-escola e um profissional concursado ou licenciado ou um adjunto que ministrasse as lições, não havia como uma escola funcionar sem professor. As constantes licenças e trocas de mestres-escola resultavam na inconsistência da manutenção das aulas, na ociosidade de vagas de docente e no fechamento temporário das escolas. O saldo era o atraso no desenvolvimento escolar dos discentes e insatisfação popular. Como ficou registrado no abaixo assinado de 13 de abril de 1880 dos “chefes de família”.

Os abaixo assinados todos os chefes de família e moradores na povoação de Sepetiba, lugar pertencente ao Curato de Santa Cruz.

Pedem respeitosamente permissão para exporem a V.Ex^a as dificuldades com que tem lutado a Instrução primária do sexo feminino deste lugar, apenas tendo funcionado o terço do tempo dela criada, e isto só agradecemos a três professoras interinas, sendo a primeira a Ex^{ma} Sra. D. Jesuína de Moura Malta da Silva Costa, a Ex^{ma} Sra. D. Josephina de Medina Selle , a ultima a Ex^{ma} S. D. Castorina Carlota Guerra Bittencourt, quanto as proprietárias desta cadeira nunca deram frequência , pois segundo procedimentos delas, os seus fins não tem sido mais do que obterem a nomeação do Governo e virem a Sepetiba despejar a que está funcionando e em seguida vão a casa de seus protetores empenhar-se para remoção, licença ou dão parte de doente, o que resulta disso o abandono da Escola, como se acha desde o dia 18 do mês próximo passado [...].

[...] Ora Ex^{mo} Senhor qual não será o desanimo dos abaixo assinados vendo assim em abandono a instrução de suas filhas, acrescentando mais a infeliz noticia de mudar-se esta Escola para a Imperial Fazenda de Santa Cruz, disto dá uma e meia légua deste povoado e se vendo a necessidade de educar-se aqui quarenta e tantas meninas (AGCRJ, código 12.1.8, p.15-16)

A fonte evidencia que além da reclamação de interrupção das aulas ainda havia a denúncia de deslocamento da escola para o centro da freguesia. Tal denuncia sinaliza que mesmo após a consolidação da cadeira em Sepetiba e todas as precariedades do lugar, existia uma disputa entre localidades para sediar as escolas públicas do Estado. Nessa questão há o um protagonismo dos moradores locais atuando como forças dentro de um cenário de disputa que tem com consequentemente a valorização e legitimação da questão da instrução.

Mas não só de querelas viveu as escolas das filhas dos pescadores, a professora Leobina Cardoso foi parabenizada pelo desempenho das alunas Emilia de Rosa de Novaes e Candida Maria de Campos durante os exames de aproveitamento de ensino em 1882, como registra uma nota da *Gazeta de Noticias* de 6 de dezembro de 1882:

Tiveram logar hontem os exames de portugûes, arthimetica e historia sagrada na 1ª escola do sexo feminino do Curato de Santa Cruz, logar denominado Sepetiba.

Sobressahiram nas referidas matérias as Exmas. Sras. DD. Emilia Rosa de Novaes e Candida Maria de Campos: a boa ordem do methodo de ensino honra muito a distinta professora a Exma. Sra. D. Leobina Cardoso Rodrigues de Lima.

Foi presidente do acto o Exm. Sr. Conselheiro Antonio Henrique de Miranda Rego, delegado de instrução publica, e examinadores os Srs. Dr. Fernando Continentino e o professor da escola pública de Santa Cruz José Marciano Carvalho. Estiveram presentes diversas famílias (GAZETA DE NOTICIA, 1882, ed.00339(1), p.2).

De acordo com o Art. 3º, do regulamento de instrução de 1854, caberia ao inspetor geral da IGIPSC convocar anualmente, em cada paróquia, exames em estabelecimentos públicos e privados para aferir os alunos. Os professores deveriam informar ao delegado da instrução se havia discentes para serem avaliados. Este seria feito diante da presença do delegado da instrução da freguesia e de dois professores examinadores, em público. Caberia ao aluno responder oralmente as questões propostas. A aprovação do aluno também servia como instrumento aferidor do trabalho desempenhado pelo (a) professor (a).

Segundo o pensamento dos políticos da época como de Eusébio de Queiroz, o “ensino do primeiro grau é o mínimo de instrução: é a dívida sagrada e restrita do país com todos os seus filhos [...] o ensino elementar prepara às carreiras industriais e comerciais (MARTINEZ, 1997, p. 19). Tomando a fala de Queiroz, entendemos que o projeto estatal de escolarização se mostrou presente em Santa Cruz por diferentes vias, uma delas foi a escola pública. Esta ficou limitada a duas escolas, uma para cada sexo. No curato as escolas foram mantidas em casa de particulares, cujo estado físico demandava reformas e o mobiliário nem sempre era adequado, embora o regulamento da instrução de 1854, no Art.55 definisse que as escolas deveriam funcionar em prédios públicos e que o aluguel fossem de caráter provisório. O artigo também designava que as escolas ficassem acomodadas em “casas no centro do distrito”. Tal determinação, como discutimos no capítulo dois, era motivada pela concentração populacional na matriz das freguesias. A escola de meninas em Sepetiba quebrou esse paradigma, sendo instalada em uma região periférica devido à existência de uma escola privada para o público feminino no centro.

Assim com as demais escolas da Corte, as escolas públicas de Santa Cruz enfrentaram os problemas causados pela burocracia do Estado: falta de recurso para a manutenção,

lentidão na criação de escolas, burocracia dos decretos para abrir concurso, nomear, transferir professores e adjuntos. Com confirma Rizzini e Schueler (2018, p.117) as áreas mais afastadas do centro da Corte sofreram com o “abandono e a precariedade” de ações do poder estatal para com a escolarização. Diante de tais dificuldades novas estratégias de levar educação para Santa Cruz se fizeram presentes.

4.2 A escola subvencionada em Sepetiba

A escola subvencionada foi uma das soluções aplicadas pelo Estado para promover seu projeto civilizador, atender as demandas populacionais por escolarização e não onerar os cofres públicos. O foco do Estado era estabelecer a oferta do ensino nos núcleos mais populosos, por isso a concentração de escolas públicas na região urbana da Corte (RIZINNI; SCHUELER, 2017). Para as freguesias rurais a subvenção foi uma estratégia pertinente, pois era um meio de expandir o ensino elementar a um custo mais módico através da iniciativa privada de professores, de maneira que atendessem gratuitamente as crianças pobres (COSTA, 2012; LIMEIRA, 2010; MARTINEZ, 1997).

Os ofícios do delegado da instrução de Santa Cruz, Dr. Ignácio José Garcia e os relatórios do inspetor da IGIPSC indicam que o primeiro espaço escolar em Santa Cruz que recebeu subvenção do Ministério dos Negócios do Império foi a *Escola de Meninas do Curato* em 1856 cuja responsável era a professora particular D. Maria Joaquina Antunes da Silva, esposa do professor público João Antunes da Costa e Silva (AGCRJ, código 11.1.38, p. 78; RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1856, p.3).

A escola privada estava localizada no centro da freguesia e era mantida através do pagamento de mensalidade. O fato de ser um ensino pago limitou a matrícula a 12 alunas. Conrado J. de Niemeyer, delegado do distrito, argumentou que “tal ensino não atendia a todas as classes”, ou seja, as meninas pobres, as quais eram a maioria, ficavam excluídas de receber letramento e que não havia “no povoado número de meninas suficiente que justificasse a criação de uma escola pública”. Como solução para o problema, o delegado fez menção ao Ar.57 do regulamento da instrução de 1854 e solicitou a subvenção no valor “que não excedesse a 200\$000 anuais” ou “2\$000 réis mensais” para a professora de modo que esta pudesse “elevar o número de discípulos de 20 a 25” (AGCRJ, código 12.4.23, p.58).

A subvenção foi concedida em 14 de janeiro de 1856. Além do valor de 200\$000 réis anuais o Estado também financiava os utensílios usados pelas alunas isentas de mensalidade

devido à condição de pobreza de suas famílias. Segundo a professora eram 17 meninas matriculadas “sendo minimamente pobres” (AGCRJ, código 11.1.38, p. 78).

Ao observar os mapas dos relatórios do inspetor geral IGIPSC de 1855 em diante não encontramos outras subvenções até 1864, ano em que há o registro oficial da primeira subvencionada de Irajá. Nossa hipótese para essa questão é que a intervenção do delegado distrital, Coronel Niemeyer, a posição do marido da professora no curato, somado ao fato das terras serem do Imperador e este conhecer as carências locais relacionados à instrução motivaram a concessão do pedido de subvenção.

Em carta a Ignácio José Garcia, a professora informou sobre a matrícula das meninas e sinalizou a ação interventora do Imperador no caso, ao dizer: “Tenho a honra de levar ao conhecimento de V. Sr. que havendo-me S.M.I concedido a gratificação de duzentos mil reis para lecionar as meninas” (AGCRJ, código 11.1.38, p.78.). Como a instrução ficava a cargo do ministro dos Negócios do Império, por regra, quem deferia ou não os pedidos de subvenção era a Diretoria do Conselho de Instrução e não o Imperador, mas nesse caso a beneficiário apontou D. Pedro II como autor do feito.

Segundo informação do subdelegado de polícia do curato Joaquim Bandeira de Gouvêa, a escola existia desde 1851 e ministrava ensino pago (AGCRJ, código 11.1.38, p.88-83v). Só há fontes relacionadas à escola até o ano de 1858. Acreditamos que a falta de documentos sobre esta após tal data devesse em razão a transferência do João Antunes Costa e Silva em 1858 para a escola pública da freguesia urbana de Santana. Provavelmente, sua esposa o acompanhou deixando Santa Cruz carente de instrução para as meninas pobres.

O curato só voltou a ter outra escola subvencionada em 1875, a *Escola Particular do Sexo Masculino no Povoado de Sepetiba*. O responsável era o professor licenciado Manoel de Cespede Barbosa. A justificativa de não haver escolas públicas para meninos próximas a Sepetiba e a distância do local para o povoado foram usadas como argumentos para o deferimento do pedido de subvenção e para ser sua renovação anos depois, em 1882 (AGCRJ, código 15.3.6, p.21). Neste período havia duas escolas no povoado do curato, uma masculina pública e uma feminina particular e uma pública em Sepetiba para meninas.

Antes de ser professor em Santa Cruz, Manoel de Cespede Barbosa teve uma escola de instrução primária na freguesia de Campo Grande (A NAÇÃO, 1873, ed.00099(1), p.2), onde a população local o indicou para receber subvenção (AGCRJ, código 11.4.13, s/p). Quando abriu a escola em Sepetiba, o mestre-escola recebia o vencimento de 200\$000 réis anuais, como aparece exposto na lista de arrolamento populacional de 1876, onde o mesmo é apontado como não apto a participar como eleitor para deputado (DIARIO DO RIO DE

JANEIRO, 1876, ed.00172(1), p.3). Em julho de 1875, o Governo Imperial atendendo a seu requerimento e lhe concedeu o aumento, elevando seu vencimento para 600\$000 réis (AGCRJ, código 1.3.40, p.25), tendo em vista a solicitação do delegado da instrução Pedro Fiel Monteiro Bittencourt, na qual defendeu o aumento de salário usando o argumento de que “o mesmo professor casado, onerado de família pobre, além da grande alta dos preços dos gêneros alimentícios naquele povoado” e que o vencimento que recebia não lhe atendia as necessidades. Além do que, por seu “desempenho, assiduidade e interesse nas funções do magistério” a escola tinha “perto de quarenta meninos pobres”, motivo para ter uma consignação de 30\$000 reis mensais, além do salário (AGCRJ, código 11.3.40, p.24).

O aumento salário foi deferido, mas quanto à consignação, não sabemos. Não obstante, em 10 de maio de 1877, Manoel de Cespede pediu outro aumento de subvenção, alegando que o valor de 600\$000 réis ainda era “diminuto” para “sustentar sua família”, “pagar casa, por mais barata que fosse” e “subsistir com a escola de instrução primária” e “fornecer papel, penas e tintas a seus alunos” cujo número era 35 matriculados (AGCRJ, código 11.3.40, p. 41).

O caso de Manoel de Cespede é um exemplo de que era mais barato para o Estado pagar subvenção, diante da diferença de salários entre um professor particular (de 200\$000 a 600\$00) e um público de freguesia rural (1.500\$000). O mestre escolar subvencionado tinha que arcar com os custos dos alunos e somente mediante comprovação de miséria dos mesmos o Estado poderia destinar recursos para os alunos pobres. O meio corriqueiro de comprovar a relevância de sua escola e justificar a subvenção se dava pelo número de alunos pobres e carentes de instituições públicas, por isso quando mais alunos matriculados na escola, mais esta consolidava sua relevância na localidade.

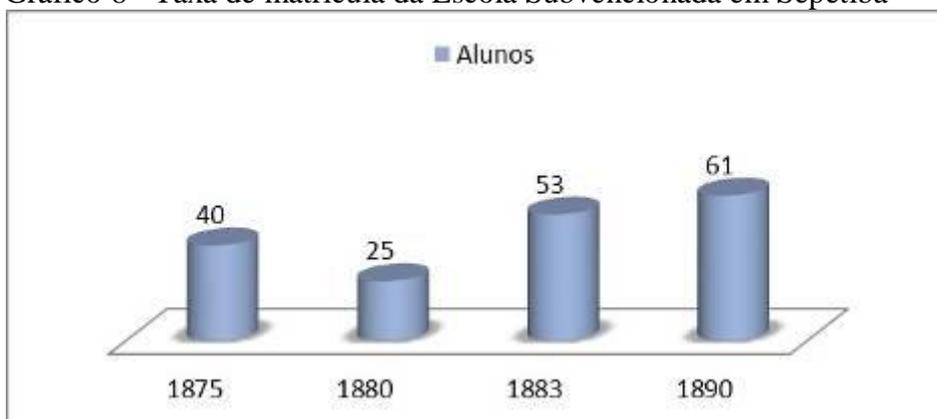
A relação triangular entre professor, Estado e alunos era reforçada por laços de interdependência: o professor dependia dos recursos públicos do Estado para manter a escola, também precisava de alunos para justificar o benefício. Enquanto o Estado precisava do professor particular para desenvolver o projeto de civilização pela instrução em localidades onde a escola pública não estava presente¹⁷⁶. Já a população necessitava do Estado por não ter recursos para pagar um ensino particular, o que intensificava sua dependência do ensino

¹⁷⁶ Lembrando que todas as freguesias possuíam escolas públicas, porém, algumas tinham mais escolas do que outras. A política de distribuição diferencia de escolas e a lentidão do Estado em criar mais instituições fez com que algumas localidades não tivessem suas demandas de escolarização atendidas. Os motivos para a ausência de escolas públicas poderia ser a falta de recursos públicos, pequeno índice populacional, a política hierárquica entre o centro e o sertão da Corte, favorecimento das localidades centrais dentro das freguesias resultando na desassistência das localidades periféricas, com observamos no caso do Curral Falso em Santa Cruz, dentre outros motivos já discutidos ao longo dos capítulos.

gratuito e para com o professor, pois este tinha liberdade de fechar a escola privada a qualquer tempo.

A faixa de frequência da escola subvencionada de Sepetiba apresentava números significativos:

Gráfico 8 - Taxa de matrícula da Escola Subvencionada em Sepetiba



Fonte: AGCRJ, código, 11.3.40, p.24; 12,4,22, p. 56; 14.4.23, p. 93; 100. (Autoria nossa, elaborado a partir de dados das fontes citadas).

A idade dos alunos em 1883, segundo o mapa de matrícula, era de 5 a 12 anos, ou seja, havia frequência de alunos com idade abaixo do que a lei determinava como obrigatório. Com se vê no gráfico, a maioria era de crianças de 7 a 9 anos (diferentemente dos mapas de matrícula da *Escola Pública do Sexo Masculino do Curato de Santa Cruz*, onde encontramos alunos com idades mais avançadas, entre 14 e 15 anos):

Gráfico 9 - Idade dos alunos da Escola Subvencionada em Sepetiba (1883)



Fonte: AGCRJ, código, 14.4.23, p. 100.

Ao todo eram 53 alunos matriculados com idades entre 5 a 12 anos distribuídos em diferentes classes. O regulamento da instrução de 1879 manteve a idade de 7 a 14 anos como obrigatórias para frequentar o ensino primário. Nesse caso havia alunos de 5 e 6 anos frequentando a escola: na 1ª classe havia doze alunos de 5 a 11 anos, na 2ª classe vinte quatro

de 6 a 10 anos, na 3ª classe quatro de 9 a 12 anos, na 4ª classe cinco de 9 a 11 anos, na 5ª não havia alunos e na 6ª classe seis de 9 a 11 anos. Os dados nos chama a atenção para duas questões: a variedade de idades demonstra uma mistura de alunos de diferentes idades no mesmo nível de conhecimento e que nas duas primeiras classes havia um número maior de alunos ao passo que com a progressão das classes o número de alunos tende a diminuir.

Enquanto alguns iniciavam o estudo na tenra idade outros deixavam para começar tardiamente. Como a classe era composta em sua maioria por meninos pobres filhos de pescadores e lavradores, muitos deveriam ajudar os pais nas atividades econômicas ou domésticas e isso pode ter influenciado no início tardio da escolarização e também na queda de alunos nas classes mais avançadas, com a evasão escolar. Não por acaso, o índice de faltas no trimestre também era elevado: dois alunos tiveram entre 4 a 9 faltas, dezenove entre 10 a 19, cinco entre 20 a 35, sete entre 40 e 45. Apenas três alunos não faltaram e todos tinham sete anos de idade, dentre este estava Antonio de Cespede Barbosa, o filho do professor¹⁷⁷.

Encontramos indícios que a escola se manteve funcionando após o fim do Império, sendo subvencionada pela Intendência Municipal, alocada no grupo de escolas do 6º distrito e em 1890 como *Escola Particular Subvencionada* (AGCRJ, código 11.4.23, p.93).

Em Santa Cruz, só houve duas escolas subvencionadas em diferente momentos, assim como em outras freguesias rurais de larga extensão como Campo Grande (1 subvencionada) e Jacarepaguá (2). Assim a subvenção que era tida com uma solução para o problema da expansão da escolarização pelo sertão, não foi tão expansiva quanto se desejava, embora houvessem pedidos de professores e solicitação da população. Houve freguesias rurais onde esta modalidade se desenvolveu com mais intensidade como em Inhaúma, Guaratiba e Irajá, todas com 3 escolas ativas no ano de 1883 (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1883). Cada distrito tinha suas características, as quais justificaram seus números escolares. Vemos que no caso de Santa Cruz, as escolas subvencionadas foram mantidas em lugares onde inexistiam escolas para seu público, havia demanda, mas sem perspectiva de criação de escola pública. A solução foi também a subvenção, mas não a única. Acreditamos que devido o surgimento de outros espaços escolares privados gratuitos nos anos 1870 e 1880 resultou na inibição da abertura de escolas subvencionadas nas áreas periféricas, densamente povoadas do curato.

¹⁷⁷ Comparamos o mapa de matrícula de 1883 com o arrolamento de populacional de 1876, nele fizemos a comparação entre o nome dos pais e identificamos a profissão e rendimento deste. Como dissemos a maioria eram pescadores e lavradores, mais também identificamos filhos de campeiros e negociantes, que tinham rendimento respectivamente de 200\$000 e 400\$000 réis anuais (AGCRJ, código 14. 4.23, p.10; DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1876, ed.00172(1), p. 3-4).

4.3 O mecenas da educação: as escolas primárias mantidas pelo Imperador

Entre às escolas privadas (também chamadas de “domésticas”), havia colégios que funcionavam em prédios específicos e aquelas que Faria Filho e Vidal (2010, p.21-21) chama de “escolas de improviso”¹⁷⁸, porque faziam uso de espaços variados e improvisados, como “casas de família, ou dos professores e de prédios públicos ou comerciais”, os quais podiam ser cedidos por pais de alunos, para promover a instrução das primeiras letras. Nas escolas privadas quem ministrava as aulas eram professores que não tinham um vínculo direto com Estado. A contratação partia de pessoas com recursos econômicos: um indivíduo poderia contratar um(a) professor(a) para ministrar aulas aos filhos, vizinhos ou parentes, ou então, um grupo de pais, coletivamente, contratava o mestre-escola para ali estabelecer uma escola privada (FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p.21).

A *Escola de Meninas da Imperial Fazenda* se enquadra no perfil de instituição de ensino privado, pois foi criada e custeada a partir da iniciativa particular de Dom Pedro II. A escola foi reconhecida oficialmente pela IGIPSC como um estabelecimento de ensino formal de primeiras letras, suas aulas eram ministradas por professores particulares licenciados que tinham a obrigação de fornecer mapas de matrículas e informações aos delegados da instrução da freguesia. Ela atendia meninas pobres do povoado do curato e era gratuita. Podemos identifica-la como uma escola que funcionava em um espaço improvisado, por ocupar uma sala no térreo do prédio sede da Imperial Fazenda de Santa Cruz e não uma casa ou prédio escolar próprio.

Os mapas de matrícula das escolas públicas e privadas da Corte, publicados nos *Relatórios do Ministro dos Negócios do Império* (1869, mapa, n.3; 4; 1870, mapa.n.3), apontam que em 1870 só existia uma instituição de ensino no curato e esta era a *Escola Pública do Sexo Masculino do Curato de Santa Cruz*. Antes mesmo do decreto que criou a pública para meninas em Sepetiba, José Saldanha da Gama, superintendente geral da Fazenda, inaugurou em 3 de maio de 1870 aquela que seria segundo suas palavras, a “escola modelo de instrução primária para os filhos dos empregados [da fazenda] e de outros habitantes [do] Curato” (AN, códice 965, vol.1, p. 1).

¹⁷⁸ As escolas régias ou cadeiras públicas primárias “constituídas a partir da segunda metade do século XVIII”, ocupavam “espaços improvisados”, como salas de lojas maçônicas, prédios comerciais, igrejas, dependências de Câmaras Municipais e as residências dos professores (FARIA FILHO; VIDAL, 2000). Gradativamente, ao longo do processo de escolarização no XIX, as escolas públicas foram sendo alocados em prédios escolares próprios, muitos funcionando em casas-escola alugadas.

Saldanha da Gama usado como argumento o estado de “ignorância e pobreza dos meninos e meninas do curato” para justificar a criação da escola. Segundo Saldanha, este foi um “ato humanitário” de “imenso benefício e magnífico exemplo partidos das Augustas Mãos de Sua Majestade” ao abrir as portas do palacete para abrigar a escola (AN, códice 965, vol.1, p. 1). O entusiasmo efusivo da Saldanha da Gama a respeito do mecenato do Imperador para com a educação ia ao encontro de uma necessidade local, que visava não apenas diminuir o analfabetismo, mas conduzir os santa-cruzenses a um desenvolvimento produtivo econômico e social, principalmente em meio a uma população formada também por libertos da própria fazenda que ainda se mantinha como moradores, cidadãos livres e analfabetos.

O palacete onde a escola funcionava era a residência de campo usada pela Família Imperial¹⁷⁹. Estava situada no alto de uma pequena colina que ficava no centro do povoado no antigo convento dos Jesuítas. Segundo Benedicto Freitas (1987, p. 400- 401), o edifício passava por reformas periódicas de remodelação e ampliação e sua última foi em uma grande sala no térreo em 1888, onde foi colocado ladrilhos, trocado os assoalhos, pintada e redecorada. É provável que esta fosse a sala usada pela escola, devido ao seu tamanho e espaço para conter o alunato e abrigar a *Escola de Música* que funcionava no mesmo lugar.

Freitas (1987, p. 339-414) descreveu que no palacete os principais cômodos se concentravam no andar superior, onde havia os aposentos reais, a Biblioteca, as Salas do Imperador, da Audiência, da Tocha e de Honra ou Recepção. Os ambientes eram decorados com tapetes, porcelanas, lustres, quadros retratando a paisagem local, como a do Morro do Chá, e dois grandes retratos um do Imperador e outro da Imperatriz, além de mobílias luxuosas e iluminação suntuosa. “No pórtico, à esquerda de quem entrava, via-se um monumental e valioso relógio, com colunas de bronze e majestoso pedestal de lindo mármore amarelo, legítimo Carrara.” A escola foi mantida no local até 1885. A sede da fazenda foi um ambiente apreciado por viajantes que se lá se hospedaram, como a escritora Maria Graham, o Botânico Monsier Borget e o Arquiduque Maximiliano, irmão do Imperador da Áustria.

De acordo com o regulamento da escola de meninas, esta deveria abrir às 9 horas da manhã durante todos os dias úteis e ser fechada após 4 horas de trabalho e não haveria trabalho nos dias santificados¹⁸⁰. Deveria ensinar a ler, escrever, contar e a doutrina cristã. A reza deveria ocorrer em voz alta em frente à imagem do cristo morto, todos os dias antes e depois da atividade diária. A sala precisaria ser mantida asseada, mantendo a higiene do local.

¹⁷⁹ Além de Santa Cruz usava-se também com casa de veraneio o palácio de Petrópolis.

¹⁸⁰ Os dias santificados são considerados os domingos e feriados religiosos. Além desses dias, a escola também não funcionava nos festejos de aniversário do Imperador, 2 de dezembro, da proclamação da independência 7 de setembro e nos dias 16 e 25 de março.

Os alunos com bom comportamento seriam premiados no fim do ano e para com os de má conduta seriam aplicados “castigos morais que a lei permitir” (AN, código novo 951. v.1 p.22-23). De acordo com o Art.72 do Decreto 1.331, de 17 de fevereiro de 1854 os meios disciplinares aplicados seriam:

Reprehensão; Tarefa de trabalho fóra das horas regulares; Outros castigos que excitam o vexame; Comunicação aos paes para castigos maiores; Expulsão da escola. O Inspector Geral, ouvindo o Conselho Director, expedirá instrucções para o emprego destes meios disciplinares. A pena de expulsão só será applicada aos incorrigiveis que possuem prejudicar os outros por seu exemplo ou influencia, depois de esgotados os recursos do professor e da autoridade paterna, e precedendo autorisação do Inspector Geral (BRASIL, 1854).

Os castigos morais eram diferentes dos corporais por não envolverem agressão física que. Embora os castigos físicos não fossem permitidos pelo regulamento da instrução de 1854, foi amplamente aplicada pelos professores¹⁸¹ (LEMOS, 2011). Segundo Foucault (1987, p.466 apud LOPES, 2012, p.93), a punição significa “uma sansão normatizadora” com objetivo de adestramento social, e na escola é aplicada em forma de “micorpenalidade do tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade”

A escola tinha cinco classes, os trabalhos de meninas dividiam tempo com o ensino humanístico da gramática, aritmética e o religioso. Essas estavam divididas da seguinte maneira:

1ª classe: cartas de ABC e Escrita em lousas.
 2ª Dita: Primeiro livro da infância, Escrita debuxada e **trabalhos de Crochet**
 3ª Dita: Primeiro livro de adolescente, Contos, Doutrina, Escrita e **trabalho de Crochet e Lã**
 4ª Dita: **Tesoura de Meninas**, Contas, Doutrina, Gramática Portuguesa, Escrita e **trabalhos de tapeçaria e bordados.**
 5ª Dita: História Pátria, Catecismo, Aritmética, Gramática Portuguesa, Analise, Escrita e **trabalhos de tapeçaria e bordados** (AGCRJ, 11.1.38, p. 83- 83v, grifo nosso).

Vê-se que o ensino da língua nacional e o ensino de ofício com agulhas dominava o currículo administrado as meninas. Com exceção da primeira classe em todas as outras havia tais trabalhos, enquanto o ensino de aritmética e história pátria era reduzido.

A existência de escolas específicas para cada sexo e a elaboração de um currículo diferenciado que incluía trabalhos femininos e “excluía o ensino de geometria e limitava o de aritmética” era motivada pela influência religiosa da Igreja Católica, esta buscava inibir a “promiscuidade” sexual, e a legislação educacional que direcionava educar as meninas para um fim doméstico de acordo com o modelo social dominante estruturado sob princípios

¹⁸¹ Durante a Segunda e a Oitava Conferência Pedagógica, respectivamente em 1874 e 1884, o castigo físico que incluía o uso da palmatória, foi discutido acaloradamente e motivou protestos entre professores pró e contra a prática(LEMOS, 2011).

hierárquicos patriarcais nas relações sociais de gênero (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.205).

Martinez (1997, p.21) aponta, que desde o período colonial, na cidade era possível encontrar mulheres que desempenhavam funções de vendedoras, lavadeiras, dançarinas, floristas, atrizes e prostitutas. Esse perfil não se encontrava apenas nas cidades, no curato havia as quitandeiras, as lavradoras e as professoras. As funções ocupadas por mulheres mesmo que não fossem postos altos na sociedade demonstram seu papel ativo no ambiente externo, no mundo do trabalho. Para Gondra e Schueler (2008, p.205-206) o aprender mexer com agulhas e bordar era uma forma de preparar as meninas para desempenhar um ofício remunerado. Por conseguinte, a escolarização e a aprendizagem de um ofício eram preponderantes para o desempenho da mulher na sociedade, ademais, para esse público das camadas mais pobres acentuava a oportunidade de obter uma renda para a sobrevivência sua e de sua família.

Além da alfabetização e das agulhas, havia a preocupação da formação moral. No pensamento de Saldanha da Gama, a moral caminhava junto com a erudição e estas levariam o indivíduo a encontrar a felicidade (AN, códice 965, v.1, p.19). Não por acaso, foi determinado que o professor deveria “requisitar por escrito, logo que seus discípulos saibam ler, a compra de livros adequados aos bons princípios, preferindo sempre os que se referirem a religião e a história de reconhecida moralidade” (AN, códice 951. v.1 p.22).

Para pôr em prática o “programa doutrinário” da escola, Saldanha da Gama definiu que o método disciplinar a ser adotado era o do professor Manoel José Pereira Frazão¹⁸². Esse pensou uma metodologia para ser aplicada na escola pública, pois a tinha como “um lugar essencial de educação da infância – então segregada e representada como o adulto embrionário, gérmen do cidadão e futuro da sociedade” (SCHUELER, 2005, p. 118). O professor desenvolveu nas escolas públicas que regeu uma metodologia de ensino a qual denominou “sistema de moral e cívica”, visando formar cidadãos para a vida em sociedade, transformando-os em indivíduos comprometidos com a nação (SCHUELER, 2002). Nas suas aulas eram ministradas a disciplina “moralidade e cívica” onde simulava pequenos debates para incutir em seus alunos o senso crítico voltado para defesa da ordem moral e cívica

¹⁸² Manoel José Pereira Frazão era formado em matemática pura pela escola militar, ministrava aulas de matemática, filosofia e moral e ocupou o cargo de professore público por 32 anos. Figura de prestígio, atuou em defesa do melhoramento da instrução pública participando das Conferências Pedagógicas. Frazão foi autor de artigos publicados em revistas pedagógicas com *A Escola* e *A Instrução Pública*, redator do *Manifesto* dos professores públicos em 1871, organizou apostilas e desenvolveu método de ensino voltado para formação moral e cívica dos alunos (BLAKE, 1990, v.6, p.139-140).

(SCHUELER, 2005). Para a escola de meninas a “moralidade e cívica” não entrou no currículo como disciplina, mas estava introduzida nas leituras, nos discursos e nas práticas do professor e na maneira de recompensar e punir os alunos.

Um das atribuições dos professores da *Escola de Meninas da Imperial Fazenda* era tomar diariamente nota das frequências e das faltas e trimestralmente apresentar um mapa de matrícula com tais informações para o superintendente geral da Imperial Fazenda. Este além de ser o delegado da instrução de Santa Cruz, atuava diretamente sob a instituição, pois era a este que o mestre-escola se reportava diante de qualquer problema. Segundo Freitas (1987, p. 153), o ensino passou a tomar um “decisivo incremento” durante a administração de Saldanha da Gama. Tamanha foi a relevância que este deu a educação que convocou “os chefes de família locais para matricularem seus filhos na escola”.

O regulamento da instrução vigente não obrigava os pais a matricularem os filhos em escolas não públicas, mesmo que estas oferecessem ensino gratuito. O que poderia impedir as crianças de frequentarem a *Escola de Meninas da Imperial Fazenda*, uma vez que esta era a única para o público feminino em Santa Cruz? O delegado do distrito Conrado de Niemeyer relatou que no curato havia três tipos de pais: aqueles que não tinham meios para oferecer a instrução primária aos filhos; aqueles que as queriam; e “aqueles que não podem e nem querem ou não se importam felizmente a civilizar” (AGCRJ, código 11.1.38, p. 58). Essa fala nos leva a considerar que não podemos generalizar a ideia de que todos comungavam da mesma visão a respeito da relevância da instrução dos filhos, se assim fosse não haveria no regulamento a referência da obrigatoriedade do ensino e a discussão sobre a imposição de multa para os pais ou tutores que não matriculassem as crianças livres nas escolas primárias.

A população de meninas de até 14 anos em todo o curato era de aproximadamente 117 (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1870, mapa. S. s/p). Embora a maioria da população habitasse o centro do povoado o número de matriculadas da escola no primeiro ano foi de 22 meninas (RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1870, mapa 3, s/p). A média ao longo dos anos de 1870 a 1883 não chegou a trinta. Segundo a professora Jesuína Carlota Tinôco,

A frequência diária durante o ano de 1879 foi de 20 a 25 meninas, durante o ano de 1880 de 20 a 22, durante o ano de 1881 de 16 a 22, durante o ano de 1882 de 22 a 27. [em 1883] acham-se matriculadas 27 meninas e a frequência diária é de 20 a 25, todas recebem instrução (AGCRJ, código 12.4.23, p.87).

A informação aponta pela docente demonstra que havia estabilidade nas matrículas e manutenção da frequência. Ao comparar os dados de matrícula das duas escolas do centro da freguesia (a masculina pública e a feminina privada), vemos que entre 1870 a 1872 a escola

de meninas da fazenda conseguiu ter 20 alunas matrículas, número superior a de meninos, que era de 18 e 15 alunos. Entre 1872 e 1873, a escola masculina experimentou um crescimento exponencial (49 alunos), a de meninas se manteve com a mesma média. Em 1875 houve queda no número de meninos matriculados (entre 25 a 27 alunos), enquanto a outra manteve as matrículas. Essa comparação demonstra que a escola de meninas foi mais estável nos números de matrículas do que a de meninos.

Alessandra Martinez (1997, p. 21-22) informa que após 1870 o número de matrículas de meninas na Corte obteve aumento devido à abertura de escolas públicas e privadas para o público feminino e que o índice de frequência não fora “insignificante” ao ser comparado ao índice de frequência das escolas masculinas. No caso da *Escola de Meninas da Imperial Fazenda*, entendemos que os números de matrícula não foram inexpressivos, pelo contrário, foram equilibrados, mantendo os índices de matrícula estáveis. Diferente dos demais anos, em 1884, a escola duplicou o número de matrículas passando para 43 alunas com média de frequência de 38 a 43, atendendo a um público de 6 a 12 anos (AGCRJ, código 12.1.24, p.4). O aumento caminhou junto com o aumento populacional do curato, devido o crescimento socioeconômico ocorrido ao longo dos anos 1880. A estabilidade na frequência sinaliza o comprometimento do alunado com a escola e aponta para a relevância da instituição para a comunidade ao preencher a lacuna que existia para a educação feminina.

Em 1870 a escola ficou sob a regência do professor particular Pedro Fiel Monteiro Bittencourt, “bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Central do Rio de Janeiro¹⁸³” ministrava as matéria geral e sua esposa, a professora Castorina Carlota Guerra Bittencourt¹⁸⁴, as lições de agulhas e bordados (AN, código, 965, v.1, p.1). Certamente, o padrão de qualidade do professor o diferenciava de um mestre-escola público ou subvencionado. Sua formação o fez assumir cargo público de engenheiro ajudante de obras públicas pela Câmara Municipal, antes de ser professor (CORREIO MERCANTIL, 1860,ed.00032, p.2). Para além de sua qualificação, é provável que sua amizade e o fato de ter sido colega de faculdade na *Escola Politécnica* da Corte por cinco anos do fidalgo da Casa Imperial, Saldanha da Gama podem ter influenciado na escola do professor para assumir a *Escola de Meninas da Imperial Fazenda*. Segundo palavras do superintendente geral

¹⁸³ Também chamada de *Escola Politécnica*.

¹⁸⁴ Em 1881 Castorina Carlota abriu um Colégio para meninos e meninas no Morro do Vinten, Rua Martins Lage, n.5 na freguesia do Engenho Novo. Ela atuava com professora e diretora e suas duas filhas com coadjuntas. A instituição voltada para o ensino elementar gozava de boa reputação. No mesmo ano, Castorina Bittencourt passou a ganhar subvenção de 50\$ réis mensais do governo (GAZETA DE NOTICIA, 1881, ed.00093(1), p.1; 1882, ed.00364(1), p.5).

Saldanha da Gama, seu conhecimento sobre Pedro Fiel lhe garantia “suas ótimas qualidades”, nas. O salário também se diferenciava de um professor comum:

Pagando ao professor a quantia de 100\$ mensais e dando casa para morar, dois escravos para servirem e um garrafa de leite por dia, penso, si V.Ex^o consentir, ficar ele suficientemente remunerado pelo serviço que prestar a Casa Imperial no exercício de sua nobre profissão (AN, código, 965, v.1, p.2)

O valor em espécie era menor do que o pago ao professor subvencionado Manoel de Cespede Barbosa, que ganhava 600\$000 réis. Todavia, Pedro Fiel não teria despesas com aluguel, teria mão de obra escrava a seu serviço e ainda receberia litros diários de leite, um dos itens essenciais da alimentação da época. E por ser amigo do superintendente geral sabe-se lá quais outros benefícios poderia receber e que não entraram na lista do salário.

Com o pedido de exoneração de Saldanha da Gama do cargo de superintendente geral, este passou a ser exercido por Pedro Fiel em 1872, que também foi delegado da instrução e eleito juiz de paz. Sua substituta foi a professora D. Jesuína Carlota Tinôco da Silva indicada pelo antecessor. Os dois estavam interligados por uma rede familiar. Pedro Fiel Monteiro Bittencourt era casado com Castorina Carlota Guerra Bittencourt, esta era irmã de Adelaide Guerra de Bittencourt Silva, casada com Valentim Braz Tinoco da Silva Jr., filho de Braz Tinôco da Silva, escrivão da Superintendência da Imperial Fazenda de Santa Cruz, irmão de Jesuína Carlota Tinôco da Silva, professora, e casado com Carlota Deolinda Tinôco da Silva, professora, irmã de Antonio da Silva Braga, alferes (FREITAS, 1987, p.31; REGISTRO DE BATISMO, Ap. 225; GAZETA DE NOTÍCIAS, 1893, ed.00253(1), p.3).

Segundo Freitas (1987, p. 31), os Silva Braga foram uma das primeiras famílias a construir casas em Santa Cruz. Tanto os Silva Braga quanto os Tinôco da Silva, além de se interligarem pela via do matrimônio também ampliaram suas redes através de laços de compadrios via batismo o que incluía famílias livres, escravizadas e libertas da região, (relação que pode ser observada nos registros paroquiais de batismo).

Fragoso (2001; 2010) ressalta que o matrimônio foi empregado estrategicamente desde o período colonial pelas famílias da elite rural como meio de consolidação de poder local, preservação de capital econômico, formação de alianças e rede de clientes (os fregueses). Esse foi um dos mecanismos de construção social no interior das freguesias (FRAGOSO, 2010). O emaranhado parental envolvendo as famílias Bittencourt, Tinôco e Braga Silva era importante para tecer uma grande rede de patrimônio e capital social e poder dentro do curato.

Como não era necessário concurso para o cargo de professor particular apenas ser licenciado pela IGIPSC, para exercer tal função ter uma rede de alianças que incluía outros professores e pessoas com mais capital político e social capaz de prestar bons testemunhos a respeito do candidato era pertinente. No caso dos professores da *Escola de Meninas da Imperial Fazenda* a rede de amigos influentes e familiares foi importante instrumento para alçar tal lugar¹⁸⁵.

A trajetória de Jesuína ficou com professora da *Escola de Meninas da Imperial Fazenda* até 1885, posteriormente, foi transferida para a *Escola Imperial D. João VI*(1885-1889) e depois para a escola subvencionada pela Intendência Municipal na Área Branca(1901-?), distrito de Santa Cruz (LAEMMERT, 1901, p.1755). Seu desempenho com professora lhe rendeu uma homenagem póstuma na *Poliantéa de Santa Cruz* (1933, p.14), onde é lembrada como uma das saudosas professoras de Santa Cruz.

Entendemos que a *Escola de Meninas da Imperial Fazenda de Santa Cruz* foi mais uma experiência de espaço escolar que se pautou em oferecer as meninas pobres um ensino para a formação moral, social e econômica. Buscou-se educar e instruir as futuras mães do curato a partir de modelo escolar que prezava pelo ensino das primeiras letras e ofícios femininos, reforçava os paradigmas sociais de discriminação sexual sobre o papel da mulher e formava cidadãs. Era uma educação que contribuiria para a manutenção da ordem, da higiene, da religião no ambiente doméstico (ALMEIDA, 2007).

O Conselheiro Antonio Henrique de Miranda Rego, superintendente geral, em 8 e 11 de julho de 1878, pediu ao Imperador a permissão para abrir a *Escola Noturna da Imperial Fazenda* no salão do térreo do Paço Imperial, no mesmo local onde funcionava a *Escola de Música da Fazenda*, sob a justificativa de ministrar ensino,

[...] aos menores que por falta de vestuário mais decente se não propõem a frequentar a escola pública, e porque durante o dia acompanham os pais para as roças, com também aos adultos que durante o dia se empregam em trabalhos agrícolas ou industriais (AN, códice 965. v.1, p.160- 169).

Segundo o Conselheiro, as aulas seriam ministradas pelos empregados da Imperial Fazenda em horários que não interferissem nas aulas da *Escola de Música*. O currículo continha matérias básicas do ensino elementar de primeiras letras: aritmética, religião, leitura e caligrafia, sistema métrico e desenho linear (AN, códice 965. v.1, p.169).

Nos documentação analisados sobre a Imperial Fazenda não consta se a escola foi autorizada. Nos registros da IGIPSC também não há evidências de sua existência.

¹⁸⁵ Sobre a construção de rede de sociabilidade entre professores, ver Borges (2014).

Independente do seu efetivo funcionamento, a justificativa apresentada por Miranda Rego sobre a necessidade das aulas traz a tona questões importantes: primeiro, havia um grupo de meninos que não frequentava a escola pública, para poder ajudar a família no trabalho da agricultura família ou por falta de “vestimentas”, o que evidencia um dos motivos das faltas e das oscilações nas frequências da escola pública de meninos¹⁸⁶; segundo, havia a preocupação em instruir crianças e adultos do povoado, civilizando dentro dos padrões religiosos e morais, dotando-os de conhecimento elementar a fim de inibir a ignorância e a desordem social; terceiro, a ideia de abrir uma escola noturna para adultos supõe que havia interesse da população local em instruir-se¹⁸⁷.

Segundo José Murilo de Carvalho (2010, p.79), havia um “abismo” entre a elite letrada e o “grosso da população em termos educacionais”. Os índices de analfabetismo eram altos e a educação pública fora motivo de críticas, inclusive do próprio Imperador. Alessandra Martinez (1997, p.29) relata que nas “Falas do Trono” D. Pedro II manifestava suas críticas à “‘lentidão’ com que o governo enfrentou o problema da Instrução Pública”. Chamado de “O Imperador professor” era retratado como um monarca ilustrado, defensor da ciência e difusor das instituições educacionais e do ensino primário (CARVALHO apud MARTINEZ, 1998, p.29). Diante de seus atos em favor da instrução, foi comparado aos Médices, uma família rica e poderosa, mecenas da arte italiana no século XIV. O Imperador era o mecenas da educação e da cultura no Império brasileiro na visão de José Ricardo Pires de Almeida:

Dom Pedro II tanto reconheceu e avalia as vantagens da instrução pública, que procura difundi-las por todos os meios, fazendo-as chegar as mais remotas paragens, e desde as classes mais ínfimas e, ao passo que todos pensa, auxiliando todos os talentos [...] Como os Médici, abriga em seus palácios convívios de sábios, oficinas de artistas, e escolas para o povo”(ALMEIDA, 1886, apud LOPES, 2012, p.97).

Suas ações particulares em favor da educação das camadas pobres contribuíram para criar tal rótulo. O nome do Imperador e dos membros da Família Imperial aparece vinculado a Associações e Sociedades criadas por pessoas e grupos da sociedade civil em prol da instrução¹⁸⁸.

¹⁸⁶ Rizzini e Schueler (2017, p.115) apontam que “um dos mais graves empecilhos” para a manutenção dos alunos nas escolas públicas da Corte foi o trabalho domestico infantil..

¹⁸⁷ Ao analisar as escolas noturna de Santana, Rizzini e Shuerler (2017, p. 116) identificaram que o ensino adulto embora destinado ao público masculino foi amplamente procurado pelas mulheres. As autoras defendem que a presença de trabalhadores heterogêneos nas aulas sinalizava que estes estiveram atentos aos apelos daqueles que apregoavam a associação do trabalho com a instrução.

¹⁸⁸ No Arquivo Nacional há fontes que registram a doação de quantia a instituições de cultura, como o liceu de Artes e Ofício (AN, códice 0.1.v. 26, p.29) e concessões de “mesadas” de Dom Pedro II” para que menores mantivessem seu estudos, como o caso de Horácio Cordovil de Siqueira e Melo, menor que através do pai Bartolomeu Cordovil de Siqueira e Melo, morador de Cantagalo na província do Rio de Janeiro, no dia 10 de maio de 1883 solicitou ao Imperador uma “mesada” de 50\$000 réis para auxiliar em seus estudos. Tal pedido

O seu mecenato também favoreceu a criação das escolas “mixtas” primárias abertas na Imperial Quinta da Boa Vista e na Imperial Fazenda de Santa Cruz. De acordo com Kátia Lopes (2012), em 1869 foi fundada no terreno da Quinta Imperial uma escola de primeiras letras diurna e em 1870 aulas noturna, passando a escola a se chamar *Escola de Primeiras Letras Diurna e Noturna da Imperial Quinta da Boa Vista*. Esta era dirigida e regida pelo professor público jubilado Joaquim Sabino Pinto Ribeiro e funcionava em uma casa dentro da Imperial Quinta. O espaço escolar passou por melhoramentos e em 17 de janeiro de 1882 foi inaugurado o prédio da *Escola Mixta da Imperial Quinta da Boa Vista* com o objetivo de ser uma escola oficina. Esta foi reconhecida por críticos como “modelo que se desejava que fosse difundido em todo o país” (LOPES, 2012, p. 99). Isso se deve a sua organização, qualidade do ensino, estrutura e saneamento do prédio e sua proposta de atrelar ensino das primeiras letras com o ensino profissional. O público dessa escola era composto dos “filhos e filhas dos empregados da Casa Imperial e dos moradores da Imperial Quinta” (LOPES, 2012, p. 111).

O modelo escolar bem visto pela opinião de políticos e pensadores da educação da época motivou a construção de uma similar em Santa Cruz. Em 1884 iniciaram-se as obras de aterramento do terreno e de edificação do prédio daquela que seria a escola modelo e única em todo o sertão da Corte. A escola oficina foi batizada de *Escola Imperial D. João VI*, mas era chamada na documentação da Superintendência da Fazenda de *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz* e pela população de o *Colégio Grande*.

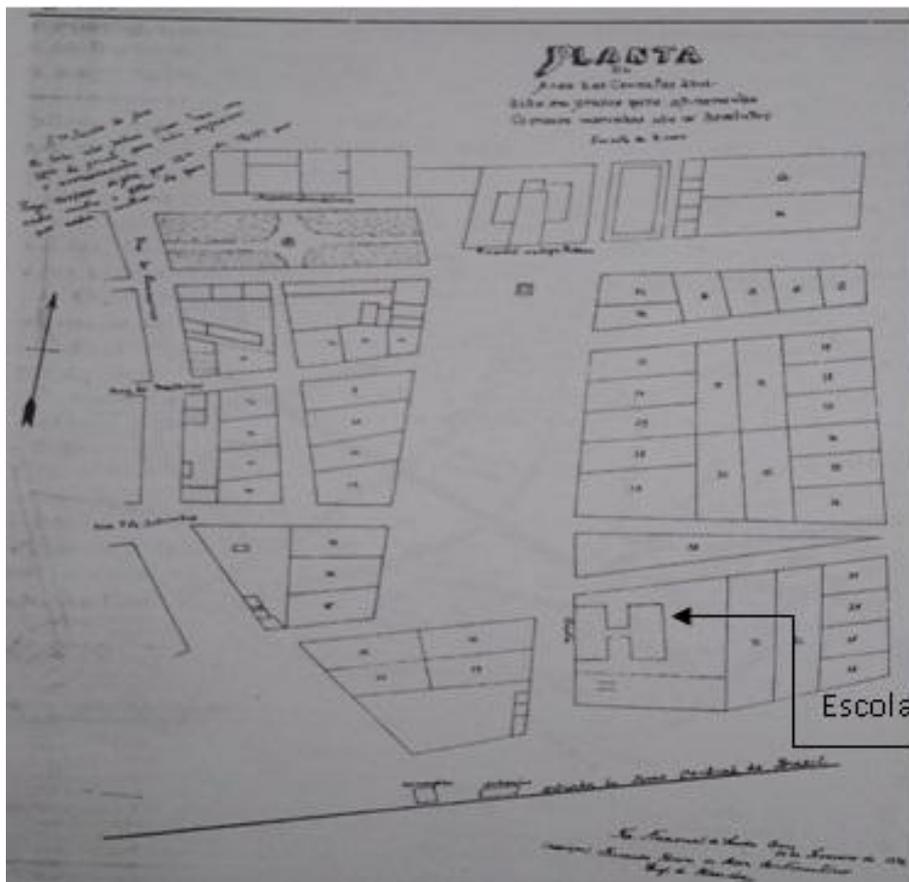
A *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz* foi inaugurada em 25 de agosto de 1885. Foi construída em cima de um terreno elevado e se destacava entre as casas ao redor. Ela ficava próxima ao Paço Imperial¹⁸⁹ e à estrada de férrea ocupando um dos lados das

foi atendido (AN, código 0.1.v. 26, p.30). Outro caso foi da viúva, Dona Guilhermina Felizminda Maria Ramos Garcia que solicitou 100\$000 réis para pagar a educação dos filhos (AN, código 0.1.v. 26, p.39v) . Houve o pedido do menor Augusto da Silva Souza, filho de Felipe da Silva, morador de Formiga na província das Minas Gerais que solicitou 30\$000 réis para poder ser transferido para o colégio *São Bento de Itapeverica*, esse pedido também foi concedido (AN, código 0.1.v. 26, p.39v). Por último nessa categoria, citamos o caso do netos de Joana Carlota Pinheiro Paes Leme que em 26 de março de 1885 teve a pensão de 100\$000 réis renovada com a justificativa de que os netos se prepararem para entrar no *Colégio D. Pedro II*. Além da investir no educação de menores, houve também o contribuição para a manutenção de jovens nas faculdades, com o caso de D. Estácia Ferraz de Magalhães Bastos, viúva de um Coronel, que solicitou “mesada” para que o filho continuassem com os estudos na *Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro* (AN, código 0.1.v. 26, p.39) Assim com esse exemplos há outras solicitações. Nos exemplo citados observamos que os pedidos variavam entre custear a escolarização de menores e pessoas que estavam no nível superior; Tais solicitações partiram de pessoas da Corte e de outras províncias, os quais em algum momento detiveram capital financeiro, mas que por qualquer razão deixaram de ter o suficiente para os estudos dos filhos e netos. Estas diante da dificuldade apelavam para a benevolência do Imperador, que diante de tal situação desempenha uma postura paternalista mediante os apelos dos súditos.

¹⁸⁹ Próximo ao Paço havia a escola e o Hospital da Fazenda, segundo Kátia Lopes (2019, p.210) a presença desse tipo de estabelecimento próximo ao residência oficial era uma forma do Imperador reforçar “rede de interdependência” com o população local.

principais praças. Por estar localizada no centro do povoado era de fácil acesso a população dos três primeiros quarteirões. (JORNAL DO COMMERCIO, 1885, ed00237(1), p. 2).

Figura 19 - Localização da Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz

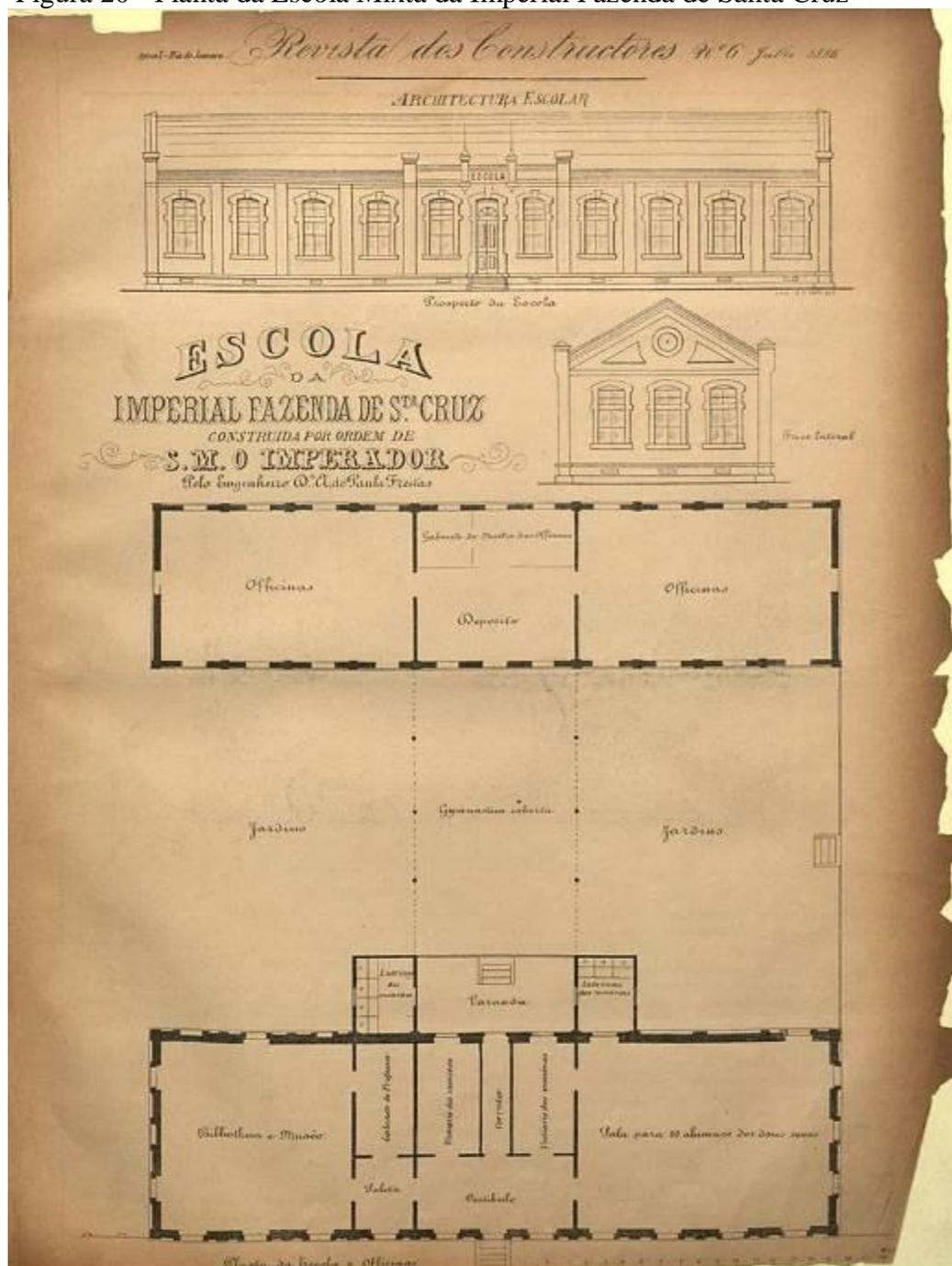


Fonte: FRIDMAN, 1999, p.210.

No curato só existiam escolas em casas alugadas e improvisadas, como aquela da sala do terreno da Imperial Fazenda. Beaklini (2012) lança a hipótese de que a novidade em ter uma escola com um prédio próprio de grandes dimensões pode ter justificado a população tê-lo denominado como o *Grande Colégio*.

A instituição foi projetada por Paulo Freitas, engenheiro da Casa Imperial. Em formato de duplo T, à frente ficavam as salas de aula, a biblioteca e o museu, no meio o jardim e o ginásio e no segundo pavimento as oficinas. Segundo o redator da *Revista dos Constructores* (1886, ed.0006(4), p.1) “era de estilo simples e moderno, sem, todavia, imprimir-lhe um estilo pobre e triste. A simplicidade e a modesta não excluía a elegância e a graça”.

Figura 20 - Planta da Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz



Fonte: REVISTA DOS CONSTRUCTORES, 1886, ed.0006(4), p.s/n.

Pela imagem vemos que os traços arquitetônicos eram sóbrios, contendo uma fachada composta por grandes janelas e uma escadaria de acesso a portão central. O estilo mais simplório dialoga com a arquitetura de outros dois grandes prédios de Santa Cruz, o Paço Imperial e o Palacete de Santa Isabel, este no Campo de São José. A arquitetura desses prédios dispensava suntuosidade dos edifícios do centro da Corte, composto por altas colunas

de estilo eclético, tímbreres e estátuas de deuses mitológicos comuns nos prédios da Escola Politécnica e da Casa da Moeda¹⁹⁰.

Não podemos deixar de pensar que sua simplicidade poderia estar relacionada à crítica ao estilo rebuscado adotado pelas escolas da Câmara, assim com a de São José – em “estilo neogótico manuelino” – ou de São Sebastião – formada por três pavimentos e tendo ao centro um frontão que sustentava as armas da cidade – ou a da freguesia da Glória – com dois andares revestidos de Cantaria, no centro da fachada um frontão com um nicho para as armas Imperiais em relevo e ao lado quatro estátuas representando as “Letras, Artes, Comércio e Indústria” (SISSON, 1990, p.64-66).

Figura 21 - Edifícios escolares



Legenda: 1- Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz-1885; 2- Escola de São José -1871; 3- Escola de São Cristovão -1872; 4- Escola de Freguesia da gloria -1875.
Fonte: BEAKLINI, 2012, p.75; SISSON, 1990, p.63-66; BRASILCULT.

De acordo com Silva Wolff a arquitetura escolar tinha o propósito de servir de propaganda da “ação do poder público por uma “educação democrática” a monumentalidade era um forma de garantia à visibilidade dos edifícios (WOLFF, 1992, p.48 apud FARIA FILHO; VIDAL, 2000, p. 24). Concordamos com Sisson (1990) ao defender que a preocupação em mostrar beleza das fachadas servia para demonstrar o poder da Câmara no assunto da instrução escolar e mostrar para população que os camarários prezavam pela propagação da educação atrelada a salubridade.

¹⁹⁰ Atualmente, a *Escola Politécnica* e o *Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro*, a *Casa da Moeda* e o *Arquivo Nacional*.

Esse espaço escolar contrastava com as casas e prédios públicos mantidos pela IGIPSC, os quais eram alvo de constante crítica por serem lugares não adequados e fora dos padrões de higiene. No caso de Santa Cruz, pensamos que a falta de embelezamento arquitetônico na *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz* amenizava o impacto da construção em uma localidade que era vizinha de senzalas que ainda ocupavam o centro do povoado.

O artigo da *Revista dos Constructores* (1886, ed0006(4), p. 1) cita que o prédio tinha “boas condições de luz e acústica, a commodidade hygienica dos alumnos”. A estrutura arquitetônica do edifício sinaliza que houve o interesse de adequá-lo ao padrão do projeto higienista escolar que estabelecia alguns critérios como relevantes para a edificação de espaços escolares, tais quais: “condição física do lugar”, “as condições topográficas, climáticas”, “ventilação, iluminação”, qualidade da água e se estava em um lugar de aglomeração de pessoas (GONDRA, 2000, p.528)¹⁹¹.

Ao continuar a discrição sobre a salubridade do lugar a *Revista dos Constructores* (1886, ed0006(4), p. 1) afirmava que “os exercícios disposto de forma que se alternem com os trabalhos da intelligencia, constituem as características essenciais da nova escola”. Essa observação estava relacionada ao fato da escolar ter um ginásio para a prática de exercícios corporais. Professores e médicos defendiam que o exercício contribuía para a higiene e moralidade do indivíduo. Um desses foi Antonio Almeida Oliveira (2003, p. 337) ao discorrer sobre a instrução primária argumentou que tais práticas somadas ao asseio ajudavam a criança a não ficar nervosa, fraca e não ser tornar um ser “inútil e sem préstimo”. Rui Barbosa foi outro que advogou em favor da ginástica. Para Barbosa, o exercício corporal era importante para o desenvolvimento cerebral e influenciava na conduta moral, higiênica, intelectual e física, sendo “tão imprescindível à educação do sentimento e do espírito quanto à estabilidade da saúde e ao vigor dos órgãos” (BARBOSA, 1946, p.70-80 apud BEAKLINI, 2013, p.90).

A prática de exercícios corporais foi um dos assuntos pautados nas Conferências Pedagógicas, sintoma da integração do discurso médico com a educação escolar (GONDRA, 2000). Ao discorrer sobre as quatro Conferências Pedagógicas do Dr. Gallard aos professores primários franceses, Gondra (2007) cita a proposta do modelo hexagonal que atrelava a

¹⁹¹ A higiene pública se tornou uma questão preponderante para contenção de doenças e epidemias que dizimavam a população. Observando os registros paroquiais de óbitos entre os anos de 1861-1890 foram registradas 335 mortes de crianças entre 0 e 14 anos. As causas dos falecimentos estavam relacionadas a problemas respiratórios como, “febres intermitentes”, “moléstias de pulmão”, pneumonia, tuberculose (90 casos) eram de larga incidência. Havia outras relacionadas a doenças contagiosas como, sarampo, coqueluche e febres tifoide e caxumba e outras pontuadas mais banais identificadas com diarreia (REGISTRO DE ÓBITO, Ap.231;232).

prática do exercício físico à alimentação e à higiene corporal como meio de assegurar a saúde dos alunos. Ao doutrinar os alunos as práticas salubres, visava-se formar futuros cidadãos e famílias com hábitos mais salubres e civilizados, por consequência tornar a cidade mais limpa e ordeira.

Pelo regulamento as classes da escola estavam divididas em três. O currículo proposto acompanhava as matérias para o ensino primário, definidas no novo regulamento da instrução primária e secundária na Corte, descrito no Decreto n. 1.247, de 17 de abril de 1879. As disciplinas eram: escrita, leitura, aritmética, sistema métrico, exercícios de linguagem, desenho linear, música, geografia geral, história, história natural, gramática, ginástica, noções da coisa e a instrução religiosa¹⁹². Além dessas disciplinas a escola também oferecia ensino de francês¹⁹³ e o ensino de costura e trabalhos com agulhas para as meninas e ensino de ofícios técnicos para os meninos (BEAKLINI, 2013, p.84-86).

O diferencial dessa escola era a estrutura que o espaço fornecia para o aprimoramento do conhecimento com o fato de ter uma biblioteca¹⁹⁴, um museu de história natural, um globo terrestre e um ginásio, elementos estes inexistentes nas outras escolas de Santa Cruz e em demais escolas públicas do sertão da cidade. Ademais, havia oficinas para capacitação técnica dos alunos e aulas noturnas para os adultos.

Para o ensino profissionalizante, existiam as seguintes oficinas: carpintaria, marcenária, torneiro, ferreiro, serralheiro, alfaiate, sapateiro, oleiro, relojoeiro e funileiro. O horário geral, 8 e meia as 15 horas e o ano letivo de 7 de janeiro a 30 de novembro (FREITAS, 1987, p. 611).

O regulamento da instrução de 1879 ao discorrer sobre as matérias ministradas no ensino primário fazia menção à “prática manual de ofícios” como disciplina a ser ensinada aos meninos nas escolas de 2º grau como complementação as disciplinas do 1º grau. O Art. 8º especifica que o governo central poderia auxiliar na criação de escolas profissionais, ou seja, de ofícios.

Art 8º O Governo poderá:

9º. Criar ou auxiliar no município da Corte e nos mais importantes das províncias escola profissionais, e escolas especiais e de aprendizado, destinadas, as primeiras a dar a instrução technica que mais interesse às indústrias dominiantes ou que covenha crear e desenvolver[...] (BRASIL, 1879).

¹⁹² O artigo 4º §1º do decreto 7.247 de 19 de abril de 1879, rezava que “Os alumnos acatholicos não são obrigados a frequentar a aula de instrução religiosa que por isso deverá effectuar-se em dias determinados da semana e sempre antes ou depois das horas destinadas ao ensino de outras disciplinas (BRASIL, 1879).

¹⁹³ O ensino de francês reforçava o paradigma da cultura urbana e burguesa europeia (GONDRA; SCHUELER, 2008, p.201).

¹⁹⁴ Segundo Freitas (1987, p. 610), a biblioteca contava com “numerosos livros em Francês”, contendo alguns dedicatória de Vitor Hugo e do Imperador. Ao todo, em 1886, foram gastos 1:056\$000 contos de reis em livros para esta biblioteca. Freitas também afirma que o francês era uma língua “fluentemente falada por muitas famílias locais”. Provavelmente, famílias da elite local.

Em outro momento dessa pesquisa vimos que o ensino de ofícios chegou a Santa Cruz através dos Jesuítas e foi mantido como prática pelos administradores e superintendentes gerais, tornando o ensino de ofício uma tradição santa-cruzense, um meio de qualificação da mão de obra escrava e uma fonte de renda para a propriedade. Em Santa Cruz, o pioneirismo da oficialização do ensino de ofícios atrelado à escola primária de ensino formal coube ao Imperador e sua *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz*.

Segundo a descrição da *Gazeta de Noticias*, a cerimônia de benzer as oficinas da *Escola Mixta da Imperial Fazenda* aconteceu no mesmo dia da festa de inauguração da *Escola do Matadouro*, esta mantida pela municipalidade. Para a cerimônia religiosa foi montado um altar entre as oficinas de ferreiro e serralheiro. Houve canto sacro entoado pelas meninas da escola ao som do piano (GAZETA DE NOTICIAS, 1886, ed.00213, p.2).

O artigo publicado também elogiou as oficinas, alegando serem “bem montadas” (GAZETA DE NOTICIAS, 1886, ed.00213, p.2). Freitas (1987, p. 613) relata sobre algumas peças produzidas destinadas ao consumo externo à escola: a ferraria produziu sinos para a igreja matriz, os alfaiates confeccionaram uniformes para a banda da fazenda e a carpintaria fabricou “obras de talhas e torneado, mesas, bancos, balcões veneziada”. Para atender os serviços as oficinas não paravam nas férias (RAMOS JUNIOR, 2019). As oficinas preparam as crianças para o mundo do trabalho e se tornaram relevantes na localidade, tanto que a fez ocupar outros espaços sociais através da sua produção.

Pires da Almeida via a figura do Imperador com um “pioneiro” e suas escolas oficinas um exemplo a ser seguido:

O ensino profissional ministrado nas escolas da Imperial Quinta da Boa Vista e de **Santa Cruz, effectua-se sob o mais rigoroso programma moderno**, pois colloca a theoria ao lado da prática, aplica as regras da arte doutrinadas pelo desenho ao aprefeiçoamento da industria na execução da manufatura; assim é o desenho ornamental – apreendido pelo alumno na escola – é desde logo posto em prática pelo mesmo alumno na officina. A mecânica escolar tem immediata exemplificação na serralheria – as regras clássicas de architettura, na carpintaria, - e assim por diante (ALMEIDA, 1886 apud BEAKLINI, 2013, p. 89, grifo nosso).

Tal exaltação ao ensino técnico estava de acordo com o discurso pregado por Leôncio de Carvalho, autor da reforma da instrução primária e secundária da Corte em 1879. Este ao referir-se a educação da camada pobre defendia que a instrução primária deveria estar atrelada a aprendizagem de ofícios como meio para formar operários capacitados para a indústria (MARTINEZ, 1997, p.81).

Segundo Edmar Ramos Junior (2019, p.47), o ensino profissional transformava a imagem do trabalho manual, antes inferiorizada por estar vinculada aos escravizados, sendo urgente valoriza-lo porque estava intimamente ligada a prosperidade econômica. Nesse

momento a relação entre trabalho e instrução ficou ainda mais estreita, uma vez que a escola além de ser o mecanismo de escolarização, moralização e ordenamento social foi-lhe acrescida o papel de fornecedora de operários aptos para indústria. Havia o discurso que a ausência da mão de obra retardaria o projeto do Estado de modernização produtiva via mecanismo industrial. Por isso a relevância apreçada ao ensino de ofícios.

A escola “mixta” como o nome define era formada do público feminino e masculino. Estes se diferenciavam pelo uniforme. “Os alunos usavam uniforme: brim pardo e gorro com as iniciais EMI(Escola Mista Imperial) e retrós preto, para os meninos. Musseline branca para as meninas com um laço de fita escarlate, ‘fita da nobreza’, com as mesmas iniciais, no braço esquerdo”(FREITAS,1987,p.610). No entanto as diferenças não paravam por aí, pois embora a escola fosse de ensino “mixto”, ela não foi de salas “mixtas”. O Decreto 7.247, de 1879, autorizou a matrícula de alunos com a idade de até 10 anos nas escolas de primeiro grau destinadas ao público feminino. Essa pequena abertura era resultado de processo reformador na educação que se inspirava em exemplos estrangeiros para compor seu modelo educacional.

Segundo Martinez (1997), Leôncio de Carvalho encontrou forte oposição para implementar as classes “mixtas”, por isso manteve a estrutura de escolas divididas por sexo, no ensino público. A *Escola Mixta da Imperial Fazenda* não foi a primeira em Santa Cruz a adotar o ensino “mixto”, a escola seguiu a linha do modelo adotado pelas instituições de ensino da Câmara Municipal.

Com a abertura da *Escola Mixta da Imperial Fazenda*, a *Escola de Meninas Imperial Fazenda* foi fechada. Em 1885 havia no curato duas escolas públicas, uma no povoado para meninos e outra em Sepetiba para meninas, mantendo-se a escola subvencionada de Manoel de Cespede Barbosa e a *Escola Mixta de Santa Cruz* (mantida pela Câmara Municipal)¹⁹⁵. As alunas da *Escola da Imperial Fazenda* foram transferidas para a recém-aberta.

A instituição mantida pelo Imperador atendia os filhos dos empregados da Imperial Fazenda e moradores do curato (LAEMMERT, 1887, p.70). Em um despacho, de 4 de setembro de 1885, ao Imperador, o autor elogiava a criação da escola por proporcionar um “futuro esperançoso” para as crianças pobres, dentre elas libertas do curato de Santa Cruz, permitindo a estes “meios de adquirir honestidade nas oficinas e na Escola o pão do espírito e do Corpo” (BEAKLINI, 2013, p.100).

A escola recebia alunos de 7 a 14 anos (JORNAL DO COMMÉRCIO, 1886, ed.00098(1), p.1). No primeiro ano letivo, o superintendente geral da Fazenda informou que “se achavam matriculados 40 alunos e 44 alunas que já estavam na Escola de sexo feminino”

¹⁹⁵ Ver o anexo 3 com a distribuição das escola públicas, privadas e subvencionadas estabelecidas em Santa Cruz.

mantida pelo Imperador. Em 1886 Miranda Rego informou que a escola havia completado o número de alunos e que por isso alguns “ingênuos” ficariam sem frequentá-la (BEAKLINI, 2013, p. 110).

No mapa de matrícula do dia 30 de outubro de 1889 constam 40 meninos e 40 meninas matriculadas sendo que apenas 30 meninos e 36 meninas tinham frequência regular no curso diurno. No noturno havia 28 homens matriculados, mas apenas 19 frequentavam. Ao todo eram 108 alunos matriculados, mas só 85 realmente tinham frequência. Nem todos os alunos cursavam as matérias que estavam para além do conhecimento básico do ler, escrever e contar, havendo 20 na classe de música, 85 em desenho linear e 66 na ginástica (AGCRJ, código 11.4.23, p.83).

Os dados do mapa evidenciam que mesmo a escola oferecendo, segundo relatos de fontes, ensino superior ao ofertados pelas escolas públicas, tendo um espaço mais agradável e salubre que todas as escolas do curato e ainda proporcionava o ensino de ofício, nada disso inibiu os casos de evasão escolar e vagas ociosas. De acordo com Borges e Vidal (2016, p.196-197), a necessidade de sobrevivência e ajudar a família no trabalho no campo ou doméstico era um condicionante para a evasão escolar. Elas apontam que a evasão ocorria também na frequência parcial das aulas, ou seja, alguns alunos assistiam apenas à primeira sessão das aulas, o que levou os professores a criarem estratégias como a alteração do horário das aulas a fim de minorar o problema, em geral, faziam as escolas funcionarem em apenas um turno quando deveriam funcionar em dois.

Ainda havia grande população de adultos e crianças analfabetas em Santa Cruz. Para resolver essa situação o professor José Bernadino sugeriu a matrícula compulsória dos libertos e a desapropriação das senzalas para aqueles que não frequentassem as aulas.

[...] grande utilidade que só reconhece quem como eu observa com pesar que dezenas de menores se entregam a vadiagem sem a esperança de um futuro que lhes proporcione honesto meio de subsistência, fazendo se necessário adoptar-se algumas medidas que os obrigue a frequentar o estabelecimento, como por exemplo, tirar a casa de habitação aos libertos que não levarem seus filhos á escola ou ás officinas (BEAKLINI, 2013, p.101)

A fala do professor dá a entender que só estavam fora da escola os filhos dos libertos. Segundo Cristine Rodrigues (2006) a figura do vadio estava mais atrelada a do liberto. De acordo com Roberto Guedes (2006) esta visão estigmatizada era sintoma de uma sociedade de traços estamentais pautada em estrutura hierarquizada que associava o escravizado e o liberto ao trabalho mecânico. Estes em situação de ócio eram tachados de vadios, assim como o fez o professor ao ver o problema da vadiagem apenas sobre os libertos. No curato havia um gama de crianças sem frequentar as escolas em um período de crescimento populacional. Segundo a

fala dos moradores, o povoado da estava “a muito concorrido e frequentado” (AGCRJ, código 12.1.8, p.184).

Miranda Rego apontou que uma das motivações para as ausências era a “a falta de vestuário e calçado” (BEAKLINI, 2013, p.100), mas não se pode desconsiderar o impedimento devido o trabalho na atividade doméstica, o desinteresse, ou a até dificuldade de acesso. Como no caso dos filhos dos moradores do Curral Falso que em 1884 escreveram um novo abaixo assinado a Câmara Municipal pedindo a benevolência de encaminharem um professor para o lugar, pois as escolas do povoado ficavam a “uma légua de distancia” (AGCRJ, código 12.1.8, p.184-185). O pedido não foi aceito, o que obrigava os pais a pagarem uma professora particular ou matricular os filhos no povoado ou deixá-los sem frequência escolar.

Enquanto as escolas públicas e subvencionadas de Santa Cruz só tinham um professor (a) para ministrar as aulas, a *Escola Mixta da Imperial Fazenda* teve um quadro mais amplo de professores, este ensinam conhecimentos distintos: João Bernardino Fernandes¹⁹⁶, (professor e diretor das oficinas), Emilia Augusta do Nascimento Fernandes (professora e esposa do diretor) Jesuína Carlota Tinôco da Silva (trabalhos e agulhas), Manoel Gonçalves Corrêa (ginástica), Carlos José Maria (música), João Alves Marques (mestre de carpinteiro) Baptista Iriast (mestre de ferreiro) e Manoel Valentim de Oliveira (mestre de alfaiate) e Pedro Alexandrino Ayques (trabalhava com porteiro da escola) (LAEMMERT, 1887, p.69-70).

A recomendação para ocupar o cargo de professor diretor da escola era que o candidato deveria ser casado com uma professora e que ambos seriam responsáveis por ministrar todas as aulas relacionadas à instrução primária. Estes residiriam em uma casa ao lado da escola (ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL, 1940, ed.00001, p.316).

A *Escola Mixta da Imperial Fazenda* com seu prédio de arquitetura monumental “simplória”, sua estrutura de organização do espaço físico e pedagógico e seu apressado pela salubridade corporal e moral levou para Santa Cruz a modernidade presente apenas em algumas escolas das freguesias do centro da Corte. Foi uma escola privada e filantrópica a serviço de levar instrução e capacitação profissional aos súditos – crianças e adultos de todas as camadas de renda, sexo, livres e libertas.

Domingos Lopes da Silva Araujo, delegado da instrução do curato, em visita a escola para acompanhar os exames finais dos alunos da 3ª classe, em 29 de novembro de 1889, relata

¹⁹⁶ José Bernardino Fernandes durante o ano de 1885 residia em Santa Cruz, pois estava como professor adjunto interino da Escola pública para meninos do Curato. Em carta ao Imperador pediu para ser considerado professor provisório da mesma escola sem passar pelo concurso, pois se dizia “habilitado em matérias do 1ª e 2ª serie da Escola Normal” e alegava ter experiência para o cargo, pois havia sido “professor em diversas escolas urbanas e suburbanas” (AGCRJ, código 12.1.8, p.203-203v). Sua experiência na localidade dever ter contribuído para sua nomeação para a *Escola Mixta da Imperial Fazenda* de Santa Cruz.

que havia o interesse de Governo Provisório em manter a instituição devido à quantidade de matriculados, que naquele momento era 80 alunos, a pela organização do estabelecimento e em razão dos “resultados reais já das conhecidas” (AGCRJ, código 12.1.2, p.209). A princípio, a escola seria anexada a Intendência Municipal (JORNAL DO COMMERCIO, 1890, ed.00081(1), p.2). Todavia, o Governo Provisório, por Ato de 26 de julho 1890, tornou-a uma escola pública de responsabilidade do Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (1891, p.4) Este autorizou que a oficinas fossem transferidas para as “casas das antigas senzalas”, em solicitação do Dr. Domingos Lopes, (RELATÓRIO DO MINISTRO DO INTERIOR, 1891, p. 57) e manifestou compromisso de realizar reformas e “melhorar o ensino” no que conviesse, uma vez que reconhecia que tal instituição se diferenciava “sensivelmente dos outros estabelecimentos do mesmo gênero” e fechá-lo seria “lastimável que ficasse desaproveitado esse grande serviço prestado pelo S. D. Pedro de Alcântara as classe pobres” (RELATÓRIO DO MINISTRO DO INTERIOR, 1891, p.4).

O prédio como espólio do inventário da falecida Imperatriz Teresa Cristina Maria foi a leilão em 13 de novembro de 1890¹⁹⁷ (ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL, 1940, p. 316), mas foi arrematado pelo governo assim como o fez com a escola da Quinta (ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL, 1940, p.210). A *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz* fechou seu ciclo com a queda do Império, mas deixou um legado para a história da escolarização em Santa Cruz¹⁹⁸.

Entendemos que as escolas criadas pelo Imperador estiveram em concordância com projeto de escolarização do Estado e assumiram a função de preencher lacunas deixadas pelas escolas primárias públicas e subvencionadas em Santa Cruz. A *Escola de Meninas da Imperial Fazenda* foi criada com o objetivo de sanar a “ignorância” e a carência de instrução escolar levando conhecimento primário para a população sexo feminino em um período em que as fontes acusam inexistir escolas para esse público. Já a *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz* chegou com seu prédio, oficinas e salubridade com a proposta de levar instrução com padrão de grandes colégios privados existentes apenas no centro da Corte para dentro do sertão, instruindo e educando em grande parte crianças e adultos livres e libertos pobres, grupo este marginalizado pelo estigma de uma sociedade hierarquizada que fez da educação um motor para construir um projeto civilizador e disciplinador de condutas e hábitos sociais e econômicos.

¹⁹⁷ Com a proclamação da República e a retirada da família imperial do país, o Governo Provisório passou a administrar dos bens pertencentes ao Estado e as propriedades particulares do Imperador e de sua família, dentre eles a *Imperial Fazenda de Santa Cruz* e a *Escola Mixta* (RELATÓRIO DO MINISTRO DO INTERIOR, 1891, p.54).

¹⁹⁸ Pistas nos levam a crer que o espaço escolar foi reaberto com o nome de *Escola Mixta de Santa Cruz*.

4.4 As escolas “mixtas” da municipalidade

A Câmara Municipal do Rio de Janeiro foi uma instituição relevante para o projeto de ordem estabelecido pelo Estado Imperial. Remanescente do período colonial, a municipalidade foi instituída para propagar as leis criadas pelo governo central e administrar assuntos pertinentes ao cotidiano da população (GOUVÊA, 2002).

As Câmaras Municipais foram “importantes espaços de regulação da vida nas cidades” (CHETTINI; TERRA, 2013). Usadas pela elite local como centro de irradiação do seu poder político (BICALHO, 2010). Através dos Códigos de Postura Municipal e dos fiscais, a Câmara regulava e fiscalizava os estabelecimentos comerciais, a salubridade das pessoas dos espaços públicos e privados e intermediava na ordem pública, servindo, com apontou Souza (2001) de “conciliadora[s] de interesses entre trabalhadores e patrões”. A municipalidade, ademais do seu relevante papel para expansão da escolarização na Capital, incentivou a criação de Associações¹⁹⁹ beneficentes em prol da instrução primária mantendo escolas “mixta” para crianças e adultos pobres e foi porta voz de fregueses carentes de escolas públicas.

A Câmara Municipal abriu a *Escola Mixta de Santa Cruz* em 1881, quando já existia a escola pública de menino no povoado e a de meninas em Sepetiba, a subvencionada na praia e a escola privada do sexo feminino na Imperial Fazenda²⁰⁰. Mesmo havendo duas escolas sediadas no povoado a municipalidade instalou a sua instituição em um prédio alugado que pertencia à D. Maria José Garcia, localizado na Rua Manoel José, terceiro quarteirão (localidade que pertencia à região central do curato). A escola foi mobiliada como os móveis particulares da professora regente.

Embora bem localizada a casa necessitava de reformas o que motivou em 1884 a reclamação da professora Januária Soares de Vasconcelos à Diretoria das Escolas Municipais Suburbanas. Esta alegou que o espaço estava em ruínas e a sala de ensino não mais acomodava a quantidade de alunos que frequentavam a escola (AGCRJ, código 12.1.2, p.50). Consta no mapa de matrícula de 27 de janeiro de 1884 o registro de 64 inscritos (22 meninos e 42 meninas), com taxa de frequência máxima de 60 alunos e o mínimo de 42 (AGCRJ, código 12.1.2, p.52) e no fim desse ano foram registras 105 matrículas (AGCRJ, código

¹⁹⁹ Em 1887, a Câmara criou a *Associação Mantenedora* das Escolas Municipais, cujo protetor era o Imperador. O objetivo da instituição era auxiliar crianças pobres que por falta de recursos estivessem fora da escola. O idealizador da associação era o Comendador Oliveira Ramos (JORNAL DO COMMERCIO, 1887, ed.00337(1), p.1). A instituição era mantida por doações. Era uma associação criada no seio de instituições públicas com o viés de iniciativa privada. Era um exemplo da mistura entre o público e privado em prol de objetivo comum.

²⁰⁰ Veja o anexo 3 com o quadro das escolas de Santa Cruz.

A professora apresentou duas soluções para resolver o problema estrutural da casa: a dona do imóvel poderia fazer as reformas e depois a Câmara pagaria as despesas ou a municipalidade compraria a casa e faria as reformas necessárias. Como forma de pressionar os dirigentes municipais D. Januária fez um esboço de como a casa deveria ser e descreveu em que áreas a mesma precisava ser melhorada.

Cabe-se ainda apontar as obras que julgo indispensável além do que entendo com a segurança e conservação do edifício para a escola bastará: unir as salas de visita e de jantar, demolindo-se as paredes divisórias e dos quartos que existem de primeiro, ficando assim uma sala de ensino.

A demolição das paredes internas talvez traga a necessidade de 3 a 4 colunas de ferro de pequeno diâmetro para apoiar o teto.

Uma das janelas da frente deve ser transformada em porta a fim de dar entrada independente.

Para câmaras das professoras, lembro: aproveitarem-se os espaços ocupados pelas dispensa e cozinha ligando-as ao sobrado dos fundos por meio de um corredor coberto de ferro e zinco.

Com a realização destas obras ficará a casa da escola com boas e confortáveis acomodações (AGCRJ, código 12.1.2, p.52).

A reforma não aconteceu, mas através da descrição de D. Januária Soares e do esboço do seu projeto observamos que as acomodações da casa-escola por serem a residência da professora era um local improvisado, onde a sala de aula dividia espaço com quartos e a sala de jantar. Isso remete a um ambiente ambíguo que de 9 as 2 horas da tarde era o lugar onde as luzes do conhecimento eram refletidas e no restante do dia o espaço privado da família da professora. A mistura do espaço público e privado se encontrava nesse lugar.

Borges (2008, p.249) ao analisar documentos que tratam do ambiente casa-escola, problematiza essa condição de mistura do espaço doméstico com o profissional. A mesma explica que essa situação que se acentuava “quando a profissional em questão era a professora, mulher, esposa e mãe”. Cabia a esta zelar pela a higiene do espaço compartilhado pela família e alunos.

Assim também foram as casas das escolas públicas, subvencionadas e privadas. Essa situação era alvo de críticas em jornais onde se denunciava o estado precário das escolas e a urgência em construir prédios específicos. Segundo Faria Filho e Vidal (2000, p.24), respaldados na interpretação de Ilmar R. Mattos (1994) a mudança de mentalidade sobre a necessidade de separar o ambiente escolar do doméstico era reflexo do momento de luta do “governo do estado contra o governo da casa” e que também resultava em uma mudança cultural e política na maneira de lidar com o espaço doméstico.

Pelo “Regulamento para as escolas fundadas e mantidas pela Câmara Municipal” o ensino era gratuito e todos os objetos, livros e vestimentas eram fornecidos pela Câmara. O

curso durava 4 anos e durante esse período os alunos aprendiam: leitura, caligrafia, lição das coisas, gramática, aritmética, sistema métrico, doutrina cristã²⁰², história sagrada, história do Brasil, geografia geral, desenho linear, música, ginástica e trabalho com agulhas (para as meninas) (JORNAL DO COMMERCIO, 1884, ed. 00127, p.2).

Segundo o regulamento, nas escolas municipais as aulas começavam, a princípio, no dia 15 de janeiro e terminavam no dia 30 de novembro. No encerramento ocorria uma celebração como a registrada no relatório de Bento Barroso Pereira, diretor das escolas suburbanas:

A 10 do corrente encerram-se as aulas da escola municipal em ato público e solene na presença de numeroso auditório.

Incorporadas e vestidas de branco assistiram as meninas a missa paroquial na matriz do Curato, regressando ao piano Dr. Sérgio d'Oliveira seguindo-se as provas de suficiência, nas quais os alunos responderam satisfatoriamente em diversas matérias de instrução pública.

Foram examinadores o professor Carvalho Dr. Sergio d'Oliveira e a respectiva professora.

Seguiu-se a distribuição dos prêmios de animação entregues pelo Dr. Sergio e Diretor as meninas distintas, constando de medalhas, livros e presentes, sendo 12 oferecidas pela professora, 11 pelo diretor, 4 pelo Sr. Mathias Fernandes e 1 com 5\$ em um envelope para ser ofertado a menina mais pobre e aplicada e que coube a aluna órfã Francisca Pontes.

O diretor e o professor leram discursos análogos ao ato e no fim a professora abraçou uma das meninas para que transmitissem as suas companheiras esse complexo material

Uma das alunas também recitou uma locução cumprimentando o diretor oferecendo-lhe em nome das colegas uma almofada bordadas a lã.

Em seguida o Dr. Raul Barroso num brilhante improviso saudou os professores, Senhoras e circunstantes, finalizando a festa infantil com hino nacional e o exame dos trabalhos manuais expostos na sala imediata.

Foram este muito apreciado pelas famílias presentes: varias almofadas bordadas a ouro, seda e matiz, flores de pano e papel, trabalho de tesoura e canivete, várias artefatos de crochet e de lã, quadros, bordados diversos mostravam claramente o programa d'alunas nos trabalhos dessa natureza(AGCRJ, código, 12.1.8,p. 298v).

A celebração de encerramento funcionava com um ritual de passagem para os alunos que prestavam exames. Era uma forma de provarem que detinham o conhecimento dito essencial para serem cidadãos cultos e aptos a prosseguirem na sociedade como indivíduos letrados e civilizados. A cerimônia também servia para a municipalidade mostrar à população local seu trabalho em favor da instrução e educação. A exposição dos trabalhos manuais reforçava o papel social feminino que estava vinculado à ideia de moça prendada que zela pelo bem estar do lar ao saber produzir itens vinculados a casa.

Outro ponto interessante era o sistema de recompensa por aproveitamento e bom comportamento, chamado de “incentivo positivo”. Na descrição se fala em recompensa

²⁰² O ensino religioso ocorria ao sábado e só era obrigatório para os católicos (JORNAL DO COMMERCIO, 1884, ed. 00127, p.2).

pública de medalhas e prêmios em pecúlio. O regulamento escolar determinava recompensar os alunos ao longo de todo o ano dando-lhe laços e cadeira de honra. O incentivo era uma estratégia que funcionava como mecanismo de estímulo e motivação a aprendizagem e distinguir os alunos de forma hierárquica na sala de aula (MATINEZ, 1997, p.57).

Como relata Bento Barroso, a escola acolheu muitos alunos como consta no quadro:

Quadro 8 - Dados de matrícula e frequência da Escola Mixta de Santa Cruz

Data	Matrícula	Frequência Máxima	Frequência Mínima
Julho de 1881	22	15(média)	-
Outubro de 1881	30	27	16
Março de 1882	42	31	16
Abril de 1882	42	30	16
Mai de 1882	50	38	26
Junho de 1882	52	38	16
Julho de 1882	38 (f) e 14(m)	35	10
Agosto de 1882	36(f) e 14(m)	38	16
Setembro de 1882	41(f) e 15(m)	40	22
Janeiro de 1884	42(f) e 22(m)	60	42
Fevereiro de 1884	70	64	19
Mai de 1884	93	61	27
Novembro d 1885	27	-	-
Janeiro de 1886	16(f) e 6 (m)	15(f) e 4 (m)	5 (f) e 1(m)

Fonte: JORNAL DO COMMERCIO 1882, ed.00080(1),p.2; ed. 00214(1),p.3; ed.00220(1), p.2; 1884, 0016691), p.2; AGCRJ, código, 11.4.23, p.28;38;41; 46;55;69. (Autoria nossa, elaborado a partir das fontes citadas)

Duas questões chamam atenção. A primeira é a superioridade do número de matrículas femininas. Isso pode se justificar pela definição do artigo 7º do regulamento escolar da municipalidade que não admitia meninos com idade superior a 10 anos de idade nas escolas “mixtas”²⁰³, enquanto meninas de 6 a 14 anos eram aceitas. Assim para que os meninos de 11 a 14 anos pudessem ter acesso à instrução escolar gratuita deveriam ser matriculados na única escola pública de meninos do povoado. A segunda questão é a quantidade de matrícula e frequência. A escola teve alta demanda no início e manteve o crescente das matrículas e manutenção dos níveis de frequência máxima. Em 1886 esses números sofreram uma forte queda, mas isso foi motivado, segundo Bento Barroso, pela transferência da professora Januária Soares para outra escola no final de 1884 e pela abertura da *Escola Mixta da Imperial Fazenda*. Segundo o diretor das escolas suburbanas, “[...] a falta de frequência tem continuado máxima depois da abertura da Escola Mixta Imperial, que absorveu a maioria dos alunos frequentadores da escola municipal colocada muito próximo dela” (AGCRJ, código,

²⁰³ Diferentemente das escolas “mixtas”, o regulamento aceitava a matrícula de alunos de ambos os sexos de 6 a 14 anos nas escolas municipais de São Sebastião (Santana) e de São José. Estas foram as duas grandes escolas da municipalidade na Corte e fizeram parte do projeto de 1870 de escolas do Imperador.

12.1.2, p.120). A partir da fala do diretor acreditamos que o principal motivo para a queda das frequências foi a abertura de outra escola na mesma localidade, sediada em um prédio com melhores condições estruturais e sanitárias e que oferecia além do conhecimento elementar, o ensino de ofícios.

O regulamento escolar da Câmara, no artigo 14, determinava que escolas com frequência menor de 30 alunos não poderiam ser mantidas. Diante disso, começou um debate: de um lado alguns camarários que advogaram pela transferência e do outros os moradores de Santa Cruz e a imprensa pela manutenção do espaço escolar. A argumentação empregada a favor da mudança era que a escola estava infringindo o regulamento escolar devido à baixa frequência. Caso a escola fechasse os alunos poderiam ser todos transferidos para a *Escola Mista da Imperial Fazenda*, pois “[...] comportava 100 alunos de ambos os sexos [...] satisfaz as necessidades do lugar, e pôde [...] receber ainda alumnos de ambos os sexos, por não ter completado a máxima frequência” (JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed.00098(1), p.1).

Em 1886, o Conselheiro Antonio Henrique de Miranda Rego informou ao diretor das escolas suburbanas que a *Escola Mista da Imperial Fazenda* só poderia tolerar receber 50 matrículas de cada sexo independente se a frequência não fosse igual ao número de matrícula (AGCRJ, código 12.1.2, p. 121). Para contra-argumentar os camarários, os moradores locais em cartas e abaixo assinados²⁰⁴ alegavam que a *Escola Mista da Imperial Fazenda* estava com capacidade máxima e não poderia aceitar as vinte quatro meninas que estudavam na escola municipal e justificam que a redução da quantidade de alunos na escola era resultado da troca constante de professoras:

Acarece que se o numero das alunas que frequentam hoje a escola mixta municipal não é muitíssimo superior e isso devido as continuas mudanças de professoras e a ter ficado por diversa vezes a escola a cargo de adjuntas que ainda não tem a capacidade necessária para reger uma cadeira.

Parece aos Supp^{te} justo que uma localidade como esta que dá a Camara contos de reis por seu importante comercio, não tem luz nem calcamento e que tem água deve-a ao Governo do Imperial mereça da Illma Camara Municipal da Corte esse microscopio favor (AGCRJ, código 12.1.2, p.122).

Os moradores ao se posicionarem como sujeitos reivindicantes de seu direito a instrução, fizeram menção à relação estreita com a municipalidade. Como expõe Souza (2013, p.19) a Câmara era tida como lugar de demandas da população ,pois os munícipes recorriam a esta diante de “em suas lutas cotidianas”. Todavia, da mesma maneira que os cidadãos

²⁰⁴ Parte dos que assinaram o abaixo assinado se identificavam com negociantes e proprietários, moradores do povoado central. O fato de assim se identificarem evidenciam a mudança no nicho populacional, que naquele momento crescia graças ao desenvolvimento da atividade comercial estimulado pelo comercio da carne-verde e do gado.

recorriam ao órgão público local, estes usavam da estratégia de suscitar a relação de poder entre o governo central e local, ao citar o Governo Imperial como provedor de suas necessidades, ao contrário da desassistência da Câmara as suas necessidades urbanísticas, salubres, alimentares e de instrução.

A Lei de 1º de outubro de 1828, chamada de “Regimento das Câmaras Municipais”, concedeu a estas a prerrogativa de zelar pela “boa sociedade”, mas devido à política centralizadora dos dirigentes do governo central, o poder administrativo da Câmara do Município da Corte era reduzido motivando disputas de força e autoridade entre as duas esferas. Mattos(1994, p.194) ao discorrer sobre a centralização do poder no Estado Imperial, explica que nas freguesias do sertão o projeto de centralização defendida pelos dirigentes do Estado passava por uma “rede administrativa” que fazia a intermediação entre os indivíduos e o Governo, ou seja, tirando o particular do isolamento, estabelecendo um contato permanente entre esses. Assim dentro da estrutura hierárquica o poder local funcionava como um intermediário dos interesses do Estado reduzindo a ação da Câmara Municipal e submetendo-a a seu controle. Dado a isso, surge a relação de conflito, onde se vê o poder local sendo crítico as ações do Estado e lutando para se impor diante das questões da cidade.

Iamashita (2009, p.53) fala sobre essa relação de conflito de forças apontado para a disposição da Câmara a disputa de interesses particulares. A municipalidade ao mesmo tempo em que atendia a determinações do poder central, deixava exposto sua insatisfação e o confronto e rivalidade contra o mesmo. Enquanto isso, a população usava do conflito para reivindicar, alcançar seus objetivos, assim como fizeram os de Santa Cruz.

Entretanto, os moradores pediam a manutenção da escola, os camarários em fevereiro de 1886, discutiam para onde a escola seria deslocada. Dr. Ferraz propôs que esta fosse alocada na freguesia do Espírito Santo, mas sua opção foi questionada pelo Dr. Manoel Luiz de Moura o qual alegou que “a escola urbana é mais dispendiosa do que a sub-urbana, que com a mudança o professor hea rebaixado de categoria, e que além disso a camara esta presa por um contrato da casa onde funciona a dita escola” (GAZETA DE NOTICIAS, 1886, ed00043(1), p.1). Para conter as despesas, segundo Manoel Luiz de Moura, o melhor era transferi-la para a freguesia rural de Irajá, na localidade Fontinha. O local foi cogitado para abrigar escola desde 1881, mas até 1886 só possuía escola subvencionada (JORNAL DO COMMERCIO, 1881, ed.00015, p. 1) Segundo o diretor das escolas suburbanas, era “uma localidade paupérrima e cheia de analfabetos onde o ensino municipal pode[ria] ser mais concorrido e aproveitado” (JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed. 00098(1),p.1).

Em 7 de abril de 1886, diante da alegação do diretor das escola suburbanas de “não haver frequência” o presidente da Câmara autorizou a supressão da escola e a sua instalação na freguesia de Irajá (JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed.00049, p.2) em nome da “conveniência de ordem econômica” (JORNAL DO COMMERCIO, 1890,ed.00081, p,3).

A respeito da professora D. Januária Soares de Vasconcellos identificamos que ela, em 27 de maio de 1881, foi nomeada para o cargo de docente e diretora da *Escola Mixta de Santa Cruz*, anteriormente ocupava o cargo de 2ª professora na *Escola Mixta de São José* e morava na Rua das Laranjeiras n.35, freguesia da Glória (ALMANAK ADMINISTRATIVO, 1880, ed.00037, p. 506). Ao se mudar para a Santa Cruz passou a residir na casa da escola. Enquanto permaneceu no curato foi responsável por montar um plano de reorganização estrutura do espaço escolar e foi considerada pelo diretor das escolas suburbana, uma hábil profissional responsável por manter as frequências elevadas (AGCRJ, código, 12.1.8, p.120).

As alunas durante sua administração também foram elogiadas pelo Imperador que em visita a Santa Cruz passava pela escola (GAZETA DE NOTICIAS, 1884, ed. 00204, p.2). Januário solicitou transferência em janeiro de 1885 para uma das escolas urbanas (JORNAL DO COMMERCIO, 1885, ed. 00028(1), p.2). Especulamos que uma das possíveis causas de sua transferência foi pela falta de reparos na escola, pois, em 1886, Bento Barroso apontou que o prédio encontrava-se “muito arruinado, precisando de reparos urgentes e concertos dispêndios” (AGCRJ, código 12.1.2, p.120). Em 1885 Januária Soares²⁰⁵ voltou para a escola de São José e em seu lugar foi nomeada, em 30 de janeiro de 1885, a adjunta interina Anna Leopoldina do Amaral Nunes e em agosto quem assumiu o espaço foi a professora D. Amélia Freire Allemão.

Com a transferência do Matadouro Público para Santa Cruz em 1881, um novo grupo social passou a povoar a localidade: a classe operária. Junto com esses indivíduos um problema de ordem econômica e social se colocou em jogo: a formação de empregados instruídos e capacitados tecnicamente para servir de mão de obra para o novo empreendimento industrial.

Quando a vila operária foi planejada Antonio Barroso Pereira, diretor interino do Matadouro Público, determinou que fosse reservada a casa n.3 da vila, ao oriente, para instalar uma escola. Tal motivação deu-se segundo o diretor, em virtude de haver naquele lugar “[...] grupo enorme de crianças que ahi existia, sem os mais insignificantes princípios

²⁰⁵ Além de atuar com professora, encontramos registro em periódico que dona Januário atuou com sócia na *Sociedade beneficente dos dez mil* e na (JORNAL DO COMMERCIO, 1888, ed. 00010(1), p.3) festa da *Associação de Socorro Mutuo Protetora dos Artista Sapateiros e Classes Corretivas*, ela aparece recolhendo donativos para a escolas da municipalidade (GAZETA DE NOTICIAS, 1886, 00246(1), p.2).

de instrução, entregues á mais completa ociosidade e sujeira, portanto, as perniciosas consequências d'essa vida vegetativa que nenhum futuro offerece” (RELATÓRIO DO DIRETOR INTERINO DO MATADOURO PÚBLICO, 1883, p.84).

Em 1883 só havia escolas no centro do povoado²⁰⁶ e em Sepetiba, duas localidades que os moradores diziam ser distante do Campo de São José, local sede da vila operária. Lá havia “por mais de 60 crianças que precisavam de educação” (JORNAL DO COMMERCIO, 1886,00222(1), p.4). Por isso o diretor solicitou a Câmara Municipal à abertura de uma escola “mixta” onde pudesse ser regida “por uma senhora, que poderia ser a mulher ou irmã d’algum empregado” e que ministrasse aulas para criança no horário diurno e também aulas noturno para os operários do matadouro (RELATÓRIO DO DIRETOR INTERINO DO MATADOURO PÚBLICO, 1883, p.84).

Em 1884 a Comissão da Câmara responsável pelo Matadouro Público, Dr. Silva Rabello, J. Meirelles e Dr. Chavantes, protocolou na Câmara um requerimento propondo que fosse aberta

[...] uma das salas da casa do director, afim de nella poder funcionar uma aula diária para os filhos dos operários e um curso nocturno para os próprios operários, desenvolvendo-se o ensino á medida das necessidades, de modo que delle possam tirar os operários e seus filhos os proveitos precisos (JORNAL DO COMMERCIO, 1884, ed.00328(1), p.2).

O empenho em criar uma escola para os operários e seus filhos ia ao encontro dos objetivos do projeto de escolarização tanto no aspecto do civilizar quanto no usa a instrução primária como motor para as conquistas socioeconômicas do Estado. Segundo a Comissão da Câmara no período de transição entre o trabalho escravo para o livre se fazia necessária à instrução do povo (JORNAL DO COMMERCIO, 1884, ed.00328(1), p.2).

A preocupação para formar mão de obra qualificada advinha da necessidade de compor um quadro de funcionários e aprendizes qualificados para o matadouro. Uma vez que havia constantes crítica sobre a má qualidade dos trabalhadores da indústria da carne-verde (PEDROZA; DUARTE, 2013). Ao analisarmos o regulamento organizado por José Ferreira Nobre, ex-presidente da Câmara, para o Matadouro Público, vemos várias referências à necessidade de ter empregados e aprendizes que soubessem ler, escrever e contar. De acordo com o art 13, “os aprendizes da officina da preparação das tripas deverão saber ler, escrever e contar, preferindo-se sempre os filhos dos operários do matadouro” (JORNAL DO COMMERCIO, 1881, ed.00100(1), p. 2). Devido às exigências explicitadas no artigo,

²⁰⁶ As escolas do povoado: a pública para meninos, de meninas da Imperial Fazenda e a “mixta” da municipalidade.

entendemos que a preocupação com a instrução dos filhos dos operários seria uma estratégia de formar uma mão de obra qualificada dentro do próprio estabelecimento. Não havia como fazer isso se as crianças não tivessem acesso ao ensino primário.

Mari Del Priore (2016, p.340) aponta que as fábricas eram vistas pelos pais e patrões como escolas, as quais ensinavam disciplina para a formação do cidadão e um ofício ao se tornarem operários. O trabalho dos jovens ajudava economicamente a renda da família. A possibilidade dos filhos se tornarem aprendizes do matadouro poderia ser mais um estímulo para que os empregados desejassem a abertura de uma escola para instruir as crianças nas primeiras letras.

O diretor interino estava convencido de que a criação da escola seria favorável para a relação dos funcionários do Matadouro para com a Câmara. Segundo Antonio Barroso, “tal dispêndio será amplamente recompensado pelos benefícios que d’elle devem resultar aos operários do Matadouro, que residiam no estabelecimento, tornão-se por isso além de tudo hospedes da Illma Câmara” (RELATÓRIO DO DIRETOR INTERINO DO MATADOURO PÚBLICO, 1883, p.84). A fala do diretor evidencia a possibilidade de usar a escolas com mecanismo para intensificar a dependência e manter o controle da Câmara sobre os funcionários que tivesse filhos na escola.

Desde o início do funcionamento do Matadouro de Santa Cruz os operários se mostraram combativos diante do estado de precariedade do recurso para o desempenho do trabalho, com os atrasos de salários e com a falta de infraestrutura do lugar, tais reclamações eram noticiadas no jornais (PEDROZA; DUARTE, 2013; SILVA, T. 2013; RAMOS JUNIOR, 2019), como a publicada no *Novidades*²⁰⁷, de 11 de outubro de 1888, sob o título “A comédia do matadouro”, que informava a adesão de mais uma greve dos funcionários do matadouro por causa do atraso salarial de dois meses (NOVIDADES, 1888, ed. 00223(1), p.1). A “benevolência” da Câmara com a instrução dos filhos dos seus empregados serviria para amenizar possíveis conflitos entre as parte.

Outro ponto do regulamento proposto para o Matadouro Público sinalizava para a relevância do ensino noturno:

Art. 11 O mestre da officina de preparação das tripas será nomeado d’entre os operários que mais prática tiveram do serviço da officina, **preferindo-se o que souber ler, escrever e contar, tiver bom comportamento e reunir as mais qualidades indispensáveis para o bom desempenho das funcções que dever exercer**(JORNAL DO COMMERCIO, 1881, ed.00100(1), p. 2, grifo nosso).

²⁰⁷ Periódico de circulação diária, composto de quatro páginas, sendo que as duas últimas trazia anúncios relacionados casas comerciais da Corte. A primeira página tinha espaço para um folhetim e informava notícias corriqueiras e publicava editais da Câmara. Era produzido na Rua do Ouvidor.

O conhecimento primário além de ser importante para realização do trabalho era também a chance de ascensão profissional. Nessa brecha o ensino noturno além de instruir servia para moldar comportamento, ou seja, moralizar e contribuir para manter ordem e disciplina no espaço social. Para Antonio Barroso, a instrução dos adultos era uma forma de tornar o operário mais regrado e “dócil”:

Além d’essa aulas para a infância, ôde a Illma.Câmara estabelecer um curso nocturno para os adultos, medida essa que duplamente aproveitará ao pessoal: não só terão os operários occasião e ensejo de aprender pelo menos a ler e a escreve, com o ainda **serão obrigados pelo estímulo a passar parta da noite n’um entretemimento ao mesmo tempo útil e agradável, certamente mais profícuo do que os ociosos passatempos a que se entregão, muita vezes com sensível prejuízo para elles e para suas respectivas famílias.** Educados assim e tendo para suavizar as canseiras do trabalho o proveitoso sossego do estudo e da leitura é de **crer que esses operários se tornem morigerados e de dócil comportamento, o que em extremo auxiliará a ordem e o bom andamento dos serviços** (RELATÓRIO DO DIRETOR INTERINO DO MATADOURO PÚBLICO, 1883, p.84, grifo nosso).

Na fala do Antonio Barroso estava contida a lógica do projeto civilizador e moralizador. Um projeto que fez da instrução primária um ferramenta para moldar comportamentos sociais, definir valores morais “atrelada às visões das classes senhoriais e as tradições do Império” (RIZZINI; SHUELER, 2017) estabelecer ordem e conter conflitos sociais que pudessem ser provocados pela condição de ócio e vadiagem de sujeitos sem trabalho ou sem educação. Essa era a instrução útil, aquela que formava as camadas sociais populares com um currículo elementar “difundindo a língua nacional, propagando a religião, o ensino de escrita, da leitura e rudimentos da aritmética [...] e moral” (RIZZINI; SHUELER, 2017, p.147), a fim de servirem a propósito do projeto de formação de um Estado Imperial prospero, moderno e civilizado.

Ao moldar o comportamento imprimindo novos hábitos, arraigados ao desenvolvimento intelectual esperava-se transformar o ambiente de convívio social e de trabalho. Isso nada mais é do que parte do processo civilizador apontado por Norbert Elias (1994, p. 16-18) na formação da “boa sociedade”.

Mas quem eram esses sujeitos chamados genericamente de operários? A *Folha Nova* de 1883 relatou a dificuldade relacionada à mudança e instalação dos operários e suas famílias em Santa Cruz e da falta de ajuda da Câmara com o traslado (FOLHA NOVA, 1883, ed.00147,p.3) Segundo Freitas (1950, p.61), tentou-se trazer funcionários do matadouro de Lisboa, mas houve oposição de alguns operários. Freitas (1950, p.76) também aponta que alguns operários deixaram suas famílias na Corte. Com o fechamento de Matadouro de São

Cristovão e a falta de mão de obra especializada alguns funcionários do antigo estabelecimento migraram para Santa Cruz. A chegada dos operários foi uma das causas do aumento populacional na localidade e agravou ainda mais o problema da demanda escolar no início da década de 1880.

Freitas (1950) contabilizou 214 nomes de operários das oficinas e empregados de altos cargos em 1881. Dentre eles haviam moradores da localidade como Gregório Cancio Pontes, que foi magarefe e Honório dos Santos Pimentel, operário da oficina de estilete. Ambos pertenciam a famílias de Santa Cruz²⁰⁸. Freitas não aponta nome de mulheres, mas o diretor interino do Matadouro no relatório à Câmara em 1883 apontou a existência de mulheres trabalhando nas oficinas do Matadouro:

Apenas 6 operários por conta da Illma. Camara trabalhava ahi, enquanto que enchião a officina individuos dos dois sexos, uns trabalhando por conta própria, outros pagos por diversos (RELATÓRIO DO DIRETOR INTERINO DO MATADOURO, 1883, p.7-8).

Por não serem funcionárias diretas da Câmara estas mulheres talvez não fossem contabilizadas como operárias do matadouro o que possivelmente inviabilizaria que seus filhos tivessem direito a escola da municipalidade.

Dentre aqueles que residiam na vila operário em 1881, Benedicto Freitas identificou que 22 eram casados, 40 solteiros e 2 operários tinham filhos que também eram funcionários do matadouro²⁰⁹ e havia aproximadamente 53 crianças. Sobre a origem dos operários Freitas informa que “164 era brasileiros, 38 portugueses, 2 espanhóis, 7 paraguaios e 3 africanos”(FREITAS,1950, p.84).

Em 1886, no ano da inauguração da *Escola de Santa Isabel*, havia aproximadamente 71 crianças entre 5 e 13 anos de idade (JORNAL DO COMMERCIO,1886, ed.00222, p.3) e o Matadouro empregava 167 operários e empregados oficialmente vinculados à Câmara Municipal (LAMMERT,1886, p.407-408).

Os membros da Comissão de Instrução da Câmara cogitaram criar uma “modesta escola” em uma sala do edifício do Matadouro. A abertura da escola foi aprovada quando a Câmara conseguiu juntar os recursos necessários para a manutenção do espaço, a compra dos

²⁰⁸ Gregório Cancio Pontes foi aluno da *Escola Pública do Sexo Masculino do Curato de Santa Cruz* no período do professor João Antunes e era filho de Francisco Cancio Pontes. Honório José Pimentel era irmão de José dos Santos Pimentel, servente no curral do matadouro. Honório começou com cargo humilde no Matadouro ainda muito jovem e devido as ligações políticas com o grupo político local conseguiu eleger-se deputado federal e Intendente Municipal por 18 anos, suas cinco filhas cursaram a *Escola Normal* e foram professoras em Santa Cruz. Sua trajetória política o fez ser conhecido como Coronel Honório Pimentel (POLIANTÉA DE SANTA CRUZ, 1933, p.24).

²⁰⁹ Nem todos os nomes foram possível identificar o estado civil.

utensílios escolares, o pagamento da gratificação de seis meses no valor de 150\$000 réis mensais e mais 100\$000 para as despesas extraordinárias da professora. As despesas foram orçadas em 3:000\$000 réis, pagas a custa de donativos. A escola recebeu doações de particulares: 1:480\$000 réis em espécie com o restante em materiais. O Sr. J. Antonio Ferreira Vilas-Boas doou papeis, tintas, penas, lousas e demais matérias de escritório (JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed.00200(1), p.3; ed.000222, p.3;1887, ed.00020(1), p.1; ed00033, p.2). Um meio para obter recurso de forma rápida era a promoção de eventos patrocinados pela Câmara, como consta no anúncio publicado na *Gazeta da Tarde* do dia 14 de julho de 1886.

Figura 23 - Anúncio de donativo para a Escola de Santa Isabel



Fonte: GAZETA DA TARDE, 1886, ed.000158(1), p.4.

Na sessão, de 10 de julho de 1886, a Câmara Municipal aprovou que a instituição fosse denominada *Escola de Santa Isabel*²¹⁰, mas pela população local e pela imprensa era

²¹⁰ A Associação Promotora da Instrução mantinha uma escola chamada *Santa Isabel*. Esta estava localizada na Rua Boulevard em Vila Isabel e estava sobre a direção de José Ventura Boscoli. Esta atendia meninos e

chamada de *Escola do Matadouro*. Também foi determinado que seria inaugurada no dia do aniversário da princesa Isabel (29 de julho) (JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed.00200. p.3). A inauguração ocorre no dia 29 de julho de 1886 e devido a contratempos a solenidade de abertura se deu um dia depois, em 30 de julho. Esta foi uma escola privada mantida pela municipalidade destinada a um público específico, os filhos dos operários e empregados do Matadouro Público (JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed.00166(1), p.2).

A celebração da inauguração da *Escola de Santa Isabel* foi amplamente noticiada pela Imprensa da Corte. Encontramos artigos publicados sobre o festejo²¹¹ nos periódicos *A Semana*, *Gazeta de Noticias*, *Jornal do Commercio*, *O Paíz*, e *O Apóstolo*. Assim relatou o artigo do *A semana*, de 31 de julho de 1886.

Camara Municipal

Depois dos discursos, do estourar das girândolas, do hymno nacional e de tudo mais que é de estylo em cerimonias officiaes, inaugurou-se hontem ás 2 horas da tarde, com a assistência de S.M. o imperador, de suas altezas e de grande numero de convidados, a escola de Santa Isabel, no matadouro de Santa Cruz.

A creação d'este estabelecimento de educação é uma ideia que honra sobre maneira a nossa edilidade, pois a infância d'aquelle logar até hoje tem vivido completamente nas trevas. Uma escola em Santa Cruz era uma necessidade palpitante e urgente, como o é a creação de outras muitas em um paíz com o nosso, onde as escolas nunca são de mais.

Honra, pois, á camara municipal que não satisfeita com libertar infelizes escravos, com ainda ante-hontem, que libertou 60, dota o município com mais um foco de luz. A festas semelhantes assistiremos sempre com grande jubilo (A SEMANA, 1886, ed.00083(1), p.151).

No texto, o autor²¹² reintera a imagem da escola primária como lugar de propagação das luzes do conhecimento responsável por libertar as crianças, o futuro do Estado, das “trevas” provocadas pela ignorância, o analfabetismo e o desconhecimento dos códigos e regras morais (OLIVERIA, 2003). O autor também se aproxima da lógica que pensa no Estado como aquele que tem o dever constitucional de dar instrução pública as camadas populares (MARTINEZ, 1997).

O discurso legitimava a ação filantrópica da Câmara Municipal ao criar mais uma escola privada gratuita composta por crianças pobres carente de espaços escolar e, ao mesmo tempo, criticava o processo de escolarização dirigido pelo governo central que já era alvo de reclamações na imprensa e nos *Relatórios do Império dos Negócios do Império*, devido à lentidão do processo de expansão escolar nos freguesias rurais.

meninas pobres e mantinha um curso noturno (JORNAL DO COMMERCIO, 1883, ed.00001(1)p,2 ;1886, ed.00190(1), p,2).

²¹¹ Enquanto a *Escola de Santa Isabel* teve ampla publicidade sobre sua inauguração a *Escola Mixta de Santa Cruz* não consta qualquer noticia sobre festejo relacionada ao dia de sua inauguração no curato.

²¹² A fonte não identifica o nome do autor.

A cerimônia contou com a presença da Família Imperial, moradores da localidade e vereadores da Câmara:

A uma hora da tarde, presentes, além de S.M e A.A Imperais, os Srs. Senador Correia, vereadores Drs. Pereira Lopes, Nunes de Souza, Luiz de Moura, Emílio da Fonseca, Pinto Guedes, Possolo, Alexandrino do Amaral, Costa Ferraz, Oliveira Brito, Pinto Aleixo, Silva Rabello, João Luiz, Visconde de Santa-Cruz, representantes da imprensa e um grande número de senhores e cavalheiros, que havia partido da Corte, a Ver . Padre provincial da Ordem dos Franciscanos, Fr. João do Amor Divino Costa, procedeu a benção da sala destinada à escola de Santa Isabel (GAZETA DE NOTICIAS, 1886, ed.000213, p.2).

Entendemos que tamanha visibilidade ao empreendimento educacional da municipalidade no Matadouro servia como estratégia para amenizar as críticas contínuas divulgadas nos jornais a respeito da administração da Câmara sobre a indústria e seu trato para com os empregados.

A escola funcionou no salão do pavimento superior do palacete administrativo da Diretoria do Matadouro. Segundo descrição de *O Paíz*, o salão era “bem ventilado”, tinha “bancos-carteiras bem distribuídos e que podiam servir para 36 alunos”. Na parede principal havia a fotografia do Imperador e uma imagem do “crucificado”. Havia duas frases escritas nas paredes uma delas dizia: “Convém formar professores capazes e dignos da nobre missão de preceptores do povo ou nada teremos feito a bem da instrução primária – Guizot”. A outra “Daí-me a direção do ensino durante um século e eu mudarei a face do mundo – Leibitz”. Na parte superior da porta lateral havia uma pedra de mármore: “Escola de Santa Isabel – Inaugurada no dia 29 de julho de 1886, sendo presidente da Illustrissima Câmara o Exmº Sr Dr. João Pereira Lopes”, junto a esta vinha o nome dos camarários que participavam das três comissões que atuaram diretamente na abertura da escola, a Comissão da Fazenda, Matadouro e Instrução (O PAIZ, 1886, ed.00210, p.1).

Os escritos nas paredes evidenciavam o compromisso da Câmara como o ideal de uma instrução capaz de moldar comportamentos e transformar o meio social. De acordo com Marta Abreu e Alessandra Schueler (1997), a criança era vista como o futuro, a responsável pelo devir, e sobre esta era atribuída à responsabilidade do progresso da pátria. Era necessário moldar a criança para que correspondesse aos anseios objetivados pelo Estado. Essa mentalidade vai ao encontro do que Norbert Elias descrever sobre o processo moldagem da criança em adulto:

[...] sem a assimilação de modelos sociais previamente formados, de parte e produtos desses seres mais poderosos, e sem a moldagem de suas funções psíquicas que eles acarretam, a criança continua a ser,[...], pouco mais um animal. É justamente porque a criança desamparada precisa da moldagem social para se

transformar num ser mais individualizado e complexo, a individualidade do adulto só pode ser entendida em termos das relações que lhe são outorgadas pelo destino e apenas em conexão com a estrutura da sociedade em que ele cresce (ELIAS, 1994, p.31).

Esse espaço social moldador de comportamentos que Elias descreve pode ser transfigurado na escola. Nesta, crianças e jovens eram moldadas segundo o padrão social pré-determinados, a fim de se tornarem adultos produtivos e possíveis de serem controlados. Aos alunos seriam dados os parâmetros de como interagir com o meio e com os demais membros do seu grupo social e as demais camadas superiores ou inferiores, além de tudo ter capacidade de conter suas paixões, se portando como cidadãos que zelam pelo bem estar político e econômico do Estado Imperial.

A *Escola de Santa Isabel* era organizada segundo o regulamento para as escolas “mixtas” da municipalidade. Havia a proposta de nela se oferecer ensino técnico. Dentro da Câmara havia aqueles que advogavam em favor da oferta do ensino técnico em suas escolas primárias. No relatório da Comissão de Instrução da Câmara Municipal de 1888 o relator defendeu a criação de “oficinas de artes liberais” nas escolas municipais, pois seria de suma importância para “garantir que mais tarde os alunos tivessem um meio de vida honesto e proveitoso” (JORNAL DO COMMERCIO, 1889, ed.0063(1), p.2). Segundo Edmar Soares Ramos Junior (2019, p. 50), a Escola do Matadouro representou um estabelecimento ideal para os que advogavam em favor do ensino técnico.

Nas fontes analisadas não há evidências que o ensino de ofícios foi implantado na *Escola de Santa Isabel*. O mapa de matrícula publicado em 1889 mostra que o programa de ensino da escola era composto das disciplinas elementares da instrução primária e desenho linear (AGCRJ, código, 11.4.23, p. 83).

A escola do Matadouro foi regida e dirigida pela professora municipal D. Maria do Carmo Paula Menezes Monteiro²¹³. Esta foi nomeada pela Câmara, onde foi reconhecida por sua habilidade profissional e sua “competência para executar o duplo papel de mãe e de professora” (JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed.00200(1), p. 3). Seu vencimento era 1.800\$000 réis mensais, ou seja, superior ao que era pago ao um professor público que atuasse em escolas das freguesias rurais (1.500\$000 réis). Seu salário era superior ao das demais professoras das escolas municipais das freguesias rurais²¹⁴ (entre 1.000\$000 a

²¹³ D. Maria do Carmo antes fora, por muitos anos, adjunta da municipalidade, sendo figura conhecida da Comissão de Instrução da Câmara (JORNAL DO COMMERCIO, 1887, ed. 00020(1), p. 2).

²¹⁴ Em 1886 Irajá, Campo Grande e Guaratiba possuíam uma escola “mixta” municipal, todas funcionando em prédios alugados e possuíam um professore e uma adjunta. Embora o valor a ser pago de salário fosse menor do que era destinado a professora de Santa Cruz, o custo total dessas escolas era superior a do curato, devido o despesas com a adjunta e o aluguel da casa. A professora recebia 1.000\$000, a adjunta 600\$000 e o

1.200\$000 réis), porém, D. Maria do Carmo não tinha auxílio de uma adjunta, assim como as demais. Com isso, seu salário foi equiparado ao recebido pelas primeiras professoras das escolas “mixtas” de São José e São Sebastião, ambas tratadas com vitrines do ensino municipal (JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed.000311(1), p.2). Além do salário D. Maria do Carmo também recebia 200\$000 réis para custear limpeza da sala da escola.

Durante sua direção a escola foi visitada por políticos, como o presidente da Câmara João Pereira Lopes, o senador Affonso Celso e o deputado Affonse Cesar Junior, os quais acompanharam a avaliação das alunas e a celebração da entrega de prêmios. Nessa ocasião a professora foi congratulada pelos serviços prestados e seu “desvelo maternal para com seus alunos” (DIARIO DE NOTICIAS, 1886, ed.00535(1), p.1).

Em 1886 Maria do Carmo foi transferida para *Escola Nossa Senhora do Socorro* em São Cristovão. Após a escola ficar sem professora, em 1888, passou a ser regida pela adjunta interina Maria Amália de S. Porto. Neste período a escola registrou baixo índice de matrícula.

No primeiro ano de funcionamento a escola registrou 71 matrículas: 38 meninas e 33 meninos na idade de 5 a 13 anos. Embora o regulamento proibisse que meninos de mais de 10 anos frequentassem as escolas “mixtas” da municipalidade, em Santa Cruz consta a inscrição de 12 alunos entre 11 e 12 anos e dois alunos com 13 anos. A aceitação deste público fez com que a quantidade de meninos fosse superior a de meninas (JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed00222(1), p.3). A manutenção de alunos fora dos padrões de idade definido pelo regulamento se tornava uma estratégia para manutenção da escola, com explica Borges e Vidal (2016).

Em 7 de janeiro de 1887, a escola contabilizava 60 alunos de ambos os sexos, Segundo João Pereira Lopes, todos eram filhos de operários do matadouro (JORNAL DO COMMERCIO,1887,ed.00033,p.2). É estranho que em uma localidade onde se alegava existir mais de 60 crianças sem acesso a escola dois anos após a criação do espaço escolar o índice de frequência tenha caído drasticamente: em fevereiro ao todo havia 24 matriculado e em agosto 34, com demonstra o quadro 9.

Quadro 9 - Matrícula e frequência da Escola de Santa Isabel (1888 e 1889)

Data	Matrícula	Frequência Máxima	Frequência Mínima
29 de fevereiro de 1888	18(f) e 6 (m)	12 (f) e 4 (m)	8 (f) e 2(m)
31 de agosto de 1888	25(f) e 9 (m)	16(f) e 8 (m)	5 (f) e 4(m)
30 de outubro de 1889	28 (f) 17 (m)	20 (f) e 13(m)	---

Fonte: AGCRJ, código 11.4.23, p, 79 - 83. (Autoria nossa, elaborado a partir de dados da fonte citada).

Mas o que aconteceu para haver em 1888 tal defasagem de alunos? Uma das pistas está no relatório do camarário José do Patrocínio²¹⁵ que em visita a *Escola de Santa Isabel* em 1887 comparou o local a uma “enfermaria mental” abandonada pela professora e em mau estado de funcionamento. Não obstante, o denunciante não criticou somente a manutenção da escola, segundo o mesmo todo o curato encontrava-se em abandono o que motivou a suspensão do fiscal de Santa Cruz (DIARIO DE NOTICIAS, 1887, ed.00593(1), p.1; GAZETA DE NOTICIAS, 1887, ed.00022, p.1).

O único mapa de matriculo identificado para o ano de 1889 aponta uma pequena elevação do número de matriculado em relação ao ano anterior, ao todo havia 45 matriculado com frequência máxima de 33 alunos. Embora o documento registrasse o aumento das matrículas acima de 30 alunos, a escola não foi mantida. Em 28 de junho de 1890, o Conselho da Intendência Municipal deliberou pela extinção da *Escola do Matadouro* deslocando a professora adjunta para a *Escola de São Sebastião* (JORNAL DO COMMERCIO, 1890, ed.00181(1), p.3). O mobiliário da escola foi reaproveitado pela *Escola Mixta do Engenho de Dentro* (O PAÍZ, 1890, ed. 03087(1), p.3). Em 1926 por iniciativa de Carneiro Leão, a Intendência Municipal abriu outra escola no matadouro chamada de *Escola Estados Unidos*²¹⁶ a qual atendia toda a comunidade, tinha prédio próprio e oferecia “aulas práticas e teóricas de agricultura, apicultura e trabalhos manuais em madeira” (NOPH, s/ código, p.1).

Não identificamos fontes que possam nos dizer o que aconteceu com a *Escola do Matadouro* no hiato entre 1887 e 1888, não podemos dizer se de fato foi aberta a escola noturna para os operários com foi proposto em 1881 e se as oficinas foram abertas para os filhos dos operários. Em razão de parte da documentação do Matadouro ter sido perdida em incêndios, muitas lacunas foram deixadas abertas e dificilmente poderão ser respondidas. Mas

²¹⁵ José do Patrocínio pertencia a Comissão do Matadouro Publico da Câmara Municipal.

²¹⁶ A escola só passou a ser chamada de *Ginásio Estadual Princesa Isabel* em 1962. Atualmente é um estabelecimento mantido pela prefeitura do Rio de Janeiro voltada para o ensino primário e recebe o nome de *Escola Municipal Princesa Isabel*.

tentamos mobilizar outras fontes com os periódicos a fim de encontrar rastros que nos permitissem contar parte da sua história. Segundo a documentação consultada esta foi a última escola aberta até 1889. Embora houvesse planos da municipalidade em abrir outra escola, pois se entendia que aquela era longe para atender a população que morava em outras periferias como do Curral Falso, Canhangá, Cantagalo e Rumo, porém, isso não ocorreu.

O projeto da *Escola do Matadouro* conseguiu romper a margem do centro do povoado levando instrução e educação para a periferia, mas segregou o saber aos filhos dos operários criando um espaço educacional privilegiado. Nesse espaço o debate sobre a educação ganhou outra dimensão, a qual se vincula a questão das lutas trabalhistas, questão esta ausente das demais escolas. Isso se deve porque ela atrelou a educação a um benefício do empregado e operário do Matadouro, com se uma fosse extensão da outra.

Para nós a inauguração das escolas “mixtas” municipais serviu para consolidar os camarários da municipalidade como sujeito protagonista junto aos dirigentes do Ministério dos Negócios do Império na resolução dos problemas da escolarização da Corte. Em Santa Cruz, a Câmara Municipal, como órgão público, instituiu escolas privadas filantrópicas usando de autonomia jurídica obtida pela lei de 1º de outubro 1828 para atuar como auxiliadora do poder público na expansão escolar. Por estratégia política sua atuação foi muito mais intensa no centro da Corte, onde instituiu mais espaços escolares. O curato teve o benefício de ter duas escolas. Dois projetos de educação que nasceram com a missão salvadora de levar instrução às crianças pobres, mas que acabaram esmagados pela falta de investimento e infraestrutura nos espaços escolares.

Ao analisarmos a história do curato de Santa Cruz observamos que em diversos momentos a questão educacional esteve interligada com problemáticas relacionadas ao desenvolvimento econômico, moral e social. O processo de formação de indivíduos minimamente moldados no padrão eurocêntrico civilizatório iniciou-se com os Jesuítas. Sua estratégia associara conhecimentos rudimentares e de ofícios às práticas de controle social sobre os escravizados a fim de obter benefícios econômicos. Nos anos do Império, a instrução ao estar vinculada a uma estrutura formal de ensino e presa a regulamentos trocou de público alvo. Voltada para livres pobres e libertos manteve o ideal de construir uma sociedade moralmente ordeira, letrada e religiosa e produtiva para o trabalho a partir do mecanismo escolar da instrução elementar.

Chama atenção como em Santa Cruz, polo de abastecimento de gêneros agrícola e pecuário para a Capital do Império, não existiu experiências escolares concretas voltadas para o ensino agrícola. Houve duas iniciativas de implanta-lo, a primeira foi em 1860 quando

criaram o *Instituto Agrícola Fluminense e Indústria Nacional*. Sob a justificativa de estarem pensando no futuro da moralidade e da segurança dos indivíduos que moravam no sertão foi proposta a criação de uma escola na *Imperial Fazenda* (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1860, ed.00032(1), p.2). A segunda iniciativa foi em 1870 com o pedido do padre Janrard para abrir uma escola agrícola (AN, código 965, v.1, p.5-7). Ambas investidas não foram concretizadas e o que expandiu em Santa Cruz foram as escolas de primeiras letras.

Entendemos que a processo de escolarização do curato de Santa Cruz tem similaridades com aquele praticado nas freguesias rurais em relação ao ensino público e subvencionado. Porém, o ensino privado apresentou alguns traços diferentes em razão das intervenções diretas do Imperador e das iniciativas da Câmara Municipal. A ação desses dois sujeitos sobre a escolarização de Santa Cruz influenciou a expansão escolar, a descentralização das escolas e a oferta de ensino de ofícios.

Nesse estudo pudemos observar que em Santa Cruz o ensino público e privado andaram juntos de modo que o investimento de capital privado atuou nas lacunas e carências deixadas pelo órgão do governo central responsável pela instrução pública da Corte. A *Escola de Santa Isabel* e a subvencionada do professor Manoel de Cespede Barbosa ocuparam espaços em regiões periféricas onde não havia escolas – Campo de São Luiz e Sepetiba. As iniciativas privadas através da *Escola de Meninas da Imperial Fazenda* e a subvencionada de meninas da professora Maria Joaquina levaram instrução para o público feminino quando não havia escolas públicas no curato para estas. E por fim, a escola privada do Imperador levou ensino de ofícios onde só havia a difusão do ensino elementar. Outro ponto importante são as escolas privadas que iniciaram o movimento de ensino “mixto” no curato, dando origem a um processo de mudança na configuração das relações entre os sexos dentro do ambiente escolar santa-cruzense.

Quanto às escolas privadas pagas, oficialmente em Santa Cruz só houve uma em 1851 e que com o tempo se tornou subvencionada, devido às características financeiras da população da região. Esse comportamento foi similar ao que se registrou nas demais freguesias do sertão, onde a proliferação do ensino pago teve dificuldade de ser implantado devido a questões de logística e econômica.

Quanto ao ensino público, este se fez presente de acordo com as especificações dos regulamentos de 1854 e 1879 e recursos públicos disponíveis para a sua manutenção. Tais escolas com todos os contratemplos relacionados à instabilidade de professores, precarização do espaço escolar se mantiveram em Santa Cruz até o advento da República. As escolas tiveram a sua relevância ao marcar o pioneirismo do ensino formal e regulamentado nas

localidades em que foram instaladas. Foram relevantes para a população em seu processo de formação sociocultural.

O processo de escolarização em Santa Cruz teve a participação de sujeitos diversos. Os delegados da instrução representando o governo central, os camarários da municipalidade, o Imperador, a população local (empregados da fazenda, escravizados, lavradores, negociante, libertos, livres pobre, operários, pescadores e proprietários) e os professores, todos atuaram como sujeitos ativos, cada qual com seu capital social, político e econômico e fizeram uso de estratégias e autoridade para intervir e influenciar na forma com o processo de escolarização em Santa Cruz se desenvolveu.

Ao mesmo tempo em que a sociedade civil interviu sobre o processo de escolarização a escola como mecanismo formador de sociedades civilizadas, através do conteúdo de primeiras letras atrelado a valores morais e religiosos, moldou a sociedade santa-cruzense, visando tirá-la do obscurantismo da ignorância que supostamente pairava no sertão e fazendo dela um lugar mais civilizado contribuindo para o projeto de Estado Imperial forte, civilizado, controlado e hierarquizado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos nosso texto te convidando, caro leitor, a imergir em uma narrativa sobre a expansão da instrução escolar pelo território rural da Capital Imperial. Como em uma caça ao tesouro nós investigamos, seguimos pistas, encontramos evidências que nos ajudaram a entender um pouco mais sobre a escolarização no sertão em especial aquela ocorrida no curato de Santa Cruz.

Como vários estudos apontam, na segunda metade do século XIX, a instrução primária foi empregada pelos dirigentes do Estado Imperial como meio para formar uma sociedade produtiva, civilizada, organizada e disciplinada, segundo princípios liberais. A instrução se consolidou como o motor do progresso em um período em que se discutia a mudança do trabalho escravo para o livre e se buscava modernizar a economia através da atividade indústria.

Nesse turbilhão de transformações havia a região periférica do município da Corte, espaço estigmatizado como o lugar da barbárie, do atraso econômico e da desordem social. Era também o polo que abastecia a Corte com gêneros alimentícios e local estratégico para as rotas comerciais terrestres e fluviais entre o interior do Império e a Capital. O sertão era o lar da produção rural, onde estavam localizadas as fazendas cafeeiras e os engenhos de açúcar, onde também moravam grandes famílias produtoras e os pequenos foreiros. Não obstante, cada freguesia rural tinha características próprias, algumas devido à proximidade do centro da Corte tinham traços mais urbanos, com atividade econômica voltada para a pequena indústria e oficinas, outras, as mais afastadas, tinham uma estrutura social enraizada no modo de vida rural, com casas esparsas e um pequeno núcleo urbano localizado no centro, local demarcado pela igreja matriz.

No final do século XIX, vimos que o advento da modernização das linhas de transporte acelerou o processo de urbanização nas freguesias rurais. As mudanças foram marcadas pelo aumento populacional, mudanças no espaço físico, abertura de ruas e desmembramento de antigos engenhos para dar lugar a lotes de casa. Era o urbano transformando a paisagem e o modo de vida do espaço rural, imprimindo sobre este o rótulo de suburbano.

A escolarização também foi uma marca de transformação. A necessidade de civilizar e tornar mais produtiva a população marginalizada das freguesias rurais impulsionou discursos em prol da urgência da expansão do número de escolas.

A escola era o mecanismo emergencial para promover os objetivos da elite política burocrática do Estado Imperial. Mas como levar a instrução se o Governo central não tinha recursos e nem investia suficientemente para expandir as escolas públicas? A hierarquização entre o centro e o rural promovida pelas ações estatais resultavam na carência escolar das regiões periféricas, na lentidão e na desigualdade na distribuição de escolas pelas freguesias. Essa visão hierarquizada estava presente na documentação oficial da IGIPSC ao registrar os logradouros das escolas rurais, identificando-os apenas com a palavra “freguesia”, nas propostas de deslocamento escolar ao levar as crianças do sertão para estudar na cidade e na morosidade na abertura das escolas.

Além das questões pontuadas, outro fator que se somava para dificultar a manutenção das escolas era a diferença salarial entre os professores das rurais e das urbanas. Com o salário menor e as dificuldades de deslocamento a rotatividade se intensificou deixando vagas as escolas e possivelmente comprometendo o ensino dos alunos.

Com vimos, foram criadas mais instituições públicas no centro do que no sertão da Corte. Não obstante, no espaço rural também houve diferença na distribuição das escolas públicas: freguesias com a de Jacarepaguá e Campo Grande tiveram de 3 a 5 instituições, enquanto em Inhaúma a IGIPSC limitou a abertura de duas, uma para cada sexo.

A solução para o problema da carência escolar foi intensificar a parceria público e privado. Os colégios privados existiam em grande quantidade no centro da Corte e foram um escape para atender a demanda escolar da população. Todavia, as freguesias rurais tinham peculiaridades que inibiam a propagação e permanência das escolas privadas pagas. Entendemos que a distância da Corte, a dispersão habitacional da população e a falta de recursos desta para custear os professores e a escola foram fatores que podiam comprometer a abertura desse tipo de instituição.

Outra estratégia adotada era a subvenção, ou seja, com o Estado custeando professores para aumentar a oferta de escolas para crianças pobres. As escolas subvencionadas se propagaram com intensidade diferente pelas freguesias. Em algumas houve concorrência, com na freguesia de Irajá, já em outras não há registros de subvenção, como no caso da Ilha de Paquetá. A subvenção dependia das demandas locais e da autorização do Estado. Os professores subvencionados deveriam ficar em localizadas onde houvesse um número significativo de crianças pobres, as quais justificassem a concessão estatal. Isso foi um problema, pois as freguesias eram territórios amplos com habitações espalhadas. Conseqüentemente, aqueles que moravam mais afastados continuavam sem acesso a escola.

Ademais, as escolas subvencionadas só eram abertas e mantidas se a IGIPSC achasse pertinência na abertura e concordasse em custeá-las.

Mesmo havendo dificuldades para fixar escolas pelo sertão, ainda assim o ensino privado contribuiu para a expansão da instrução nessa região, sendo um importante aliado do Estado.

Nas documentações mobilizadas não encontramos registros da abertura de escolas secundárias formais nas freguesias rurais nos anos de 1870 a 1889. Todavia, foram identificadas apenas escolas primárias, em sua maioria de ensino elementar, a salvo o caso da escola de ofícios de Santa Cruz. Além disso, houve propostas de ensino profissional agrário, aulas noturnas para adultos, professores itinerantes com o objetivo de expandir a escolarização primária. Isso evidencia que o foco estava na propagação do ensino primário, o qual limitava a instrução ao conhecimento básico da leitura, escrita e aritmética e algum ofício (distinto entre os sexos), de acordo com a agenda política que usava a instrução com instrumento de hierarquização. Essa ação contribuía para homogeneizar a difusão do saber elementar e criar uma camada populacional razoavelmente letrada e civilizada, ao mesmo tempo, em que limitava o acesso das camadas pobres aos demais níveis escolares.

Podemos observar que a processo de expansão da escolarização nas freguesias do sertão foi lento e dependente da unidade entre iniciativa privada e pública para conseguir se difundir. Havia um projeto para o sertão o qual se diferenciava daquele praticado no centro da Corte, mas esse projeto tinha características particulares para cada região do rural. Em Santa Cruz não foi diferente.

Observamos que o curato de Santa Cruz era uma localidade singular por ser parte da uma fazenda de posse da Família Imperial. O ensino rudimentar e de ofícios foi uma marca da administração dos jesuítas, usada para fins de controle social, ordenamento e ganho econômico. Na segunda metade do século XIX, com o advento da indústria e do comércio da carne verde, o desenvolvimento urbano e populacional estimulou uma nova etapa de crescimento do curato. As escolas desse período traziam como marca a valorização da instrução para a formação de mão de obra qualificada para o trabalho em ofícios e fábricas.

Identificamos que os moradores de Santa Cruz interviam no processo de escolarização local. A sociedade santa-cruzense se colocou com um sujeito ativo junto aos dirigentes políticos e burocráticos do poder central e local e essa atuação é evidenciada no ato de reivindicar para a Câmara Municipal e para a Inspeção Geral de Instrução Primária e Secundária da Corte, via abaixo assinado, a criação de escolas para sua localidade, como foi o caso do Curral Falso, Cantagalo e Canhanga (quarteirões periféricos), questionar a

inconstância do ensino devido às ausências das professoras, com o caso da escola de Sepetiba, elogiar os professores que atenderam as demandas escolares, como foi com Dona Castorina Bittencourt, e buscar o educar-se como meio de mobilização social e econômica.

Olhando para a estrutura da escolarização em Santa Cruz e seu processo de construção, entendemos que a abertura das escolas do Imperador e da Câmara Municipal foi preponderante para sua expansão. As escolas privadas preencheram lacunas deixadas pelo ensino público, sendo responsáveis por promover o ensino profissional / de ofício, estabelecer a instrução “mixta” e atender as necessidades de ensino feminino quando não havia escolas para as meninas no curato e indiretamente impeliu a abertura da escola pública feminina em Sepetiba.

Nossa investigação nos leva a concluir que as escolas privadas, nas suas diferentes modalidades, junto às escolas públicas foram instrumentos para a consolidação de um projeto estatal. A mistura entre interesses do Estado e da Sociedade Civil fez com que o processo de escolarização chegasse ao sertão, mas devido a variáveis socioeconômica e geográfica e um política regional hierarquizada a difusão escolar não foi homogênea entre as regiões. Santa Cruz como partícipe desse contexto viu sua malha escolar se originar a partir da ação integrada entre sujeitos de caráter público e privado em uma relação de dependência e convergência de interesses. Nesse processo as escolas privadas foram preponderantes para a expansão da escolarização local.

Olhamos para essa pesquisa como um tijolo em uma parede em construção. Nosso estudo se soma a pesquisas que abordam a instrução no curato de Santa Cruz, com as de Adriana Valentim Beaklini e Edmar Soares Ramos Junior, que falam sobre a *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz* e da *Escola de Santa Isabel*, respectivamente. Buscamos ampliar o debate discutindo a escolarização no curato através das diversas escolas e práticas formais de educação registradas em fontes, as quais ocorreram ao longo da segunda metade do século XIX entre os anos de 1870 a 1889.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4. ed., Rio de Janeiro: IPP, 2006.

ALMEIDA, Jane Soares de. A co-educação dos sexos: apontamentos para a interpretação histórica. In: *Revista de História da Educação*, Pelotas; FaE/UFPel, n.22, mai/ago, 2007, p.61-86. Disponível em: < <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29288> >. Acesso em abril de 2018.

ALONSO, Ângela. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AMANTINO, Marcia; COUTO, Ronaldo. De “curral dos padres” à gigantesca Fazenda de Santa Cruz. In: Amantino, Márcia e Engemann, Carlos (Org.). In: AMANTINO, M.; ENGEMANN, C. (Org.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013, p 15-42.

BARROS, José Costa D’Assunção. História, Região e Espacialidade. In: *Revista Brasileira de História Regional*. Ponta Grossa, v.10, n.11, 2005, p. 95-129. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/issue/view/213>>. Acesso em dez.2019.

_____, O lugar da História Local. In: Encontro de história local / regional,1., 2009. Santo Antonio de Jesus. UNEB, 2009.p. 1-15. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/321111136_O_Lugar_da_Historia_Local>. Acesso em dez./2019.

BASTOS, Maria Helena Câmara. A educação dos escravos e libertos no Brasil: vestígios esparsos do domínio do ler, escrever e contar (Século XVI e XIX). In: *Caderno de História da Educação*, Uberlândia. v. 15. n. 2, 2016, p.744- 768). Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/35556> >. Acesso em janeiro, 2019.

BEAKLINI, Adriana Valentim. *Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz: Uma proposta de educação pelo trabalho do Imperador D. Pedro II (1885 -1889)*. 2013,128f. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Ciência Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: 2013.

BENTIVOGLIO, Júlio Cesar. *Os negócios do Império: a política econômica brasileira no início do Segundo Reinado (1840-1860)*. Coleção Narrativas e Imagens do Brasil. v.1. Catalão: UFG, 2007.

BICALHO, Maria Fernanda Baptista. As câmaras ultramarinas e o governo do Império. In: BICALHO, M. F.; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F.(Org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI - XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001, p.189 -221.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio e Janeiro: Zahar, 2001.
BORGES, Angélica. *A audidura do magistério primário na Corte Imperial: um professor na trama de relções e agências*. 2014, 416f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

_____. *Ordem no ensino: a inspeção de professores primários na Capital do Império (1854-1865)*. 2008, 288f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

_____; VIDAL, Diana. Racionalização da oferta e estratégias de distinção social: relações entre escola, distribuição espacial e família no Oitocentos. In: *Revista Brasileira da História da Educação*, Maringá: Sociedade Brasileira de História da Educação; Campinas: Autores Associados, v. 16, n. 2 (41), p. 175-201, abr/jun 2016. Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/40757>>. Acesso maio de 2020.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In Pierre Bourdieu (org.) *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Editora Vozes, 1997. p. 157 – 160. Disponível em <https://www.academia.edu/33462687/Efeitos_de_Lugar_Pierre_Bourdieu> Acesso em janeiro de 2020.

_____, Pierre. *Escritos de Educação*. 16.ed. Petrópolis. Editora Vozes, 2015.

CARDOSO, Thereza Fachada Levy. A construção da escola pública no Rio de Janeiro Imperial. In: *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá: Sociedade Brasileira de História da Educação; Campinas: Autores Associados, n.5, jan/jun, 2003, p.195 – 211. Disponível em <<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38716>>. Acesso em abril 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. Teatro das sombras: a política imperial. 5. ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: a arte de fazer*. 3. ed., Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras. 1996.

CORREA, João Batista. Escravidão e musica real Fazenda Santa Cruz, século XIX. In: *Anais do Fórum discente do mestrado em história do Brasil da Universo*. 2. Niterói, 2016, p. 208-222. Disponível em <<http://www.revista.universo.edu.br/index.php?journal=1reta2&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=2570&path%5B%5D=1660>>. Acesso em março de 2018.

COSTA, Ana Luiza Jesus da. *O educar-se das classes populares oitocentistas no Rio de Janeiro entre a escolarização e a experiência*. 2012, 247f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

COSTA, Edite Moraes. *Do boi só não se aproveita o berro! O comércio das carnes verdes e a transformação socioeconômica da imperial fazenda de santa cruz com a construção do matadouro industrial (1870-1890)*. 2017, 160f. Dissertação (Mestrado em História), Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. 2017.

CUNHA, Carolina Sena. Higiene Pública e Desenvolvimento científico no Segundo Reinado: a gestão de Figueira de Melo como chefe de polícia da Corte (1854). Disponível em <<http://www.asbn.org.br/artigoaca.htm>> Acesso em: dezembro de 2011.

CRUZ, Mariléia dos Santos. Famílias e alunos de origem africana no Maranhão do século XIX. In: *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, v.4.n.144, set/dez 2011, p.928-947. Disponível em <<https://www.scielo.br/pdf/cp/v41n144/v41n144a15.pdf>>. Acesso fevereiro de 2020.

DEL PRIORE, Mary. *História da Gente Brasileira*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

DRUMMOND, José Augusto, FRANCO, José Luiz de Andrade. Armando Magalhães Corrêa: gente e natureza de um sertão quase metropolitano. In: *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.12.n.3, set-dez.2005, p. 1033-1059. Disponível em <[scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-5970200500030021](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-5970200500030021)>. Acesso em novembro de 2019.

ELIAS, Norbert, *A sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
_____. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*, v.2, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

CAMPAGNE, E.M.. *Dicionario Universal de Educação e Ensino*. Tradução de Camilo Castello Branco. Porto Casa Editora Lugan & Genelioux, 1886.

ENGEMANN, Carlos. *De laços e de nós: constituição e dinâmica de comunidades escravas em grandes plantéis do sudeste brasileiro do oitocentos*. 2006, 250f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

_____. *Os servos de santo Inácio a serviço do Imperador: demografia e relações sociais entre a escravaria da Real Fazenda de Santa Cruz, RJ (1790-1820)*. 2002, 144f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VIEIRA, C. G. (Org.). *500 ano de educação no Brasil*. 2.ed., Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.135-150.

_____; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil”. In: *Revista Brasileira de Educação*. Rio de Janeiro, n14. mai/ ago. 2000, p.19-34. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1413-247820000002&lng=pt&nrm-iso>. Acesso em novembro de 2019.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. *O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro 1858-1945*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FERREIRA, Maria Celeste. A formação da cidade do Rio de Janeiro na criação da freguesia rural de Irajá- 1644/47. In: *Anais do Encontro Internacional e Encontro de História da Anpuh-Rio: História e parcerias*, 17. Rio de Janeiro, 2018, p. 1-16. Disponível em <

http://www.encontro2018.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1529627770_ARQUIVO_Artigo.MCF.Ampuh.2018.pdf >. Acesso em junho de 2019.

FRAGOSO, João Luiz A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (século XVI e XVII). In: BICALHO, M. F.; FRAGOSO, J.; GOUVÊA, M. F.. *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (século XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.p. 29 - 71.

_____. Efigênia. Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII. Uma contribuição metodológica para a história colonial. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, jun -dez.2010, p.74 - 106. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v11n21/2237-101X-topoi-11-21-00074.pdf>> Acesso em 2011.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. *Homens livres na Ordem Escravocrata*. 4.ed., São Paulo: UNESP, 1997.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do rei: uma história fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. 2.ed., Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1999.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

GONDRA, José Gonçalves. *Artes de civilizar: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

_____. Entre o cura e o médico: higiene, docência e escolarização no Brasil Imperial. In: *Revista de Historia da Educação*. Pelotas; FaE/UFPel, n.22, mai/ago, 2007, p.183-204. Disponível em < <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/29293> >. Acesso em abril de 2018.

_____. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M.; VIEIRA, C. G. (Org.). *500 ano de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2.ed., 2000. p. 519 -550.

_____; SCHUELER, Alexandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. *O Império das Províncias*. Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/Faperj, 2008.

_____. Poder, autoridade e o senado da câmara do Rio de Janeiro (1780-1820). In: *Tempo*, Niterói, v. 7, n. 13, 2002, p. 111-155.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. *Os convênios da carestia; crises, organização e investimentos do comércio de subsistência*. Rio de Janeiro, 1991. 232 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1991.

GUEDES, Robert. Ofícios mecânicos e mobilidade social: Rio de Janeiro e São Paulo (Sécs.XVII-XIX). In: *Topoi*. Rio de Janeiro, v.7, n.13, jun-dez 2006, p. 379- 423.

HONORATO, Cezar; MANTUANO, Thiago. A economia na região portuária do Rio de Janeiro (1870-1900). In: *Nuevo Mundo Mundos Novos*. França, Colóquios, Seção 2, 2016, Disponível em <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/69968>>. Acesso em dezembro de 2019.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. Nação e Civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, CPDOC, n.1 Rio de Janeiro, 1998, p.5-27. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>>. Acesso em novembro de 2007.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. O ensino secundário no Império brasileiro. São Paulo: Gribaldo, USP,1972.

IAMASHITA, Lea Maria Carrer. A Câmara Municipal como instituição de controle social: o confronto em torno das esferas pública e privada. In: *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, nº 3, 2009, p.41-56,. Disponível em <http://www0.rio.rj.gov.br/arquivo/pdf/revista_agcrj_pdf/revista_agcrj_3.pdf>. Acesso em dezembro de 2011.

JACOMELI, Mara Regina M.; MOLINA, Rodrigo Sarruge. História da educação agrícola no século XIX: formação gestora e operária no Brasil. In: JORNADA DO HISTEDBR. 9. Pará, 2010, p.1-21. Disponível em: <www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada9/_file/pUHQ5Z8.doc> Acesso em janeiro de 2019.

LAROUSSE, Dicionário da língua português. 3.ed.,São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

KREUTZ, Lúcio. Escolas étnicas no Brasil e a formação do estado nacional: a nacionalização compulsória das escolas dos imigrantes (1937-1945). In: *Poiésis – Revista do Programa de Pós Graduação da Universidade do Sul de Santa Catarina*. Tubarão, v.3, n.5, jan/jun 2010, p.71-84. Disponível em <<http://www.portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/Poiesis/article/viewFile/527/527>> Acesso em janeiro de 2019.

LE GOFF, Jacques. Documento monumento. In: *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2013, p. 525-541.

_____. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

LE MOS, Daniel Cavalcanti de Albuquerque. *Professores em movimento: A emergência do associativismo docente na Corte Imperial*. 2011. 267f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2011.

LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842*. Coleção Biblioteca Carioca. 2. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. 1993.

LIMA, Rachel Gomes. Senhores e possuidores de Inhaúma: propriedades, famílias e negócios da terra no rural carioca oitocentista (1830-1870). 2016, 298f. Tese (Doutorado em História)- Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2016.

LIMA, Tânia Andrade. Humores e odores: ordem corporal e ordem social no Rio de Janeiro, século XIX. In: *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.2, nº3, fev/ nov. 1996, p. 44-96. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59701996000400004&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em março de 2012.

LIMEIRA, Aline de Moraes. *O comércio da Instrução no Século XIX: colégios particulares, propagandas e subvenções públicas*. 2010, 372f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

_____, Aline de Moraes. Espaços mistos: o público e o privado na instrução do século XIX. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá: Sociedade Brasileira de História da Educação; Campinas: Autores Associados, v.11, n. 3, set./dez 2011, p. 99-129. Disponível em < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38765> > .Acesso em abril de 2018.

_____, SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. Ensino particular e controle estatal: a reforma Couto Ferraz (1854) e a regulação das escolas privadas na corte imperial. In: *Histedbr Online*. Campinas, n.32. dez-2008. p.48-64. Disponível em < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/32/art03_32.pdf >. Acesso em junho 2018.

LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do Abastecimento: uma problemática em questão (1530 -1918)*. Brasília: BINAGRI, 1979.

LINS, Antonio José Pedral Sampaio. Ferrovias e segregação espacial no subúrbio: Quintino Bocaiuva, Rio de Janeiro. In: FERNANDES, N. N; OLIVEIRA, M.P. (Org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj; Eduff, 2010, p.138-160.

LOBO, Eulália, *Historia do Rio de Janeiro: do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro*. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

LOPES, Katia Geni Cordeiro. *A presença de negros em espaços de instrução elementar da cidade corte: o caso da Escola Imperial Quinta da Boa Vista*. 2012, 138f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2012.

_____. “*Daí-lhe mestres e daí-lhes oficinas*”: O acesso de negros livres, libertos e “sujeitos de pés descalços” a cultura letrada no Rio de Janeiro oitocentista. 2020. 290f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

MACEDO, Helder A. Medeiros de. Percepção dos colonos a respeito da natureza no sertão da Capitania do Rio de Janeiro. In: *Topoi*, Rio de Janeiro. v.8, n.14, jan/jun.,2007. p. 37-76.

MARQUES, Eduardo Cesar. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. In: *História, Ciência e Saúde- Manguinhos*. Rio de Janeiro, v.2 nº 2, p. 51-67, jul/out.1995. Disponível em <

https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701995000300004 >. Acesso em março de 2012.

MACHADO, Humberto Fernandes; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *O Império Brasileiro*, 4. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. Os projetos de reforma da escola pública no Brasil propostos entre 1870 e 1886: ênfase na formação moral do cidadão. In: *Revista de Estudos em Educação*. Sorocaba, v.7, n.2, 2005. p.1-12. Disponível em <<http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/quaestio/article/view/53/53>>. Acesso em novembro de 2018.

MANSUR, André Luis. *O velho oeste carioca: história da ocupação da Zona Oeste do Rio de Janeiro (de Deodoro a Sepetiba), do século XVI ao XXI*. Rio de Janeiro: Ibis Libris, 2009.

MARTINS, Marcos Lobato. Os estudos regionais na historiografia brasileira. In: *História e Estudos Regionais*. 2008. Disponível em <yumpu.com/pt/document/read/12453672/os-estudos-regionais-na-historiografia-brasileira-minas-de-historia>. Acesso em dezembro de 2019.

MARTINEZ, Alexandra Frota. *Educar e Instruir: a instrução popular na Corte Imperial 1870-1889*. 1997. 250f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1997.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo saquarema: a formação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, Coleção Estudos Históricos, 1994.

NASCIMENTO, Fátima Aparecida do; PASCHE, Aline de Moraes Limeira. “Actos que a decência manda calar”: aspectos da relação entre escola, magistério e sexualidade no século XIX. In: *Pro-posições*. Campinas, v. 27, n.3, set/dez. 2016, p.179-199. Disponível em <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73072016000300179&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt> . Acesso em julho de 2018.

NUNES, Clarice. A instrução pública e a primeira história sistematizada da educação brasileira. In: *Cadernos de Pesquisa*, Fundação Carlos Chagas, n.93, maio de 1995, p. 51-59. Disponível em <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/848>>. Acesso em março de 2020.

OLIVEIRA, Márcio Pinon. A trajetória do subúrbio industrial chamado Bangu. In: FERNANDES, N. N.; OLIVEIRA, M. P. (Org.). *150 anos de subúrbio carioca*. Rio de Janeiro: Lamparina; Faperj; Eduff, 2010, p. 95-137.

OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues; SILVA, Henrique Sobral. Fazenda jesuíta, imperial, nacional de Santa Cruz: da acumulação fundiária à colonização agrícola dirigida (Fazenda Nacional de Santa Cruz, Rio de Janeiro, 1850-1930). In: *Revista do Arquivo Geral do Rio de Janeiro*, n.15, 2018, p. 169-191. Disponível em <<http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/fazenda-jesuita-imperial-nacional-de-santa-cruz-da-acumula%C3%A7%C3%A3o-fundiaria-a-colonizac%C3%A3o-agricola-dirigida-fazenda-nacional-de-santa-cruz-rio-de-janeiro-1850-1930/>> . Acesso em janeiro de 2019.

OLIVEIRA, Pires Almeida de. *O ensino público*. Brasília: Senado Federal, 2003.

PASCHE, Aline de Moraes Limeira. *Entre o trono e o altar: sujeitos, saberes e instituições escolares na capital do império brasileiro (1860 a 1888)*. 2014, 372f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PEDROZA, Manoela da Silva. *Capítulos para uma história social da propriedade da terra na América Portuguesa. O caso dos aforamentos na Fazenda de Santa Cruz (Capitania do Rio de Janeiro 1600-1870)*. 2018, 660f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói 2018.

_____. *Engenhocas da Moral: uma leitura sobre a dinâmica agrária tradicional (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, século XIX)*. 2008. 420f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2008.

_____;TAVARES, J.C.. Roceiros do Imperador: direitos, alianças e redes sociais entre famílias escravas na crise do escravismo (Fazenda de Santa Cruz, 1858-1876) In: AMANTINO, Márcia e ENGEMANN, Carlos (Org.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013, p.241-272.

_____; DUARTE, T. As querelas entre marchantes e políticos em torno da carne verde: matadouro público de Santa Cruz (1872-1889). In: AMANTINO, Márcia e ENGEMANN, Carlos (Org.). *Santa Cruz: de legado dos jesuítas a pérola da Coroa*. Rio de Janeiro: Eduerj,2013, p.315 – 347.

PECHMAN, Robert Moses. A invenção do Urbano: construção da ordem na cidade. In: PIQUET, R., RIBEIRO, A. C. T. (Org). *Brasil territórios da desigualdade: e: descaminhos da modernização*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar, 1991.p.123-181.

PIMENTEL, Isabel Duarte. *Entre a dádiva e a súplica: retratos de paternalismo e assistência ao órfão e ingênuos no Asilo dos meninos desvalidos (1875- 1880)*. 2009, 69f. Monografia (Graduação em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

POPINIGIS, Fabiana. Todas as liberdades são irmãs: os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.29, n.59, set/dez, 2016, p. 647-666. Disponível em < <https://www.scielo.br/pdf/eh/v29n59/0103-2186-eh-29-59-0647.pdf>>. Acesso em abril de 2020.

_____;TERRA,Paulo Cruz. Historiografia da Escravidão e do trabalho e no Brasil: avanços e desafios. In: RANCE, A.V.;MURILLO,C.M.(Org.). *Trabajos y trabajadores em America Latina(siglos XVI-XXI)*. La paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional de Bolívia, 2019, p. 123-148. Disponível em < https://www.academia.edu/41546853/Di%C3%A1logos_entre_a_historiografia_do_trabalho_e_da_escravid%C3%A3o_no_Brasil>. Acesso em maio de 2020.

RAMOS JUNIOR, Edmar Soares. “*Porque os cativos de ontem podem ser os operários livres de amanhã*”: escolarização e trabalho para os filhos dos operários do matadouro na escola mixta Santa Isabel (1886-1889). 2019, 111f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de

Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica. 2019.

RODRIGUES, Jaime. Ferro, trabalho e conflito: os africanos livres na fábrica de Ipanema. In: *História Social*, Campinas, n.4/5, 1997/1998, p.29-42. Disponível em < <http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/102/98> >. Acesso em maio de 2020.

ROCHA, Ilana Peliciari. *Escravos da Nação: o público e o privado na escravidão brasileira, 1760-1876*. 2017, 330f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

RODRIGES, Cristiane. A construção social do vadio e o crime de vadiagem (1886-1906). 2006, 132f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

RIZZINI, I.; SCHUELER, A. F. M.. Ler, escrever, contar: cartografia da escolarização e práticas educativas no Rio de Janeiro oitocentista. In: RIBEIRO, G. S.; SECRETO, M. V.; VENANCIO, G. M. (Org.). *Cartografias da cidade (in)visível*. Rio de Janeiro: Mauad X FAPERJ, 2017, p.115 -125.

SALLES, Ricardo. *Nostalgia Imperial: a formação da identidade nacional no Brasil do segundo reinado*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

SANTOS, Noronha dos. *As freguesias do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: Editora Cruzeiro, 1965.

SCHETTINI, Cristiana; TERRA, Paulo Cruz. Apresentação do Dossiê Trabalhadores e Poder Municipal. In: *Revista Mundos do Trabalho*, Rio de Janeiro. v.5, n.9, jan/ jun, 2013, p.5-8. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2013v5n9p11/25462> >. Acesso em abril de 2020.

SCHUWARCZ, Lilia Moritz. *As barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2.ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez. A imprensa pedagógica e a educação de escravos e libertos na corte imperial: impasses e ambiguidades da cidadania na revista instrução pública (1872-1889). In: *Caderno de História da Educação*, Pelotas n. 4 - jan./dez.2005, p.13-25. Disponível em < <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/292> > . Acesso em maio de 2018.

_____. Combates pelo ofício em uma escola moralizada e cívica A experiência do professor Manoel José Pereira Frazão na Corte imperial (1870-1880). In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá: Sociedade Brasileira de História da Educação; Campinas: Autores Associados, n. 9 jan./jun 2005, p.109-138. Disponível em < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38658> >. Acesso em abril de 2018.

_____. Formas e cultural escolares na cidade do rio de janeiro: representações, experiências e profissionalização docente em escolas públicas primárias (1870-1890). 2002, 335f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2002.

SILVA, Alexandra Lima. O saber que se anuncia: o poder da palavra em tempos de escravidão (Rio de Janeiro, 1830 a 1888). In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá: Sociedade Brasileira de História da Educação; Campinas: Autores Associados, v. 18, 2018, p. 3 - 29. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2238-00942018000100201>. Acesso em janeiro de 2020.

SILVA, Adriana Maria Paulo da escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista. In: *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá: Sociedade Brasileira de História da Educação; Campinas: Autores Associados, v.2. n. 2, 2002. Disponível em < <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38726/20255>>. Acesso em dezembro de 2019.

SILVA, Henrique Sobral da. *Nas tramas da colonização: uma história social dos colonos e da colonização agrícola em Santa Cruz (Estado do Rio de Janeiro 1930-1968)*. 2017, 211f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2017.

SILVA, Lucia Helena Pereira da. Freguesia de Santana na cidade do Rio de Janeiro: territórios e etnias no ultimo quartel do século XIX. In: *Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a cidade*. Dossiê História Urbana: a configuração de um campo conceitual. Unicamp, v.7, n.10, jan-ago, 2015, p. 262-281. Disponível em < https://www.researchgate.net/publication/320542410_Freguesia_de_Santana_na_cidade_do_Rio_de_Janeiro_Territorios_e_etnia_no_ultimo_quartel_do_seculo_XIX > . Acesso em junho de 2019.

SILVA, Rita de Cássia Ribeiro. *Senhores e Possuidores: a construção da propriedade da terra na freguesia de Irajá (Rio de Janeiro, século XIX)*. 2013, 107f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, Rio de Janeiro, 2018.

SILVA, Ticiane Duarte. *Dos currais aos açougues: elementos para uma história social do abastecimento de carne verde no Rio de Janeiro Imperial (1850-1889)*. 2013. 99f. (Graduação em História) - Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, 2013.

SISSON, Rachel. Escolas Públicas do Primeiro Grau: Inventário, Tipologia, História. Rio de Janeiro 1870/1945. In: *Arquitetura Revista*. Rio de Janeiro, FAU/UFRJ, v.8, 1990, p.63-78.

SOUTO, Judite Paiva. *“Uma vaista caieira”*: um estudo sobre a fábrica de cal da freguesia da ilha do governador (1861-1990). 2015. 141f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciência Humanas e Filosófica, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015.

SOUZA, Juliana Teixeira, As Câmaras municipais e os trabalhadores do Brasil Império. In: *Revista Mundos do Trabalho*, Rio de Janeiro, v.5, n.9. jan/jun.2013, p.11 - 30. Disponível em < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/mundosdotrabalho/article/view/1984-9222.2013v5n9p11/25462>>. Acesso em abril de 2020.

TORRES, Alberto. *O problema Nacional Brasileiro*. Brasília: Coleção Temas Brasileiros v. 35 4.ed., Companhia Editora Nacional,1978.

VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. *A Fazenda de Santa Cruz e a política Real e Imperial em Relação ao desenvolvimento brasileiro 1790-1850*. 1974, 105f. Dissertação (Mestrado em História)- Instituto de Ciências Humanas e Filosóficas, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1974.

FONTES:

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ):

Fundo: Câmara Municipal; Série: Instrução Pública:

AGCRJ - código 11.1.38.

AGCRJ - código 11.3.40.

AGCRJ - código 11.4.13

AGCRJ - código 11.4.23.

AGCRJ - código 12.1.2.

AGCRJ - código 12.1.8.

AGCRJ - código 12.1.12.

AGCRJ - código 12.1.24.

AGCRJ - código 12.4.20.

AGCRJ - código 12.4.22.

AGCRJ - código 12.4.23.

AGCRJ - código 15.2.1.

AGCRJ - código 15.2.5.

AGCRJ - código 15.3.6.

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (CM):

CM - Registro de Batismo,1823-1857, Ap.225.

CM - Registro de Batismo, 1861-1869, Ap. 226.

CM - Registro de Batismo, 1869-1887, Ap.228.

CM - Registro de Batismo, 1887-1899, Ap.229.

CM - Registro de Óbito, 1866, Ap. 230.

CM - Registro de Óbito, 1861-1878, Ap. 231.

CM - Registro de Óbito,1870-1889, Ap. 232.

Arquivo Nacional (AN):

Fundo Casa Real Imperial:

AN - código 0.0.1,v.15.

AN - código 0.0.1,v.26.

AN - código 965, vol.1

Fundo Fazenda Nacional de Santa Cruz – Série Correspondências e Ofícios Remetidos:

AN - código EM/ SDE, notação 248.

AN - código EM/ SDE, notação, 201.

Fundo Fazenda Nacional de Santa Cruz (EM):

ARQUIVO NACIONAL. *Inventário analítico dos documentos textuais*: Fundo Fazenda Nacional de Santa Cruz (1612-1962). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017. Disponível em < http://www.arquivonacional.gov.br/images/conteudo/servicos_ao_cidadao/instrumentos-de-pesquisa/pdf/Fazenda_Nacional_Santa_Cruz_codices.pdf >. Acesso em outubro de 2018.

Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados:

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*. v.1-7 Rio de Janeiro: Typografia Nacional. 1883. Disponível em <http://bd.camara.gov.br/handle/bdcamara/14856> >. Acesso em abril de 2019.

Hemeroteca Digital- Biblioteca Nacional (BN):

BN - ALMANAK ADMINISTRATIVO, 1880, ed.00037, p.506.
 BN- A INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1873, ed. 00008(1), p.63.
 BN - A NAÇÃO, 1873, ed.00099(1), p.2.
 BN - A NAÇÃO, 1875, ed.00249(1), p.2.
 BN - ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1835, ed. 0002 p.131.
 BN - ANAIS DO PARLAMENTO BRASILEIRO, 1840, ed. 0001.p.525
 BN - ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL, 1940, ed.00001, p.316.
 BN - A SEMANA, 1886, ed.00083(1), p.151.
 BN - CORREIO MERCANTIL, 1860, ed.00032, p.2.
 BN - CORREIO MERCANTIL, 1866, ed.00317(1), p.1.
 BN - DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1840, ed00019(1), p.2.
 BN - DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1845, ed06875(1) p.2.
 BN - DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1854, ed.00016(1), p.2.
 BN - DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1860, ed.00032(1), p.2.
 BN - DIARIO DO RIO DE JANEIRO, 1876, ed.00172(1), p.3-4.
 BN - DIARIO DE NOTICIAS, 1870, ed.00040(1), p.4.
 BN - DIARIO DE NOTICIAS, 1886, ed.00535(1), p.1.
 BN - DIARIO DE NOTICIAS, 1887, ed.00593(1), p.1.
 BN - DOM QUIXOTE, 1896, ed.00069, p.9.
 BN - FOLHA NOVA, 1883, ed.00147, p.3.
 BN - GAZETA DE NOTICIAS, 1875, ed.00086(2), p. 4.
 BN - GAZETA DE NOTICIAS, 1878, ed.00342(1) p.1.
 BN - GAZETA DE NOTICIA, 1881, ed.00093(1), p.1;
 BN - GAZETA DE NOTICIAS, 1882, ed.00072, p.3.
 BN - GAZETA DE NOTICIAS, 1882, ed.00142(1), p.2.
 BN - GAZETA DE NOTICIAS, 1882, ed.00174(1), p.4.
 BN - GAZETA DE NOTICIA, 1882, ed.00339(1), p.2.
 BN - GAZETA DE NOTICIA, 1882, ed.00364(1), p.5.
 BN - GAZETA DE NOTICIA, 1883, ed.000173, p.2.
 BN - GAZETA DE NOTICIAS, 1884, ed.00204, p.2.
 BN - GAZETA DE NOTICIAS, 1886, ed.00043(1), p.1.
 BN - GAZETA DE NOTICIAS, 1886, ed.00213, p.2.
 BN - GAZETA DE NOTICIAS, 1886, ed.00246(1), p.2.
 BN - GAZETA DE NOTICIAS, 1887, ed.00022, p.1.
 BN - GAZETA DE NOTICIAS, 1888, ed.00049(1), p.1.
 BN - GAZETA DE NOTICIAS, 1889, ed.00237(1), p.2.

- BN - GAZETA DE NOTICIAS, 1893, ed.00253(1), p.3.
BN - GAZETA DA TARDE, 1886, ed.000158(1), p.4.
BN - GAZETA SUBURBANA, 1883, ed.0001, p.1.
BN - GAZETA SUBURBANA, 1884, ed.00021, p.3.
BN - GAZETA SUBURBANA, 1884, ed.00027, p.4.
BN - GAZETA SUBURBANA, 1885, ed. 00032 p. 2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1842, ed.00160 p. 1.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1864, ed.00080, p.1.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1864, ed.00205(1), p.3.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1880, ed.00143(1), p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1881, ed.00015, p.1.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1881, ed.00100(1), p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1881, ed00176(1) p.1.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1882, ed.00080(1), p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1882, ed.00109(1) p.1.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1882, ed.00220(1), p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1882, ed.00214(1), p.3.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1882, ed.00262(1), p.3.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1883, ed.00001(1), p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1883, ed00040(1), p.1.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1884, ed. 00127, p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1884, ed.00166(1), p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1884, ed.00220(1), p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1884, ed. 00214(1), p.3.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1884, ed.00328(1), p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1885, ed. 00028(1), p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1885, ed00237(1), p. 2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed.00049(1), p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed. 00098(1), p.1.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed.00166(1), p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed.00190(1), p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed.00200(1), p.3.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed00222(1), p.3-4.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1886, ed.00311, p. 2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1887, ed. 00020(1), p. 1 -2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1887, ed.00033, p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1887, ed.00337(1), p.1.
BN - JORNAL DO COMMERICIO, 1888, ed.00010(1), p.3.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1888, ed.00188(1), p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1889, ed.0063(1), p.2.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1890, ed.00081(1), p.2-3.
BN - JORNAL DO COMMERCIO, 1890, ed.00181(1), p.3.
BN - O CLAMOR PÚBLICO, 1860, ed.0002, p.3.
BN- O CRUZEIRO, 1878, ed.00219(1), p.2.
BN- O PAIZ, 1885, ed.00209 (1), p.1.
BN - O PAIZ, 1886, ed.00210, p.1.
BN - O PAIZ, 1890, ed. 03087(1), p.3.
BN - OPINIÃO LIBERAL, 1868, ed.00180(1), p.1.
BN- OPINIÃO LIBERAL, 1869, ed.00019, p.2.

BN - NOVIDADES, 1888, ed. 00223(1), p.1
 BN. REVISTA DO CONSTRUTOR, 1886, ed.0006(4), p.1.

Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB):

GAMA, José de Saldanha da. História da Imperial Fazenda de Santa Cruz. In: *Revista Trimestral do Instituto História e Ethnographico do Brasil*. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, v.37, tomo 38, parte 2, 1875, p.165-230. Disponível em: < <http://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html> >. Acesso em dezembro de 2018.

REYS, Manoel do Couto. Memórias de Santa Cruz. In: *Revista Trimestral de História e Gerographia*. Instituto Histórico Geográfico Brasileiro. Rio de Janeiro, tomo 5. 3.ed, 1885, p. 154-199. Disponível em < <http://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb.html>>. Acesso em dezembro de 2018.

Núcleo de Orientação e Pesquisa História de Santa Cruz (NOPH):

NOPH - POLIANTÉA DE SANTA CRUZ, 1933(Acervo pessoal de Sinvaldo do Nascimento).

NOPH - RELATÓRIO DO DIRETOR INTERINO DO MATADOURO PÚBLICO, 1883.

NOPH - HISTÓRICO DE ESCOLA SANTA ISABEL, s/ código.

Universidade de Chicago:

RELATÓRIO DA AGRICULTURA, 1873.

RELATÓRIO DO MINISTRO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, CORREIO E TELÉGRAFOS 1891.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1856.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1858;

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1861.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1862.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1864.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1869.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1870.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1871.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1872.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1873.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1875.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPERÍO, 1879.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPERÍO, 1881.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1882.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1883.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1884.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPERIO, 1885,

RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPERIO, 1886.

RELATÓRIO DO MINISTRO DO INTERIOR, 1891.

ALMANAK LAEMMERT, 1850.

ALMANAK LAEMMERT, 1865.
 ALMANAK LAEMMERT, 1867.
 ALMANAK LAEMMERT, 1868.
 ALMANAK LAEMMERT, 1880.
 ALMANAK LAEMMERT, 1886.
 ALMANAK LAEMMERT, 1887.
 ALMANAK LAEMMERT, 1888.
 ALMANAK LAEMMERT, 1889.
 ALMANAK LAEMMERT, 1901.

Leis, Decretos e Recenseamento:

BRASIL. Aviso de 31 de junho de 1873. Disponível em <
https://www.camara.leg.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/decisoes1873/D1873_02.pdf>. Acesso em janeiro de 2019.

_____, Constituição Política do Império do Brasil, 1824. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em dezembro de 2018.

_____, Decreto n. 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854. Disponível em <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1331-a-17-fevereiro-1854-590146-publicacaooriginal-115292-pe.html>>. Acesso em janeiro 2019.

_____.Decreto 4.602, de 24 de setembro. Disponível em <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4602-24-setembro-1870-553116-publicacaooriginal-70759-pe.html>>. Acesso em janeiro de 2019.

_____,Decreto 4.624, de 7 novembro de 1870. Disponível em <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4624-7-novembro-1870-553157-publicacaooriginal-70813-pe.html>>. Acesso em janeiro de 2019.

_____,Decreto 7.031, de 6 de setembro de 1878. Disponível em <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7031-a-6-setembro-1878-548011-norma-pe.html>> Acesso em janeiro de 2019.

_____,Decreto n. 1.247, de 17 de abril de 1879. Disponível em <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7127-11-janeiro-1879-547611-publicacaooriginal-62401-pe.html>>. Acesso em janeiro de 2019.

_____, Decreto n. 4.624, de 7 de outubro de 1870. Disponível em <
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-4624-7-novembro-1870-553157-publicacaooriginal-70813-pe.html>> Acesso em janeiro de 2019.

_____,Decreto n.7.247, de 19 abril de 1879. Disponível em <
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>>. Acesso em janeiro 2019.

_____, Decreto de 30 de dezembro de 1833. Disponível em <

<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/doimperio/colecao3.html> >. Acesso em janeiro de 2019.

____, Lei de 12 de agosto de 1834. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-12-10-1832.htm >. Acesso em janeiro de 2019.

____, Lei de 1º de outubro de 1828. Disponível em < http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/18463/collecao_leis_1833_parte2.pdf?sequence=2 >. Acesso em janeiro de 2019.

____, Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: < http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html >. Acesso em: janeiro de 2019.

____, Lei n. 2.040, de 28 de setembro de 1871, Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm >. Acesso em janeiro de 2020.

____, Recenseamento do Império do Brasil- 1872. Disponível em < <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=225477&view=detalhes> >. Acesso em maio de 2019.

Recenseamento da população da República dos Estados Unidos do Brasil em 31 de dezembro de 1890. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227299> >. Acesso em maio de 2019.

____, Código de Posturas da Ilustríssima Câmara Municipal. Rio de Janeiro: Emp. Typ. Dous de Dezembro, 1854. Disponível em < <http://digital.usp.br/handle/bbn/3880> > . Acesso em 2012.

Iconografia e Imagens:

Acervo Digital do Arquivo Nacional:

AN- Mapa do Município Neutro. Acervo Digital. Disponível em < <https://www.flickr.com/photos/arquivonacionalbrasil/36954630760> >. Acesso agosto de 2018.

Acervo Digital da Biblioteca Nacional – Iconografias:

DEBRET, Jean-Baptiste, Voyage pittoresque et historique au Brésil. Paris: Firmin- Didot, 1834-1839, v.2, p 55. Disponível em <

http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon393054/icon393054_167.jpg >.

Acesso agosto de 2018.

NOVO MATADOURO DE SANTA CRUZ .Coleção. Companhia de Estrada de Ferro D. Pedro II. Disponível em < http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_iconografia/icon373814/icon1107012.jpg >. Acesso em agosto de 2018.

Facebook:

PLACA DA VILA OPERÁRIA. Autor desconhecido. Imagem de acesso Público. Disponível em < https://web.facebook.com/AntigoSantaCruz/posts/1004364092953269/?_rdc=1&_rdr >. Acesso em fevereiro de 2020.

VILA OPERÁRIA.19??. Autor, Augusto Malta. Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Acesso Público. Disponível em < https://web.facebook.com/AntigoSantaCruz/photos/vila-oper%C3%A1ria-do-matadouro-de-santa-cruz-19augusto-malta-arquivo-geral-da-cidade/1098021830254161/?_rdc=1&_rdr>. Acesso em fevereiro de 2020.

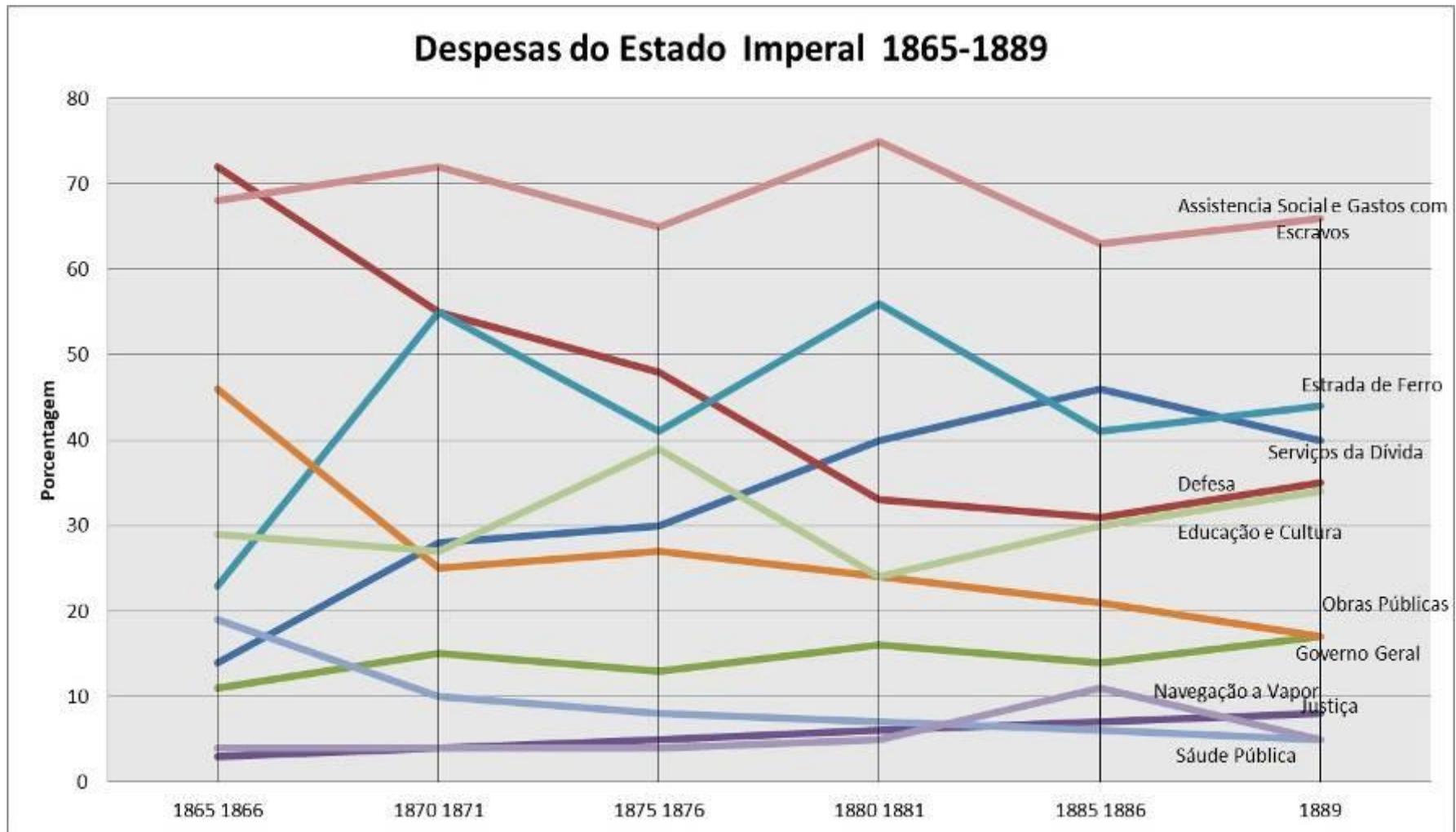
Sites:

BRASILCULT – O Rio de Janeiro e seus prédios escolares. Disponível em < <http://www.brasilcult.pro.br/cartofilia/escolas/escolas03.htm>>. Acesso em março de 2020.

PORTAL GEORIO – Prefeitura do Rio de Janeiro. Bairros Cariocas. 2020. Disponível em < <http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=7fe1b0d463e34b3b9ca2fafd50c3df76> >. Acesso em janeiro de 2020.

PORTA DE ESTATÍSTICAS DO ESTADO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Fundação SEADE. Definições. Disponível em < <http://produtos.seade.gov.br/produtos/500anos/index.php?tip=defi>>. Acesso em janeiro de 2020.

ANEXO A – Despesas do Estado imperial 1865-1889



Fonte: CARVALHO, 2010, p. 277-279.

ANEXO B - Número de escolas nas freguesias rurais no ano de 1883

NÚMERO DE ESCOLAS NAS FREGUESIAS RURAIS NO ANO DE 1883			
FREGUESIA	ESCOLAS PÚBLICAS	ESCOLAS SUBVENCIONADAS	ESCOLAS PRIVADAS PAGAS E FILANTRÓPICAS
CAMPO GRANDE	1- Escola feminina em Realengo 2- Escola masculina no Mendana 3- Escolas masculina em Realengo	1- Escola do Rio da prata do cabuço 2- Curso noturno dirigido pelo professor Joaquim Dantas de Paiva Barbosa	1- Escola mixta municipal
GUARATIBA	1- Escola feminina na Freguesia 2- Escola feminina na pedra de Guaratiba 3- Escola masculina Santo Antonio da Bica (Freguesia) 4- Escola masculina pedra de Guaratiba 5- Escola masculina da barra de Guaratiba	1- Escola de São José em Vargem Grande 2- Escola de São Marcelino em Santa Clara	1- Escola particular Santa Rita em Vargem Grande 2- Escola mixta municipal em Arraial da Pedra
INHAÚMA	1- Escola feminina da Estrada de Santa Cruz 2- Escola masculina em Pilaes (Freguesia)	1- Colégio Nossa Senhora do Amapo em Cascadura 2- Colégio Nossa Senhora da Piedade na Rua D. Leopoldina	1- Escola de Santo Antônio em Engenho das Pedras 2- Escola filantrópica 3- Escola mixta municipal no encantado. Rua dr. Leal 4- Escola particular do sexo feminino no engenho da pedra
ILHA DO GOVERNADOR	1- Escola feminina na Freguesia 2- Escola masculina na Freguesia 3- Escola masculina em Zumby 4- Escola masculina do Galeão	1- Escola particular no Campo de São Bento (Freguesia)	1- Escola particular em Olaria
IRAJÁ	1- Escola feminina na Penha 2- Escola masculina na Freguesia	1- Escola particular do Largo do Campinho 2- Colégio Nossa Senhora da Penha em Madureira 3- Escolas de Santa Glicéria na Estrada do Campinho	Sem Entradas
JACAREPAGUÁ	1- Escola feminina na Freguesia 2- Escola de masculina na Cachoeira da Tijuca 3- Escola masculina em Vargem Grande 4- Escola masculina em Rio Grande 5- Escola masculina na Freguesia	1- Escola de meninas na Cachoeira da Tijuca 2- Escola nossa Senhora da Penha na Freguesia 3- Aulas noturnas pelo professor Lino dos Santos Rangel	Sem Entradas
PAQUETÁ	1- Escola feminina na Freguesia 2- Escola masculina na Freguesia	Sem Entradas	Sem Entradas
SANTA CRUZ	1- Escola masculina na Freguesia 2- Escol a feminina em Sepetiba	1- Escola masculina em Sepetiba	1-Escola Mixta de Santa Cruz

Fonte: RELATÓRIO DO MINISTRO DO IMPÉRIO, 1883, p. 1-10.

ANEXO C - Escolas primárias em Santa Cruz

ESCOLAS PRIMÁRIAS EM SANTA CRUZ			
Ano	Escola de Instrução Primária	Local	Mantenedor
1839/1840	Escola Pública do Sexo Masculino do Curato de Santa Cruz	Freguesia(1º quarteirão)	Inspetoria de Instrução Primária e Secundária da Corte
1851-1855	Escola de Joaquina Antunes (privada e paga)	Freguesia(1º quarteirão)	Prof. ^a Maria Joaquina Antunes da Silva
1856 -1858?	Escola Subvencionada para meninas	Freguesia (quarteirão ?)	Prof. ^a Maria Joaquina Antunes da Silva subvencionada pela Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte
1870 -1885	Escola de meninas da Imperial Fazenda de Santa Cruz	Freguesia (1º quarteirão)	Imperador
1872	Escola Pública do Sexo Feminino em Sepetiba	Sepetiba (6º quarteirão)	Inspetoria Geral da Instrução Primária e Secundária da Corte
1875 - 19??	Escola Particular do Sexo Masculino no Povoado de Sepetiba (subvencionada)	Sepetiba (6º quarteirão)	Prof Manoel de Cespede Barbosa Inspetoria de Instrução Primária e Secundária da Corte
1881 - 1886	Escola Mixta de Santa Cruz	Freguesia (3º quarteirão)	Câmara Municipal da Corte
1885 - 1890	Escola Mixta da Imperial Fazenda de Santa Cruz	Freguesia (1º quarteirão)	Imperador
1886 - 1890	Escola Mixta de Santa Isabel	Campo de São José (quarteirão ?)	Câmara Municipal

Fonte: SILVA, 2020.